GOVERNO DE Mato Grosso do Sul

Diário Oficial Eletrônico

ANO XLVI n. 11.506 Campo Grande, quarta-feira, 29 de maio de 2024. 210 páginas

PODER EXECUTIVO

Governador ..... Eduardo Corrêa Riedel
Vice-Governador ..... José Carlos Barbosa
Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica..... Rodrigo Perez Ramos
Secretário de Estado da Casa Civil ..... João Eduardo Barbosa Rocha
Controlador-Geral do Estado ..... Carlos Eduardo Girão de Arruda
Secretário de Estado de Fazenda ..... Flávio César Mendes de Oliveira
Secretário de Estado de Administração ..... Frederico Felini
Procuradora-Geral do Estado..... Ana Carolina Ali Garcia
Secretário de Estado de Educação..... Hélio Queiroz Daher
Secretário de Estado de Saúde ..... Maurício Simões Corrêa
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública ..... Antonio Carlos Videira
Secretária de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos ..... Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira
Secretário de Estado de Turismo, Esporte e Cultura ..... Marcelo Ferreira Miranda
Secretária de Estado da Cidadania ..... Viviane Luiza da Silva
Secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação ..... Jaime Elias Verruck
Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística ..... Hélio Peluffo Filho

SUMÁRIO

DECRETO NORMATIVO 2
DECRETO ESPECIAL..... 10
ATOS NORMATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA 15
ATOS NORMATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA 44
CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO..... 108
ATOS DE LICITAÇÃO 120
ATOS DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO 125
DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO..... 179
MUNICIPALIDADES 185
PUBLICAÇÕES A PEDIDO 198

Publicação destinada à divulgação dos atos do Poder Executivo
Secretaria de Estado de Administração
Av. Desembargador José Nunes da Cunha, s/n
Parque dos Poderes - Bloco I - Telefones: (67) 3318-1480 3318-1420
79031-310 - Campo Grande-MS - CNPJ 02.940.523.0001/43

www.imprensaoficial.ms.gov.br – materia@sad.ms.gov.br

GOVERNO DE Mato Grosso do Sul
DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://imprensaoficial.ms.gov.br

DECRETO NORMATIVO

DECRETO Nº 16.443, DE 28 DE MAIO DE 2024.

Acrescenta dispositivos ao Anexo I - Dos Benefícios Fiscais, ao Regulamento do ICMS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no exercício da competência que lhe confere o art. 89, inciso VII, da Constituição Estadual,

Considerando a necessidade de incorporar à legislação tributária estadual as regras previstas no Convênio ICMS 68/20, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ),

D E C R E T A:

Art. 1º O Anexo I - Dos Benefícios Fiscais, ao Regulamento do ICMS, passa a vigorar com os seguintes acréscimos:

"Art. 18-C. Ficam isentas do ICMS, até 30 de abril de 2026, as operações internas relativas a doações para a Administração Pública Estadual Direta, seus órgãos, suas fundações e suas autarquias, de quaisquer mercadorias ou bens (Convênio ICMS 68/20).

§ 1º O benefício previsto no caput deste artigo deve ser concedido, individualmente, por meio de despacho do Secretário de Estado de Fazenda, mediante requerimento do donatário, instruído com o contrato de doação firmado entre as partes ou com o termo de doação ou declaração firmada pelo doador ou com outro documento equivalente que verse sobre a referida operação.

§ 2º Nas operações realizadas com a isenção de que trata o caput deste artigo, o documento fiscal deve observar as disposições da legislação tributária estadual e conter no campo "Informações Complementares" ou, na sua falta, em qualquer campo que comporte tais informações, o número do processo relativo à concessão de que trata o § 1º deste artigo.

§ 3º Fica dispensado o estorno do crédito de ICMS previsto no art. 21 da Lei Complementar Federal nº 87, de 13 de setembro de 1996, relativo às operações abrangidas pela isenção de que trata este artigo." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 28 de maio de 2024.

EDUARDO CORRÊA RIEDEL
Governador do Estado

FLÁVIO CÉSAR MENDES DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Fazenda

DECRETO Nº 16.444, DE 28 DE MAIO DE 2024.

Altera a redação e acrescenta dispositivos ao Anexo XV - Das Obrigações Acessórias, ao Regulamento do ICMS; altera a redação de dispositivo do Subanexo II - Da Nota Fiscal Do Produtor, Série Especial, ao Anexo XV, e dá outras providências,

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no exercício da competência que lhe confere o art. 89, inciso VII, da Constituição Estadual,

Considerando a necessidade de incorporar à legislação tributária estadual as disposições do Ajuste SINIEF 10/22 e suas alterações feitas pelos Ajustes SINIEF 53/22, 13/23, 1/24 e 10/24 celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ),

D E C R E T A:

Art. 1º O Anexo XV - Das Obrigações Acessórias, ao Regulamento do ICMS, passa a vigorar com a alteração e os acréscimos de dispositivos abaixo especificados:

"Art. 37. Os estabelecimentos de produtores agropecuários poderão emitir Nota Fiscal de Produtor, modelo 4 (Ajuste SINIEF nº 9/97), até 1º de janeiro de 2025, observado o disposto no art. 37-B deste Anexo:

....." (NR)

"Art. 37-B. A partir de 2 de janeiro de 2025, em substituição à Nota Fiscal de Produtor, modelo 4, o produtor rural deve utilizar a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) ou a Nota Fiscal de Produtor Eletrônica (NFP-e) ou a Nota Fiscal Avulsa Eletrônica (NFA-e), observado o disposto no Subanexo XII a este Anexo.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica à Nota Fiscal do Produtor, Série Especial (NFP/SE), prevista no Subanexo II a este Anexo." (NR)

Art. 2º O art. 6º do Subanexo II - Da Nota Fiscal Do Produtor, Série Especial, ao Anexo XV - Das Obrigações Acessórias, ao Regulamento do ICMS, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º Nos casos de emissão de formulários das Notas Fiscais de Produtor, Série Especial, nas Agências Fazendárias, não se aplica o disposto no art. 82, § 2º, do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 9.203, de 18 de setembro de 1998." (NR)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 28 de maio de 2024.

EDUARDO CORRÊA RIEDEL
Governador do Estado

FLÁVIO CÉSAR MENDES DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Fazenda

DECRETO Nº 16.445, DE 28 DE MAIO DE 2024.

Altera a redação e acrescenta dispositivos ao Anexo XV - Das Obrigações Acessórias, ao Regulamento do ICMS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no exercício da competência que lhe confere o art. 89, inciso VII, da Constituição Estadual,

Considerando a necessidade de internalizar na legislação tributária estadual as alterações do Convênio SINIEF S/Nº, de 15 de dezembro de 1970, implementas pelos Ajustes SINIEF 18/22, 38/22 e 38/23, bem como do Ajuste SINIEF 11/11, implementadas pelo Ajustes SINIEF 28/20, 49/20, e 16/21, todos celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ),

D E C R E T A:

Art. 1º O Anexo XV - Das Obrigações Acessórias, ao Regulamento do ICMS, passa a vigorar com as seguintes alterações e acréscimos:

"Art. 21. .....

.....

§ 31. Tratando-se de destinatário não contribuinte do imposto, a entrega da mercadoria poderá ser efetuada em qualquer de seus domicílios ou em domicílio de outra pessoa, desde que esta também não seja contribuinte do imposto e o local da efetiva entrega esteja expressamente indicado no documento fiscal relativo à operação.

.....

§ 33. Nas operações e nas prestações interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte, para fins do disposto neste Anexo, quando o destino final da mercadoria, bem ou serviço ocorrer em unidade federada diferente daquela em que estiver domiciliado ou estabelecido o adquirente ou o tomador, considerar-se-á unidade federada de destino aquela onde ocorrer efetivamente a entrada física da mercadoria ou bem ou o fim da prestação do serviço." (NR)

"Art. 66-E. Os veículos autopropulsados faturados pelo fabricante de veículos e suas filiais que, em razão de alteração de destinatário, devam retornar ao estabelecimento remetente, podem ser objetos de novo faturamento, por valor igual ou superior ao faturado no documento fiscal originário, sem que

retornem fisicamente ao estabelecimento remetente.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se também às operações de retorno simbólico e novo faturamento para máquinas, plantadeiras, colheitadeiras, implementos, plataformas, e pulverizadores relacionados no Anexo Único do Ajuste SINIEF 11/11.

§ 2º Para os efeitos deste artigo, considera-se estabelecimento remetente tanto o fabricante quanto suas filiais.

§ 3º Quanto aos registros contábeis, o estabelecimento:

I - que emitir a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) correspondente ao retorno simbólico deverá fazer menção dos dados da NF-e da operação original;

II - remetente deverá escriturar a NF-e de retorno simbólico em seu livro Registro de Entradas.

§ 4º Na hipótese de aplicação do Convênio ICMS 51/00, de 15 de setembro de 2000, devem ser observadas as seguintes obrigações:

I - o estabelecimento remetente deve emitir NF-e relativa à entrada simbólica do veículo, com menção dos dados da NF-e da operação original e fazer a sua escrituração no livro de Registro de Entradas;

II - o novo destinatário deverá retirar o veículo em concessionária da mesma unidade federada da concessionária envolvida na operação original.

§ 5º O disposto no inciso I do § 4º deste artigo aplica-se também na hipótese do destinatário original não ser contribuinte do imposto em operação não sujeita ao Convênio ICMS 51/00.

§ 6º No caso de novo faturamento, a respectiva NF-e deverá fazer referência à NF-e da operação original, bem como constar o seguinte texto: "Nota Fiscal de novo faturamento, objeto de retorno simbólico, emitida nos termos do Ajuste SINIEF 11/11".

§ 7º Para os efeitos deste artigo, a emissão da NF-e do novo faturamento deverá respeitar os seguintes prazos máximos contados da emissão da NF-e que documentou a remessa inicial:

I - de 90 (noventa) dias para os veículos autopropulsados previsto no caput deste artigo;

II - de 180 (cento e oitenta) dias para máquinas, plantadeiras, colheitadeiras, implementos, plataformas, e pulverizadores relacionados no Anexo Único do Ajuste SINIEF 11/11." (NR)

Art. 2º Nos termos dos arts. 267 e 268 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 9.203, de 18 de setembro de 1998, são válidos os procedimentos adotados em conformidade com o Convênio SINIEF S/Nº, de 15 de dezembro de 1970, introduzidas pelos Ajustes SINIEF 18/22, 38/22 e 38/23, a partir da produção dos seus efeitos.

Art. 3º Revoga-se o § 32 do art. 21 do Anexo XV - Das Obrigações Acessórias, ao Regulamento do ICMS.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 28 de maio de 2024.

EDUARDO CORRÊA RIEDEL
Governador do Estado

FLÁVIO CÉSAR MENDES DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Fazenda

DECRETO Nº 16.446, DE 28 DE MAIO DE 2024.

Dispõe sobre convalidação do pagamento do ICMS em prazo excepcional.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso da competência que lhe defere o art. 89, inciso VII, da Constituição Estadual, e tendo em vista o disposto no Convênio ICMS 15/24, de 25 de abril de 2024,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam convalidados os procedimentos de retificação e de recepção dos anexos do programa Sistema de Captação e Auditoria dos Anexos de Combustíveis (SCANC) adotados pela refinaria de petróleo ou suas bases, CPQs (centrais de matéria-prima petroquímicas), UPGNs (unidades de processamento de gás natural ou estabelecimento produtor e industrial a ele equiparado) e formuladores, decorrentes das alterações de prazo de transmissão publicadas no Ato COTEPE/ICMS nº 44, de 8 de abril de 2024, e no Ato COTEPE/ICMS nº 53, de 19 de abril de 2024, relativos aos fatos geradores do período de março de 2024.

Art. 2º Em decorrência da convalidação de que trata o art. 1º deste Decreto, fica, também, convalidado o pagamento efetuado até a data de 25 de abril de 2024, pela refinaria de petróleo ou suas bases, CPQs, UPGNs e formuladores, da diferença entre o ICMS declarado e recolhido até o dia 10 de abril, de acordo com os arquivos originais transmitidos por meio do programa SCANC e o ICMS devido resultante das retificações realizadas no respectivo programa, relativos aos fatos geradores do período de março de 2024.

§ 1º A convalidação de que trata o caput deste artigo se aplica inclusive aos pagamentos do ICMS, relativos aos fatos geradores do período de março de 2024, no caso em que a responsabilidade pelo seu recolhimento seja da refinaria de petróleo ou suas bases, previstos no:

I - inciso I do § 1º do art. 10 do Decreto nº 12.691, de 30 de dezembro de 2008;

II - inciso I do § 1º do art. 16 do Decreto nº 13.275, de 5 de outubro de 2011.

§ 2º Na hipótese deste artigo, fica permitida a compensação dos valores recolhidos a maior para a unidade da Federação, com débitos apurados decorrentes de repasses, antecipações e importações a ela devidos.

Art. 3º Fica dispensada a cobrança de acréscimos legais e de multas decorrentes dos procedimentos previstos neste Decreto, com amparo no Convênio ICMS 15/24, de 25 de abril de 2024.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Campo Grande, 28 de maio de 2024.

EDUARDO CORRÊA RIEDEL
Governador do Estado

FLÁVIO CÉSAR MENDES DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Fazenda

DECRETO Nº 16.447, DE 28 DE MAIO DE 2024.

Prorroga as datas-limites para o recolhimento do ICMS Substituição Tributária para contribuintes estabelecidos no Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no exercício da competência que lhe confere o art. 89, inciso VII, da Constituição Estadual,

Considerando a necessidade de incorporar à legislação tributária estadual as disposições do Convênio ICMS 59/24, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ);

Considerando as fortes chuvas que ocorreram no mês de maio de 2024 no Estado do Rio Grande do Sul, ocasionando enchentes e inundações, situação que culminou na decretação do estado de calamidade pública naquele Estado,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam prorrogadas por 2 (dois) meses, nos termos do Anexo I a este Decreto, as datas-limites para o recolhimento do ICMS Substituição Tributária, cujos prazos de pagamento recaiam nos meses de maio e junho de 2024, relativamente aos contribuintes estabelecidos no Estado do Rio Grande do Sul, listados no Anexo II a este Decreto.

§ 1º Nos termos do caput deste artigo, fica dispensada a exigência de valores correspondentes a juros e multas relativos ao atraso de recolhimento estabelecido nas datas-limites originais.

§ 2º O disposto neste Decreto não autoriza a restituição ou a compensação de valores eventualmente recolhidos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 28 de maio de 2024.

EDUARDO CORREA RIEDEL
Governador do Estado

FLÁVIO CÉSAR MENDES DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Fazenda

ANEXO I AO DECRETO Nº 16.447, DE 28 DE MAIO DE 2024.

CALENDÁRIO FISCAL							
REGIME DE APURAÇÃO OU DE PAGAMENTO OU SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO ICMS		Código de Controle	Periodicidade de Apuração	Data-limite/Recolhimento			
				MÊS/REF. Março 2024	MÊS/REF. Abril 2024	MÊS/REF. Maio 2024	MÊS/REF. Junho 2024
.....	.....						
6	SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA						
6.1	Mercadorias incluídas no regime de substituição tributária, ressalvados os demais subitens deste item 6	2.1.1.0	Mensal	-	17/7/2024	19/8/2024	
6.2	Combustíveis e lubrificantes e demais produtos mencionados no Convênio ICMS 110/07						
6.2.1	Refinarias						
6.2.1.1	Operações próprias e aquelas em relação às quais efetuou a retenção (Cl. 22ª, III, 'a', Conv. ICMS 110/07)	2.1.1.1	Mensal	-	10/7/2024	10/8/2024	-
6.2.1.2	Operações de outros contribuintes substitutos - combust. derivados de petróleo (Cl. 22ª, III, b (Conv. ICMS 110/07)	2.1.1.2	Mensal	-	20/7/2024	20/8/2024	-
6.2.2	Outros estabelecimentos (Cl. 16ª, Conv. ICMS 110/07)	2.1.1.3	Mensal	-	10/7/2024	10/8/2024	-
6.2.3	Gás natural (Decreto nº 10.483/01) Op. interna e interestadual (código de tributo 336)	2.1.1.4	Mensal: 1ª parcela 2ª parcela	-	- 10/7/2024	27/7/2024 10/8/2024	27/8/2024 -
6.3	Cimento (Protocolo ICM 11/85)	2.1.3.0	Mensal	-	20/7/2024		-
6.4	Carvão, (diferença de preço ou peso) adquirentes localizados em outra U.F. (Termo de Acordo)	2.2.2.0	Mensal	-	9/7/2024	20/8/2024	-
6.5	Gado (diferença de preço ou peso) adquirentes localizados em outra U.F. (Termo de Acordo)	1.5.0.0	Mensal	-	10/7/2024	10/8/2024	-
6.6	Energia elétrica (Conv. ICMS 83/00 e Lei nº 1.810, art. 48, I)	2.5.0.0	Mensal	-	9/7/2024	10/8/2024	-
6.7	Veículos automotores (Conv. ICMS 199/17 e 200/17); Cigarros, fumo etc (Conv. ICMS 111/17); Bebidas, cerveja, chope, refrigerantes etc. (Protocolo ICMS 11/91);	2.1.4.0	Mensal	-	9/7/2024	10/8/2024	-
6.8	SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - SIMPLES NACIONAL	2.3.0.0	Mensal	27/7/2024	25/8/2024	-	-
.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....

ANEXO II AO DECRETO Nº 16.447, DE 28 DE MAIO DE 2024.

Inscrição Estadual	CNPJ	Razão Social / Nome	Nome do Município
284908274	89237911000140	GLOBAL DISTRIBUIÇÃO DE BENS DE CONSUMO LTDA	DOIS IRMÃOS
282907351	92265552000140	MULTILAB IND COM PROD FARMACÊUTICOS LTDA	SÃO JERÔNIMO
282365915	89724447000117	BETTANIN INDUSTRIAL SA	ESTEIO

284911526	12889035000102	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	ERECHIM
284913146	88315379000170	HARMAN DO BRASIL IND.ELET.PART.LTDA	NOVA SANTA RITA
282907653	89723837000172	ATLAS SA	ESTEIO
282908447	59104760000515	TOYOTA DO BRASIL LTDA	GUAIBA
284917893	00349443000192	MULTIMÓVEIS INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA	BENTO GONÇALVES
284911534	87547170000179	TODESCHINI SA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	BENTO GONÇALVES
284916676	87548814000143	MÓVEIS CARRARO LTDA	BENTO GONÇALVES
282903364	88611264000122	INTRAL S/A IND DE MATERIAIS ELÉTRICOS	CAXIAS DO SUL
284920860	87235172000122	STIHL FERRAMENTAS MOTORIZADAS LTDA	SÃO LEOPOLDO
284909017	27011022000103	BL INDÚSTRIA ÓTICA LTDA	PORTO ALEGRE
284909904	93973329000110	INDÚSTRIA COMÉRCIO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	ARROIO DO MEIO
284914908	87296026023824	BENOIT ELETRODOMÉSTICOS LTDA	LAJEADO
284923052	89790356003367	ALTERO DESIGN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	SAPIRANGA
284917966	04603104000141	ORTOPONTO COMÉRCIO DE PRODUTOS DE EIRELI	PORTO ALEGRE
282904352	59275792009610	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA	GRAVATAI
282909800	43996693000208	PPG INDL BRASIL TINTAS E VERNÍZES LTDA	GRAVATAI
284917567	88887021000111	CALÇADOS MARTE LTDA	NOVA HARTZ
284902764	04041933002040	PHILIP MORRIS BRASIL IND E COM LTDA	SANTA CRUZ DO SUL
284921645	34190384000174	NETMOBIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	SÃO PEDRO DA SERRA
284904899	22301988000595	PROMETEON TYRE GROUP INDÚSTRIA BRAS LTDA	GRAVATAI
284921980	20983479000130	SELECT COMÉRCIO DE UTILIDADES LTDA	CANOAS
284907189	92667948000113	UNESUL DE TRANSPORTES LTDA	PORTO ALEGRE
284923370	89850341001212	GRENDENE S A	FARROUPILHA
284902624	11071732000199	SUPERPRO BETTANIN S.A.	ESTEIO
284917842	22283265000187	ZANLINE BAZAR E UTENSÍLIOS LTDA	FARROUPILHA
284909742	97755177000130	A. GRINGS S.A.	IGREJINHA
282366725	87556601000163	RINALDI S/A INDÚSTRIA DE PNEUMÁTICOS	BENTO GONCALVES
284901539	87870952001469	BORRACHAS VIPAL SA	NOVA PRATA
284923338	09112414000187	PREMIERE VEÍCULOS LTDA	NOVO HAMBURGO
284919691	33200056042658	LOJAS RIACHUELO SA	PORTO ALEGRE
284911194	02520829000140	DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	BARAO DE COTEGIPE
284920134	17472278000164	GOLDENPLUS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	BARAO DE COTEGIPE
282906886	89674782000158	JOHN DEERE BRASIL LTDA	HORIZONTINA
282364722	91671578000125	KILLING SA TINTAS E SOLVENTES	NOVO HAMBURGO
284906824	09216620000137	BR SUPPLY COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS SA	SAO LEOPOLDO
284913588	92781335000102	TAURUS ARMAS S.A.	SAO LEOPOLDO
284915343	01397137000194	PASINATO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	PARAI
284922382	16933552000192	DECALX COMÉRCIO DE ADESIVOS LTDA	SARANDI
284919756	06051394000193	PULZ COMÉRCIO DE IMPORTADOS EIRELI	PORTO ALEGRE
282903348	87235297000152	BORRACHAS TIPLER LTDA	SÃO LEOPOLDO
284588636	41495266000130	MADERI SEMIJOIAS LTDA	SANTANA DO LIVRAMENTO

284905054	33000167010255	PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS	CANOAS
282906460	92015064000184	SEMEATO SA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	PASSO FUNDO
284906972	89962294000146	FÁBRICA DE MÓVEIS FLORENSE LTDA	FLORES DA CUNHA
284918113	10888700000118	MARIN BRASIL VAREJO E DISTRIBUIÇÃO LTDA	FARROUPILHA
284915599	27883368000100	ALC DISTRIBUIDORA DE BENS DE CONS EIRELI	CAXIAS DO SUL
282906606	91967067000155	BAKOF IND COM DE FIBERGLASS LTDA	F R E D E R I C O WESTPHALEN
284658421	28491220000184	JULIANA PACHECO MAIA 01977530001	PORTO ALEGRE
282904387	87076519000131	ROL MAR METALÚRGICA LTDA	SÃO LEOPOLDO
282900446	93384311000182	MG INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A	BARRA DO RIBEIRO
282901213	92989219000183	TINTAS KRESIL LTDA	PORTO ALEGRE
284915181	57494031001054	COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	MONTENEGRO
284924369	89238133000104	HENRICH E CIA LTDA	DOIS IRMÃOS
284924350	91667618000165	CARBURGO VEÍCULOS LTDA	NOVO HAMBURGO
284921599	09459721000139	CERVEJARIA PETER VON BRUTSCHEN LTDA	SANTA CRUZ DO SUL
284916161	03733595004765	SUPERLEGAL COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA	SÃO LEOPOLDO
284913669	05022522000108	GROSSMED COMERCIAL DE PRODUTOS MEDI LTDA	CANOAS
284918130	15436940001177	AMAZON SERVICOS DE VAREJO DO BRASIL LTDA	NOVA SANTA RITA
284919160	25231894000151	ARMAZÉM BR COMÉRCIO DE BAZAR E UTEN LTDA	LAJEADO
284922404	31546266000168	CASAJOLI COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA	CANELA
284916013	94389400000184	MCW PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	SANTA CRUZ DO SUL
284916730	34023483000161	RAR INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENT LTDA	VACARIA
284921050	94311230000115	AUTO PECAS ZAGONEL LTDA	LAJEADO
284922293	41923935000470	FILA BRASIL LTDA	IVOTI
284924520	09650539000160	MASSIMO ESPORTES LTDA	PASSO FUNDO
284921815	06106005000180	STOCK MED PRODUTOS MEDICO HOSPITALA LTDA	SANTA CRUZ DO SUL
284907243	92665611019277	DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	PORTO ALEGRE
284909670	07875146000120	SERRA MOBILE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	CAXIAS DO SUL
284924539	05782733000149	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA	ENCANTADO
284914282	44914992002777	RODONAVES TRANSPORTES E ENCOMENDAS LTDA	PORTO ALEGRE
284924865	87956009000159	ADEMAR BRENNER RITTER & CIA LTDA	CAMAQUA
284916668	02017451000167	ITALINEA INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA	BENTO GONÇALVES
284918210	88936323000647	COLISEU JOALHERIA E ÓTICA LTDA	PORTO ALEGRE
284914967	93248979000100	BIO MED PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITAL LTDA	PORTO ALEGRE
284924911	04612952000206	VIA AROMA INDÚSTRIA DE AROMATIZADOR LTDA	PORTO ALEGRE
284925128	05747604000209	INDUSTRIA DE BOLSAS TONIN DO NORDES LTDA	FARROUPILHA
284922030	96418264000139	LOJAS QUERO QUERO SA	SANTO CRISTO
284913707	02494715000173	COOPERATIVA CENTRAL DE COOPERATIVAS	CANOAS
284916625	89042642000167	M D MÓVEIS LTDA	BOM PRINCIPIO
282904034	88610324000192	AGRALE SA	CAXIAS DO SUL
284915408	07752236000123	MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A	VERA CRUZ
284917575	93488039000180	DEDEKA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONF LTDA	CAXIAS DO SUL
284472140	35111670000160	ECOFLORA FLORESTAL LTDA	CRUZ ALTA
284923982	03343938000100	EMBRAR EQUIPAMENTOS E COMPONENTES LTDA	CAXIAS DO SUL
284912042	88634977000101	SOPRANO ELETROMETALURGICA E HIDRAUL LTDA	FARROUPILHA
284922218	21227039000116	LIFE CENTER COMÉRCIO E DISTRIBUIDOR LTDA	ERECHIM

284905640	47960950041901	MAGAZINE LUIZA S/A	CAXIAS DO SUL
284905690	47960950028999	MAGAZINE LUIZA S/A	CAXIAS DO SUL
284924709	00472805002181	TRACADO CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	CACHOEIRINHA
284906026	04307650000305	ONCO PROD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSP	PORTO ALEGRE
284920851	01466091002080	CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEL LTDA	ESTEIO
284908118	43708379007538	FAST SHOP S.A	ESTEIO
284925179	87668273000278	MOTORYAMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	PORTO ALEGRE
284921181	89237911029807	GLOBAL DISTRIBUIÇÃO DE BENS DE CONS LTDA	DOIS IRMÃOS
284925586	40763438000146	CASA META SHOP LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA	DOIS IRMÃOS
284925489	87668273000197	MOTORYAMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	PORTO ALEGRE
284926302	07581009000182	MAIS MATERIAIS ODONTOLOGICOS LTDA	PORTO ALEGRE
284926574	02360540000454	AUTO PEÇAS FAMA LTDA	SÃO LOURENÇO DO SUL
284926566	02360540000373	AUTO PEÇAS FAMA LTDA	SÃO LOURENÇO DO SUL
284926558	02360540000101	AUTO PEÇAS FAMA LTDA	SÃO LOURENÇO DO SUL
284918547	21131015001130	SOLE COMÉRCIO DE MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA	DOIS IRMÃOS
284926965	43790915000150	DOM BEBE COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA	BENTO GONÇALVES
284926981	59418806005963	TRACK & FIELD CO SA	NOVO HAMBURGO
284926876	33453598013705	RAIZEN S.A.	ESTEIO
284916250	68839828000171	CASA DAS CAPOTAS COMÉRCIO ELETRÔNICO LTDA	BENTO GONÇALVES
284907294	03652030000170	CENTERMEDI COM DE PROD HOSPITALAR LTDA	BARÃO DE COTEGIPE
284914126	00366257000161	CADERODE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA	FLORES DA CUNHA
284906530	08584116000127	INFOAR COMERCIO E SERVIÇOS EM AR EIRELI	PORTO ALEGRE
284919373	82110818000806	ALFA TRANSPORTES LTDA	CACHOEIRINHA
284918032	07526557004016	AMBEV S.A.	VIAMÃO
282363491	97318943000107	ÁGUAS MINERAIS SARANDI LTDA	SARANDI
284920673	13653008000107	AVANTTI MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA	BENTO GONÇALVES
284926850	33453598007489	RAIZEN S.A.	PASSO FUNDO
284902810	04041933001311	PHILIP MORRIS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	SANTA CRUZ DO SUL
284928046	18671001000123	VINCI COMÉRCIO DE MODA LTDA	ESTÂNCIA VELHA
284921890	84453844002636	TELLERINA COMÉRCIO DE PRESENTES E ART SA	PORTO ALEGRE
284918822	33337122002502	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A.	SANTA MARIA
284918830	33337122009698	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A.	RIO GRANDE
284928364	07520542000134	M.P.ZANON & CIA LTDA	LAJEADO
284905992	04307650000992	ONCO PROD DISTRIBUÍDORA DE PRODUTOS LTDA	CACHOEIRINHA
284928879	88634977002074	SOPRANO INDÚSTRIA ELETROMETALURGICA LTDA	CAXIAS DO SUL
284929050	30817591000155	C.F.F. DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS LTDA	SÃO LEOPOLDO
284929182	73795486002119	STAMPA ARTEFATOS DE COURO LTDA	PRESIDENTE LUCENA
284928763	45075049000494	NEW BRASIL ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	IVOTI
284928895	18946993000154	NERD UNIVERSE PRODUTOS COMÉRCIO DE LTDA	PORTO ALEGRE
284929921	40408265000148	CUTELARIA BV INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	FARROUPILHA
284931977	11909814000160	NEORUBBER INDÚSTRIA DE SANDALIAS LTDA	CAPELA DE SANTANA
284926868	33453598010781	RAIZEN S.A.	IJUI
284966231	39373848000100	REALIZE COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS LTDA	GRAVATAI
284966215	30546728000184	CRICRI COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS LTDA	GRAVATAI
284917133	94837598000111	FAXON QUÍMICA LTDA	CAMPO BOM
284970425	37097991000182	CZ COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	BENTO GONÇALVES
284977349	74072513004484	AGRO COMERCIAL AFUBRA LTDA	SANTA CRUZ DO SUL

DECRETO ESPECIAL

DECRETO "E" Nº 32, DE 28 DE MAIO DE 2024.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área do imóvel rural que menciona, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no exercício da competência que lhe confere o art. 89, incisos VII e XXI, da Constituição Estadual, e tendo em vista o disposto na alínea "i" do art. 5º e no art. 10 do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e suas alterações,

D E C R E T A:

Art. 1º Declara-se de utilidade pública, para fins de desapropriação, pela via administrativa ou judicial, destinada à implantação e à pavimentação asfáltica da Rodovia MS-165, Trecho: Fim do Trecho Pavimentado – km 174,30, no Município de Paranhos-MS, a área de terras medindo 5.306 m², bem como as suas benfeitorias, a ser desmembrada dos imóveis denominados "Recanto Feliz" e "Dona Neli", registrados, respectivamente, nas matrículas nº 2.318 e nº 2.317, Livro 02, do Registro de Imóveis da Comarca de Sete Quedas-MS, cuja propriedade dominial se encontra registrada em nome de Maximilian Pelissari de Souza, casado com Danielle Maia de Souza, ou na posse de quem de direito, descrita no parágrafo único deste artigo, conforme mapa, memorial descritivo e documentos constantes do Processo Administrativo nº 79/009.310/2023.

Parágrafo único. A área de terras medindo 5.306 m², de que trata o caput deste artigo, tem a seguinte descrição: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 7.360.399,32 m e E 658.958,89 m; situado na divisa do Lote nº 158 com o Lote nº 157, de Joel Alcange de Oliveira; deste, segue confrontando com o Lote nº 157, com os seguintes azimutes e distâncias: 115º 53' e 42,34 m até o vértice 2, de coordenadas N 7.360.380,42 m e E 658.996,77 m; 186º 47' e 136,54 m até o vértice 3, de coordenadas N 7.360.245,03 m e E 658.979,14 m; 305º 08'·e 45,43 m até o vértice 4, de coordenadas N 7.360.271,60 m e E 658.942,26 m; 7º 25' 07" e 128,80 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir de coordenadas N m e E m, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 57º 00', fuso -21, tendo como *Datum* o SIRGAS 2000. Todos os azimutes, as distâncias, a área e o perímetro foram calculados no plano de projeção UTM, encerrando esta descrição. Responsável técnico: Engenheiro Civil, Paulo Takehiko Yoshizumi CREA/PR 6.569/D.

Art. 2º O Estado de Mato Grosso do Sul, visando a contribuir para os procedimentos a cargo da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), a adotar as providências necessárias à efetivação da desapropriação, de que trata este Decreto, por via amigável ou judicial, em nome da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul (Agesul), na forma da legislação vigente, sendo que as despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária CONSTRURODO, 10.79201.26.782.2219.6195.0001, FONTE 0150000001.

Art. 3º Fica a expropriante autorizada a invocar caráter de urgência, para efeito de imediata imissão de posse da propriedade abrangida por este Decreto, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e suas alterações.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 28 de maio de 2024.

EDUARDO CORRÊA RIEDEL
Governador do Estado

HÉLIO PELUFFO FILHO
Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

DECRETO "E" Nº 33, DE 28 DE MAIO DE 2024.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área do imóvel rural que menciona, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no exercício da competência que lhe confere o art. 89, incisos VII e XXI, da Constituição Estadual, e tendo em vista o disposto na alínea "i" do art. 5º e no art. 10 do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e suas alterações,

D E C R E T A:

Art. 1º Declara-se de utilidade pública, para fins de desapropriação, pela via administrativa ou judicial, destinada à implantação e à pavimentação asfáltica da Rodovia MS-165, Trecho: Fim do Trecho Pavimentado – km 174,30, no Município de Paranhos-MS, a área de terras medindo 10.400 m², bem como as suas benfeitorias, a ser desmembrada do imóvel denominado "Lote Nº 159 - GLEBA PARANHOS", registrado na matrícula nº 2.228, Livro 02, do Registro de Imóveis da Comarca de Sete Quedas-MS, cuja propriedade dominial se encontra registrada em nome de Valdemar de Paula Freitas, casado com Joceli Tamanho Freitas, ou na posse de quem de direito, descrita no parágrafo único deste artigo, conforme mapa, memorial descritivo e documentos constantes do Processo Administrativo nº 79/009.308/2023.

Parágrafo único. A área de terras medindo 10.400 m², de que trata o caput deste artigo, tem a seguinte descrição: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 7.360.761,47 m e E 658.977,78 m; situado na divisa do Lote nº 159; deste, segue confrontando com o Lote nº 159, com os seguintes azimutes e distâncias: 106º 11' e 44,34 m até o vértice 2, de coordenadas N 7.360.748,62 m e E 659.020,21 m; 171º 50' e 3,79 m até o vértice 3, de coordenadas N 7.360.744,87 m e E 659.020,71 m; 172º 44' e 20,62 m até o vértice 4, de coordenadas N 7.360.724,39 m e E 659.023,10 m; 174º 28' e 20,59 m até o vértice 5, de coordenadas N 7.360.703,86 m e E 659.024,86 m; 176º 13' e 20,63 m até o vértice 6, de coordenadas N 7.360.683,27 m e E 659.025,98 m; 178º 02' e 20,63 m até o vértice 7, de coordenadas N 7.360.662,66 m e E 659.026,47 m; 179º 41' e 20,61 m até o vértice 8, de coordenadas N 7.360.642,05 m e E 659.026,33 m; 181º 31' e 20,22 m até o vértice 9, de coordenadas N 7.360.621,84 m e E 659.025,57 m; 183º 15' e 20,95 m até o vértice 10, de coordenadas N 7.360.600,94 m e E 659.024,16 m; 184º 37' e 20,68 m até o vértice 11, de coordenadas N 7.360.580,34 m e E 659.022,26 m; 185º 44' e 20,62 m até o vértice 12, de coordenadas N 7.360.559,84 m e E 659.019,98 m; 186º 22' e 20,65 m até o vértice 13, de coordenadas N 7.360.539,37 m e E 659.017,46 m; 186º 47' e 18,65 m até o vértice 14, de coordenadas N 7.360.520,87 m e E 659.015,06 m; 186º 45' e 22,62 m até o vértice 15, de coordenadas N 7.360.498,44 m e E 659.012,14 m; 186º 45' e 10,81 m até o vértice 16, de coordenadas N 7.360.487,73 m e E 659.010,75 m; situado na divisa do Lote nº 159, de Valdemar de Paula Freitas, com o Lote nº 158; deste, segue confrontando com o Lote nº 158, com os seguintes azimutes e distâncias: 293º 24' e 41,75 m até o vértice 17, de coordenadas N 7.360.504,73 m e E 658.972,62 m; 06º 48' e 21,50 m até o vértice 18, de coordenadas N 7.360.526,04 m e E 658.975,40 m; 06º 44' e 20,51 m até o vértice 19, de coordenadas N 7.360.546,39 m e E 658.978,03 m; 06º 21' e 19,41 m até o vértice 20, de coordenadas N 7.360.565,64 m e E 658.980,39 m; 05º 39' e 19,54 m até o vértice 21, de coordenadas N 7.360.585,05 m e E 658.982,53 m; 04º 33' e 19,57 m até o vértice 22, de coordenadas N 7.360.604,54 m e E 658.984,32 m; 03º 15' e 19,44 m até o vértice 23, de coordenadas N 7.360.623,94 m e E 658.985,62 m; 01º 32' e 19,02 m até o vértice 24, de coordenadas N 7.360.642,94 m e E 658.986,34 m; 359º 44' e 19,38 m até o vértice 25, de coordenadas N 7.360.662,33 m e E 658.986,47 m; 357º 59' e 19,39 m até o vértice 26, de coordenadas N 7.360.681,71 m e E 658.986,01 m; 356º 13' e 19,36 m até o vértice 27, de coordenadas N 7.360.701,06 m e E 658.984,96 m; 354º 28' e 19,38 m até o vértice 28, de coordenadas N 7.360.720,37 m e E 658.983,30 m; 352º 47' e 19,41 m até o vértice 29, de coordenadas N 7.360.739,63 m e E 658.981,06 m; 351º 27' 32" e 22,08 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todos os azimutes, as distâncias, as áreas e os perímetros foram calculados no plano e projeção UTM, encerrando esta descrição. Responsável técnico: Engenheiro Civil, Paulo Takehiko Yoshizumi CREA/PR 6.569/D.

Art. 2º O Estado de Mato Grosso do Sul, visando a contribuir para os procedimentos a cargo da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), a adotar as providências necessárias à efetivação da desapropriação, de que trata este Decreto, por via amigável ou judicial, em nome da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul (Agesul), na forma da legislação vigente, sendo que as despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária CONSTRURODO, 10.79201.26.782.2219.6195.0001, FONTE 0150000001.

Art. 3º Fica a expropriante autorizada a invocar caráter de urgência, para efeito de imediata imissão de posse da propriedade abrangida por este Decreto, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e suas alterações.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 28 de maio de 2024.

EDUARDO CORRÊA RIEDEL
Governador do Estado

HÉLIO PELUFFO FILHO
Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

DECRETO "E" Nº 34, DE 28 DE MAIO DE 2024.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área do imóvel rural que menciona, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no exercício da competência que lhe confere o art. 89, incisos VII e XXI, da Constituição Estadual, e tendo em vista o disposto na alínea "i" do art. 5º e no art. 10 do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e suas alterações,

D E C R E T A:

Art. 1º Declara-se de utilidade pública, para fins de desapropriação, pela via administrativa ou judicial, destinada à implantação e à pavimentação asfáltica da Rodovia MS-165, Trecho: Fim do Trecho Pavimentado - km 174,30, no Município de Paranhos-MS, a área de terras medindo 742 m², bem como as suas benfeitorias, a ser desmembrada do imóvel denominado "Lote nº 133-Gleba Paranhos", registrado na matrícula nº 1.360, Livro 02, do Registro de Imóveis da Comarca de Sete Quedas-MS, cuja propriedade dominial se encontra registrada em nome de Rosinete Schirmer, ou na posse de quem de direito, descrita no parágrafo único deste artigo, conforme mapa, memorial descritivo e documentos constantes do Processo Administrativo nº 79/009.328/2023.

Parágrafo único. A área de terras medindo 742 m², de que trata o caput deste artigo, tem a seguinte descrição: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 7.353.392,71 m e E 659.451,14 m; deste, segue confrontando com os seguintes azimutes e distâncias: 127º44' e 68,50 m até o vértice 2, de coordenadas N 7.353.350,16 m e E 659.504,81 m; 126º35' e 14,86 m até o vértice 3, de coordenadas N 7.353.341,18 m e E 659.516,66 m; 124º33' e 6,18 m até o vértice 4, de coordenadas N 7.353.337,61 m e E 659.521,70 m; 200º09' e 10,09 m até o vértice 5, de coordenadas N 7.353.328,17 m e E 659.518,12 m; 308º42' e 89,99 m até o vértice 6, de coordenadas N 7.353.385,22 m e E 659.448,53 m; 19º12'42" e 7,93 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir de coordenadas N m e E m, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 57º00', fuso -21, tendo como *Datum* o SIRGAS 2000. Todos os azimutes, as distâncias, a área e o perímetro foram calculados no plano de projeção U T M, encerrando esta descrição. Engenheiros responsáveis: Paulo Takehiko Yoshizumi CREA/PR 6569, Ademar Marques Curvo Sobrinho CREA/MT 05601 e Gustavo Yudi Komiyama CREA/MS 16212.

Art. 2º O Estado de Mato Grosso do Sul, visando contribuir para os procedimentos a cargo da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), a adotar as providências necessárias à efetivação da desapropriação, de que trata este Decreto, por via amigável ou judicial, em nome da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul (Agesul), na forma da legislação vigente, sendo que as despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária CONSTRURODO, 10.79201.26.782.2219.6195.0001, FONTE 0150000001.

Art. 3º Fica a expropriante autorizada a invocar caráter de urgência, para efeito de imediata imissão de posse da propriedade abrangida por este Decreto, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e suas alterações.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 28 de maio de 2024.

EDUARDO CORRÊA RIEDEL
Governador do Estado

HÉLIO PELUFFO FILHO
Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

DECRETO "E" Nº 35, DE 28 DE MAIO DE 2024.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área do imóvel rural que menciona, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no exercício da competência que lhe confere o art. 89, incisos VII e XXI, da Constituição Estadual, e tendo em vista o disposto na alínea "i" do art. 5º e no art. 10 do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e suas alterações,

D E C R E T A:

Art. 1º Declara-se de utilidade pública, para fins de desapropriação, pela via administrativa ou judicial, destinada à implantação e à pavimentação asfáltica da Rodovia MS-165, Trecho: Fim do Trecho Pavimentado – km 174,30, no Município de Paranhos-MS, a área de terras medindo 14.487 m², bem como as suas benfeitorias, a ser desmembrada do imóvel denominado "Lote nº 23-Gleba Paranhos", registrado na matrícula nº 1.173, Livro 02, do Registro de Imóveis da Comarca de Sete Quedas-MS, cuja propriedade dominial se encontra registrada em nome de Irani Eich, casado com Rosa Carvalho Eich, ou na posse de quem de direito, descrita no parágrafo único deste artigo, conforme mapa, memorial descritivo e documentos constantes do Processo Administrativo nº 79/009.317/2023.

Parágrafo único. A área de terras medindo 14.487 m², de que trata o caput deste artigo, tem a seguinte descrição: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 7.354.315,79 m e E 658.246,63 m; deste, segue confrontando com os seguintes azimutes e distâncias: 104º57' e 8,46 m até o vértice 2, de coordenadas N 7.354.313,50 m e E 658.254,76 m; 200º06' e 112,91 m até o vértice 3, de coordenadas N 7.354.207,93 m e E 658.214,78 m; 196º03' e 11,14 m até o vértice 4, de coordenadas N 7.354.197,28 m e E 658.211,57 m; 186º24' e 15,97 m até o vértice 5, de coordenadas N 7.354.181,43 m e E 658.209,62 m; 174º55' e 15,97 m até o vértice 6, de coordenadas N 7.354.165,50 m e E 658.210,85 m; 163º32' e 15,98 m até o vértice 7, de coordenadas N 7.354.150,14 m e E 658.215,22 m; 151º59' e 15,96 m até o vértice 8, de coordenadas N 7.354.135,95 m e E 658.222,55 m; 140º32' e 15,98 m até o vértice 9, de coordenadas N 7.354.123,50 m e E 658.232,56 m; 129º08' e 15,94 m até o vértice 10, de coordenadas N 7.354.113,30 m e E 658.244,82 m; 117º53' e 15,52 m até o vértice 11, de coordenadas N 7.354.105,91 m e E 658.258,45 m; 112º17' e 280,16 m até o vértice 12, de coordenadas N 7.353.996,84 m e E 658.516,47 m; 111º04' e 19,67 m até o vértice 13, de coordenadas N 7.353.989,56 m e E 658.534,75 m; 108º48' e 19,18 m até o vértice 14, de coordenadas N 7.353.983,17 m e E 658.552,85 m; 106º28' e 19,20 m até o vértice 15, de coordenadas N 7.353.977,52 m e E 658.571,20 m; 104º11' e 19,20 m até o vértice 16, de coordenadas N 7.353.972,60 m e E 658.589,76 m; 102º12' e 14,12 m até o vértice 17, de coordenadas N 7.353.969,47 m e E 658.603,50 m; 101º22' e 236,25 m até o vértice 18, de coordenadas N 7.353.920,33 m e E 658.834,56 m; 194º37' e 23,18 m até o vértice 19, de coordenadas N 7.353.897,95 m e E 658.828,47 m; 284º07' e 280,85 m até o vértice 20, de coordenadas N 7.353.969,49 m e E 658.556,91 m; 288º04' e 126,56 m até o vértice 21, de coordenadas N 7.354.010,08 m e E 658.437,04 m; 292º38' e 273,91 m até o vértice 22, de coordenadas N 7.354.118,31 m e E 658.185,45 m; 359º46' e 44,92 m até o vértice 23, de coordenadas N 7.354.163,21 m e E 658.185,78 m; 21º44'33" e 164,27 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir de coordenadas N m e E m, e encontram-se representadas no sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 57º00', fuso -21, tendo como *Datum* o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M, encerrando esta descrição. Responsável Técnico: Engenheiro Civil, Paulo Takehiko Yoshizumi CREA/PR 6569/D.

Art. 2º O Estado de Mato Grosso do Sul, visando a contribuir para os procedimentos a cargo da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), a adotar as providências necessárias à efetivação da desapropriação, de que trata este Decreto, por via amigável ou judicial, em nome da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul (Agesul), na forma da legislação vigente, sendo que as despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária CONSTRURODO, 10.79201.26.782.2219.6195.0001, FONTE 0150000001.

Art. 3º Fica a expropriante autorizada a invocar caráter de urgência, para efeito de imediata imissão de posse da propriedade abrangida por este Decreto, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e suas alterações.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 28 de maio de 2024.

EDUARDO CORRÊA RIEDEL
Governador do Estado

HÉLIO PELUFFO FILHO
Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

DECRETO "E" Nº 36, DE 28 DE MAIO DE 2024.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área do imóvel rural que menciona, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no exercício da competência que lhe confere o art. 89, incisos VII e XXI, da Constituição Estadual, e tendo em vista o disposto na alínea "i" do art. 5º e no art. 10 do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e suas alterações,

D E C R E T A:

Art. 1º Declara-se de utilidade pública, para fins de desapropriação, pela via administrativa ou judicial, destinada à implantação e à pavimentação asfáltica da Rodovia MS-165, Trecho: Fim do Trecho Pavimentado – km 174,30, no Município de Paranhos-MS, a área de terras medindo 4.290 m², bem como as suas benfeitorias, a ser desmembrada do imóvel denominado "Lote nº 158-Gleba Paranhos", registrado na matrícula nº 8.070, Livro 02, do Registro de Imóveis da Comarca de Sete Quedas-MS, cuja propriedade dominial se encontra registrada em nome de Jermano Antunes da Silva, Catarino Moizés Antunes da Silva, casado com Adriana dos Santos Alves Ribeiro, Eugênio Antunes da Silva, casado com Elisonia da Silva Ribeiro Antunes, João Batista Antunes da Silva, casado com Fabiola Raquel Ramos Fernandes da Silva, Luis Antunes da Silva, Izaias Antunes da Silva, Antônio Antunes da Silva e Lucas Antunes da Silva, ou na posse de quem de direito, descrita no parágrafo único deste artigo, conforme mapa, memorial descritivo e documentos constantes do Processo Administrativo nº 79/009.309/2023.

Parágrafo único. A área de terras medindo 4.290 m², de que trata o *caput* deste artigo, tem a seguinte descrição: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 7.360.504,73 m e E 658.972,62 m; situado na divisa do Lote nº 159, de Valdemar de Paula Freitas com o Lote nº 158; deste, segue confrontando com o Lote nº 159, com os seguintes azimutes e distâncias: 113º24' e 41,75 m até o vértice 2, de coordenadas N 7.360.487,73 m e E 659.010,75 m; situado na divisa do Lote nº 158 com o Lote nº 157, de Joel Alcange de Oliveira; deste, segue confrontando com o Lote nº 157, com os seguintes azimutes e distâncias: 186º47' e 108,22 m até o vértice 3, de coordenadas N 7.360.380,42 m e E 658.996,77 m; 295º53' e 42,34 m até o vértice 4, de coordenadas N 7.360.399,32 m e E 658.958,89 m; 7º25'16" e 106,30 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir de coordenadas N m e E m, e encontram-se representadas no sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 57º00', fuso -21, tendo como *Datum* o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M, encerrando esta descrição. Responsável Técnico: Engenheiro Civil, Paulo Takehiko Yoshizumi CREA/PR 6569/D.

Art. 2º O Estado de Mato Grosso do Sul, visando a contribuir para os procedimentos a cargo da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), a adotar as providências necessárias à efetivação da desapropriação, de que trata este Decreto, por via amigável ou judicial, em nome da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul (Agesul), na forma da legislação vigente, sendo que as despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária CONSTRURODO, 10.79201.26.782.2219.6195.0001, FONTE 0150000001.

Art. 3º Fica a expropriante autorizada a invocar caráter de urgência, para efeito de imediata imissão de posse da propriedade abrangida por este Decreto, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e suas alterações.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 28 de maio de 2024.

EDUARDO CORRÊA RIEDEL
Governador do Estado

HÉLIO PELUFFO FILHO
Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

ATOS NORMATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica

RESOLUÇÃO SEGOV Nº 475, DE 28 DE MAIO DE 2024.

Transforma saldo remanescente e Cargo em Comissão de Direção, de Gerência e de Assessoramento dos órgãos da Administração Direta, das autarquias e das fundações do Poder Executivo Estadual.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA, tendo em vista o disposto no art. 6º da Lei nº 6.036, de 1º de janeiro de 2023, e no exercício da competência que lhe confere o art. 2º-A do Decreto nº 11.439, de 13 de outubro de 2003, acrescentado pelo Decreto nº 15.198, de 25 de março de 2019, com redação dada pelo Decreto nº 16.078, de 2 de janeiro de 2023,

R E S O L V E:

Art. 1º Transformar, sem aumento de despesas, saldo remanescente do Banco de Saldo Financeiro, previsto no art. 7º, inciso II, da Lei n. 6.036, de 1º de janeiro de 2023, e um cargo em comissão de Gestão e Assistência, símbolo CCA-14, em um cargo em comissão de Direção Especial e Assessoramento, símbolo CCA-09, da Administração Direta, das autarquias e das fundações do Poder Executivo, de acordo com o estabelecido no anexo II da Lei n. 6.036 de 2023, e alterações.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CAMPO GRANDE-MS, 28 DE MAIO DE 2024.

RODRIGO PEREZ RAMOS
Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica

Secretaria de Estado de Fazenda

ACÓRDÃO n. 126/2024 – PROCESSO n. 11/013250/2020 (ALIM n. 45982-E/2020-d) – RECURSO VOLUNTÁRIO n. 250/2021 – RECORRENTE: Auto Mecânica Boa Sorte Ltda. EPP – I.E. n. 28.281.096-0 – Dourados-MS – DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA: Procedente.

EMENTA: ICMS. OPERAÇÃO DE SAÍDA PRESUMIDA – FATO APURADO MEDIANTE CONFRONTO ENTRE AS VENDAS DECLARADAS AO FISCO E OS VALORES INFORMADOS POR ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO E/OU DÉBITO – ALEGAÇÃO DE QUE SE TRATA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NÃO SUBMETIDA À INCIDÊNCIA DE ICMS – COMPROVAÇÃO – PRESUNÇÃO AFASTADA. EXIGÊNCIA FISCAL IMPROCEDENTE. RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.

No caso de presunção legal da ocorrência de operações de saída tributadas sem a emissão de documentos fiscais, comprovada a alegação de que se trata de prestação de serviço não submetida à incidência ICMS, mediante Notas Fiscais de Serviços devidamente escrituradas nos livros fiscais do estabelecimento autuado, impõe-se outorgar provimento ao recurso voluntário para decretar a integral improcedência da exigência fiscal, restando prejudicada a análise das demais matérias recursais.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntário n. 250/2021, acordam os membros do Tribunal

Administrativo Tributário do Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com a Ata e o Termo de Julgamento, conforme o parecer, por unanimidade, pelo conhecimento e provimento do recurso voluntário, para reformar a decisão singular e decretar a improcedência da exigência fiscal.

Campo Grande-MS, 9 de maio de 2024.

Cons. Josafá José Ferreira do Carmo – Presidente

Cons. Márcio Bonfá de Jesus – Relator

Tomaram parte no julgamento, na sessão de 7/5/2024, os Conselheiros Márcio Bonfá de Jesus (Suplente), Daniel Gaspar Luz Campos de Souza (Suplente), Glauco Lubacheski de Aguiar, Gérson Mardine Fraulob e Luiz Lemos de Souza Brito Filho (Suplente). Presente a representante da PGE, Dra. Mariana Andrade Vieira.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 38/ 2024

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso de suas atribuições e da competência que lhe confere o caput do art. 1° do Decreto 12.985, de 11 de maio de 2010, e com fundamento nas disposições do referido Decreto, NOTIFICA as entidades representativas dos setores do comércio e indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul, de que:

I – conforme preconiza o Decreto nº 12.985, de 2010, a Unidade de Pesquisa de Mercadorias (UPEM), desta Superintendência de Administração Tributária, realizou pesquisa com objetivo de excluir da Tabela PMPF da Sefaz/MS, baterias de automóveis que deixaram de ser comercializadas no Estado de Mato Grosso do Sul em período igual ou superior aos últimos 12 meses, obtendo os produtos constantes do anexo a este Edital;

II – caso as entidades discordem do resultado da pesquisa realizada, informados neste Edital, elas podem solicitar informação sobre os procedimentos e sistemática aplicados na pesquisa, mediante requerimento dirigido à UPEM, localizada na sede da Secretaria de Estado de Fazenda, no Bloco II do Parque dos Poderes, em Campo Grande – MS, desde que o façam no prazo de cinco dias contados da publicação deste Edital de Notificação. Neste caso:

a) o requerimento deve ser encaminhado à UPEM, dentro do prazo estabelecido neste inciso, de forma eletrônica, pelo e-mail: pesquisadeprecos@fazenda.ms.gov.br, facultado à entidade requerente solicitar confirmação do recebimento do e-mail;

b) a UPEM encaminhará a informação solicitada à entidade requerente, de forma eletrônica, pelo mesmo e-mail através do qual lhe foi enviado o requerimento, ou em resposta a ele;

c) considerar-se-á recebida a informação da UPEM, pela entidade requerente, na mesma data do seu encaminhamento eletrônico;

d) o requerimento deverá tratar exclusivamente dos produtos constantes do anexo a este Edital, os requerimentos que descumprirem a esta prerrogativa não serão analisados.

III - no prazo de cinco dias, contados da data do recebimento da informação da UPEM, a entidade que requereu e recebeu a informação, pode apresentar, por escrito e com base na informação recebida, petição dirigida ao Superintendente de Administração Tributária, expondo as razões da eventual discordância quanto aos valores médios de que trata o inciso I deste Edital de Notificação. A petição dirigida ao Superintendente de Administração Tributária deve ser encaminhada à UPEM, dentro do prazo estabelecido neste inciso, de forma eletrônica, pelo e-mail: pesquisadeprecos@fazenda.ms.gov.br, facultado à entidade peticionária solicitar confirmação do recebimento do e-mail;

IV – os prazos estabelecidos nos incisos II e III deste Edital de Notificação não se cumulam, devendo ser considerados e observados individualmente, exclusivamente para as finalidades especificadas nos referidos incisos;

V – na hipótese de as entidades representativas não exercerem uma das prerrogativas, ou ambas, de que tratam os incisos II e III deste Edital de Notificação, dentro dos prazos neles estabelecidos, presumem-se aceitas por elas as exclusões resultantes das pesquisa realizada, as quais serão publicadas por meio de ato do Superintendente de Administração Tributária/SEFAZ, no Diário Oficial do Estado.

Campo Grande, 28 de maio de 2024

WALDOMIRO MORELLI JUNIOR
Superintendente de Administração Tributária

ANEXO AO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 38/ 2024

GRUPO GENERICO
DIVERSOS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	**TIPO VRP	VALOR (R$)	*AÇÃO
131826	BATERIA ELETRAN 150 S BE - 1UN	2	460,00	E
131609	BATERIA ELETRAN 60 S PD - 1UN	2	200,00	E
155416	BATERIA EXTRANGER BR 40D 40A - 1UN	2	170,00	E
128172	BATERIA MOURA M60GD MFA - 1UN	2	349,86	E
130484	BATERIA PIONEIRO EFB95D - 1UN	2	665,00	E

Legenda Ações*
E - Exclusão de Produto

Legenda VRP**
2 - VRP Valor Real Pesquisado

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 39/ 2024

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 9º-D do Anexo III ao Regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto nº 9.203, de 18 de setembro de 1998,

R E S O L V E:
I – Dar conhecimento às entidades representativas do setor envolvido na produção e na comercialização dos produtos: baterias, do resultado da pesquisa de preços realizada pela Unidade de Pesquisa de Mercadorias (UPEM), vinculada à Coordenadoria de Apoio à Administração Tributária (CAAT), nos termos do art. 9º-C do Anexo III ao RICMS, para efeito de fixação do Preço Médio Ponderado a Consumidor Final (PMPF) dos referidos produtos;

II – estabelecer prazo de cinco dias, contados da publicação deste Edital, para que, caso discordem dos preços obtidos na pesquisa, as referidas entidades representativas se manifestem, de forma fundamentada;

III – informar às referidas entidades representativas que:

a) para efeito da manifestação de que trata o inciso II deste edital, elas podem obter, desde que observado o prazo estabelecido no referido inciso e sem qualquer alteração do mesmo, informações sobre a pesquisa realizada, mediante requerimento dirigido à UPEM, localizada na sede da Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ), Bloco II, Parque dos Poderes, em Campo Grande - MS, neste Estado, hipótese em que:

1 - O requerimento deve ser encaminhado à UPEM de forma eletrônica, pelo e-mail: pesquisadeprecos@fazenda.ms.gov.br, podendo as entidades requerentes solicitarem confirmação do recebimento do e-mail;

2 - A UPEM encaminhará a informação solicitada às entidades requerentes, também de forma eletrônica, pelo mesmo e-mail através do qual lhe foi enviado o requerimento, ou mediante simples resposta a ele;

3 - Considerar-se-á recebida a informação da UPEM, pelas entidades requerentes, na mesma data do seu encaminhamento eletrônico;

4 - O requerimento deverá tratar exclusivamente dos produtos constantes do anexo a este Edital, os requerimentos que descumprirem a esta prerrogativa não serão analisados.

b) nos termos dos §§ 2º, 3º e 4º do art. 9º-D do Anexo III ao RICMS:

1 - Se no prazo estabelecido no inciso II deste Edital não houver a manifestação fundamentada de que trata o referido inciso, o resultado da pesquisa de preços será considerado válido, podendo a SEFAZ adotar as medidas necessárias para a fixação do PMPF apurado;

2 - Se houver manifestação fundamentada, no prazo estabelecido no inciso II deste Edital, a SEFAZ analisará os fundamentos apresentados e dará conhecimento da decisão sobre a manifestação às entidades representativas manifestantes, com a devida fundamentação;

3 - Na hipótese de a decisão sobre a manifestação das entidades representativas for pela não aceitação da fundamentação apresentada, a SEFAZ adotará as medidas necessárias para a fixação do PMPF apurado, mediante divulgação por ato do Superintendente de Administração Tributária, publicado no Diário Oficial do Estado.

Campo Grande, 28 de maio de 2024

WALDOMIRO MORELLI JUNIOR
Superintendente de Administração Tributária

ANEXO AO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 39/ 2024

01 - Autopeças

53.00 - Acumuladores elétricos de chumbo, do tipo utilizado para o arranque dos motores de pistão

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR (R$)	*AÇÃO
7891579858955	BATERIA MAGNETI MARELLI PRM60DR - 1UN	472,00	A
7896320532702	BATERIA MOTORLIGHT TFS30UTD MFS30UTD - TECNOLOGIA SLI - 30AH - 1UN	401,00	A

Legenda Ações*
A - Alteração de Produto

PORTARIA/SAT 3361, 28 de maio de 2024

Dispõe sobre alteração do grupo de preços na tabela denominada Valor Real Pesquisado, dos produtos que especifica.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso de suas atribuições e da competência que lhe confere o art. 1°, caput do Decreto 12.985, de 11 de maio de 2010, e

CONSIDERANDO a prerrogativa da administração tributária estadual de modificar, em qualquer tempo, os produtos da tabela da Sefaz/MS denominada Valor Real Pesquisado (VRP);

CONSIDERANDO os resultados das pesquisas realizadas em conformidade com as disposições do ART. 2° do referido Decreto,

R E S O L V E:
Art. 1º Alterar, na tabela denominada Valor Real Pesquisado, o Grupo de Preço dos seguintes produtos: sucatas, conforme anexo.

Parágrafo único. Os produtos cujo grupo de preço foram alterados na referida tabela, nos termos do caput deste artigo, ficam sujeitos, a partir da inclusão, às disposições do Decreto nº 12.985, de 11 de maio de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10 de junho de 2024.

Campo Grande, 28 de maio de 2024

WALDOMIRO MORELLI JUNIOR
Superintendente de Administração Tributária

ANEXO À PORTARIA/SAT Nº 3361, de 28 de maio de 2024

GRUPO GENERICO

SUCATA

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	**TIPO VRP	VALOR (R$)	*AÇÃO
166539	SUCATA DE ACO INOXIDAVEL - 1KG	2	6,86	A
5460	SUCATA DE ALUMINIO - LATA - 1KG	2	6,81	A
5299	SUCATA DE ALUMINIO - OUTROS - 1KG	2	4,56	A
5320	SUCATA DE BATERIA - 1KG	2	2,37	A
5318	SUCATA DE BRONZE - 1KG	2	15,28	A
5348	SUCATA DE CHUMBO - 1KG	2	4,18	A
5367	SUCATA DE FERRO - 1KG	2	1,12	A
57269	SUCATA DE GARRAFA PET - 1KG	2	1,95	A
5379	SUCATA DE LATAO (METAL AMARELO) - 1KG	2	15,35	A
23739	SUCATA DE PAPEL BRANCO - 1KG	2	0,62	A
5391	SUCATA DE PLASTICO - 1KG	2	1,15	A
5410	SUCATA DE RADIADORES - 1KG	2	8,21	A

Legenda Ações*
A - Alteração de Produto

Legenda VRP**
2 - VRP Valor Real Pesquisado

Secretaria de Estado de Administração

Extrato do Contrato Administrativo 0003/2024/SAD **Nº Cadastral 24560**

Processo: 77/003.531/2024

Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Secretaria de Estado de Administração-SAD e empresa FLEX OFFICE COMERCIO DE PRODUTOS PARA ESCRITORIO LTDA.

Objeto: O objeto do presente Contrato é a **aquisição de mobiliários de escritórios** , conforme especificação e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e na Proposta de Preços, anexos do Edital.

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta do Programa de Trabalho n. 0412200376094000 3, Natureza da Despesa n. 449052, Item da Despesa n. 42, Fonte n. 0175500001.

Valor: O valor total deste contrato é de R$ 408.799,00 (quatrocentos e oito mil e setecentos e noventa e nove reais).

Da Vigência: A vigência do presente instrumento será de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

Amparo Legal: A legislação aplicável a este contrato será a Lei Federal n. 8.666/1993, Lei Federal n. 10.520/2002, Lei Federal n. 8.078/1990, Lei Estadual n. 1.627/1995 e Decreto Estadual n. 15.327/2019.

Ordenador de Despesas: Roberto Gurgel de Oliveira Filho

Data da Assinatura: 24/05/2024

Assinam: Roberto Gurgel de Oliveira Filho e Márcio Reis Cordeiro

Extrato do IV Termo de Apostilamento ao Contrato 0009/2022/SAD **Nº Cadastral 18049**

Processo: 55/004.161/2021

Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Administração - SAD e empresa REFRIPAR - COMÉRCIO E REFRIGERAÇÃO LTDA - ME

Objeto: Constitui objeto do presente Termo proceder a retificação da Cláusula Terceira – Da Alteração, do 2º Termo aditivo ao Contrato n. 009/2022.

Da Retificação: Retificar, em decorrência de erro material, o Item "Serviço de manutenção preventiva" constante na Cláusula Terceira – Da Alteração, Item 3.1, conforme tabela "**Para:**" da quantidade **631** para **651** no 2º Termo Aditivo ao contrato 009/2022, assinado em 03 de maio de 2024.

Amparo Legal: O presente termo encontra seu fundamento no art. 65 da Lei Federal n. 8.666/93.

Data da Assinatura: 20/05/2024

Assina: Roberto Gurgel de Oliveira Filho

Secretaria de Estado de Educação

Extrato de I Termo Aditivo ao Contrato 0043/2024-GL/Cogesp/SED **N° Cadastral 24009**

Processo: 29/027.656/2023

Partes: O Estado do Mato Grosso do Sul por intermédio da Secretaria de Estado de Educação - MS e F.Franco Junior Construções

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a alteração do quadro societário, a constar a empresa JD INVESTIMENTOS LTDA; A alteração da razão social da contratada F. FRANCO JUNIOR CONSTRUÇÕES- EPP, cuja denominação passa a ser NIT CONSTRUÇÕES LTDA; A administração da sociedade será exercida pelo não sócio Sr. Fulgêncio Franco Júnior.

Amparo Legal: O presente Termo Aditivo não infringe o art. 78, XI, da Lei Federal n. 8.666/93, de 21/06/93, Anexo ao Processo Administrativo nº 29/027.656/2023, de 23 de março de 2023.

Data da Assinatura: 24/05/2024

Assinam: Hélio Queiroz Daher e Fulgêncio Franco Junior

Extrato de I Termo Aditivo ao Contrato 0047/2023-GL/COGESP/SED **N° Cadastral 22441**

Processo: 29/028.050/2023

Partes: O Estado do Mato Grosso do Sul por intermédio da Secretaria de Estado de Educação - MS e GRADUAL ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a alteração do valor do contrato 047/2023.

Valor: O valor inicialmente contratado é de R$ 2.185.237,80 (dois milhões, cento e oitenta e cinco mil, duzentos e trinta e sete reais e oitenta centavos);Houve a supressão de alguns itens, o qual totaliza R$ 25.166,94 (vinte e cinco mil, cento e sessenta e seis reais e noventa e quatro centavos), representando 1,15% do montante; e o acréscimo de R$ 473.377,84 (quatrocentos e setenta e três mil, trezentos e setenta e sete reais e oitenta e quatro centavos), representando um percentual de 21,66% do valor inicial;A diferença entre a supressão e o acréscimo é de R$ 448.210,90 (Quatrocentos e quarenta e oito mil, duzentos e dez reais e noventa centavos).
Em consequência, o valor do contrato passará ao total de **R$ 2.633.448,70** (dois milhões, seiscentos e trinta e três mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e setenta centavos).

Amparo Legal: O presente Termo Aditivo consubstancia-se no art. 65, inciso I, alínea "a" "b" e seu §1º, da Lei Federal n. 8.666/93, atualizada pela Lei n. 9.648, de 27/05/1998, alterações posteriores.

Data da Assinatura: 24/05/2024

Assinam: Hélio Queiroz Daher e Caio Vinicius Trindade

Extrato de I Termo Aditivo ao Contrato 0053/2023-GL/Cogesp/SED **N° Cadastral 22561**

Processo: 29/027.619/2023

Partes: O Estado do Mato Grosso do Sul por intermédio da Secretaria de Estado de Educação - MS e F.Franco Junior Construções-EPP

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a alteração do quadro societário, a constar a empresa JD INVESTIMENTOS LTDA; A alteração da razão social da contratada F. FRANCO JUNIOR CONSTRUÇÕES- EPP, cuja denominação passa a ser NIT CONSTRUÇÕES LTDA; A administração da sociedade será exercida pelo não sócio Sr. Fulgêncio Franco Júnior.

Amparo Legal: O presente Termo Aditivo não infringe o art. 78, XI, da Lei Federal n. 8.666/93, de 21/06/93, Anexo ao Processo Administrativo nº 29/027.619/2023, de 23 de março de 2023.

Data da Assinatura: 24/05/2024

Assinam: Hélio Queiroz Daher e Fulgêncio Franco Junior

Extrato do II Termo Aditivo ao Contrato 0064/2022/SED **N° Cadastral 18432**

Processo: 29/037.439/2022

Partes: O Estado do Mato Grosso do Sul por intermédio da Secretaria de Estado de Educação - MS e BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS

Objeto: O Termo Aditivo tem por finalidade alterar a Cláusula Décima Primeira – Da Vigência, item 11.1 do Contrato n. 064/2022, a qual passa a vigorar com nova redação, previsto no item 17.1 da Cláusula Décima Sétima do referido contrato, com base no artigo inciso II, artigo 57 da Lei 8.666/1993.

Amparo Legal: Lei Federal n. 8.666/93 e posteriores alterações.

Ordenador de Despesas: Anderson Soares Jbara

Do Prazo: O presente instrumento contratual terá sua vigência prorrogada por mais 12 (doze) meses pelo período de 01 de junho de 2024 a 31 de maio de 2025, podendo ser prorrogado conforme dispõe a Lei n. 8.666/93 e suas alterações.

Data da Assinatura: 27/05/2024

Assinam: HELIO QUEIROZ DAHER e DANIEL RASCIKEVICUIS DO AMARAL NASCIMENTO, MARCELLO LIBERO ENDRIGO

RESOLUÇÃO/SED N. 4.311, DE 28 DE MAIO DE 2024.

Dispõe sobre o direito de matrícula de crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/190), o Parecer CNE/CEB n. 1/2020, aprovado em 21 de maio de 2020, a Resolução CNE/CEB n. 1/2020, de 13 de novembro de 2020, a Resolução/SED n. 4.273, de 25 de janeiro de 2024, e demais normas aplicáveis;

Considerando que os princípios da legislação educacional no país asseguram o respeito à diversidade, à proteção de crianças e adolescentes e ao respeito à dignidade humana;

Considerando que o Brasil é signatário da Convenção sobre os Direitos da Criança, promulgada pelo Decreto n. 99.710, de 21 de novembro de 1990, reconhecendo, portanto, sem discriminação de qualquer tipo, inclusive de origem nacional (artigo 2º), que toda criança tem direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento (artigo 6º), bem como ao melhor padrão possível de saúde (artigo 24), assegurando que ela receba proteção e assistência humanitária adequadas na condição de refugiada (artigo 22);

Considerando a necessidade de assegurar o pleno acesso à educação a todas as crianças e adolescentes, independentemente de sua condição migratória, refugiada, apátrida ou de solicitante de refúgio; e

Considerando que o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) avalia que a maioria das pessoas com nacionalidade venezuelana ou pessoas apátridas que eram residentes habituais na Venezuela possuem necessidade de proteção internacional, conforme os critérios contidos na Declaração de Cartagena, baseado nas ameaças à sua vida, segurança ou liberdade resultante de eventos que atualmente estão perturbando gravemente a ordem pública na Venezuela,

RESOLVE:

Art. 1º Dispor sobre o direito de matrícula de crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, nos termos do artigo 24, II, "c", da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), Resolução CNE/CEE n. 1, de 13 de novembro de 2020 e Resolução/SED n. 4.273, de 25 de janeiro de 2024.

§ 1º A matrícula, uma vez demandada, será de imediato assegurada na educação básica obrigatória, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos, de acordo com a disponibilidade de vagas.

§ 2º Para efetivação da matrícula não será exigida a apresentação de documentos que não estejam disponíveis devido à condição de migração, refúgio ou apátridas, sendo suficiente os dados pessoais fornecidos pelos responsáveis legais ou representantes legais.

§ 3º Na ausência de documentação escolar que comprove escolarização anterior, estudantes estrangeiros na condição de migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio terão direito a processo de avaliação/classificação, permitindo-se a matrícula em qualquer ano/série/etapa, conforme o seu desenvolvimento e faixa etária.

§ 4º O processo de avaliação/classificação deverá ser realizado na língua materna do estudante, cabendo ao setor competente da Secretaria Estadual de Educação garantir esse atendimento.

Art. 2º A matrícula na etapa da educação infantil e no primeiro ano do ensino fundamental obedecerá apenas ao critério da idade da criança.

Art. 3º Para matrícula a partir do segundo ano do ensino fundamental e no ensino médio, as unidades escolares da Rede Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso do Sul deverão aplicar procedimentos de avaliação para verificar o grau de desenvolvimento do estudante e sua inserção na etapa e ano escolar adequado.

§ 1º A matrícula acarretará imediata inserção da criança e adolescente, em nível e etapa de ensino por idade.

§ 2º A classificação definitiva deverá ocorrer dentro do prazo mínimo de 30 (trinta) dias e máximo de 60 (sessenta) dias, após a realização da matrícula e inclusão do aluno na unidade escolar.

§ 3º Para inserção na etapa e ano escolar, a classificação considerará a idade e o grau de desenvolvimento do estudante, podendo ocorrer por:

I - automático posicionamento, quando o estudante apresentar documentação do país de origem;

II - avaliações sistemáticas no início do processo de inserção nos anos escolares, considerada a idade do estudante;

III - reconhecimento de competências para efeitos de cumprimento de exigências curriculares do ensino médio, inclusive com relação à educação profissional técnica de nível médio; e

IV - certificação de saberes, a partir de exames supletivos, do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) e, ainda, por outros exames, para fins de aferição e reconhecimento de conhecimentos e habilidades adquiridos por meios informais, nos termos do artigo 38, § 2º, da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB).

§ 4º Os procedimentos para avaliação inicial do grau de desenvolvimento do estudante e classificação em nível e ano escolar devem ocorrer no momento da demanda da matrícula na impossibilidade, dar-se-á pelo posicionamento baseado na idade.

Art. 4º As avaliações e o posicionamento devem considerar a trajetória do estudante, sua língua, sua cultura e favorecer o seu acolhimento.

Art. 5º As unidades escolares devem organizar procedimentos para o acolhimento dos estudantes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio, com base nas seguintes diretrizes:

I - não discriminação;

II - prevenção ao bullying, racismo e xenofobia;

III - não segregação entre alunos brasileiros e não-brasileiros, mediante a formação de classes comuns;

IV - capacitação de professores e funcionários sobre práticas de inclusão de alunos não-brasileiros;

V - prática de atividades que valorizem a cultura dos alunos não-brasileiros; e

VI - oferta de ensino de português como língua de acolhimento, visando a inserção social àqueles que detiverem pouco ou nenhum conhecimento da língua portuguesa.

Art. 6º Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Estado de Educação em conjunto com os órgãos competentes.

Art. 7º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

CAMPO GRANDE/MS, 28 DE MAIO DE 2024.

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação

RESOLUÇÃO/SED N. 4.312, DE 28 DE MAIO DE 2024.

Institui o Cartão de Identificação Funcional para os servidores da Secretaria de Estado de Educação (SED) para os fins que especifica e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais; e

Considerando a necessidade de reforçar as medidas de segurança das Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso do Sul, dentre elas, a mitigação da possibilidade de acesso de pessoas não autorizadas nas Unidades Escolares e Centros especializados;

Considerando a necessidade de identificação imediata e eficiente dos Servidores da Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul (SED/MS) para o acesso às Unidades Escolares para o desempenho de suas funções;

Considerando que a identificação correta dos servidores proporciona segurança aos gestores escolares a fim de garantir o acesso às Unidades Escolares apenas de profissionais habilitados;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Cartão de Identificação Funcional (CIF-SED) para os servidores lotados e em exercício na sede da Secretaria de Estado de Educação (SED) e nas Coordenadorias Regionais de Educação (CRE's) para fins exclusivo de acesso às Unidades Escolares e Centros especializados, integrantes da estrutura da Rede Estadual de Ensino (REE/MS), conforme especificações constantes no Anexo Único desta Resolução.

§ 1º O CIF-SED é o documento oficial de identificação do servidor público em exercício na SED/MS e nas CRE's, dotado de fé pública em todo o território do Estado do Mato Grosso do Sul, onde se encontram inseridos os dados funcionais e pessoais do servidor, para uso exclusivo no exercício de suas funções em órgãos externos à sua lotação.

§ 2º Os dados inseridos no CIF-SED podem ser conferidos por meio de leitura do QR CODE (*Quick Response Code*) inserido no Cartão.

§ 3º O CIF-SED será expedido para os servidores que executem atribuições de seu cargo ou função em Unidades Escolares ou Centros especializados da REE/MS e para aqueles indicados pelo Secretário de Estado de Educação.

Art. 2º A apresentação do CIF-SED será obrigatória para o acesso do servidor da SED/MS e das CRE's nas Unidades Escolares e Centros especializados da REE/MS.

Art. 3º O CIF-SED deverá ser solicitado pela Chefia imediata do servidor à Assessoria de Comunicação da SED/MS (ASSCOM/SED), à qual será a responsável pela expedição, controle e sigilo das informações nele constantes.

§ 1º A solicitação prevista no *caput* será efetuada por meio de formulário próprio, constante em plataforma/link a ser disponibilizado pela ASSCOM/SED, na qual constará a justificativa da necessidade de sua expedição para o servidor discriminado, acompanhado de fotografia frontal digital recente do servidor, com fundo branco e em boa resolução, bem como fotografia da sua carteira de identidade (oficial com foto) em boa resolução.

§ 2º O CIF-SED será expedido obedecendo as especificações constantes no Anexo Único desta Resolução e receberá número sequencial, data de expedição, data de validade e a inscrição "VÁLIDO PARA USO EXCLUSIVO NA REE/MS".

§ 3º A ASSCOM/SED fará a entrega da CIF/SED ao servidor mediante assinatura de termo de recebimento e de responsabilidade.

§ 4º O servidor deverá zelar por seu Cartão de Identificação Funcional, mantendo-o sempre em bom estado de conservação, sendo vedado o empréstimo ou a cedência a terceiros ou dele fazer uso diverso do previsto nesta Resolução, ficando o portador sujeito às penas previstas em lei.

Art. 4º O prazo de validade do Cartão de Identificação Funcional será de até 4 (quatro) anos,

coincidente com o período de mandato do Chefe do Poder Executivo estadual.

Parágrafo único. Novos cartões poderão ser emitidos conforme a necessidade e conveniência da nova gestão da Secretaria de Estado de Educação.

Art. 5º O CIF-SED deverá ser restituído, obrigatoriamente, sob pena do servidor cometer ilícito administrativo, sem prejuízo de outro porventura existente, tornando-se ineficaz nos casos de:

I - exoneração;
II - demissão;
III - retorno ao órgão de origem;
IV - aposentadoria;
V - disponibilidade;
VI - falecimento;
VII - término de contrato;
VIII - qualquer outra forma de cessação de vínculo com a Secretaria de Estado de Educação;
IX - quando cessar o motivo que justificou a emissão do CIF-SED em nome do servidor.

§ 1º Após a ocorrência de qualquer dos fatos previstos nos incisos do *caput* deste artigo, a utilização do CIF-SED será considerada infração administrativa.

§ 2º Caberá à chefia imediata da unidade de lotação do servidor ou ao órgão a que estiver vinculado receber, em devolução, o cartão de identificação funcional.

§ 3º Após o recebimento, a chefia imediata, por meio de comunicação interna, deverá encaminhar o CIF-SED para a ASSCOM/SED, que o destruirá, fazendo o registro em Ata da ocorrência.

§ 4º Na hipótese prevista no inciso VI deste artigo, o responsável ou um familiar deverá efetuar a restituição do CIF-SED na sede da Secretaria ou em unidade escolar mais próxima de sua residência, informando o motivo da restituição.

§ 5º O servidor que não efetuar a devolução do CIF-SED dentro do prazo de 15 (quinze) dias, será notificado a fazê-lo no prazo de até quarenta e oito horas, sob pena de responsabilidade.

Art. 6º Em caso de perda, extravio ou inutilização do CIF-SED, o servidor deverá solicitar à Chefia imediata a emissão de outro Cartão, apresentando justificativa fundamentada, por escrito.

§ 1º A emissão de segunda via do CIF-SED acarretará ônus para o servidor quando for comprovada a culpa ou dolo, no valor de seu custo unitário, ressalvados os casos de furto ou roubo, comprovados com a apresentação do registro de ocorrência policial, os quais devem ser comunicados imediatamente à ASSCOM/SED.

§ 2º Havendo dilaceração ou inutilização do CIF-SED original, este deverá ser devolvido no estado em que se encontrar à Chefia imediata, que comunicará à ASSCOM/SED o ocorrido e, se for necessário, solicitará a emissão de novo Cartão para o servidor.

Art. 7º A expedição do cartão de identificação funcional para uso por outros servidores para finalidade distinta da prevista no art. 1º desta Resolução dependerá de autorização do Secretário de Estado de Educação.

Art. 8º Os casos omissos serão resolvidos pela Assessoria de Comunicação em conjunto com o Gabinete da Secretaria de Estado de Educação.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CAMPO GRANDE/MS, 28 DE MAIO DE 2024.

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO/SED N. 4.312, DE 28 DE MAIO DE 2024.

Os Cartões de Identificação Funcional serão impressos pelo sistema de impressão reticulada à cera em cartão plástico de PVC, com os indispensáveis elementos de segurança dos documentos oficiais, em formato retangular, com dimensões de 85 x 54 mm, e espessura de 0,76mm, nos seguintes moldes:

FRENTE:

I - Impressão offset de fundo numismático, com efeito íris nas cores cinza e azul, com o Brasão do Estado incorporado, fundo geométrico. Ao lado direito, grafismo vertical em linhas trançadas azuis, seguindo a estética numismática. Na extrema lateral direita, a escrita vertical CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL - VÁLIDO PARA USO EXCLUSIVO NA REE/MS, em corpo 3,6, cor preta, caixa alta;
II - Logotipo do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, em sua versão horizontal e colorida, com 25mm de largura no canto superior esquerdo, seguido dos dizeres: "REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO", em preto, caixa alta.
III - Abaixo do logotipo do Governo do Estado de MS, foto colorida do portador da Carteira Funcional com 25mm de largura x 33mm de altura. A foto não pode possuir fundo. Sob a foto, elemento numerador de segurança.
IV - Abaixo do texto "REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO", alinhado com o topo da foto do portador, as informações sobre o portador, contendo "NOME/NAME", "CARGO/POSITION", "RG", "CPF" em corpo 4, caixa alta. As informações devem estar também em caixa alta, tamanho 8,6 e fonte Klavika Regular. Sob essas informações, a assinatura digitalizada do portador e sob a mesma, a informação "ASSINATURA DO TITULAR/HOLDER´S SIGNATURE", em corpo 4, caixa alta. A informação de Cargo/Position terá duas (2) linhas reservadas para seu uso. As demais áreas

de informação dessa face, apenas uma (1) linha.

VERSO:

I - Impressão offset de fundo numismático, com efeito íris nas cores cinza, branco e preto, com o Brasão do Estado incorporado, fundo geométrico. Ao lado direito, grafismo vertical em linhas trançadas pretas ou azuis, seguindo a estética numismática. Na extrema lateral direita, a escrita vertical CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL - VÁLIDO PARA USO EXCLUSIVO NA REE/MS, em corpo 3,6, cor preta, caixa alta;
II - A lateral esquerda, de cima a baixo, com uma largura de 4mm há código de barras com elemento de segurança, em preto.
III - Logotipo do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, em sua versão horizontal azul ou preta, com 13mm de largura no canto superior esquerdo, seguido dos dizeres: "REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO", CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL, em preto, caixa alta.
IV - Abaixo do logotipo do Governo do Estado de MS, alinhado à esquerda, mais informações sobre o portador, contendo "FILIAÇÃO/AFFILIATION", "DATA DE NASCIMENTO/DATE OF BIRTH", "NATURALIDADE/BIRTHBLACE", "MATRÍCULA/REGISTRATION", "DATA DE EMISSÃO/DATE OF ISSUE" e "DATA DE VALIDADE/EXPIRATION DATE", em corpo 4, caixa alta. As informações devem estar também em caixa alta, tamanho 8 e fonte Klavika Regular. A informação de Filiação/Affiliation terá duas (2) linhas reservadas para seu uso. As demais áreas de informação dessa face, apenas uma (1) linha.
V - À direita da área de informações, deverá conter elemento checador de segurança QR Code, com área aproximada de 27x27mm, levando ao site oficial da Receita Federal (serviços.receita.fazenda.gov.br) com as informações do titular.

Retifica-se por constar erro no texto do Extrato de publicação do Extrato TERMO ADITIVO N. 01 AO TERMO DE COLABORAÇÃO N. 30.798, PROCESSO N. 29/044.092/2021, Diário Oficial Eletrônico n. 11.284, de 3 de outubro de 2023, Página 11.
ONDE CONSTA: APM- CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL MARCIO ELIAS NERY, município de CAMAPUÃ/MS, denominado simplesmente CONVENENTE
PASSA A CONSTAR: APM- CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL MARCIO ELIAS NERY, município de CAMAPUÃ/MS, denominado simplesmente CONVENENTE, CNPJ/MF sob o n.20.137.933/0001-32.

DELIBERAÇÃO CEE/MS N.º 12.981, DE 16 DE MAIO DE 2024.

Reduz em um ano o prazo concedido pela Deliberação CEE/MS n.º 12.866, de 6 de dezembro de 2023, de autorização de funcionamento do ensino fundamental, ao Metropolitano Instituto de Educação e Cultura, localizado no município de Campo Grande, MS.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE/MS/CP n.º 018/2024, aprovado na reunião extraordinária do Conselho Pleno – CP, de 16/05/2024, e o disposto no Processo n.º 29/026749/2024,

DELIBERA:

Art. 1º Fica reduzido em um ano o prazo concedido pela Deliberação CEE/MS n.º 12.866, de 6 de dezembro de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado n.º 11.355, de 19 de dezembro de 2023, de autorização de funcionamento do ensino fundamental, ao Metropolitano Instituto de Educação e Cultura, localizado no município de Campo Grande, MS.
Art. 2º Esta Deliberação, após homologada pelo Secretário de Estado de Educação, entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, MS, 17/05/2024

Celi Corrêa Neres
Conselheira-Presidente do CEE/MS

HOMOLOGO
Em 24/05/2024

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação/MS

DELIBERAÇÃO CEE/MS N.º 12.980, DE 16 DE MAIO DE 2024.

Reduz em dois anos o prazo concedido pela Deliberação CEE/MS n.º 12.820, de 8 de novembro de 2023, de autorização de funcionamento do ensino

fundamental e do ensino médio, à Escola do SESI Naviraí, localizada no município de Naviraí, MS.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE/MS/CP n.º 017/2024, aprovado na reunião extraordinária do Conselho Pleno – CP, de 16/05/2024, e o disposto no Processo n.º 29/026508/2024,

DELIBERA:

Art. 1º Fica reduzido em dois anos o prazo concedido pela Deliberação CEE/MS n.º 12.820, de 8 de novembro de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado n.º 11.324, de 21 de novembro de 2023, de autorização de funcionamento do ensino fundamental e do ensino médio, à Escola do SESI Naviraí, localizada no município de Naviraí, MS.

Art. 2º Esta Deliberação, após homologada pelo Secretário de Estado de Educação, entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, MS, 17/05/2024

Celi Corrêa Neres
Conselheira-Presidente do CEE/MS

HOMOLOGO
Em 24/05/2024

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação/MS

DELIBERAÇÃO CEE/MS N.º 12.982, DE 16 DE MAIO DE 2024.

Reduz em um ano o prazo concedido pela Deliberação CEE/MS n.º 12.816, de 8 de novembro de 2023, de autorização de funcionamento do ensino fundamental e do ensino médio, à Elite Mace, localizada no município de Campo Grande, MS.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE/MS/CP n.º 019/2024, aprovado na reunião extraordinária do Conselho Pleno – CP, de 16/05/2024, e o disposto no Processo n.º 29/026822/2024,

DELIBERA:

Art. 1º Fica reduzido em um ano o prazo concedido pela Deliberação CEE/MS n.º 12.816, de 8 de novembro de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado n.º 11.324, de 21 de novembro de 2023, de autorização de funcionamento do ensino fundamental e do ensino médio, à Elite Mace, localizada no município de Campo Grande, MS.

Art. 2º Esta Deliberação, após homologada pelo Secretário de Estado de Educação, entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, MS, 17/05/2024

Celi Corrêa Neres
Conselheira-Presidente do CEE/MS

HOMOLOGO
Em 24/05/2024

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação/MS

INTERESSADO: Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (CEE/MS)
ASSUNTO: Parecer Orientativo com vistas a estabelecer normas para as instituições públicas de educação básica que aderirem ao Programa Escola em Tempo Integral, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso do Sul.
RELATORA: Celi Corrêa Neres
PARECER ORIENTATIVO: 014/2024
CÂMARA: Conselho Pleno
DATA: 16 de maio de 2024

I – RELATÓRIO

O Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (CEE/MS), órgão normativo do Sistema Estadual de Ensino, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei n.º 2.787, de 24 de dezembro de 2003, e

CONSIDERANDO:

- a Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;
- a Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- a Portaria Normativa Interministerial n.º 17, de 24 de abril de 2007, que institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades socioeducativas no contraturno escolar;
- a Resolução CNE/CEB n.º 4, de 13 de julho de 2010, que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;
- a Lei Federal n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências;
- a Lei Estadual n.º 4.621, de 22 de dezembro de 2014, que aprova o Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul e dá outras providências;
- a Deliberação CEE/MS n.º 10.814, de 10 de março de 2016, que estabelece normas para a educação básica no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, no que couber;
- a Lei Federal n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e n.º 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n.º 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral;
- o Parecer Orientativo CEE/MS n.º 351, de 6 de dezembro de 2018, referente à regulamentação do Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul para o Sistema Estadual de Ensino nas etapas da educação infantil e do ensino fundamental;
- a Portaria MEC n.º 2.116, de 6 de dezembro de 2019, que estabelece novas diretrizes, novos parâmetros e critérios para o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - EMTI, em conformidade com a Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017;
- o Parecer Orientativo CEE/MS/CP n.º 004, de 8 de fevereiro de 2021, referente à regulamentação do Currículo de Referência do Ensino Médio para o Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul;
- a Lei Federal n.º 14.640, de 31 de julho de 2023, que institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei n.º 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei n.º 14.172, de 10 de junho de 2021;
- a Portaria MEC n.º 1.495, de 2 de agosto de 2023, que dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral e dá outras providências;
- a Resolução FNDE n.º 18, de 27 de setembro de 2023, que estabelece os critérios e procedimentos operacionais de distribuição, de repasse, de execução e de prestação de contas do apoio financeiro do Programa Escola em Tempo Integral;
- a Portaria MEC n.º 2.036, de 23 de novembro de 2023, que define as diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da educação integral e estabelece ações estratégicas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral;
- a Nota Técnica n.º 148/2024/DPDI/SEB/SEB, de 30 de abril de 2024, referente à fundamentação acerca da metodologia de análise da meta física prevista na Resolução FNDE n.º 18, de 27 de setembro de 2023, que estabelece os critérios e procedimentos operacionais de distribuição, de repasse, de execução e de prestação de contas do apoio financeiro do Programa Escola em Tempo Integral; e
- o Documento Orientador da Atuação dos Conselhos de Educação no Programa Escola em Tempo Integral, elaborado conjuntamente pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, a União Nacional dos Conselhos Municipais da Educação (UNCME) e o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (FONCEDE), a partir de diálogos também realizados com o Conselho Nacional de Educação (CNE).

ESTABELECE, para as instituições públicas de educação básica do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, orientações normativas para oferta do Programa Escola em Tempo Integral, exaradas neste Parecer e demais normas educacionais, em todas as etapas da educação básica - educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e respectivas modalidades.

Compreende-se a Educação Integral em Escola de Tempo Integral como uma proposta de construção intencional de processos educativos que promovem aprendizagens coerentes às necessidades, possibilidades e aos interesses dos estudantes, bem como aos desafios da sociedade contemporânea, levando-se em consideração as diferentes infâncias e juventudes, as diversas culturas e as novas formas de existir.

A Educação Integral em Escola de Tempo Integral tem por finalidade, a concepção de educação em uma perspectiva plural e integral dos estudantes, considerando-os sujeitos de aprendizagem, de modo a efetivar processos educativos voltados ao acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno de suas singularidades e diversidades.

O Art. 12 da Deliberação CEE/MS n.º 10.814/2016 dispõe que "as instituições de ensino devem

implantar e implementar gradativamente educação em tempo integral, em conformidade com os Planos Nacional, Estadual e Municipais de Educação e demais orientações específicas", e o artigo 6º da Portaria MEC n.º 1.495/2023 determina as obrigatoriedades no ato da pactuação da matrícula.

Para a implementação do Programa Escola em Tempo Integral no Sistema Estadual de Ensino, nos termos deste Parecer Orientativo, aplicam-se as seguintes orientações:

1 - na estrutura, organização e funcionamento, a instituição de ensino que oferecer o Programa Escola em Tempo Integral deve dispor de espaços planejados, atendendo ao disposto na Proposta Pedagógica, a fim de garantir o desenvolvimento do estudante, respeitadas as suas necessidades e condições; contemplar o atendimento igual ou superior a 7 horas diárias ou 35 horas semanais, totalizando, no mínimo, 1.400 horas anuais, distribuídas em, pelo menos, 200 dias letivos, compreendendo o tempo total em que o estudante permanecer na escola ou em atividades escolares em outros espaços educacionais;

2 - a jornada escolar deve ser ampliada em único ou diferentes espaços educativos, nos quais a permanência do estudante vincula-se tanto à quantidade e qualidade do tempo diário de escolarização quanto à diversidade de atividades de aprendizagens;

3 - a jornada em tempo integral implica a necessidade da incorporação efetiva e orgânica, no currículo, de atividades e estudos pedagogicamente planejados e acompanhados;

4 - todas as atividades propostas devem estar articuladas aos componentes curriculares ou equivalentes e áreas do conhecimento, bem como as vivências, os valores, as atitudes e as práticas socioculturais, em observância ao contido nos referenciais curriculares vigentes;

5 - cabe a cada instituição de ensino, no exercício de sua autonomia, a elaboração ou reelaboração de sua Proposta Pedagógica em consonância às Diretrizes Curriculares Nacionais e às normas específicas deste Conselho;

6 - os ambientes educativos das unidades escolares devem estar em condições estruturais adequadas e condizentes às atividades que serão realizadas e proporcionar a socialização dos estudantes e sua participação em atividades de natureza cultural e artística, lúdica, física e de interação social, que ultrapassem os requisitos da sala de aula;

7 - o espaço deve ser apropriado para alimentação, que atenda às características da oferta e às exigências estabelecidas em normas das áreas de nutrição e saúde;

8 - a instituição de ensino deve apresentar ambientes providos de acessibilidade, salubridade, saneamento, higiene, conforto, segurança, iluminação e ventilação natural, complementadas, se for o caso, por meios artificiais;

9 - apresentar Plano de Formação Continuada aos profissionais de educação;

10 - revisar a Matriz Curricular, a Proposta Pedagógica e o Regimento Escolar;

11 - assegurar quadro de professores e demais profissionais habilitados e em quantidade suficiente para atender a expansão do tempo, na educação integral;

12 - manter comunicação com as famílias e com a comunidade escolar sobre a oferta de tempo integral, os benefícios e as mudanças na rotina escolar e, quando se tratar de instituição de ensino que oferece educação básica do campo, educação escolar indígena ou educação escolar quilombola, deve realizar consulta livre, prévia e informada.

Para tanto, a mantenedora ou a instituição de ensino deve requerer à Presidência do CEE/MS análise e parecer em relação à oferta da Educação Integral em Tempo Integral, por meio de processo instruído na Secretaria de Estado de Educação (SED/MS), com os seguintes documentos:

I - Cópia dos atos concessivos da instituição de ensino;

II - Relação Nominal do Corpo Docente, especificando a habilitação e a atuação dos docentes;

III - Relação Nominal do Corpo Técnico-Administrativo, com especificação da formação de seus integrantes;

IV - Regimento Escolar, reformulado ou revisado, com indicação do ato de aprovação e assinatura do responsável pela direção da instituição de ensino;

V - Plano de Formação Continuada dos profissionais de educação;

VI - Matriz Curricular para o ensino fundamental, o ensino médio e as modalidades;

VII - Proposta Pedagógica, reformulada ou revisada;

VIII - Relatório Circunstanciado de Inspeção Escolar que disponha, dentre outras, de informações sobre:

a) o ato de criação e, quando houver, o ato de denominação atual, espécie, número, data e publicação;

b) a identificação da mantenedora;

c) o espaço físico e as condições de uso dos ambientes, destinados à oferta da Educação Integral em Tempo Integral;

d) o mobiliário, os materiais didático-pedagógicos, os recursos audiovisuais, os equipamentos tecnológicos e o acervo bibliográfico;

e) a regularidade da escrituração escolar e as formas de organização dos arquivos;

f) os recursos humanos, conforme a relação nominal apresentada;

g) a compatibilidade do Regimento Escolar com a Proposta Pedagógica, de acordo com a oferta da Educação Integral em Tempo Integral;

h) o cumprimento do Plano de Formação Continuada e a efetiva participação de professores e dos demais profissionais da educação;

i) as condições de acessibilidade, conforme a legislação vigente.

Este é o Parecer.

Cons.ª Celi Corrêa Neres
Relatora

Grupo de Estudos da Comissão:
Conselheira: Celi Corrêa Neres – Presidente
Coordenadora do CEE/MS: Vera Lucia Campos Ferreira
Técnicas do CEE/MS: Patricia Lima Domingos e Maria de Lourdes da Silva Pedra

II – CONCLUSÃO DO CONSELHO PLENO

O Conselho Pleno, reunido extraordinariamente em 16 de maio de 2024, aprova o Parecer da Comissão.
Davi de Oliveira Santos – Presidente, Audie Andrade Salgueiro, Carlos Alberto de Almeida Passarinho, Elizângela do Nascimento Mattos, Kátia Maria Alves Medeiros, José Flávio Rodrigues Siqueira, Mary Nilce Peixoto dos Santos, Milene Bartolomei Silva, Onivan de Lima Correa, Ordália Alves de Almeida, Tânia Milene Nugoli Moraes, Taner Douglas Alves Bitencourt e Valdevino Santiago.

Davi de Oliveira Santos
Cons. no exercício da Presidência do CEE/MS

Extrato do Termo de Convênio sob n. cadastral 000326, de 2024.
Processo n. 29/027.180/2024.
Partes: Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação - SED/MS, CNPJ/MF N. 02.585.924/0001-22, denominada CONCEDENTE e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TACURU, Município de Tacuru – MS, CNPJ/MS n. 04.928.715/0001-60, denominada CONVENENTE.
Objeto: destinar recursos financeiros provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, para ações de manutenção e desenvolvimento do ensino na modalidade de Educação Especial.
Amparo Legal: Decreto Estadual n. 11.261, de 16 de junho de 2003, e alterações posteriores, na Resolução SEFAZ n. 2.093, de 24 de outubro de 2007, e alterações posteriores, na Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018, na Portaria Interministerial nº N.6, de 28 de dezembro de 2023, na Lei Federal n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e alterações posteriores, na Lei Federal n. 14.113 de 25 de dezembro de 2020, no Decreto Federal n. 10.656, de 22 de março de 2021, e alterações posteriores, no Decreto Federal n. 7.611, de 17 de novembro de 2011, e no que couber a Lei Federal n. 14.133 de 1º de abril de 2021.
Valor/Funcional Programática: R$ 273.140,16 (duzentos e setenta e três mil e cento e quarenta reais e dezesseis centavos), em 4 parcela(s), no presente exercício, por conta do Localizador: Educação Especial, na Funcional Programática: 10.29101.12.362.2202.6020.0004, fonte de recursos 0154000001/0150010011, sendo: Custeio: R$ 273.140,16 - Natureza da Despesa 33504101, item 34101, Nota de Empenho n. 2024NE005292/005293 de 17/05/2024.

Vigência: O presente Termo de Convênio terá vigência de 24 meses a partir da data da sua assinatura.
Assinatura: 23/05/2024.
HELIO QUEIROZ DAHER – CPF/MF n. XXX.685.281-XX
Secretário de Estado de Educação - CONCEDENTE.
ADÃO VIEIRA DA SILVA – CPF/MF N. XXX.583.421-XX
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TACURU – CONVENENTE.

Secretaria de Estado de Saúde

RESOLUÇÃO Nº 450/CIB/SES **CAMPO GRANDE, 22 DE MAIO DE 2024**

Homologar as decisões da Comissão Intergestores Bipartite

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando as decisões da 371ª reunião ordinária da Comissão Intergestores Bipartite, realizada no dia 17 de maio de 2024;

RESOLVE:

Art.1º Aprovar a proposta de cadastramento, junto ao Ministério da Saúde/Fundo Nacional, do município de Fátima do Sul.

Nº da Proposta	Descritivo
11968869000124012	Objeto: Aquisição de Equipamento Permanente para Unidade de Atenção Especializada, Centro de Especialidades Médicas de Fátima do Sul, Av. 9 de Julho, 2259 - CNES 2559439, Valor R$ 299.969,00.

Art. 2° Ficam revogadas as disposições em contrário.
Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

MAURICIO SIMÕES CORRÊA
Secretário de Estado de Saúde

JOSIANE DE OLIVEIRA SILVA CORREA
Presidente do COSEMS

RESOLUÇÃO Nº 448/CIB/SES **CAMPO GRANDE, 22 DE MAIO DE 2024**

Homologar as decisões da Comissão Intergestores Bipartite

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando as decisões da 371ª reunião ordinária da Comissão Intergestores Bipartite, realizada no dia 17 de maio de 2024;

RESOLVE:

Art.1º Aprovar a proposta de cadastramento, junto ao Ministério da Saúde/Fundo Nacional, do município de Aparecida do Taboado.

Nº da Proposta	Descritivo
36000.612911202400	Objeto: Incremento Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde, Secretaria Municipal de Saúde Rua Laudelino de Melo n. 1483 Centro CNES 5618304, Valor R$ 1.000.000,00, Emenda parlamentar: 446600021030151192E895206, ano 2024.

Art. 2° Ficam revogadas as disposições em contrário.
Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

MAURICIO SIMÕES CORRÊA
Secretário de Estado de Saúde

JOSIANE DE OLIVEIRA SILVA CORREA
Presidente do COSEMS

RESOLUÇÃO Nº 449/CIB/SES **CAMPO GRANDE, 22 DE MAIO DE 2024**

Homologar as decisões da Comissão Intergestores Bipartite

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e

considerando as decisões da 371ª reunião ordinária da Comissão Intergestores Bipartite, realizada no dia 17 de maio de 2024;

RESOLVE:

Art.1º Aprovar a proposta de cadastramento, junto ao Ministério da Saúde/Fundo Nacional, do município de Maracajú.

Nº da Proposta	Descritivo
360000121742023	NOVO PAC Seleções – Unidade Básica de Saúde/UBS Objeto: Construção de Unidade Básica de Saúde, Valor R$ 1.881.388,00.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.
Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

MAURICIO SIMÕES CORRÊA
Secretário de Estado de Saúde

JOSIANE DE OLIVEIRA SILVA CORREA
Presidente do COSEMS

RESOLUÇÃO Nº 451/CIB/SES **CAMPO GRANDE, 23 DE MAIO DE 2024.**

Homologar as decisões da Comissão Intergestores Bipartite

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Revogar a Resolução n. 389/CIB/SES, de 03 de abril de 2024, publicada no D.O.E n. 11.471, p. 60, conforme solicitação do Ofício n. 66/2024/SMS, de 22 de maio de 2024, da Secretaria Municipal de Saúde de Caracol, informando a suspenção da emenda parlamentar federal n. 42790021, por meio da Diligência expedida pelo Ministério da Saúde.

MAURICIO SIMÕES CORRÊA
Secretário de Estado de Saúde

JOSIANE DE OLIVEIRA SILVA CORREA
Presidente do COSEMS

RESOLUÇÃO Nº 442/CIB/SES **CAMPO GRANDE, 20 DE MAIO DE 2024.**

Homologar as decisões da Comissão Intergestores Bipartite

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando as decisões da 371ª reunião ordinária da Comissão Intergestores Bipartite, realizada no dia 17 de maio de 2024;

RESOLVE:

Art.1º Designar os membros relacionados no Anexo I, para compor o Grupo Condutor do Programa SUS Digital, apresentado e aprovado no âmbito da Portaria 3.232 de 1º de março de 2024, programa este que tem por objetivo promover a transformação para a saúde digital no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS, fortalecendo a Saúde Digital nas macrorregiões de saúde, sendo o grupo responsável pelo apoio ao planejamento, implementação e avaliação das ações do programa no estado de Mato Grosso do Sul.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.
Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

MAURICIO SIMÕES CORRÊA
Secretário de Estado de Saúde

JOSIANE DE OLIVEIRA SILVA CORREA
Presidente do COSEMS

ANEXO I

GRUPO CONDUTOR ESTADUAL PROGRAMA SUS DIGITAL		
NOME DO TITULAR/MATRÍCULA/ FUNÇÃO	**SUPLENTE/MATRÍCULA/FUNÇÃO**	**ÓRGÃO**
Marcia Bogena Cereser Tomasi Matrícula n. 480403023 Superintendente de Saúde Digital	Adélia Delfina da Motta Silva Matrícula n. 82672022 Apoio Técnico Superintendência de Saúde Digital	SES/MS
Marcos Espíndola Freitas Matrícula n. 480403023 Coordenador de Tecnologia de Informática e Informação	Tiago Oliveira Vargas Matrícula n. 94273021 Gerente de Atendimento e Manutenção	SES/MS
Karine Cavalcante da Costa Matrícula n. 129722021 Superintendente de APS	Inara Pereira da Cunha Matrícula n. 480921021 Gerente de Pesquisa Extensão e Inovação em Saúde	SES/MS
Ecleine Santos Amarila Matrícula n. 59748024 Coordenadora de Planejamento e Programação Orçamentária	Waldeir Rolon Sanches matricula n. 502606022. Gerente de Instrumentos de Planejamento para Gestão do SUS	SES/MS
Euder Alexandre Nunes matricula n. 114975022 Gerente de Tecnologia da Informação e Comunicação de Telessaúde	Maria Noêmia Araújo Rodrigues Matrícula n. 93721022 Chefe de Unidade de Apoio Técnico e Operacional	SES/MS
Maria Angélica Benetasso Matrícula n. 452699021 Superintendente de Gestão Estratégica	Alexandra de Sousa Castro Harada Matrícula: 132321021 Coordenadora de Serviços Especializados	SES/MS
Vinicio de Faria e Andrade Matrícula n. 951381-1 Secretário Municipal de Saúde de Caarapó	Leandro Basmage Matrícula n. 421062 Superintendente do SGTI de Campo Grande/ MS	COSEMS
Rafael Maciel Acosta Representante COSEMS/ Macrorregião Três Lagoas/Corumbá	Daniele Ferreira Matrícula n. 2967 Coordenação Geral dos Programas de Saúde de Aquidauana/MS	COSEMS
Patrícia Meireles Dagostin Zanette Representante COSEMS/Macrorregião Dourados	Lays Carrera Gonçalves Matrícula n. 9820 Coordenadora do Núcleo de Informação da Saúde de Corumbá	COSEMS
Everton V. Constantino Representante COSEMS/Macrorregião Campo Grande	Fernando de Mari Matrícula n. 208 Diretor de Saúde de Laguna Caarapã	COSEMS
Danilo José Pagnussat Representante COSEMS/ Macrorregião Dourados	José Francisco Borges de Almeida Matrícula n. 29932 Coordenador da Central de Regulação Ambulatorial de Três Lagoas	COSEMS
João Abadio de Oliveira Neto Matrícula n.2155 Secretário Municipal de Saúde de Alcinópolis	Elaine Cristina Ferrari Furio Matrícula n. 25191 Secretaria de Saúde de Três Lagoas	COSEMS

RESOLUÇÃO Nº 452/CIB/SES **CAMPO GRANDE, 24 DE MAIO DE 2024.**

Homologar as decisões da Comissão Intergestores Bipartite

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando as decisões da 371ª reunião ordinária da Comissão Intergestores Bipartite, realizada no dia 17 de maio de 2024;

RESOLVE:

Art.1º Fica aprovado o remanejamento dos Tetos Financeiros dos municípios de Campo Grande e Terenos,

proveniente das mudanças de referências solicitadas pelo município de Terenos na Programação da Assistência de Média e Alta Complexidade/PPI da Assistência, inserida no Sistema SISMAC/MS e gerado o Protocolo nº 250923752406, conforme planilha abaixo:

REMANEJAMENTO DO TETO		
MUNICÍPIO	INCLUIR	RETIRAR
CAMPO GRANDE		R$ 8072,63
TERENOS	R$ 8072,63	

Art. 2° Ficam revogadas as disposições em contrário.
Art. 3º Esta resolução entra em vigor a contar de 17/05/2024.

MAURICIO SIMÕES CORRÊA
Secretário de Estado de Saúde

JOSIANE DE OLIVEIRA SILVA CORREA
Presidente do COSEMS

RESOLUÇÃO Nº 444/CIB/SES **CAMPO GRANDE, 20 DE MAIO DE 2024.**

Homologar as decisões da Comissão Intergestores Bipartite

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando as decisões da 371ª reunião ordinária da Comissão Intergestores Bipartite, realizada no dia 17 de maio de 2024;
Considerando a Portaria de Consolidação nº 3, de 3 de outubro de 2017, Anexo III, arts. 1ª ao 176, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no SUS;
A Portaria de Consolidação nº 3, de 3 de outubro de 2017/GM/MS, arts. 39 ao 54, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;
Considerando a Resolução nº 63/CIB/SES/MS de 02 de julho de 2019 que aprova o Plano de Ação Regional de Atenção às Urgências e Emergências do Estado de Mato Grosso do Sul.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar a inclusão no PAR da RUE dos componentes abaixo relacionados para o município de Cassilândia:

MACRORREGIÃO	MUNICÍPIO	CRU VINCULADA	COMPONENTE	QUANTIDADE	PREVISÃO
Três Lagoas	Cassilândia	Três Lagoas	USB	1	2025/2026
			SAD	1	2024

Art. 2° Ficam revogadas as disposições em contrário.
Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

MAURICIO SIMÕES CORRÊA
Secretário de Estado de Saúde

JOSIANE DE OLIVEIRA SILVA CORREA
Presidente do COSEMS

Retifica-se por ter constado incorreção Publicado no Diário Oficial nº 11.474 de 24 de abril de 2024 , PÁG. 16-17 Extrato de Retificação ao Contrato 0109/2024/SES **Nº Cadastral 24242**

Processo: 27/004.724/2024

Onde se Lê: O objeto do presente Contrato é a aquisição de medicamentos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e na Proposta de Preços, anexos do Edital.

Leia-se: O objetivo do presente contrato é a aquisição de medicamentos, para atendewr as demandas da CAF- Coordenadoria de Assistência Farmaceutica, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no termo de Referência e na Propsota de Preço, anexos do Edital, por meio de utilização de Ata de registro de Preço n. 008/FESA/2023

Retifica-se por ter constado incorreção Publicado no Diário Oficial nº 11.504 de 28 de maio de 2024, PÁG.92 e 93 Extrato de Retificação do I Termo Aditivo ao Contrato 0136/2023/SES

Nº Cadastral 21571

Processo:	27/013.078/2022
Onde se Lê:	Extrato de Termo Aditivo ao Contrato 0136/2023/FESA
Leia-se:	Extrato do I Termo Aditivo ao Contrato 136/2023/SES

Extrato do Contrato 0164/2024/SES **Nº Cadastral 24754**

Processo:	27/009.764/2024
Partes:	O Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde, com recursos do Fundo Especial de Saúde de Mato Grosso do Sul e a empresa Genésio A. Mendes & CIA LTDA.
Objeto:	O objeto do presente Contrato é a aquisição de medicamentos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e na Proposta de Preços, anexos do Edital.
Dotação Orçamentária:	As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta da Funcional Programática 20.27901.10.303.2200.6008.0002, Natureza da Despesa n. 33903206, Fonte n. 0150010021, Nota de Empenho 2024NE004612, Emitida em 22/05/2024, no Valor de R$ 1.716.402,00 (um milhão setecentos e dezesseis mil quatrocentos e dois reais.
Valor:	O valor total deste contrato é de R$ 1.716.402,00 (um milhão setecentos e dezesseis mil quatrocentos e dois reais.
Do Prazo:	A vigência do presente instrumento será de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.
Amparo Legal:	A legislação aplicável a este contrato será a Lei federal n. 8.666/1993, Lei federal n. 10.520/2002, Lei federal n. 8.078/1990, Lei estadual n. 1.627/1995 e Decreto estadual n. 15.327/2019.
Ordenador de Despesas:	Antonio Cesar Naglis
Data da Assinatura:	27/05/2024
Assinam:	Maurício Simões Correa e Genésio Antônio Mendes

Extrato do Contrato 0165/2024/SES **Nº Cadastral 24755**

Processo:	27/009.764/2024
Partes:	O Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde, com recursos do Fundo Especial de Saúde de Mato Grosso do Sul e a empresa Bayer S.A
Objeto:	O objeto do presente Contrato é a aquisição de medicamentos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e na Proposta de Preços, anexos do Edital.
Dotação Orçamentária:	As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta da Funcional Programática 20.27901.10.303.2200.6008.0002, Natureza da Despesa n. 33903206, Fonte n. 0150010021, Nota de Empenho 2024NE004611, Emitida em 22/05/2024, no Valor de R$ 3.697.670,46 (três milhões seiscentos e noventa e sete mil seiscentos e setenta reais e quarenta e seis centavos).
Valor:	O valor total deste contrato é de R$ 3.697.670,46 (três milhões seiscentos e noventa e sete mil seiscentos e setenta reais e quarenta e seis centavos).
Do Prazo:	A vigência do presente instrumento será de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.
Amparo Legal:	A legislação aplicável a este contrato será a Lei federal n. 8.666/1993, Lei federal n. 10.520/2002, Lei federal n. 8.078/1990, Lei estadual n. 1.627/1995 e Decreto estadual n. 15.327/2019.
Ordenador de Despesas:	Antonio Cesar Naglis
Data da Assinatura:	27/05/2024
Assinam:	Maurício Simões Correa e Gustavo Basile

Resolução N. 222/SES/MS **27 de maio de 2024.**

Autorizar a transferência de recursos do Fundo Especial de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde.

O **Secretário de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto 16.040, de 28 de outubro de 2022, e a Resolução Conjunta SEFAZ/SES n. 01/2015, de 24 de agosto de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a transferência de recursos destinados a despesas, do Fundo Especial de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde, conforme abaixo relacionado:

MUNICIPIO	CNPJ do Município e CNPJ do Fundo Municipal	PROCESSO	OBJETO	VALOR R$
Naviraí	03.155.934/0001-90 11.221.619/0001-42	27/014936/2024	Implantação de centro de hemodiálise no município de Naviraí, por meio de materiais de consumo e equipamentos / materiais permanentes a serem adquiridos.	R$ 3.000.000,00 (Custeio e Capital)

Art. 2º O Município beneficiário deverá executar os recursos transferidos em conformidade com os projetos aprovados em observância à Resolução Conjunta SEFAZ/SES n. 01/2015, de 25 de agosto de 2015.

Art. 3º A execução do objeto deverá ocorrer no prazo de até 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento da primeira parcela do recurso, podendo ser prorrogado uma única vez, por até 12 meses, mediante requerimento da parte proponente.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

MAURICIO SIMÕES CORRÊA
Secretário de Estado de Saúde
Mato Grosso do Sul

Resolução N. 218/SES/MS **22 de maio de 2024.**

Publicar as propostas de adesões encaminhadas pelos gestores municipais à Resolução n. 204/SES/2024 que dispõe sobre os protocolos de atenção a casos de colelitíase e suas complicações, apendicite aguda e pneumonia incluindo diretrizes clínicas e diagnósticas, parâmetros de encaminhamento, sugestão de lugar adequado para tratamento.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL, no exercício da competência que lhe confere o art. 93 da Constituição Estadual, considerando a Resolução n. 204/SES/MS, de 26 de abril de 2024, que

dispõe sobre os protocolos de atenção a casos de colelitíase e suas complicações, apendicite aguda e pneumonia incluindo diretrizes clínicas e diagnósticas, parâmetros de encaminhamento, sugestão de lugar adequado para tratamento.

R E S O L V E:

Art. 1° Divulgar os estabelecimentos que realizaram a adesão aos protocolos de atenção a casos de colelitíase e suas complicações, apendicite aguda e pneumonia incluindo diretrizes clínicas e diagnósticas:

MUNICÍPIO	HOSPITAL	CNES
Aparecida do Taboado	HOSPITAL MUNICIPAL E MAT NOSSA SRA APARECIDA	2676680
Cassilândia	SANTA CASA DE CASSILÂNDIA	2375680
Costa Rica	FUNDACAO HOSPITALAR DE COSTA RICA	2375826
Chapadão do Sul	HOSPITAL MUNICIPAL DE CHAPADAO DO SUL	2536293
Fátima do Sul	HOSPITAL DA SIAS	2558610
Rio Brilhante	HOSPITAL E MATERNIDADE DE RIO BRILHANTE	4068823

Art. 2° Divulgar o estabelecimento que realizou adesão aos protocolos de atenção a casos de apendicite aguda e pneumonia incluindo diretrizes clínicas e diagnósticas:

MUNICÍPIO	HOSPITAL	CNES
Maracaju	HOSPITAL SORIANO CORREA DA SILVA	2646943

Art. 3º Esta resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

MAURICIO SIMÕES CORRÊA
Secretário de Estado do Saúde
Mato Grosso do Sul

RESOLUÇÃO Nº 445/CIB/SES **CAMPO GRANDE, 21 DE MAIO DE 2024.**

Homologar as decisões da Comissão Intergestores Bipartite

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando as decisões da 371ª reunião ordinária da Comissão Intergestores Bipartite, realizada no dia 17 de maio de 2024;
Considerando a Portaria GM/MS n. 874/2013, que institui a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do SUS;
Considerando a Portaria SAS/MS Lei n. 14.758, de 19 de dezembro de 2023, que institui a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer; e altera a Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde);
Considerando a oferta disponibilizada pelo Instituto de Tratamento do Câncer (ITC) ao Estado de Mato Grosso do Sul, devido a isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) celebrada entre a Secretaria Estadual de Fazenda (SEFAZ) e a empresa;

RESOLVE:

Art.1º Pactuar a regulação do acesso aos serviços de radioterapia, aos usuários do SUS, no Instituto de Tratamento de Câncer (ITC), CNES: 5278066, sediado no município de Campo Grande.
Art. 2º Os usuários serão regulados pelo Complexo Regulador Estadual (CORE), conforme anexo I e II.
Art. 3º Esta resolução é válida até o cumprimento da Pactuação estabelecida.
Art. 4° Ficam revogadas as disposições em contrário.
Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

MAURICIO SIMÕES CORRÊA
Secretário de Estado de Saúde

JOSIANE DE OLIVEIRA SILVA CORREA
Presidente do COSEMS

ANEXO I
PROTOCOLO DE ACESSO: RADIOTERAPIA – ITC

1.Tratamentos Oferecidos:
1.1 Radiocirurgia - SNC
1.2 Radioterapia Conformacional Tridimensional (3D)
- Próstata;
- Mama;
- Pelve;
- Abdome (páncreas)
- Tórax / Mediastino/ Esofago

1.3 Radioterapia Estereotaxica – Fracionada SNC

2.Tratamentos não realizados:
2.1 Radioterapia de Corpo Inteiro — TBI
2.2 Terapia com Elétrons
2.3 Braquiterapia de Alta Taxa de Dose — HDR
2.4 Radioterapia com Sedação;
2.5 Tratamento em menores de 18 anos.

3. Pacientes com Metástase Cerebral ou disseminação Óssea:
3.1 Obrigatórios exames de comprovação por imagem (CT, RM ou PET, Cintilografia Óssea).

3.2 Limite de peso do paciente:
- 130 kg

3.3 Documentos Obrigatórios:
- RG
- CPF
- Cartão SUS

4.Pré-requisitos para encaminhamento:

1.1Todos os exames realizados;
1.2 Estadiamento;
1.3 Guia de referência para encaminhamento de pacientes Radioterapia no ITC devidamente preenchida:

Guia de Referência para Tratamento com Radioterapia no ITC

Nome do paciente:	
Data da primeira consulta:	Data do diagnóstico:

Localização do Tumor Primário:					CID10:			
	SIM	NÃO	NÃO AVALIÁVEIS		Símbolo y – a classificação é realizada durante ou após uma terapeutica multimodal inicial, as categorias cTNM ou pTNM são identificadas por prefixo y.			
Linfonodos comprometidos								
Metástases								
	cT	cN	cM		pT	pN	M	Outros Estadios
Estadio Clinico				Estadio Cirurgico				

Bases mais importantes do diagnóstico

1. Clínica		3. exame por imagem		5. citologia		7. histologia do tumor 1°	
2. Pesquisa Clinica		4. marcadores tumorais:		6. histologia da metástase		8. sem informação	

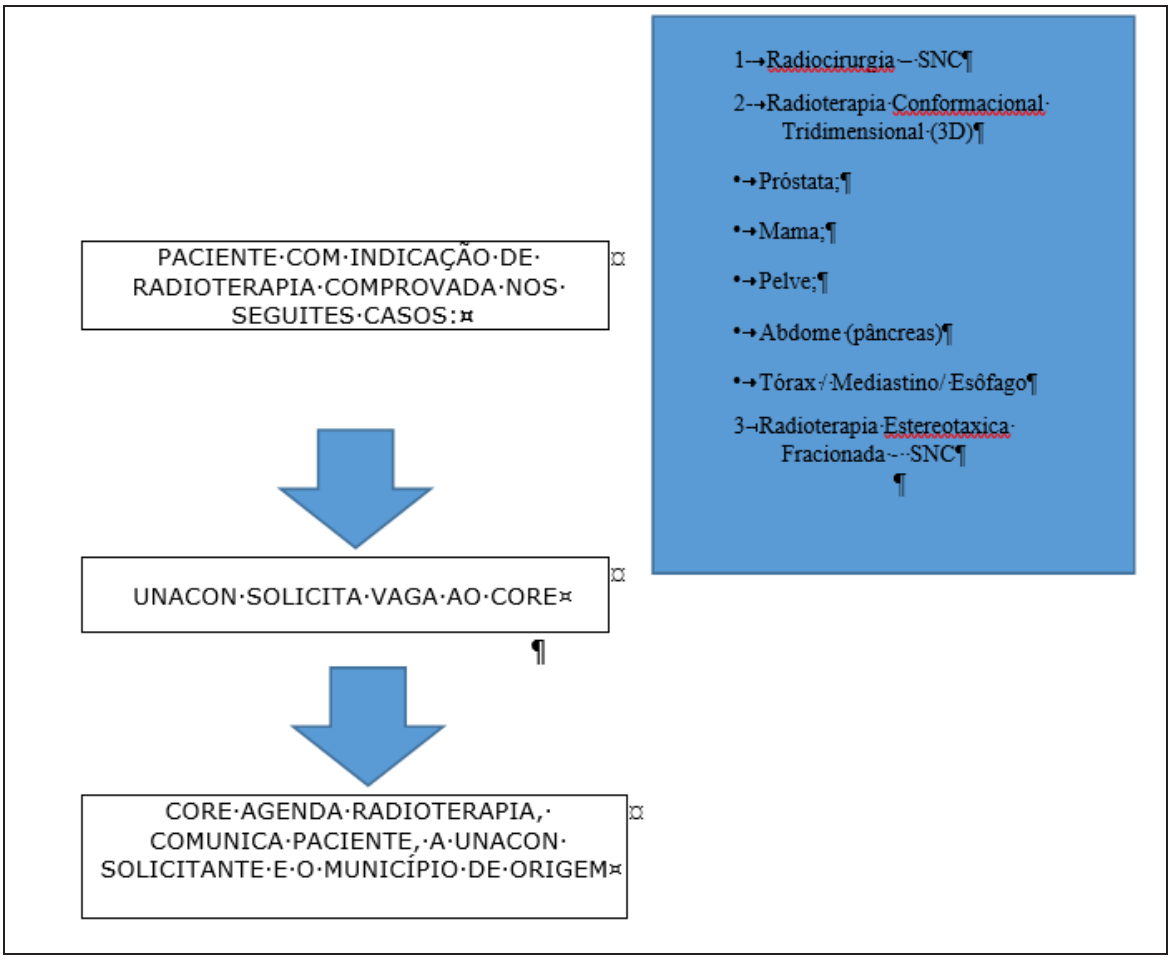
Histologia:

Imagem	Sim	Não	Quais sítios foram avaliados e datas
Tomografia			
Ultrassom			
Cintilografia			
PET-CT			
Mamografia			
Outros			
Endoscopia			
	Sim	Não	Data da Cirurgia:
Cirurgia Exploradora?			
Marcadores tumorais			

	Tratamento (s) Anterior (es) Descrição (cirurgia ou esquema de quimioterapia e/ou radioterapia)	**Data de inicio**
1°		
2°		
3°		
4°		

ANEXO II

FLUXOGRAMA DE ACESSO



Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 89/2024.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 81/001.091/2024.

PARTES: O Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos – CNPJ n. º 04.150.335/0001-47 e Obras Sociais Francisco Thiesen – CNPJ: 02.054.553/0001-52

OBJETO: O presente Termo de Fomento tem por objeto a execução do Projeto Sustentável, visa promover através do projeto o desenvolvimento de palestras e oficina de informática no contra turno escolar para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, sendo parte integrante do presente instrumento, independente de transcrição do Plano de Trabalho.

VALOR: O valor total do presente Termo de Fomento é de R$ 100.000,00 (Cem mil reais), o qual deverá ser empregado para o único fim de atingir o objeto, sendo que a PARCEIRA PÚBLICA repassará diretamente à PARCEIRA PRIVADA em parcela única. As despesas para o presente exercício correrão à conta da dotação orçamentária consignada na Funcional Programática nº 20.81101.08.244.2201.6219.0008, Fonte 0270631101, na Natureza de Despesa 445042, Nota de Empenho 2024NE000405 de 26/04/2024.

AMPARO LEGAL: Dec. Est. n° 14.494 de 02/06/2016, Lei Federal nº 13.019 de 31/07/2014 e suas alterações, Lei Federal nº 4.320 de 17/03/1964, Res. SEFAZ n° 2.733 de 06/06/2016, Lei Estadual n. 2105 de 30 de maio de 2000, LDO e LOA.

VIGÊNCIA: 12(doze) meses a contar da data da assinatura.

DATA DA ASS: 27/05/2024.

ASSINAM: Taciana Afonso Silvestrini Arantes CPF: n° xxx.632.771-xx. João Carlos Rosa: CPF nº xxx.847.608.xx

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 95/2024.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 81/001.109/2024.

PARTES: O Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos – CNPJ n. º 04.150.335/0001-47 e Associação Trabalho Social Estrela Branca – CNPJ n. º 22.273.256/0001-05.

OBJETO: O presente Termo de Fomento tem por objeto a execução do Projeto Conduzindo Cidadania em Direção ao Protagonismo Social da Pessoa Idosa, promover ações que visem aprimorar a qualidade de vida, fortalecimento familiar e comunitário da pessoa idosa e outras faixas etárias, que estejam em situação de vulnerabilidade social, por meio de oficina de cidadania e roda de conversa nos bairros de Campo Grande-MS, sendo parte integrante do presente instrumento, independente de transcrição do Plano de Trabalho.

VALOR: O valor total do presente Termo de Fomento é de R$ 125.000,00 (Cento e vinte e cinco mil reais), o qual deverá ser empregado para o único fim de atingir o objeto, sendo que a PARCEIRA PÚBLICA repassará diretamente à PARCEIRA PRIVADA em parcela única. As despesas para o presente exercício correrão à conta da dotação orçamentária consignada na Funcional Programática nº 20.81101.08.244.2201.6219.0008, Fonte 0270631101, na Natureza de Despesa 445042, Nota de Empenho 2024NE000408 de 26/04/2024.

O LEGAL: Dec. Est. n° 14.494 de 02/06/2016, Lei Federal de nº 13.019 de 31/07/2014 e suas alterações, Lei Federal nº 4.320 de 17/03/1964, Res. SEFAZ n° 2.733 de 06/06/2016, Lei Estadual n. 2105 de 30 de maio de 2000, LDO e LOA.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura.

DATA DA ASS: 27/05/2024.

ASSINAM: Taciana Afonso Silvestrini Arantes CPF nº xxx.632.771-xx. Gilson de Souza Natis - CPF n. º xxx.694.261-xx.

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 82/2024.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 81/001.127/2024.

PARTES: O Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos – CNPJ n. º 04.150.335/0001-47 e Associação Cristã Pais e Filhos - ACPF – CNPJ: 07.182.394/0001-95.

OBJETO: O presente Termo de Fomento tem por objeto a execução do Sabor e Prosa, visa promover a melhoria na qualidade de vida da pessoa idosa incentivando o desenvolvimento a autonomia através de ações de educação alimentar e promoção do crescimento individual, social e melhoria na qualidade de vida do público atendido, sendo parte integrante do presente instrumento, independente de transcrição do Plano de Trabalho.

VALOR: O valor total do presente Termo de Fomento é de R$ 100.000,00 (Cem mil reais), o qual deverá ser empregado para o único fim de atingir o objeto, sendo que a PARCEIRA PÚBLICA repassará diretamente à PARCEIRA PRIVADA em parcela única. As despesas para o presente exercício correrão à conta da dotação orçamentária consignada na Funcional Programática nº 20.81101.08.244.2201.6219.0008, Fonte 0270631101, na Natureza de Despesa 445042, Nota de Empenho 2024NE000400 de 26/04/2024.

AMPARO LEGAL: Dec. Est. n° 14.494 de 02/06/2016, Lei Federal nº 13.019 de 31/07/2014 e suas alterações, Lei Federal nº 4.320 de 17/03/1964, Res. SEFAZ n° 2.733 de 06/06/2016, Lei Estadual n. 2105 de 30 de maio de 2000, LDO e LOA.

VIGÊNCIA: 12(doze) meses a contar da data da assinatura.

DATA DA ASS: 27/05/2024

ASSINAM: Taciana Afonso Silvestrini Arantes CPF: n° xxx.632.771-xx
Edinalva dos Santos Coronel – CPF n° xxx.340.881-xx

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística

Republica-se por ter constado incorreção no original publicado no Diário Oficial n. 11.504, de 28/05/2024, página 95.

EXTRATO DO CONVÊNIO N. 433/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, CNPJ/MF N. 15.412.257/0001-28, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA – SEILOG, CNPJ/MF N. 03.236.119/0001-56 E O MUNICÍPIO DE JAPORÃ/MS, CNPJ/MF N. 15.905.342/0001-28.

PROCESSO ELETRÔNICO: 79.005.508-2024.

OBJETO: Constitui objeto do presente Convênio, o estabelecimento das premissas para a efetivação do repasse de recursos visando à execução de obra de implantação do sistema de iluminação pública no Estádio Municipal da Comunidade Indígena Porto Lindo, com 80 refletores de LED de 600 W, 8 de 500 W, 10 postes de concreto

de diversas bitolas, no município de Japorã/MS, conforme documentação anexa ao processo eletrônico NUP n. 79.005.508-2024.

VALOR: O valor total estimado do presente convênio será de R$ 224.756,19 (duzentos e vinte e quatro mil, setecentos e cinquenta e seis reais e dezenove centavos) por parte da CONCEDENTE, cujas despesas correrão à conta do Programa de Trabalho: 10.79101.25.752.2210.6190.0001 - Eficiência energética, Natureza de Despesa: 44905117, Fonte: 0150000001, NE: 2024NE000236, de 20/05/2024, desembolsado em 02 (duas) parcelas, em conformidade com o Plano de Trabalho e Cronogramas de Desembolso Físico-Financeiro, partes integrantes deste instrumento.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente Convênio terá vigência de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, sempre fundado na conveniência e oportunidade, obedecidas normas vigentes relativas à matéria.

AMPARO LEGAL: O presente Convênio consubstancia-se no Decreto Estadual n. 11.261/2003, na RESOLUÇÃO/ SEFAZ nº 2.093/2007 e demais legislações específicas, assim como, no que couber, nas disposições da Lei Federal n. 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 23 de maio de 2024.

ASSINAM:
HÉLIO PELUFFO FILHO
Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística
PAULO CESAR FRANJOTTI
Prefeito do Município de Japorã/MS

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA N° 009/2024

Processo n:	31.051.158.2023
Partes:	O Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP-MS, CNPJ sob n. 03.015.475/0001-40, com sede na Avenida do Poeta, Bloco VI, Parque dos Poderes, Campo Grande-MS, com a interveniência da Delegacia-Geral da Polícia Civil, e de outro lado o município de Santa Rita do Pardo-MS, CNPJ sob n. 01.561.372/0001-50, com sede na Rua Marechal Floriano Peixoto,910, centro de Santa Rita do Pardo– MS.
Objeto:	A colaboração mútua entre as partes, visando à instalação da Sala Lilás na Delegacia de Polícia do Município, garantindo o espaço destinado ao atendimento humanizado e especializado à mulher, crianças e adolescentes vítimas de violência, conforme estatuído pela Lei 11.340/06 (lei Maria da Penha) e da Lei 8.069/90 (estatuto da Criança e do Adolescente).
Amparo Legal:	Decreto Estadual n° 11.261, de 16 de junho de 2003, com alterações posteriores, na Resolução SEFAZ n° 2.093, de 24 de outubro de 2007, e na Lei n. 14.133, de 1.04.2021.
Vigência:	60 (sessenta) meses, a contar da data da assinatura.
Assinatura:	14/05/2024
Assinam:	**ANTONIO CARLOS VIDEIRA** Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública – MS **LUCIO ROBERTO CALIXTO COSTA** Prefeito de Santa Rita do Pardo - MS **LUPÉRSIO DEGERONE LUCIO** Delegado-Geral da Polícia Civil - MS

EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Processo n:	31.103.137.2024
Partes:	A União, por intermédio da Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso do Sul, CNPJ sob n. 00.394.494/0084-63, com sede na Rua Fernando Luiz Fernandes, 322 – Vila Sobrinho, Campo Grande-MS, e o Estado de Mato Grosso do Sul/MS, por intermédio de sua Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, CNPJ sob o n. 03.015.475/0001-40, com a sede na Avenida do Poeta, Bloco VI, Parque dos Poderes, Campo Grande/MS.
Objeto:	O objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica é o desenvolvimento de ações e estabelecimento de procedimentos de cooperação técnica e operacional entre os Partípes, com o intercâmbio de conhecimentos, informações, dados e tecnologias, a fim de incrementar as ações atinentes à segurança pública no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, especialmente no que diz respeito ao compartilhamento de Recursos e Infraestrutura de Radiocomunicação Digital, conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho em anexo.
Amparo Legal:	Lei n. 14.133, de 2021 e Decreto n. 11.531, de 2023.

Vigência: 60 (sessenta) meses a partir da publicação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado, mediante a celebração de aditivo.
Assinatura: 16/05/2024
Assinam: **CARLOS HENRIQUE COTTA D' ÂNGELO**
Superintendente Regional da Polícia Federal - MS
ANTONIO CARLOS VIDEIRA
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública - MS

TERMO DE DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO

1. Trata-se de designação de servidores para acompanhamento e fiscalização da execução de contratação, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 c/c Decreto Estadual nº 15.530, de 08 de outubro de 2020 [art. 7º e 117 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 c/c Decreto Estadual nº 15.938 de 26 de maio de 2023].
2. Ficam designados os servidores abaixo indicados para exercerem as funções descritas na equipe de fiscalização do contrato celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP/MS e a empresa CONDOR S/A INDÚSTRIA QUÍMICA, conforme segue:

GESTOR DO CONTRATO:
NOME: RIGOBERTO ROCHA DA SILVA - MATRÍCULA**:** 88973021.
FUNÇÃO: Comandante do Batalhão de Choque da PMMS.
GESTOR SUBSTITUTO:
NOME: ANDERSON NASCIMENTO COSTA - MATRÍCULA: 24076021.
FUNÇÃO: Subcomandante do Batalhão de Choque da PMMS.
FISCAL DO CONTRATO:
NOME: JOSÉ SOARES PAES - MATRÍCULA: 73025021.
FUNÇÃO: 2° TEN PM.
FISCAL SUBSTITUTO:
NOME: MAURICIO RODRIGO CELLOS HUGUENEY - MATRÍCULA: 89841021.
FUNÇÃO: SUB TENENTE PM.
REFERENTE:
PROCESSO Nº 31/061.052/2024 CONTRATO Nº 011/2024/SEJUSP/MS
OBJETO: é a aquisição de munições químicas, para atender as demandas das Unidades Especializadas e Forças Táticas da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Compete à equipe de fiscalização do contrato o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento do objeto ou da prestação do serviço, a fim de que as normas que regulam o instrumento contratual sejam devidamente observadas, anotando em registro próprio todas as ocorrências e reportando-se à autoridade competente quando necessária providência pertinente àquela.
Campo Grande/MS, 22 de maio de 2024.

ANTONIO CARLOS VIDEIRA
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública/MS

TERMO DE DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO

1. Trata-se de designação de servidores para acompanhamento e fiscalização da execução de contratação, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 c/c Decreto Estadual nº 15.530, de 08 de outubro de 2020 [art. 7º e 117 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 c/c Decreto Estadual nº 15.938 de 26 de maio de 2023].
2. Ficam designados os servidores abaixo indicados para exercerem as funções descritas na equipe de fiscalização do contrato celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP/MS e a empresa Catijó Administração de Imóveis Ltda representado por seu sócio Carlos Roberto Taveira, representado por procuração pela Financial Administração de Imóveis Ltda, conforme segue:

GESTOR DO CONTRATO:
NOME: MARCOS TAKESHITA - MATRÍCULA: 14633022.
FUNÇÃO: Delegado de Polícia Judiciária
GESTOR SUBSTITUTO:
NOME: ARIENE NAZARETH MURAD DE SOUZA - MATRÍCULA: 130111023.
FUNÇÃO: Delegada de Polícia Judiciária
FISCAL DO CONTRATO:
NOME: IVAN BAREIRA - MATRÍCULA: 132514022.
FUNÇÃO:. Delegado de Polícia Judiciária
FISCAL SUBSTITUTO:
NOME: EVANDRO LUIZ BANHETI CORREDATO - MATRÍCULA: 110553022.

FUNÇÃO: Delegado de Polícia Judiciária
REFERENTE:
PROCESSO Nº 31/001.639/2014 CONTRATO Nº 098/2014/SEJUSP/MS
OBJETO: contrato de locação do imóvel destinado a instalação do CEPOL – Centro de Policiamento Especializado, sito a Rua. Soldado PM Reinaldo de Andrade, nº 167 – Desbarrancado – Campo Grande/MS.
3. Compete à equipe de fiscalização do contrato o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento do objeto ou da prestação do serviço, a fim de que as normas que regulam o instrumento contratual sejam devidamente observadas, anotando em registro próprio todas as ocorrências e reportando-se à autoridade competente quando necessária providência pertinente àquela.

Campo Grande/MS, 20 de maio de 2024.

ANTONIO CARLOS VIDEIRA
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública/MS

TERMO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL E GESTOR DE CONTRATO

1. Trata-se de designação de servidores para acompanhamento e fiscalização da execução de contratação, nos termos do arts. 7 e 117, ambos da Lei nº14.133, de 1º de abril de 2021, c/c Decreto Estadual nº15.938/2022.

2. Ficam designados os servidores abaixo indicados para exercerem as funções descritas na equipe de fiscalização do contrato celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP/MS e a empresa **MULTIQUALITY COMERCIAL LTDA**, conforme segue:

GESTOR DO CONTRATO:
NOME: RAMÃO DE OLIVEIRA JUNIOR MATRÍCULA: 74779021
FUNÇÃO: CB QPPM

GESTOR SUBSTITUTO:
NOME: SÉRGIO ANTÔNIO PEREZ MATRÍCULA: 65092029
FUNÇÃO: Chefe da UdFin/CGFAG/SEJUSP/MS

FISCAL DO CONTRATO:
NOME: SEBASTIÃO PEREIRA CAMARGO MATRÍCULA: 81595021
FUNÇÃO: ST QPPM

FISCAL SUBSTITUTO:
NOME: OCTAVIO BARBOSA MACHADO RIBEIRO MATRÍCULA: 480201021
FUNÇÃO: Gestão Intermediária e Assistência

REFERENTE:
PROCESSO Nº 31/050.652/2023 CONTRATO Nº 12/2024/SEJUSP/MS GCONT 24499
OBJETO: Aquisição de pneus e câmara de ar para atender a necessidade da SEJUSP/SEDE e da Polícia Militar, para operacionalização dos serviços na área de segurança pública prestados à população pela Instituição, conforme condições e exigências estabelecidas neste contrato.
Data da Assinatura: 22/05/2024.

3. Compete à equipe de fiscalização do contrato o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento do objeto ou da prestação do serviço, a fim de que as normas que regulam o instrumento contratual sejam devidamente observadas, anotando em registro próprio todas as ocorrências e reportando-se à autoridade competente quando necessária providência pertinente àquela.

Campo Grande/MS, 22 de maio de 2024.

ANTONIO CARLOS VIDEIRA
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública/MS

ATOS NORMATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Agência Estadual de Metrologia

Extrato do VI Termo Aditivo ao Contrato 0013/2018/AEM-MS **Nº Cadastral 11338**

Processo: 7101210160/2018

Partes: O Estado do Mato Grosso do Sul por intermédio da Agência Estadual de Metrologia - MS e Ticket Soluções HDFGT S/A

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação da vigência contratual.

Amparo Legal: O presente encontra amparo legal na Lei 8666/93 atualizada e no parecer jurídico em anexo aos autos.

Ordenador de Despesas: Marcos Henrique Derzi Wasilewski

Do Prazo: Fica o presente termo vigente a contar do dia 15/05/2024 a 14/01/2025

Data da Assinatura: 15/05/2024

Assinam: Marcos Henrique Derzi Wasilewski, Luciano Rodrigo Weiand, Fabio Adriano Gallinea

Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul

RETIFICAÇÃO POR INCORREÇÃO

Retificamos a publicação do Diário Oficial do Estado n. 11.501, de 24 de maio de 2024, página 18, referente à rescisão contratual do imóvel localizado na Quadra 11, Lote 03 do Loteamento Residencial Dom Pepe, Porto Murtinho – MS, objeto do Processo Administrativo: 99700005.

Onde se lê:

TITULAR	CPF CÔNJUGE	QD	LT	DATA
KETYLEM APARECIDA AGUERO BENITES	***.593.831-**	11	03	16/08/2023

Leia –se:

TITULAR	CPF TITULAR	QD	LT	DATA
KETYLEM APARECIDA AGUERO BENITES	***.593.831-**	11	03	24/05/2024

Campo Grande/MS 28 de maio de 2024

MARIA DO CARMO AVESANI LOPEZ
Diretora-Presidente

EXTRATO DO CONVÊNIO N. 670/2024
Processo: 79/007.000/2024
Objeto: Transferência de recursos financeiros da CONCEDENTE ao CONVENENTE para a contratação de empresa da construção civil, mediante processo licitatório, visando à construção de 18 (dezoito) unidades habitacionais, no município de Ponta Porã/MS, conforme plano de trabalho, projetos e planilha orçamentária constantes do processo**.**
Partes: AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - AGEHAB, inscrita no CNPJ n. 05.472.304/0001-75 (Concedente), e o MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ, inscrito no CNPJ n. 03.434.792/0001-09, (Convenente).
Amparo Legal: Decreto n. 11.261, de 16 de junho de 2003; Resolução SEFAZ n. 2.093, de 24 de outubro de 2007; Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000; Lei Federal n. 4.320/64; as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual do Estado, e no que couber, as disposições da Lei Federal n. 14.133, de 21 de abril de 2021.
Valor: O valor total deste convênio é de R$ 1.596.110,20 (um milhão, quinhentos e noventa e seis mil, cento e dez reais e vinte centavos), sendo R$ 957.666,12 (novecentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e sessenta e seis reais e doze centavos) referente ao aporte financeiro da **CONCEDENTE** e R$ 638.444,08 (seiscentos e trinta e oito mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e oito centavos) de contrapartida do **CONVENENTE**, conforme plano de trabalho.
Dotação Orçamentária: Funcional Programática: 10.79902.16.482.2221.6164.0002 - Produção de Habitações Urbanas; UG: 790902; Fonte de Recurso: 0150080051 - FEHIS; Natureza de Despesa: 44404202; Nota de

Empenho 2024NE000995, emitida em 27/05/2024, conforme cronograma de desembolso do plano de trabalho.
Vigência: 20 (vinte) meses, contados da data de sua assinatura.
Data de assinatura: 28/05/2024.
Assinam: Maria do Carmo Avesani Lopez, CPF: xxx.757.451-xx, Diretora-Presidente - AGEHAB, Eduardo Esgaib Campos, CPF n. xxx.656.961-xx, Prefeito Municipal - Ponta Porã/MS.

Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos

Extrato do II Termo Aditivo ao Contrato n. 0012/2023/AGESUL **N° Cadastral 20815**

Processo:	57/005.138/2022
Partes:	AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS – AGESUL e a empresa MARACAJU ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA
Objeto:	Constitui objeto do presente Termo Aditivo a alteração de valor do Contrato n. 012/2023, referente à execução da obra de infraestrutura urbana – pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais em diversas ruas nos Bairros Morena e São Francisco, no município de Jardim - MS.
Valor:	Fica suprimido ao valor do referido Contrato, a importância de R$ 853.124,18 (oitocentos e cinquenta e três mil, cento e vinte e quatro reais e dezoito centavos), passando dos atuais R$ 7.742.698,53 (sete milhões, setecentos e quarenta e dois mil, seiscentos e noventa e oito reais e cinquenta e três centavos) para o valor de R$ 6.889.574,35 (seis milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, quinhentos e setenta e quatro reais e trinta e cinco centavos).
Amparo Legal:	artigo 65, inciso I, alínea "a", da Lei Federal n. 8.666/93
Ordenador de Despesas:	MAURO AZAMBUJA RONDON FLORES
Data da Assinatura:	21/05/2024
Assinam:	MAURO AZAMBUJA RONDON FLORES, SADI DE QUADROS e NELSO ANTONIO SONDA (p.p. SADI DE QUADROS)

Extrato do VIII Termo Aditivo ao Contrato n. 0023/2021/AGESUL **N° Cadastral 14638**

Processo:	57/101.261/2020
Partes:	AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS – AGESUL e a empresa CONSTRUTORA RIAL LTDA
Objeto:	Constitui objeto do presente Termo Aditivo a alteração do Contrato n. 023/2021, referente à prestação do serviço de manutenção e conservação das rodovias pavimentadas e não pavimentadas da malha rodoviária da 15ª Residência Regional de Camapuã/MS.
Da Reprogramação:	Em razão da reprogramação da planilha da obra, alteraram-se os quantitativos, sem reflexo financeiro e sem inclusão de itens novos, conforme relatório técnico de reprogramação financeira.
Amparo Legal:	artigo 65, inciso I, alínea "a", da Lei Federal n. 8.666/93
Ordenador de Despesas:	Mauro Azambuja Rondon Flores
Data da Assinatura:	23/05/2024
Assinam:	Mauro Azambuja Rondon Flores e Antonio Bittencourt Jacques Pedrosa

Extrato do Contrato n. 0033/2024/AGESUL **N° Cadastral 24621**

Processo:	79/012.175/2023
Partes:	AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS - AGESUL e a empresa CONSTRUTORA MAKSOUD RAHE LTDA
Objeto:	Constitui objeto do presente Contrato, a execução pela CONTRATADA da obra de ampliação e reforma do edifício sede da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica – SEGOV, no município de Campo Grande/MS, de acordo com as especificações do Edital de Concorrência nº 051/2023-DLO, quadro de quantitativo, bem como na íntegra, a Proposta da CONTRATADA, que fazem parte integrante deste contrato, como se nele estivessem inseridos todos os seus termos.
Valor:	O valor do presente contrato para execução do objeto é estimado em R$ 13.383.310,31 (treze milhões, trezentos e oitenta e três mil, trezentos e dez reais e trinta e um centavos).

Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte
51101	10.51101.04.122.0034.6046.0003	44905191	50000001

- Nota de Empenho nº **2024NE001719**, de **24/05/2024**, no valor de **R$ 8.000.000,00** (oito milhões de reais).

Do Prazo de Execução: O objeto do presente contrato deverá ser executado e totalmente concluído dentro do prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias consecutivos, contados da data do recebimento da Ordem de Início dos Serviços (OIS), devendo cumprir rigorosamente o cronograma físico-financeiro do contrato, sob pena de aplicação de multa moratória, sem prejuízo das demais penalidades e da rescisão contratual, se for o caso.

Do Prazo de Vigência: A vigência do contrato terá início a partir da sua assinatura e perdurará até 120 (cento e vinte) dias corridos após o término do prazo de execução.

Amparo Legal: Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Ordenador de Despesas: Mauro Azambuja Rondon Flores

Data da Assinatura: 27/05/2024

Assinam: Mauro Azambuja Rondon Flores e Helder D'avila Morales

Extrato do III Termo Aditivo ao Contrato n. 0106/2021/AGESUL **N° Cadastral 15554**

Processo: 57/003.885/2021

Partes: AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS – AGESUL e a empresa CONSTRUTORA BURITI LTDA

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a alteração do Contrato nº 106/2021, referente à execução do serviço de manutenção e conservação das pontes de madeira nas rodovias que fazem parte da malha rodoviária não pavimentada da 14ª Residência Regional de Jardim – MS.

Da Alteração: Em razão da reprogramação da planilha da obra, alteraram-se os quantitativos, sem reflexo financeiro e sem inclusão de itens novos, conforme relatório técnico de reprogramação financeira.

Amparo Legal: artigo 65, inciso I, alínea "a", da Lei Federal n. 8.666/93

Ordenador de Despesas: Mauro Azambuja Rondon Flores

Data da Assinatura: 27/05/2024

Assinam: Mauro Azambuja Rondon Flores e Julio Cesar Stiirmer

Extrato do IV Termo Aditivo ao Contrato n. 0235/2022/AGESUL **N° Cadastral 19701**

Processo: 57/004.266/2022

Partes: AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS – AGESUL e ECOL ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação de prazo de execução do Contrato n. 235/2022, referente à execução da obra de construção da Praça da Polícia Militar Rodoviária Estadual, no município de Angélica (Distrito Ipezal) - MS.

Amparo Legal: artigo 57, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93

Do Prazo: 2. Fica prorrogado o período de execução do Contrato, por mais 90 (noventa) dias, com efeitos a contar de 16/05/2024 a 13/08/2024, conforme cronograma físico-financeiro readequado, aprovado pela fiscalização, o qual passa a fazer parte integrante do presente termo.
2.1. Nos termos da cláusula 5.3.1 do Contrato n. 235/2022, seu prazo de vigência passa a findar em 11/12/2024.

Data da Assinatura: 21/05/2024

Assinam: MAURO AZAMBUJA RONDON FLORES e MARCO ANTÔNIO DE MORAES

Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural

REPUBLICA-SE POR INCORREÇÃO, PUBLICADO EM 28/05/2024 DOE 11.504, PÁGINA 104, EXTRATO REFERENTE AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº. 013/2024
PROCESSO 83.014.998-2024

Partes:	A Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - AGRAER - CNPJ nº 03.981.081/0001-46, sediada em Campo Grande – MS e o Município de Nioaque – CNPJ n. 03.073.699/0001-08.
Objeto:	Constitui objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica, 01 (um) trator agrícola 160 CV, patrimônio 01256813, de propriedade da AGRAER.
Amparo Legal:	Decretos Estaduais n. 11.261/2003, n. 16.268/2023 e n. 16.295/2023.
Vigência:	27/05/2024 a 27/05/2026.
Data da Assinatura:	27/05/2024.
Assinam:	**Washington Willeman de Souza**, pela AGRAER e **Valdir Couto de Souza Júnior**, pelo Município.

Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal

PORTARIA IAGRO N. 429, DE 27 DE MAIO DE 2024.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL - IAGRO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o cadastro do produto agrotóxico, abaixo relacionado, devidamente registrado junto ao órgão federal, para comercialização no Estado de Mato Grosso do Sul:

1. Nº do cadastro no IAGRO/MS: 5327
2. Nº do registro MAPA: 04824
3. Requerente: SOLUS PARTICIPACOES
4. Marca comercial do agrotóxico: VALENTE BR
5. Ingrediente ativo: ACEFATO
6. Classe: ACARICIDA E INSETICIDA
7. Classe toxicológica: CATEGORIA 4 - PRODUTO POUCO TÓXICO
8. Tipo de formulação: GRANULADO SOLÚVEL

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, 27 de maio de 2024

DANIEL DE BARBOSA INGOLD
Diretor Presidente - IAGRO

PORTARIA IAGRO N. 430, DE 27 DE MAIO DE 2024.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL - IAGRO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o cadastro do produto agrotóxico, abaixo relacionado, devidamente registrado junto ao órgão federal, para comercialização no Estado de Mato Grosso do Sul:

1. Nº do cadastro no IAGRO/MS: 5335
2. Nº do registro MAPA: 04824
3. Requerente: SOLUS PARTICIPACOES
4. Marca comercial do agrotóxico: ALPES CHDS
5. Ingrediente ativo: ACEFATO
6. Classe: ACARICIDA E INSETICIDA
7. Classe toxicológica: CATEGORIA 4 - PRODUTO POUCO TÓXICO
8. Tipo de formulação: GRANULADO SOLÚVEL

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, 27 de maio de 2024

DANIEL DE BARBOSA INGOLD
Diretor Presidente - IAGRO

PORTARIA IAGRO N. 431, DE 27 DE MAIO DE 2024.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL - IAGRO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o cadastro do produto agrotóxico, abaixo relacionado, devidamente registrado junto ao órgão federal, para comercialização no Estado de Mato Grosso do Sul:

1. Nº do cadastro no IAGRO/MS: 5387
2. Nº do registro MAPA: 31923
3. Requerente: VITAL FORCE
4. Marca comercial do agrotóxico: ECONEMA
5. Ingrediente ativo: TRICHODERMA HARZIANUM E BACILLUS SUBTILIS
6. Classe: NEMATICIDA MICROBIOLÓGICO
7. Classe toxicológica: CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO
8. Tipo de formulação: SUSPENSÃO CONCENTRADA

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, 27 de maio de 2024

DANIEL DE BARBOSA INGOLD
Diretor Presidente - IAGRO

PORTARIA IAGRO N. 432, DE 27 DE MAIO DE 2024.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL - IAGRO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o cadastro do produto agrotóxico, abaixo relacionado, devidamente registrado junto ao órgão federal, para comercialização no Estado de Mato Grosso do Sul:

1. Nº do cadastro no IAGRO/MS: 5325
2. Nº do registro MAPA: 34723
3. Requerente: INDOFIL INDUSTRIES DO BRASIL LTDA.
4. Marca comercial do agrotóxico: CURATIS
5. Ingrediente ativo: MANCOZEBE, PICOXISTROBINA E PROTIOCONAZOL
6. Classe: FUNGICIDA
7. Classe toxicológica: CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO
8. Tipo de formulação: SUSPENSÃO CONCENTRADA

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, 27 de maio de 2024

DANIEL DE BARBOSA INGOLD
Diretor Presidente - IAGRO

PORTARIA IAGRO N. 433, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL - IAGRO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o cadastro do produto agrotóxico, abaixo relacionado, devidamente registrado junto ao órgão federal, para comercialização no Estado de Mato Grosso do Sul:

1. Nº do cadastro no IAGRO/MS: 5367
2. Nº do registro MAPA: 22023
3. Requerente: INOVATIS
4. Marca comercial do agrotóxico: USER 430 BR
5. Ingrediente ativo: TEBUCONAZOL
6. Classe: FUNGICIDA
7. Classe toxicológica: CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO
8. Tipo de formulação: SUSPENSÃO CONCENTRADA

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, 28 de maio de 2024

DANIEL DE BARBOSA INGOLD
Diretor Presidente - IAGRO

PORTARIA IAGRO N. 434, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL - IAGRO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o cadastro do produto agrotóxico, abaixo relacionado, devidamente registrado junto ao órgão federal, para comercialização no Estado de Mato Grosso do Sul:

1. Nº do cadastro no IAGRO/MS: 5385
2. Nº do registro MAPA: 22023
3. Requerente: INOVATIS
4. Marca comercial do agrotóxico: ERRADICUR MAX TM
5. Ingrediente ativo: TEBUCONAZOL
6. Classe: FUNGICIDA
7. Classe toxicológica: CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO
8. Tipo de formulação: SUSPENSÃO CONCENTRADA

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, 28 de maio de 2024

DANIEL DE BARBOSA INGOLD
Diretor Presidente - IAGRO

PORTARIA IAGRO N. 435 DE 28/05/2024.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL - IAGRO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar o cadastro estadual nº 1034, do produto ACROBAT MZ, registro MAPA nº 02605, da empresa BASF SA, com a inclusão da modalidade de aplicação Aérea do produto.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, 28/05/2024

DANIEL DE BARBOSA INGOLD
Diretor Presidente - IAGRO

PORTARIA IAGRO N. 436 DE 28/05/2024.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL - IAGRO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar o cadastro estadual nº 1140, do produto FORUM, registro MAPA nº 1395, da empresa BASF SA, com a inclusão da modalidade de aplicação Aérea do produto.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, 28/05/2024

DANIEL DE BARBOSA INGOLD
Diretor Presidente - IAGRO

PORTARIA IAGRO N. 437 DE 28/05/2024.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL - IAGRO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar o cadastro estadual nº 1947, do produto ACETAMIPRID NORTOX 200 SP, registro MAPA nº 1218, da empresa NORTOX SA, com a inclusão das culturas da Abacate, Abacaxi, Anonáceas, Azeitona, Cacau, Cupuaçu, Guaraná, Lichia, Macadâmia, Manga, Maracujá, Noz-Pecã, Romã, Feijões, Citros, Eucalipto e Pastagem.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, 28/05/2024

DANIEL DE BARBOSA INGOLD
Diretor Presidente - IAGRO

PORTARIA IAGRO N. 438 DE 28/05/2024.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL - IAGRO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar o cadastro estadual nº 4309, do produto GLIFOSATO NORTOX ULTRA, registro MAPA nº 12321, da empresa NORTOX SA, com a inclusão das culturas do Algodão Geneticamente Modificado, Milho Geneticamente Modificado, Abacate, Abacaxi, Azeitona, Açaí, Amendoim, Aveia, Cacau, Castanha-do-Pará, Caju, Caqui, Carambola, Centeio, Cevada, Cupuaçu, Dendê, Ervilha, Feijões, Figo, Goiaba, Guaraná, Grão-de-bico, Kiwi, Lentilha, Lichia, Mangaba, Macadâmia, Manga, Maracujá, Milheto, Marmelo, Nêspera, Noz pecã, Pinhão, Pupunha, Sorgo, Romã e Triticale..

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, 28/05/2024

DANIEL DE BARBOSA INGOLD
Diretor Presidente - IAGRO

PORTARIA IAGRO N. 439, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL - IAGRO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o cadastro do produto agrotóxico, abaixo relacionado, devidamente registrado junto ao órgão federal, para comercialização no Estado de Mato Grosso do Sul:

1. Nº do cadastro no IAGRO/MS: 5383
2. Nº do registro MAPA: 05524

3. Requerente: RAINBOW
4. Marca comercial do agrotóxico: ETHROLE
5. Ingrediente ativo: ETIPROLE
6. Classe: INSETICIDA
7. Classe toxicológica: CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO
8. Tipo de formulação: SUSPENSÃO CONCENTRADA

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, 28 de maio de 2024

DANIEL DE BARBOSA INGOLD
Diretor Presidente - IAGRO

PORTARIA IAGRO N. 440, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL - IAGRO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o cadastro do produto agrotóxico, abaixo relacionado, devidamente registrado junto ao órgão federal, para comercialização no Estado de Mato Grosso do Sul:

1. Nº do cadastro no IAGRO/MS: 5375
2. Nº do registro MAPA: 05224
3. Requerente: RAINBOW
4. Marca comercial do agrotóxico: ATESALOR XTRA
5. Ingrediente ativo: AMICARBAZONA
6. Classe: HERBICIDA
7. Classe toxicológica: CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO
8. Tipo de formulação: GRANULADO DISPERSÍVEL

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, 28 de maio de 2024

DANIEL DE BARBOSA INGOLD
Diretor Presidente – IAGRO

PORTARIA IAGRO MS Nº. 3.733, DE 29 DE MAIO DE 2024.

*Prorroga em caráter excepcional, a etapa Maio de 2024 da **ATUALIZAÇÃO CADASTRAL** das Explorações Pecuárias e a **DECLARAÇÃO SEMESTRAL DE REBANHOS,** no Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.*

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA, ANIMAL E VEGETAL do Estado de Mato Grosso do Sul - IAGRO, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a Portaria IAGRO MS Nº 3.725, de 15 de abril de 2024, que dispõe sobre a ATUALIZAÇÃO CADASTRAL das Explorações Pecuárias e a DECLARAÇÃO SEMESTRAL DE REBANHOS no Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

CONSIDERANDO o OFÍCIO FAMASUL Nº 138, de 23 de maio de 2024 e OFÍCIO ACRISSUL Nº 0080, de 24 de maio de 2024, os quais solicitam a prorrogação da declaração, e a indisponibilidade de doses da vacina B19 para venda em Mato Grosso do Sul e considerando que o produtor realiza o manejo do rebanho, bovino e bubalino, para contagem, concomitante com a vacinação contra brucelose, para fins de declaração.

CONSIDERANDO o Processo MAPA nº 21026.001745/2024-53, o qual se manifesta FAVORÁVEL à prorrogação da Campanha de Atualização Cadastral até 30 de junho de 2024.

R E S O L V E:

Art. 1°. Fica prorrogada, em caráter excepcional, a etapa Maio de 2024, da Atualização Cadastral das explorações pecuárias localizadas na região do Planalto e Pantanal.
Art. 2º. O prazo final para a Atualização Cadastral e a Declaração Semestral de Rebanhos no estado de Mato Grosso do Sul, será até o dia 30 de junho de 2024.
Parágrafo único – Ao término do prazo estabelecido por essa normativa, as explorações pecuárias inadimplentes, estarão automaticamente interditadas e sujeitas às sanções previstas em normativas vigentes.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de junho de 2024.

Campo Grande (MS), 29 de maio de 2024.

CRISTIANO MOREIRA DE OLIVEIRA
Diretor Presidente em Exercício

Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul

Extrato do VII Termo Aditivo ao n° Contrato 13097/2020/DETRAN **N° Cadastral 13097**

Processo: 31/700.952/2020

Partes: O Estado do Mato Grosso do Sul por intermédio do Departamento Estadual de Trânsito - MS e a empresa NPQ TURISMO LTDA EPP

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto o reajuste do valor do Contrato nº 13.097/2020/DETRAN.

Recursos Orçamentários: As despesas resultantes do reajuste dos preços contratados correrão por conta da Funcional Programática n° 10.31201.06.122.0033.6088.0001 – Custeio administrativo e 10.31201.06.181.2209.6124.00001 - CAMEDUC, Naturezas de Despesa nº 33903399 e nº 33903302, Fonte 179980021, conforme Notas de Empenho n. 2024NE001028, n. 2024NE001029 e n. 2024NE001030, todas emitidas em 22/05/2024.

Valor: Adita-se a Cláusula Oitava do Contrato nº 13.097/2020/DETRAN reajustando o valor mensal de R$ 207.420,56 (duzentos e sete mil e quatrocentos e vinte reais e cinquenta e seis centavos) para R$ 217.003,39 (duzentos e dezessete mil e três reais e trinta e nove centavos) pela aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Amparo Legal: O presente Termo Aditivo é regido pelas disposições da Lei Federal nº 8.666/93, que o regulamenta, bem como demais normas legais pertinentes.

Ordenador de Despesas: JOÃO CESAR MATTO GROSSO PEREIRA

Data da Assinatura: 23/05/2024

Assinam: JOÃO CESAR MATTO GROSSO PEREIRA e APARECIDA AFIFE MILAN DE QUEIROZ

Retifica-se por ter constado incorreção no extrato publicado no Diário Oficial nº 11.501, de 24 de maio de 2024, PÁG. 25-26. Extrato de Retificação do Termo de Rerratificação ao IV Termo Aditivo do Contrato n. 18862/2022/DETRAN **Nº Cadastral 18862**

Processo: 31/049.732/2022

Onde se Lê: **Assinam:** Rudel Espíndola Trindade Júnior e Henrique do Nascimento Fonseca

Leia-se: **Assinam:** João César Matto Grosso Pereira e Henrique do Nascimento Fonseca

PORTARIA DETRAN MS "T" N. 3304, DE 28 DE MAIO DE 2024

"Cancelamento do Certificado de Registro de Veículo que menciona".

O Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul – DETRAN-MS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o que consta no Auto de Investigação Preliminar n. 024/2024/COTRA, deste Departamento;

RESOLVE:

Art. 1º - Cancelar o Certificado de Registro de Veículo (CRV) que menciona, conforme abaixo descriminado:

CRV	PLACA
01530740816-5	DDA1622

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Campo Grande (MS), 28 de maio de 2024.

RUDEL ESPÍNDOLA TRINDADE JÚNIOR
DIRETOR-PRESIDENTE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DA 1ª JARI/DETRAN-MS Nº 71/2024, DE 28 DE MAIO DE 2024.

A Primeira Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI/MS, órgão colegiado cujas competências estão descritas no artigo 17, do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, torna público o resultado do julgamento do(s) recurso(s) de penalidade de multa.

Nº DO PROCESSO	INTERESSADO	RESULTADO
31/057076/2023	ROBERTO OLIVEIRA SANTOS	PROVIDO

Campo Grande - MS, 28 de maio de 2024.

MARIA MOURA BORBA DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DA 1ª JARI/DETRAN/MS

TERMO DE CREDENCIAMENTO DETRAN/MS N° 839/2024

O Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul - DETRAN-MS, tendo como origem o requerimento protocolado pela interessada, autuado e processado em conformidade com as disposições da Resolução n° 927/22 do CONTRAN e da PORTARIA "N" N° 101 de 02 de julho de 2021, do DETRAN-MS, credencia, até 31 de dezembro de 2024, o(s) respectivo(s) profissionais psicólogos, na empresa abaixo qualificada (já credenciada), para prestação de serviços de exames psicológicos no Município de: Campo Grande/MS.

Processo nº: 564/2024

Empresa: HABILITAR CLINICA DE PSICOLOGIA S/S (já credenciada)

Endereço: Rua Humberto de Campos, 36 sala 5 - CEP 79020060

Município: Campo Grande

CNPJ nº: 52.162.648/0001-68

Psicólogo(a) Credenciado(a):

Marcia Augusta Teodorowic Reis - N° do CRP: 14013534

Campo Grande - (MS), 28 de maio de 2024.

_____
João Cesar Matto Grosso Pereira
Diretor-Presidente em substituição – DETRAN-MS

_____
HABILITAR CLINICA DE PSICOLOGIA S/S
Entidade Credenciada

Extrato do Termo de Credenciamento nº 838/2024/DETRAN-MS

Processo nº	**31/020181/2024**
Partes:	Departamento de Trânsito de Mato Grosso do Sul e a empresa BUENO PNEUS ENGATES E REBOQUES LTDA.
Objeto:	Credenciamento de empresa de gravação, remarcação de chassi, motor e confecção de plaquetas de veículos, no âmbito do DETRAN/MS.
Local do serviço:	Campo Grande/MS

Prazo:	O prazo de vigência do credenciamento será de 2 (cinco) anos, a partir da assinatura do presente termo, podendo ser renovado por igual período e sem limite de renovações.
Recursos orçamentários:	Não há dotação orçamentária pela inexistência de despesa para a Administração Pública.
Amparo Legal:	Lei Federal nº 8.666/1993 e legislação pertinente.
Data da assinatura:	27/05/24
Assinam:	João Cesar Matto Grosso Pereira e Jadir Barcelos Bueno

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RETIRADA DE VEÍCULO

Notificamos os proprietários dos veículos abaixo, apreendidos e/ou recolhidos a qualquer título, a mais de 30 (trinta) dias, nos pátios das agências de trânsito constantes da tabela, a comparecerem nos respectivos locais de recolhimento/apreensão para regularização da documentação e pagamento dos encargos devidos, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação deste edital de notificação. O não comparecimento dos proprietários no prazo estabelecido nesta notificação implicará o leilão dos respectivos veículos, na forma do art. 328, da Lei 9503/97 (Código de Trânsito Brasileiro) e da Resolução CONTRAN nº 623/2016. Comunicamos que os veículos relacionados poderão ser levados a qualquer modalidade de Leilão: circulação com direito a documentação, sucata aproveitável para desmontagem e sucata inservível para reciclagem. Lembramos que após o leilão, na eventualidade do valor arrecadado ser insuficiente para a quitação dos débitos existentes no prontuário dos veículos, os responsáveis poderão ser cobrados judicialmente pelas importâncias remanescentes. Para mais informações, favor comparecer na agência do DETRAN/MS do município relacionado abaixo, em que o veículo se encontra custodiado.

VEÍCULOS RECOLHIDOS/APREENDIDOS EM CAMPO GRANDE/MS			
MARCA	**PLACA**	**CHASSI**	**NOME**
GM/CLASSIC LIFE	HTN1837	9BGSA1910AB144819	BCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA
GM/CLASSIC LIFE	HTN1837	9BGSA1910AB144819	MARIA ANICE BENITES AGUILERA
FIAT/PALIO FIRE	FTV3384	9BD17122LF5980234	BANCO DAYCOVAL S/A
FIAT/PALIO FIRE	FTV3384	9BD17122LF5980234	JOSE CARLOS ROSA FERREIRA
I/NISSAN VERSA 16SV FLEX	OON7955	3N1CN7AD2EK474222	BANCO BRADESCO SA
I/NISSAN VERSA 16SV FLEX	OON7955	3N1CN7AD2EK474222	FERNANDES SERV AUTOMOTIVOS EIRELI ME
HONDA/CB250F TWISTER CBS	QAL9960	9C2MC4400KR001008	BANCO PAN S.A.
HONDA/CB250F TWISTER CBS	QAL9960	9C2MC4400KR001008	JOSE RICARDO SANTANA DE SOUZA
HONDA/CG 160 FAN	QAJ6547	9C2KC2200JR142845	BANCO PAN S.A.
HONDA/CG 160 FAN	QAJ6547	9C2KC2200JR142845	JOSE JUVINALDO PEREIRA

Campo Grande/MS, 28 de maio de 2024

Priscila Rezende de Rezende
Diretora DIRVE
Detran-MS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RETIRADA DE VEÍCULO

Notificamos os proprietários dos veículos abaixo, apreendidos e/ou recolhidos a qualquer título, a mais de 30 (trinta) dias, nos pátios das agências de trânsito constantes da tabela, a comparecerem nos respectivos locais de recolhimento/apreensão para regularização da documentação e pagamento dos encargos devidos, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação deste edital de notificação. O não comparecimento dos proprietários no prazo estabelecido nesta notificação implicará o leilão dos respectivos veículos, na forma do art. 328, da Lei 9503/97 (Código de Trânsito Brasileiro) e da Resolução CONTRAN nº 623/2016. Comunicamos que os veículos relacionados poderão ser levados a qualquer modalidade de Leilão: circulação com direito a documentação, sucata aproveitável para desmontagem e sucata inservível para reciclagem. Lembramos que após o leilão, na eventualidade do valor arrecadado ser insuficiente para a quitação dos débitos existentes no prontuário dos veículos, os responsáveis poderão ser cobrados judicialmente pelas importâncias remanescentes. Para mais informações, favor comparecer na agência do DETRAN/MS do município relacionado abaixo, em que o veículo se encontra custodiado.

VEÍCULOS RECOLHIDOS/APREENDIDOS EM BRASILANDIA/MS			
MARCA	**PLACA**	**CHASSI**	**NOME**
HONDA/BIZ 125 ES	EFG2637	9C2JC4820BR279855	BCO PANAMERICANO SA
HONDA/BIZ 125 ES	EFG2637	9C2JC4820BR279855	JUCELIA CONCEICAO DE OLIVEIRA
HONDA/CG 125I FAN	EOY8I00	9C2JC6900JR320643	WELLITON GIOVANI BARBOSA MORAIS

Campo Grande/MS, 28 de maio de 2024

Priscila Rezende de Rezende
Diretora DIRVE
Detran-MS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RETIRADA DE VEÍCULO

Notificamos os proprietários dos veículos abaixo, apreendidos e/ou recolhidos a qualquer título, a mais de 30 (trinta) dias, nos pátios das agências de trânsito constantes da tabela, a comparecerem nos respectivos locais de recolhimento/apreensão para regularização da documentação e pagamento dos encargos devidos, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação deste edital de notificação. O não comparecimento dos proprietários no prazo estabelecido nesta notificação implicará o leilão dos respectivos veículos, na forma do art. 328, da Lei 9503/97 (Código de Trânsito Brasileiro) e da Resolução CONTRAN nº 623/2016. Comunicamos que os veículos relacionados poderão ser levados a qualquer modalidade de Leilão: circulação com direito a documentação, sucata aproveitável para desmontagem e sucata inservível para reciclagem. Lembramos que após o leilão, na eventualidade do valor arrecadado ser insuficiente para a quitação dos débitos existentes no prontuário dos veículos, os responsáveis poderão ser cobrados judicialmente pelas importâncias remanescentes. Para mais informações, favor comparecer na agência do DETRAN/MS do município relacionado abaixo, em que o veículo se encontra custodiado.

VEÍCULOS RECOLHIDOS/APREENDIDOS EM CAMPO GRANDE/MS			
MARCA	**PLACA**	**CHASSI**	**NOME**
HONDA/XL 125 DUTY	BXV7560	9C2JD0801KR500732	LUCIANA NOGUEIRA PARREIRA
HONDA/CG 150 TITAN ESD	EFF6615	9C2KC1650BR522620	BANCO ITAUCARD SA
HONDA/CG 150 TITAN ESD	EFF6615	9C2KC1650BR522620	JOSIANI PAULINO GONCALVES
HONDA/CG 150 TITAN KS	HSM1169	9C2KC08105R073184	ADERNIVALDO FINAMORI DE OLIVEIRA
YAMAHA/XTZ250 LANDER	REZ6D47	9C6DG3320N0041614	BANCO PAN S.A.
YAMAHA/XTZ250 LANDER	REZ6D47	9C6DG3320N0041614	LUAN FERREIRA DA SILVA

Campo Grande/MS, 28 de maio de 2024

Priscila Rezende de Rezende

Diretora DIRVE

Detran-MS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RETIRADA DE VEÍCULO

Notificamos os proprietários dos veículos abaixo, apreendidos e/ou recolhidos a qualquer título, a mais de 30 (trinta) dias, nos pátios das agências de trânsito constantes da tabela, a comparecerem nos respectivos locais de recolhimento/apreensão para regularização da documentação e pagamento dos encargos devidos, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação deste edital de notificação. O não comparecimento dos proprietários no prazo estabelecido nesta notificação implicará o leilão dos respectivos veículos, na forma do art. 328, da Lei 9503/97 (Código de Trânsito Brasileiro) e da Resolução CONTRAN nº 623/2016. Comunicamos que os veículos relacionados poderão ser levados a qualquer modalidade de Leilão: circulação com direito a documentação, sucata aproveitável para desmontagem e sucata inservível para reciclagem. Lembramos que após o leilão, na eventualidade do valor arrecadado ser insuficiente para a quitação dos débitos existentes no prontuário dos veículos, os responsáveis poderão ser cobrados judicialmente pelas importâncias remanescentes. Para mais informações, favor comparecer na agência do DETRAN/MS do município relacionado abaixo, em que o veículo se encontra custodiado.

VEÍCULOS RECOLHIDOS/APREENDIDOS EM BONITO/MS			
MARCA	**PLACA**	**CHASSI**	**NOME**
HONDA/NX 150	HQO3563	9C2KD0101LR104586	RAMAO MARTINS
HONDA/BIZ 100 ES	S/PLACA	9C2HC1420DR030452	BCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA
HONDA/BIZ 100 ES	S/PLACA	9C2HC1420DR030452	MARIELI CASTILHO DA SILVA
YAMAHA/LANDER XTZ250	HSH7698	9C6KG021080016296	MARCELO FRANCISCO ASSIS
YAMAHA/T115 CRYPTON ED	S/PLACA	9C6KE1550C0002747	BV FINANCEIRA SA CRED FIN E INV
YAMAHA/T115 CRYPTON ED	S/PLACA	9C6KE1550C0002747	VANIA LUCIA APARECIDA

Campo Grande/MS, 28 de maio de 2024

Priscila Rezende de Rezende

Diretora DIRVE

Detran-MS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RETIRADA DE VEÍCULO

Notificamos os proprietários dos veículos abaixo, apreendidos e/ou recolhidos a qualquer título, a mais de 30 (trinta) dias, nos pátios das agências de trânsito constantes da tabela, a comparecerem nos respectivos locais de recolhimento/apreensão para regularização da documentação e pagamento dos encargos devidos, no prazo de 10

(dez) dias, a contar da publicação deste edital de notificação. O não comparecimento dos proprietários no prazo estabelecido nesta notificação implicará o leilão dos respectivos veículos, na forma do art. 328, da Lei 9503/97 (Código de Trânsito Brasileiro) e da Resolução CONTRAN nº 623/2016. Comunicamos que os veículos relacionados poderão ser levados a qualquer modalidade de Leilão: circulação com direito a documentação, sucata aproveitável para desmontagem e sucata inservível para reciclagem. Lembramos que após o leilão, na eventualidade do valor arrecadado ser insuficiente para a quitação dos débitos existentes no prontuário dos veículos, os responsáveis poderão ser cobrados judicialmente pelas importâncias remanescentes. Para mais informações, favor comparecer na agência do DETRAN/MS do município relacionado abaixo, em que o veículo se encontra custodiado.

VEÍCULOS RECOLHIDOS/APREENDIDOS EM JARDIM/MS			
MARCA	**PLACA**	**CHASSI**	**NOME**
HONDA/CG 125 TITAN	HRQ1725	9C2JC250WVR046142	COPLAVEN SC LTDA
HONDA/CG 125 TITAN	HRQ1725	9C2JC250WVR046142	ISMAEL GOMES SOARES MEIRA
HONDA/CG 150 TITAN KS	HTH6116	9C2KC15109R015631	WILLIAN JEFERSON CEZAR TELES
YAMAHA/FACTOR YBR125 E	S/PLACA	9C6KE1510B0009470	BV FINANC SA CRED FIN E INVEST
YAMAHA/FACTOR YBR125 E	S/PLACA	9C6KE1510B0009470	CLARA ROSANA ARCE ACOSTA
YAMAHA/FACTOR YBR125 ED	S/PLACA	9C6KE1500B0032685	BANCO PANAMERICANO S/A
YAMAHA/FACTOR YBR125 ED	S/PLACA	9C6KE1500B0032685	ELIANA DE LARA SEVERO
HONDA/CG 125 FAN ES	S/PLACA	9C2JC4120BR508172	AILSON OCAMPOS MENDES
HONDA/CG 125 FAN ES	S/PLACA	9C2JC4120BR508172	BANCO PANAMERICANO S/A
HONDA/CG 125 FAN KS	HTM6360	9C2JC4110AR513716	BANCO HONDA SA
HONDA/CG 125 FAN KS	HTM6360	9C2JC4110AR513716	JUCILENE GIROTO NOGUEIRA
HONDA/CG 125 TITAN KS	HRW6425	9C2JC3010YR084920	JOELSON MOLINA MARQUES
HONDA/CG 125 TITAN KS	HSW4780	9C2JC30102R236185	ANANIAS DE OLIVEIRA GREFE
GM/ASTRA SEDAN ADVANTAGE	DUQ0321	9BGTR69C0AB174430	BANCO PAN S A
GM/ASTRA SEDAN ADVANTAGE	DUQ0321	9BGTR69C0AB174430	HIGOR MARCELO PARRA DE MELO
HONDA/XL 125 S	HQK9396	9C2JD0801JR103276	DUCLEMAR DA SILVA MATOS
HONDA/CG 125	HQK6535	CG125BR1383385	APARECIDO WILLIAM DA SILVA
VW/FOX 1.0 GII	EMS4660	9BWAA05Z3B4103570	ANTONIO GOMES
VW/FOX 1.0 GII	EMS4660	9BWAA05Z3B4103570	BCO PANAMERICANO SA
HONDA/CG 125 FAN KS	S/PLACA	9C2JC4110BR819062	ANTONIO REINALDO CANDIA SALAZAR
HONDA/CG 125 FAN KS	S/PLACA	9C2JC4110BR819062	BANCO HONDA S/A
HONDA/CG 125 FAN KS	NRO1341	9C2JC4110CR403997	AUGUSTINHA GAVILAO
HONDA/CG 125 FAN KS	NRO1341	9C2JC4110CR403997	BANCO PANAMERICANO S/A
SUNDOWN/WEB 100 EVO	S/PLACA	94J1XPBH67M006255	BV FINANCEIRA S A C F I
SUNDOWN/WEB 100 EVO	S/PLACA	94J1XPBH67M006255	ELIANE CRISTINA ENZO GRUBERT
HONDA/BIZ 125 MAIS	HSS9514	9C2JA04306R807227	BANCO BRADESCO S A
HONDA/BIZ 125 MAIS	HSS9514	9C2JA04306R807227	RAFAEL VARGAS DE SOUZA RAMOS
YAMAHA/T115 CRYPTON ED	S/PLACA	9C6KE1400A0002222	ANGELITA DA SILVA YASSUMOTO
YAMAHA/T115 CRYPTON ED	S/PLACA	9C6KE1400A0002222	BV FINANC SA CRED FIN E INVEST
HONDA/BIZ 125 ES	S/PLACA	9C2JC4220AR342196	BCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA
HONDA/BIZ 125 ES	S/PLACA	9C2JC4220AR342196	JEANNE OLIVEIRA BASTOS
YAMAHA/180	HQO9211	3V9002257	JOSE OLIVEIRA DA SILVA
HONDA/CG 150 TITAN ESD	HSL5304	9C2KC08205R022552	ALDOMAR VIEIRA DE ALMEIDA
HONDA/CBX 200 STRADA	HRQ4918	9C2MC270VVR024549	LUIZ CARLOS CARDOSO

Campo Grande/MS, 28 de maio de 2024

Priscila Rezende de Rezende
Diretora DIRVE
Detran-MS

Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul Sociedade Anônima

A Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Integrado (SEMDI) a Licença Ambiental – Modalidade Licença de Prévia n° 01/2024, com validade de 4 anos a contar de 02/04/2024, para atividade de Estação Elevatória de Esgoto – EEE Umbaracá, com capacidade nominal de 3,00 L/s, localizada na Estrada vicinal à Rodovia MS 473, S/N, município de Nova Andradina - MS. Não foi determinado Estudo de Impacto Ambiental.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL / SANESUL torna público que recebeu da Fundação de Meio Ambiente do Pantanal – FMAP a LICENÇA DE OPERAÇÃO nº 026/2024, com validade de 04 (quatro) anos, a contar de 20/05/2024, para a atividade de REDE COLETORA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (LOTE 01), localizada em vias públicas do Centro e Bairros Aeroporto e Cristo Redentor, no Município de Corumbá-MS.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL / SANESUL torna público que recebeu da Fundação de Meio Ambiente do Pantanal – FMAP a LICENÇA DE OPERAÇÃO nº 027/2024, com validade de 04 (quatro) anos, a contar de 20/05/2024, para a atividade de REDE COLETORA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (LOTE 02), localizada em vias públicas do Centro e Bairros Centro América, Cravo Vermelho, Cristo Redentor, Maria Leite e Universitário, no Município de Corumbá-MS.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 252/2024 – RPE - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024. CELEBRADO ENTRE A SANESUL E A SOUZA ALVES & CIA LTDA – EPP. OBJETO: Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC's destinados aos que exercem atividades operacionais e estão expostos a determinados riscos, lotes 01, 02, 03 e 06. VALOR: R$ 85.436,09. RECURSOS: Próprios. CONTA: 4299. PRAZO: A vigência da presente contratação é de 180 dias contados a partir da assinatura do presente contrato. PROCESSO Nº 1151/2023-01/GEADP/SANESUL. DATA DA ASSINATURA: 27.05.2024. ASSINAM: CONTRATANTE: Sr. Leopoldo Godoy do Espírito Santo, Sr. André Luis Soukef Oliveira. CONTRATADA: Sr. Evanildo Albuquerque da Rosa.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 253/2024 – RPE - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024. CELEBRADO ENTRE A SANESUL E A PIZANI EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - EPP. OBJETO: Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC's destinados aos que exercem atividades operacionais e estão expostos a determinados riscos, lotes 04 e 05. VALOR: R$ 70.391,25. RECURSOS: Próprios. CONTA: 4299. PRAZO: A vigência da presente contratação é de 180 dias contados a partir da assinatura do presente contrato. PROCESSO Nº 1151/2023-02/GEADP/SANESUL. DATA DA ASSINATURA: 27.05.2024. ASSINAM: CONTRATANTE: Sr. Leopoldo Godoy do Espírito Santo, Sr. André Luis Soukef Oliveira. CONTRATADA: Sr. Ademir Pizan.

Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul

Extrato do Contrato 0479/2024/FCMS **Nº Cadastral 24779**

Processo: 85/005.858/2024

Partes: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul-FCMS e Criative Music LTDA-EPP

Objeto: O objeto do presente contrato é a apresentação artística do grupo "Preto no Branco", contratado através de seu a empresário exclusivo Criative Music LTDA., a ser realizada no evento "Clamor pelo Brasil", na Praça do Rádio Clube, Av Afonso Pena, em Campo Grande/MS, no dia 25 de maio de 2024, as 19 horas, com 01 hora e 30 minutos de duração, sob a supervisão e realização da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, com preços praticados de acordo com o mercado artístico, conforme artigo 74, inciso II, §2º, da Lei nº 14.133/21, obedecendo aos preceitos no artigo 72 da mesma Lei que rege as Licitações Públicas.

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta do Programa de Trabalho n° 13.392.2223.6226.0001, Natureza da Despesa n° 339039, Item da Despesa n° 33903905, Fonte n° 0150000001.

Valor: **O valor total da contratação é de R$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais)** e será fixo e irreajustável no prazo de um ano contado da data da proposta juntada ao processo.

Do Prazo: O prazo de vigência da contratação é da data de assinatura do contrato e encerra em **25 de maio de 2024**, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021 .

Amparo Legal: O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 15.938, de 26 de maio de 2022, pelo Decreto nº 16.119, de 6 de março de 2023 e pelo Decreto n° 16.189, de 17 de maio de 2023.

Ordenador de Despesas: Eduardo Mendes Pinto

Data da Assinatura: 24/05/2024

Assinam: Eduardo Mendes Pinto e Ivanildo Medeiros Nunes

Extrato do Contrato 0482/2024/FCMS **Nº Cadastral 24778**

Processo: 85/005.856/2024

Partes: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul-FCMS e Luciana de Lima Thomaz -MEI

Objeto: O objeto do presente contrato é a apresentação artística do grupo "Sampri", contratado através de seu a empresário exclusivo Luciana de Lima Thomaz ME., a ser realizada no evento "32ª Festa do Padroeiro", Paróquia Sagrado Coração de Jesus, na Av Mato Grosso, 3280, em Campo Grande/MS , no dia 25 de maio de 2024, a partir das 19 horas, com 02 horas de duração, sob a supervisão e realização da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, com preços praticados de acordo com o mercado artístico, conforme artigo 74, inciso II, §2º, da Lei nº 14.133/21, obedecendo aos preceitos no artigo 72 da mesma Lei que rege as Licitações Públicas.

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta do Programa de Trabalho nº **13.392.2223.6226.0001**, Natureza da Despesa **nº 339039**, Item da Despesa **nº 33903905**, Fonte **nº 0150000001**.

Valor: **O valor total da contratação é de R$ 8.000,00 (Oito mil reais)** e será fixo e irreajustável no prazo de um ano contado da data da proposta juntada ao processo.

Do Prazo: O prazo de vigência da contratação é da data de assinatura do contrato e encerra em **25 de maio de 2024**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021 .

Amparo Legal: O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 15.938, de 26 de maio de 2022, pelo Decreto nº 16.119, de 6 de março de 2023 e pelo Decreto nº 16.189, de 17 de maio de 2023.

Ordenador de Despesas: Eduardo Mendes Pinto

Data da Assinatura: 24/05/2024

Assinam: Eduardo Mendes Pinto e Luciana de Lima Thomaz

Extrato do Contrato 0489/2024/FCMS **Nº Cadastral 24794**

Processo: 85/005.975/2024

Partes: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul-FCMS e MS-ART-PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA

Objeto: 1.1. O objeto do presente contrato é a apresentação artística do Violonista "Jardel Tartari e Orquestra Indígena", contratado através de seu a empresário exclusivo MS-ART Produções e Eventos LTDA. , a ser realizada no evento "Seu Abraço Aquece", no Centro de Convenções Rubens Gil de Camilo, Pq dos Poderes, em Campo Grande/MS, no dia 27 de maio de 2024, a partir das 09 horas, com 30 minutos de duração, sob a supervisão e realização da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, com preços praticados de acordo com o mercado artístico, conforme artigo 74, inciso II, §2º, da Lei nº 14.133/21, obedecendo aos preceitos no artigo 72 da mesma Lei que rege as Licitações Públicas.

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta do Programa de Trabalho nº **13.392.2223.6226.0001**, Natureza da Despesa **nº 339039**, Item da Despesa **nº 33903905**, Fonte **nº 0150000001**.

Valor: **O valor total da contratação é de R$ 8.000,00 (Oito mil reais)** e será fixo e irreajustável no prazo de um ano contado da data da proposta juntada ao processo.

Do Prazo: O prazo de vigência da contratação é da data de assinatura do contrato e encerra em **27 de maio de 2024**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

Amparo Legal: O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 15.938, de 26 de maio de 2022, pelo Decreto nº 16.119, de 6 de março de 2023 e pelo Decreto nº 16.189, de 17 de maio de 2023.

Ordenador de Despesas: Eduardo Mendes Pinto

Data da Assinatura: 24/05/2024

Assinam: Eduardo Mendes Pinto e Lilian Veron Garcia

Extrato do Contrato 0490/2024/FCMS **Nº Cadastral 24790**

Processo: 85/005.976/2024

Partes: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul-FCMS e RANGEL APARECIDO ARGUILHEIRA CASTILHO MEI.

Objeto: O objeto do presente contrato é a apresentação artística do cantor "Rangel Castilho", contratado através de seu a empresário exclusivo Rangel Aparecido Arguilheira Castilho MEI ., a ser realizada no evento "Sunset Blues MS", na Praça Central das Américas, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, no dia 30 de maio de 2024, a partir das 19 horas, com 01 hora e 30 minutos de duração, sob a supervisão e realização da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, com preços praticados de acordo com o mercado artístico, conforme artigo 74, inciso II, §2º, da Lei nº 14.133/21, obedecendo aos preceitos no artigo 72 da mesma Lei que rege as Licitações Públicas.

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta do Programa de Trabalho nº **13.392.2223.6226.0001**, Natureza da Despesa **nº 339039**, Item da Despesa **nº 33903905**, Fonte **nº 0150000001**.

Valor: **O valor total da contratação é de R$ 10.000,00 (Dez mil reais)** e será fixo e irreajustável no prazo de um ano contado da data da proposta juntada ao processo.

Do Prazo: O prazo de vigência da contratação é da data de assinatura do contrato e encerra em **30 de maio de 2024**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

Amparo Legal: O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 15.938, de 26 de maio de 2022, pelo Decreto nº 16.119, de 6 de março de 2023 e pelo Decreto nº 16.189, de 17 de maio de 2023.

Ordenador de Despesas: Eduardo Mendes Pinto

Data da Assinatura: 27/05/2024

Assinam: Eduardo Mendes Pinto e Rangel Aparecido Arguilheira Castilho

Extrato do Contrato 0492/2024/FCMS **Nº Cadastral 24792**

Processo: 85/006.034/2024

Partes: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul-FCMS e ROMULO ALBERTO DE CASTRO-ME

Objeto: O objeto do presente contrato é a apresentação artística do cantor "Chicão Castro", contratado através de seu a empresário exclusivo Rômulo Alberto de Castro ME ., a ser realizada no evento "8º Encontro de Relíquias", na Av Pantaneta, em Aquidauana/MS, no dia 31 de maio de 2024, a partir das 22 horas, com 90 minutos de duração, sob a supervisão e realização da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, com preços praticados de acordo com o mercado artístico, conforme artigo 74, inciso II, §2º, da Lei nº 14.133/21, obedecendo aos preceitos no artigo 72 da mesma Lei que rege as Licitações Públicas.

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta do Programa de Trabalho nº **13.392.2223.6226.0001**, Natureza da Despesa **nº 339039**, Item da Despesa **nº 33903905**, Fonte **nº 0150000001**.

Valor: **O valor total da contratação é de R$ 15.000,00 (Quinze mil reais)** e será fixo e irreajustável no prazo de um ano contado da data da proposta juntada ao processo.

Do Prazo: O prazo de vigência da contratação é da data de assinatura do contrato e encerra em **31 de maio de 2024**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

Amparo Legal: O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 15.938, de 26 de maio de 2022, pelo Decreto nº 16.119, de 6 de março de 2023 e pelo Decreto nº 16.189, de 17 de maio de 2023.

Ordenador de Despesas: Eduardo Mendes Pinto

Data da Assinatura: 27/05/2024

Assinam: Eduardo Mendes Pinto e Rômulo Alberto de Castro

Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul

Chamada Fundect/SEMADESC/SEAF 12/2023
Extensão Tecnológica para Agricultores Familiares, Povos Originários e Comunidades Tradicionais

A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (Fundect), torna pública a **lista preliminar de propostas recomendadas** na Chamada Fundect/SEMADESC/SEAF 12/2023 - Extensão Tecnológica para Agricultores Familiares, Povos Originários e Comunidades Tradicionais.

QUADRO 1 - PROPOSTAS RECOMENDADAS

Título do Projeto	Coordenador	Instituição Executora	Média A	Média B	Média C	Média D	Nota Final
Bioinseticida: Tecnologia social para o desenvolvimento rural sustentável	Rosilda Mara Mussury Franco Silva	UFGD	3,00	2,00	2,00	3,00	10,00
Kokue Oroipotava - A roça que queremos: Fortalecimento agroecológico entre os Kaiowá e Guarani da Reserva Indígena de Caarapó	Antonio Hilario Aguilera Urquiza	UFMS	3,00	2,00	2,00	3,00	10,00

Diálogo de Saberes: Produção Sustentável - ODS 02	Sheila Nogueira de Oliveira	UFGD	3,00	2,00	2,00	3,00	10,00
Horta agroflorestal: conjugando produção agroecológica e recuperação de área degradada na comunidade quilombola São Miguel (Maracajú-MS)	Tércio Jacques Fehlauer	AGRAER	3,00	1,75	2,00	3,00	9,75
Mel do Pantanal: fortalecimento e desenvolvimento da cadeia de produção de mel da Comunidade do Apiário Flor de Camalote com Identificação Geográfica	Geraldino Carneiro de Araújo	UFMS	3,00	2,00	1,75	3,00	9,75
Fortalecimento das agroindústrias de beneficiamento de mandioca do município de Sidrolândia por meio de oficinas de capacitação para diversificação dos produtos e processos na agregação de valor de produtos hortícolas	Mariana Marques Corrêa	AGRAER	3,00	2,00	1,75	3,00	9,75
Rede Peixe: Fomentar para transformar	Daniele Menezes Albuquerque	UFGD	3,00	1,75	2,00	3,00	9,75
CUIDADOS DE SAÚDE PARA AMPLIAR O ATENDIMENTO E MELHORAR O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS INDÍGENAS DE CAMPO GRANDE ? MS	Lidiani Figueiredo Santana	UEMS	3,00	2,00	1,75	3,00	9,75
Inclusão de tecnologias de produção agrícola em sistemas agroecológicos e orgânicos no assentamento Cabeceira do Rio IguatemíMS (ODS 12)	Euclides Reuter de Oliveira	UFGD	3,00	1,75	1,75	3,00	9,50
Sistemas Agroflorestais para o Etnodesenvolvimento de Comunidades Garani/Kaiowá-ETNOSAF	Joelson Gonçalves Pereira	UFGD	3,00	2,00	1,50	3,00	9,50
Capacitação de produtores rurais da aquicultura para a gestão sustentável usando a ferramenta indicadores da aquicultura sustentável	Michelle Pinheiro Vetorelli	UFGD	3,00	1,75	1,75	3,00	9,50
Desenvolvimento da produção e do beneficiamento do leite em agroindústrias familiares	Vitor Corrêa de Oliveira	AGRAER	3,00	1,75	1,75	3,00	9,50
Produção de sabonetes artesanais com plantas medicinais	Lidiane Vieira da Silva	AGRAER	3,00	2,00	2,00	2,50	9,50
ALIMENTANDO TRADIÇÕES CULTIVANDO SAÚDE: CAPACITAÇÃO TERENA NO CUIDADO NUTRICIONAL E MANEJO DA OBESIDADE	Inara Pereira da Cunha	CDRHSC/ SES	3,00	2,00	2,00	2,50	9,50
Hub de Educação & Inovação Rural: uma abordagem para a sucessão rural e o fortalecimento das escolas do campo.	Juliana Rosa Carrijo Mauad	UFGD	2,50	2,00	2,00	3,00	9,50
Conecta Saúde Rural: Ampliando o atendimento em saúde por meio da telemedicina e de tecnologias para agricultores da Rota da Celulose e Bioceânica	Alessandra Aparecida Vieira Machado	UEMS	2,50	2,00	2,00	3,00	9,50
O controle biológico como ferramenta no Manejo Integrado de Pragas na Agricultura Familiar	Isaias de Oliveira	AGRAER	3,00	1,75	1,50	3,00	9,25

Desenvolvimento e validação de um totem para autoavaliação do estado nutricional para Vigilância Alimentar e Nutricional de fatores de risco associados às condições crônicas não transmissíveis em adolescentes Terena em Mato Grosso do Sul	Bruna Paola Murino Rafacho	UFMS	3,00	1,75	1,50	3,00	9,25
RAÍZES DA TERRA: MULHERES INDÍGENAS PLANTANDO SEMENTES DA RESISTÊNCIA ATRAVÉS DA AGROECOLOGIA	Zefa Valdivina Pereira	UFGD	3,00	2,00	1,75	2,50	9,25
Turismo Rural Indígena Terenas	Izac de Oliveira Belino Bonfim	UFMS	3,00	1,75	2,00	2,50	9,25
Avaliação da semeadura com drones para pastagens espécies florestais e plantas de cobertura do solo em produções agrícolas familiares	Everton Castelão Tetila	UFGD	3,00	2,00	1,75	2,50	9,25
Hidroponia para Todos	Daniel Zimmermann Mesquita	IFMS	3,00	2,00	1,75	2,50	9,25
Aproveitamento de biomassa residual da agricultura familiar para produção de briquetes	Adriana de Fátima Gomes Gouvea	UEMS	2,50	1,75	2,00	3,00	9,25
Semeando sustentabilidade: produção agroecológica como estratégia para a conservação ambiental no Assentamento Santa Lúcia Bonito - MS	Camila Pellizzoni Balthazar	AGRAER	3,00	1,50	1,50	3,00	9,00
VELAS REPELENTES: UMA ESTRATÉGIA PARA ASSOCIAR A TECNOLOGIA E A EXTENSÃO EM PROL DO COMBATE A VETORES EM ALDEIAS URBANAS DE CAMPO GRANDE-MS	Everton do Nascimento Alencar	UFMS	3,00	1,75	1,25	3,00	9,00
?Agroecossistema de Produção Integrada e Sustentável para a Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio?	Ivo de Sá Motta	CPAO	3,00	1,75	1,75	2,50	9,00
Sisteminha Embrapa para comunidade indígena em Dourados MS (Sisteminha Comunidades MS)	Laurindo Andre Rodrigues	CPAO	3,00	1,75	1,75	2,50	9,00
FOMENTO e ATER PARA DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA EM FRUTICULTURA NO MUNICÍPIO DE DOURADOS MS	Priscila Reginato	AGRAER	3,00	2,00	1,50	2,50	9,00
Doce sombra ? mel e frutas	Paula Pigozzo Silva	AGRAER	3,00	2,00	2,00	2,00	9,00
MELIPONICULTURA E APICULTURA - ATER PARA DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA E GERAÇÃO DE RENDA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR.	Lilian Oliveira Daniel	AGRAER	2,50	1,75	1,75	3,00	9,00
Otimização da produção de massa alimentícia enriquecida com bocaiuva para fins de geração de trabalho e renda e preservação do gênero Acrocomia nos biomas Pantanal e Cerrado de Mato Grosso do Sul	Juliana Rodrigues Donadon	UFMS	2,50	1,75	1,75	3,00	9,00
Processo de Produção de Fitocosméticos a Partir de Matérias Primas Vegetais do Cerrado Sul-Mato-Grossense	Nídia Cristiane Yoshida	UFMS	2,50	1,75	1,75	3,00	9,00

Aproveitamento e desenvolvimento de novos produtos alimentícios a partir dos frutos da sociobiodiversidade?	Raquel Pires Campos	UFMS	2,00	2,00	2,00	3,00	9,00
Agricultura Familiar e Controle Gerencial: desenvolvimento de mecanismos voltadas a melhoria de práticas	Márcia Maria dos Santos Bortolocci Espejo	UFMS	2,00	2,00	2,00	3,00	9,00
Tecnologias Sociais: diálogos em Humanidades comunidades tradicionais e Arqueologia	Lia Raquel Toledo Brambilla Gasques	UFMS	2,00	2,00	2,00	3,00	9,00
Horto de plantas medicinais e de PANCs da Escola Agrícola Municipal Barão do Rio Branco melhora a qualidade de vida gera conhecimento e fontes de renda à agricultura familiar	Silvia Cristina Heredia Vieira	UNIDERP	2,00	2,00	2,00	3,00	9,00
Sistema integrado de produção de alimentos: tecnologia social para a melhoria da segurança e soberania alimentar no Assentamento Itamarati em Ponta Porã MS	Luis Antônio Kioshi Aoki Inoue	CPAO	2,50	1,75	1,50	3,00	8,75
Implantação de unidades de produção intensiva de leite a pasto de baixo carbono utilizando metodologias participativas em duas comunidades rurais	Edimilson Volpe	AGRAER	2,50	2,00	1,75	2,50	8,75
Resgate da guavira por meio do cultivo e produção de mudas em comunidade indígena	Ana Cristina Araújo Ajalla Volpe	AGRAER	2,50	2,00	1,75	2,50	8,75
Irrigapasto: Modelo de produção sustentável de irrigação de pastagens para agricultura familiar ? Fazenda Escola ? UFMS e Assentamento 7 de Setembro e região	Alexandre Menezes Dias	UFMS	2,50	2,00	1,75	2,50	8,75
Explorando os Aromas do Cerrado: Produção Sustentável de Bioprodutos à Base de Óleos Essenciais	Rogerio Cesar de Lara da Silva	UEMS	3,00	1,75	1,75	2,00	8,50
Tratamento químico não industrial para eucalipto em propriedades da agricultura familiar.	Aykell Fernando da Cunha Carneiro	AGRAER	3,00	1,75	1,75	2,00	8,50
Novas tecnologias em saúde - Autocoleta para o diagnóstico de HPV como estratégia de prevenção do câncer do colo do útero em mulheres negras e quilombolas da macrorregião de Dourados.	Fábio Juliano Negrão	UFGD	2,50	1,75	1,25	3,00	8,50
Semeando Resiliência e Raízes Fortes: Boletins Climáticos e Adaptações para a Agricultura Familiar Frente às Novas Realidades Climáticas	Guilherme Botega Torsoni	IFMS	2,50	1,50	1,50	3,00	8,50
AS TECNOLOGIAS SOCIAIS MELHORANDO A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS NOS EMPREENDIMENTOS DE MULHERES ASSENTADAS	Alzira Salete Menegat	UFGD	2,50	1,75	1,75	2,50	8,50
UTILIZAÇÃO DE VANT?S PARA O MONITORAMENTO AMBIENTAL VISANDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO ITAMARATI	Celso Soares Costa	IFMS	2,50	1,75	1,75	2,50	8,50
JARDIM TERAPÊUTICO - FITOTERAPIA E SAÚDE INDÍGENA.	Soraya Solon	UFMS	2,50	1,75	1,75	2,50	8,50

Projeto Raízes Sustentáveis: Hidroponia como Alternativa Econômica e Tecnológica para Agricultores Familiares	Cleiton Dlastra	AGRAER	2,50	1,75	1,75	2,50	8,50
Ovinocultura como alternativa de produção e renda de agricultores familiares	Jonilson Araújo da Silva	AGRAER	2,50	1,75	1,75	2,50	8,50
Fortalecimento da Ovinocultura por meio da capacitação técnica e gerencial de Agricultores Familiares amparados em uma política pública a PDOA.	Thainara Farias Rocha	AGRAER	2,50	2,00	1,50	2,50	8,50
Transferência de tecnologias nas áreas de horticultura e pós-colheita para agricultores familiares	Rafael Ferreira Barreto	UFMS	2,50	1,75	1,75	2,50	8,50
A Importância da Polinização por Abelhas Nativas para a Produtividade e Segurança Alimentar em Cultivos de Pequena Escala	Rafael Dettogni Guariento	UFMS	2,00	1,75	1,75	3,00	8,50
Otimização de custos de produção na Associação de Mulheres do Assentamento Monjolinho com o uso de energia solar fotovoltaica	Ana Graziele Lourenço Toledo	UFMS	3,00	1,75	2,00	1,50	8,25
Implantação de Cultivo de Frutas Consorciadas em Comunidade Quilombola	Jose Ubirajara Coelho Junior	AGRAER	2,50	1,50	1,75	2,50	8,25
IMPLANTAÇÃO DA TECNOLOGIA SOCIAL DO BIODIGESTOR PARA FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CINTURÃO VERDE EM TRÊS LAGOAS/MS.	Evandro Carlos Garcia	UFMS	2,50	1,50	1,75	2,50	8,25
ALIMENTAÇÃO BOVINA DE LEITE NA ENTRESSAFRA COM TECNOLOGIAS DE BAIXO CUSTO E BAIXO CARBONO	Antonino Hypólito Dias Neto	AGRAER	2,50	1,50	1,75	2,50	8,25
Che turno: agora eu vou falar - as histórias e as culturas indígenas sul-mato-grossenses como você nunca ouviu.e3`	Mary Fernanda de Sousa de Melo	IFMS	2,50	1,50	1,75	2,50	8,25
SUSTENTABILIDADE NO ENRIQUECIMENTO DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO PELA AGRICULTURA FAMILIAR E FOMENTO DE SUA COMERCIALIZAÇÃO EM COMPRAS PÚBLICAS INSTITUCIONAIS	Maria Tainara Soares Carneiro	AGRAER	2,50	1,50	1,75	2,50	8,25
TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA NO CULTIVO DE ERVA-MATE: GUIA PRÁTICO PARA CULTIVO DE ERVAIS DE ALTA PRODUTIVIDADE	Felipe das Neves Monteiro	AGRAER	2,50	1,75	1,50	2,50	8,25
Cultivando Futuros Sustentáveis no Viveiro de Mudas para Agricultores Familiares	Marcelo Rigotti	IFMS	2,00	1,75	1,50	3,00	8,25
ETNODESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA COM AGROFLORESTAS NA RESERVA INDÍGENA TE´ÝIKUE	Alessandra Mayumi Tokura Alovisi	UFGD	2,00	1,75	1,50	3,00	8,25
INTEGRAÇÃO DA PISCICULTURA EM TANQUES DE GEOMEMBRANA COM A HORTICULTURA: EMPODERAMENTO ALIMENTAR SOCIAL ECONÔMICO E AMBIENTAL PARA AGRICULTURA FAMILIAR	Odair Diemer	IFMS	2,00	1,75	2,00	2,50	8,25

Produção de Artesanato Tecnológico na Área de Proteção Ambiental da Baía Negra	Rafael Verão Françozo	IFMS	3,00	1,25	1,75	2,00	8,00
Ações do Instituto Alma Pantaneira/ Médicos do Pantanal: orientação e resgate do conhecimento dos uso etnobotânico da mangabeira de peões da Fazenda Cáceres Pantanal da Nhecolândia	Marcos Barbosa Ferreira	UNIDERP	2,50	1,50	1,50	2,50	8,00
BioRecuperação: Estratégias Agroecológicas Integradas para a Recuperação de Solos Degradados em Assentamento de Reforma Agrária no Cerrado Sul-Mato-Grossense	Viviane Capoane	UEMS	2,50	1,50	1,50	2,50	8,00
Telessaúde como ferramenta de expansão da conectividade e acessibilidade ao SUS em território Indígena	Junio Eduvirgem	HU-UFGD	2,50	1,75	1,25	2,50	8,00
Ecoturismo e Turismo de Aventura na Trilha Rupestre MS	Fábio Orlando Eichenberg	UFMS	2,50	2,00	1,50	2,00	8,00
Exploradores do Amanhã: Descobrindo a Inovação com Startups e Criatividade	Carlos Aparecido de Almeida	IFMS	2,00	1,75	1,75	2,50	8,00
Fortalecimento da cadeia produtiva da mandioca de mesa como alternativa de renda e desenvolvimento sustentável da comunidade indígena Lagoinha - Taunay Ipegue Aquidauana-MS	Eduardo Barreto Aguiar	AGRAER	2,00	1,75	1,75	2,50	8,00
Capacitação Empreendedora para Agricultores Familiares do Vale do Ivinhema	Gislayne da Silva Goulart	UFMS	2,00	1,75	1,75	2,50	8,00
PROMOVENDO O CULTIVO DA PITAYA NA AGRICULTURA FAMILIAR.	Aline Mohamud Abrão Cezar	AGRAER	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00
Bioprospecção de cianobactérias do Pantanal na remoção de CO2 atmosférico e produção de biomassa aplicada	Ludovico Migliolo	UCDB	1,50	1,75	1,75	3,00	8,00
Projeto de Extensão Tecnológica: Cursinho Pré-Vestibular on-line Paulo Freire	Ailton Salgado Rosendo	UEMS	2,50	1,50	1,25	2,50	7,75
Produção de sementes crioulas para e nas roças indígenas Guarani e Kaiowa	Eder Pereira Gomes	UFGD	2,50	1,50	1,75	2,00	7,75
Agricultura urbana numa comunidade tradicional em situação de insegurança alimentar	Arcelei Lopes Bambil	AGRAER	2,00	1,75	1,50	2,50	7,75
Proposta de criação de um núcleo audiovisual para divulgação científica sobre grafismos rupestres no Mato Grosso do Sul	Régis Orlando Rasia	UFMS	2,00	1,50	1,75	2,50	7,75
Agentes Territoriais e Ambientais Guarani e Kaiowa - processos formativos com professoras/es pesquisadoras/es e lideranças em defesa do bem viver	Lauriene Seraguza Olegario e Souza	UFGD	2,00	1,50	1,75	2,50	7,75
Aves de quintais para uso alimentar e artesanal: qualificação e biossegurança	Adriana Mello de Araujo	CPAP	1,75	2,00	1,75	2,25	7,75
Paisagens do interior: representações artísticas construídas em comunidades	Rozana Vanessa Fagundes Valentim de Godoi	UFMS	1,50	1,75	1,50	3,00	7,75

Desenvolvimento Tecnologico agroindustrias de processamento de leite	Denise de Miranda	AGRAER	3,00	1,50	1,00	2,00	7,50
Implantação de casa de extração de mel na Adeia Anodi Terra Indígena Ofaié - O povo do mel: Uma estratégia para fomento da apicultura indígena no Mato Grosso do Sul	Francielle Louise Bueno Melo de Carvalho Malinowski	AGRAER	3,00	1,50	1,00	2,00	7,50
Cultivo de alimentos e regeneração do solo e da vegetação na aldeia Potrero Gassu	Natanael Takeo Yamamoto	UFGD	2,50	1,50	1,50	2,00	7,50
SEMEANDO O FUTURO: PROJETO DE COLETA DE SEMENTES POR COMUNIDADE INDÍGENA TERENA DE AQUIDAUANA PARA REFLORESTAMENTO SUSTENTÁVEL	Ariadne Barbosa Gonçalves	UEMS	2,00	1,75	1,25	2,50	7,50
Produção agroecológica sustentável como estratégia de segurança alimentar e geração de renda para as agricultoras da Aldeia Babaçu	Beatriz dos Santos Landa	UEMS	1,50	1,75	1,75	2,50	7,50
Ara Poty - Cooperação e Empreendedorismo Indígena	Jane Corrêa Alves Mendonça	UFGD	1,50	1,75	1,75	2,50	7,50
Musicalidades Indígenas em Mato Grosso do Sul	William Teixeira da Silva	UFMS	1,50	1,50	2,00	2,50	7,50
Transformando Agricultura Familiar com conhecimento da Química e da Geologia do Cotiidiano	Ivo Leite Filho	UFMS	2,00	1,50	1,25	2,50	7,25
Capacitação de agricultores familiares no extrativismo sustentável do barbatimão para fins industriais	Denilson de Oliveira Guilherme	UCDB	2,00	1,50	1,75	2,00	7,25
Capacitação em sistemas agroflorestais para a agricultura familiar em Nova Andradina-MS	Karina Renostro Ducatti	IFMS	2,00	2,00	1,75	1,50	7,25
Abacaxi: Do Plantio à Agroindústria	Valdecir Batista Alves	AGRAER	2,00	1,50	1,50	2,00	7,00
Tecnologia de criação de pintados em tanques de geomembrana para os indígenas Terena: uma alternativa de alimentação e renda	Mario Ney Rodrigues Salvador	IFMS	2,00	1,50	1,50	2,00	7,00

QUADRO 2 - PROPOSTAS NÃO RECOMENDADAS

Título do Projeto	Coordenador	Instituição Executora	Média A	Média B	Média C	Média D	Nota Final
Capacitação de agricultores familiares para o manejo integrado de pragas e doenças da cultura da mandioca.	Héber Ferreira dos Reis	AGRAER	2,00	1,00	1,00	2,00	6,00
FORTALECIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DAS PLANTAS MEDICINAIS COMO FONTE DE RENDA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA (FAMÍLIA CASTRO) NO DISTRITO DE PICADINHA MUNICÍPIO DE DOURADOS-MS	Flávio de Oliveira Ferreira	AGRAER	2,00	1,25	0,75	2,00	6,00
Uso de dispositivos de Realidade Virtual para Povos Originários e Indígenas visando a promoção de saúde bucal a partir de instruções de manejo da higiene oral	Rafael Aiello Bomfim	UFMS	2,00	1,25	1,00	1,50	5,75
Introdução ao Plantio Direto em áreas dos assentamentos de Selvíria-MS	Francine Petenó de Camargo Lima	AGRAER	1,50	1,25	1,00	1,50	5,25

Educação Financeira e Empreendedora aos Produtores da Agricultura Familiar e Economia Criativa de Mato Grosso do Sul	Luciane Cristina Carvalho	UFMS	1,50	0,75	1,25	1,50	5,00
Manejo reprodutivo de matrizes leiteiras dos produtores rurais assistidos pela Agraer no município de Itaquiraí/MS	Thiago Lima de Almeida	AGRAER	1,00	1,00	0,75	2,00	4,75
Projeto Quem Sabe Compartilha - Educomunicação no Campo	Gabriel Ferraciolli Soares	UCDB	0,75	1,25	0,75	2,00	4,75
Transferência de Tecnologia para o Cultivo de Eucalipto em propriedades rurais da Agricultura Familiar	Luan Carlos Santos Silva	UFGD	0,75	0,75	1,00	1,25	3,75
Tecnologia e Inovação Social para pequenos agricultores: articulando produção e sustentabilidade na consolidação da agricultura em comunidades originárias	Jayme Ferrari Neto	UCDB	1,00	1,00	0,50	1,00	3,50
Produção de revestimento cerâmico a partir do solo de laterita extraído da região de Camisão pela comunidade de povos originários Terena.	Armando Cirilo de Souza	UEMS	0,75	1,00	0,50	1,00	3,25
PRODUTIVIDADE E CUSTO DE PRODUÇÃO DO FEIJOEIRO IRRIGADO SEM USO DE ENERGIA ELÉTRICA EM DUAS SAFRAS COM O USO DO KIT DE IRRIGAÇÃO PARA AGRICULTURA FAMILIAR	Wesley Alves Martins	IFMS	0,75	0,50	1,00	1,00	3,25

O parecer acerca das notas está na área restrita do projeto, no ícone Informações/Informações Temporárias. Conforme o cronograma e o Item 09 da Chamada, pedidos de reconsideração poderão ser feitos exclusivamente por meio do SIGFUNDECT, em formulário específico, disponível na área restrita do proponente, dentro do quadro da proposta submetida, no ícone referenciado como 'Recursos'. O recurso deverá contrapor exclusivamente os motivos do indeferimento, não incluindo fatos novos. O prazo para envio do pedido de reconsideração termina às 23h59m do dia 03/06/2024. A Comissão de Servidores da Chamada proferirá a decisão final nos prazos estabelecidos no cronograma desta Chamada, via SIGFUNDECT, portal da Fundect (https://www.fundect.ms.gov.br/extensao-tecnologica-2023/) e Diário Oficial do Estado, não cabendo novo recurso.

Campo Grande, MS, 28/05/2024.

Márcio de Araújo Pereira
Diretor-Presidente
Fundect

Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 584/2024-PROCESSO n. 85.005.013-2024
Partes: Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso Do Sul – Fundesporte, CNPJ/MF sob o nº 26.857.516/0001-40 - Gestora do FIE/MS, CNPJ/MF nº 04.693.592/0001-25 e a **FEDERAÇÃO SUL MATOGROSSENSE DE BEACH TENNIS** - CNPJ/MF sob o nº 37.038.154/0001-82 em Campo Grande/MS.
Objeto: Constitui o objeto do presente **TERMO DE FOMENTO**, o apoio financeiro para execução das ações referente ao Projeto ***" APOIO FINANCEIRO PARA REALIZAR AS AÇÕES REFERENTE AO PROJETO CIRCUITO SUL MATOGROSSENSE DE BEACH TENNIS"***, conforme cronograma de desembolso e execução constante no Plano de Trabalho, sendo esta parte integrante e indissolúvel deste instrumento.
Valor do Termo: R$ 115.330,00 (Cento e Quinze Mil Trezentos e Trinta Reais) a ser liberado em parcela única, de acordo com o Plano de Trabalho – Cronograma de Receita e Despesa.
Funcional programática: 10.85903.27.811.2225.6251.0003 – Convênios.
UGR: 850903 **Fonte:** 0150000001**Natureza da Despesa:** 33504101 **Número e Data da Nota de Empenho:** 2024NE000225 de 23/05/2024 **Valor do Empenho:** R$ 115.330,00 (Cento e Quinze Mil Trezentos e Trinta Reais)
Amparo Legal: Decreto Estadual n. 14.494/2016, Lei Federal n. 13.019/2014 e suas alterações, Decreto Federal n. 8.726/2016, Lei Estadual n. 2.281/2001 e suas alterações, Decreto Estadual n. 12.803/09, Resolução/SEFAZ n. 2733/2016 e suas alterações, Lei n. 8.666/93 e suas alterações, quando couber, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei e Orçamento do corrente exercício e nas normas operacionais do Fundo de investimentos Esportivos –FIE.
Vigência: O presente Termo de Fomento vigerá a partir de sua assinatura até 29 de dezembro de 2024.

Data da Assinatura: 28/05/2024.
Assinatura: Paulo Ricardo Martins Nunez –CPF XXX.367.140-XX e Antonio Vieira Cesario Da Cunha – CPF XXX. 083.571-XX.

Extrato de I Termo Aditivo de Credenciamento 0015/2023/FUNDESPORTE Nº Cadastral 22184

Processo:	85/002.333/2023
Partes:	Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul - FUNDESPORTE e FERNANDO JOSÉ QUADROS DA ROSA
Objeto:	Constitui objeto do presente a prorrogação da vigência do termo de credenciamento, conforme prorrogação do EDITAL/FUNDESPORTE nº 001/2023 de 26 de janeiro de 2023.
Ordenador de Despesas:	Herculano Borges Daniel
Amparo Legal:	lei 8.666/93
Do Prazo:	Prorroga-se a vigência do Termo de Credenciamento n. 015/2023, para ter seu término em 7 de fevereiro de 2025.
Data da Assinatura:	05/02/2024
Assinam:	Herculano Borges Daniel e Fernando José Quadros da Rosa

Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA N. 001/2024
PROCESSO FUNDTUR nº 85/005.731/2024 PGE/MS 15.000.952/2024
PARTES: **Fundação de Turismo de Mato Grosso Do Sul** inscrita no CNPJ nº 04.808.290/0001-55 e **Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Estado**, inscrito no CNPJ sob o nº 02.941.322/0001-016, com sede em Campo Grande-MS.
OBJETO: estabelecer um regime de mútua cooperação entre os partícipes visando o uso do Centro de Convenções "Arquiteto Rubens Gil de Camillo" para a realização do evento **"8º ENCONTRO DIA DO SERVIDOR PGEMS".**
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS: Para a consecução do objeto do presente instrumento, o Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado, pagará a FUNDTUR o valor de R$ 4.598,00 (quatro mil quinhentos e noventa e oito reais), sendo que as despesas correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria: Funcional programática 10.15901.03.128.0009.4048.0001- Apoio às atividades da ESAP, Natureza da Despesa: 33913910, Fonte: 0176000001, UG: 150901 – Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado, 2024NE000061 de 16/05/2024.
AMPARO LEGAL: Portaria Conjunta FUNDTUR/SAD n. 3 de 11 de julho de 2017.
VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias a contar da data de sua assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 23/05/2024.
ASSINAM: BRUNO WENDLING, inscrito no CPF nº xxx.627.696-xx, residente e domiciliado em Campo Grande/MS e MARCIO ANDRÉ BATISTA DE ARRUDA, inscrito no CPF nº xxx.877.631-xx, residente e domiciliado em Campo Grande-MS.

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA N. 002/2024
PROCESSO FUNDTUR nº 85/005.736/2024 PGE/MS 15.000.952/2024
PARTES: **Fundação de Turismo de Mato Grosso Do Sul** inscrita no CNPJ nº 04.808.290/0001-55 e **Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Estado**, inscrito no CNPJ sob o nº 02.941.322/0001-016, com sede em Campo Grande-MS.
OBJETO: estabelecer um regime de mútua cooperação entre os partícipes visando o uso do Centro de Convenções "Arquiteto Rubens Gil de Camillo" para a realização do evento **"5º ENCONTRO NACIONAL DAS PROCURADORIAS DE SAÚDE".**
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS: Para a consecução do objeto do presente instrumento, o Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado, pagará a FUNDTUR o valor de R$ 13.962,00 (treze mil novecentos e sessenta e dois reais), sendo que as despesas correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria: Funcional programática 10.15901.03.092.2215.6076.0001- Apoio às atividades da ESAP, Natureza da Despesa: 33913910, Fonte: 0176080031, UG: 150901 – Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado, 2024NE000052 de 06/05/2024.
AMPARO LEGAL: Portaria Conjunta FUNDTUR/SAD n. 3 de 11 de julho de 2017.
VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias a contar da data de sua assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 23/05/2024.
ASSINAM: BRUNO WENDLING, inscrito no CPF nº xxx.627.696-xx, residente e domiciliado em Campo Grande/MS e MARCIO ANDRÉ BATISTA DE ARRUDA, inscrito no CPF nº xxx.877.631-xx, residente e domiciliado em Campo Grande-MS.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

PROCESSO nº 85.005.706-2024

NÚMERO CADASTRAL: 600/2024

PARTES: **Governo do Estado de Mato Grosso do Sul**, por intermédio da **Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul,** inscrita no CNPJ nº 04.808.290/0001-55, por meio do **Fundo Para o Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso Do Sul** inscrita no CNPJ nº 05.846.315/0001/78, denominada **CONCEDENTE** e a Prefeitura Municipal de Rio Negro/MS, inscrita no CNPJ sob o nº 03.501.558/0001-49, denominada **CONVENENTE**.

OBJETO: O presente Convênio tem como objeto apoiar a realização do evento "Circuito MTB Brasil", conforme Proposta e Plano de Trabalho aprovados, que acontecerá no período de 01 a 30 junho, na cidade de Negro-MS.

AMPARO LEGAL: Lei nº 14.133 de 1 de abril de 2021, atualizada e Decreto Estadual n° 11.261 de 16 de junho de 2003, o Edital de Chamamento Público 08/2024, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei de Orçamento do corrente exercício.

VALOR: R$ 106.400,00 (cento e seis mil e quatrocentos reais), cabendo à FUNDTUR, o valor de R$ 96.400,00 (noventa e seis mil e quatrocentos reais) e a Prefeitura de Rio Negro-MS, o valor de R$ 10.000,00 (dez mil,) a título de contrapartida.

VIGÊNCIA: O presente Convênio terá vigência de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua assinatura, para consecução do objeto expresso no Plano de Trabalho aprovado, podendo ser prorrogado de acordo com as disposições legais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A despesa decorrente deste Termo correrá à conta da Funcional Programática: 10.85 .904.236.952.224.624.700.03, Natureza da Despesa 33.40.41.02, Fonte 0170380031, UO 850904-Fundo para o Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso do Sul, NE 2024NE000239, emitida em 24/05/2024.

DATA DA ASSINATURA: 29/05/2024

ASSINAM: DIEGO GARCIA SANTOS, inscrito no CPF nº 809.xxx.xxx-49 pelo **CONCEDENTE e CLEIDIMAR DA SILVA CAMARGO** inscrito no CPF nº 857.xxx, xxx.91**,** pelo **CONVENENTE.**

Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul

Republica-se por conter incorreção no original. Publicado no Diário Eletrônico nº 11.456, de 05 de abril de 2024, páginas 51 e 52.

TERMO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL

1. Trata-se de designação de servidor para acompanhamento e fiscalização da execução de contratação, nos termos do art. 67 da Lei n. º 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como, pelos Decretos Estaduais n° 15.327/2019 e n° 15.454.

2. Fica designado o servidor abaixo indicado para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços n. º 086/SAD/2023 de Registro de Preços para Aquisição de Correlatos- soluções e saneantes II, vigência até 19/12/2024, conforme Extrato de Ata - SECRETARIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES/SEL/SAD E CIRÚRGICA MS LTDA, conforme segue:

FISCAL DO CONTRATO: Fabiana Mesquita Roese, ocupante do Cargo – farmacêutica, matrícula: 5673021
Processo de Utilização da ATA: n. º 27/011.527/2024
ATA N. º 086/SAD/2023 - OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de Correlatos- soluções e saneantes II.

Extrato de Termo Aditivo ao Contrato 0231/2023/FUNSAU **N° Cadastral 23605**

Processo: 27/011.925/2023

Partes: O Estado do Mato Grosso do Sul por intermédio da Fundação Serviços de Saúde de MS - MS e C. C. M. REZENDE LTDA.

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a alteração quantitativa do Contrato n. 231/FUNSAU/2023, relativo à Aquisição Emergencial de Fórmulas infantis e Complementos, para atender a demanda do HRMS (Itens 002, 003, 004, 005, 007, 009, e 011) do processo 27/011.925/2023, de Dispensa de Licitação, com fundamento no inciso I, alínea "b" do art. 124, c/c art. 104, inciso I, ambos da Lei n. 14.133/21, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

Dotação Orçamentária: As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2024, assim classificados:
Natureza das Despesas: 33903007 Fonte de Recurso: 0150010021
Programa de Trabalho:20.27901.10.302.2200.6013.0001 FUNSAU-Manutenção e Estruturação HRMS Nota de Empenho: 2024NE004490

Valor: O valor deste Termo Aditivo é de **R$ 11.710,00 (onze mil, setecentos e dez reais).**
2.2. O valor global do contrato, após o presente aditamento passará a ser de **R$ 72.118,00 (setenta e dois mil, cento e dezoito reais).**

Amparo Legal: A alteração ora firmada resultará em acréscimo do objeto contratual, na forma do art. 125 da Lei n. 14.133/21.

Ordenador de Despesas: Marielle Alves Correa Esgalha

Data da Assinatura: 27/05/2024

Assinam: Marielle Alves Correa Esgalha e CAROLINA CALUX MUNHOES REZENDE

Extrato de Termo Aditivo ao Contrato 0232/2023/FUNSAU/MS **N° Cadastral 23606**

Processo: 27/011.925/2023

Partes: O Estado do Mato Grosso do Sul por intermédio da Fundação Serviços de Saúde de MS - MS e SANTOS E GIULIANI LTDA - ME

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a alteração quantitativa do Contrato n. 232/FUNSAU/2023, relativo à Aquisição Emergencial de Fórmulas infantis e complementos, para atender a demanda do HRMS (Itens 010, 012 e 013) do processo 27/011.925/2023, de Dispensa de Licitação, com fundamento no inciso I, alínea "b" do art. 124, c/c art. 104, inciso I, ambos da Lei n. 14.133/21, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

Dotação Orçamentária: As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2024, assim classificados:Natureza das Despesas: 33903007 Fonte de Recurso: 0150010021Programa de Trabalho:20.27901.10.302.2200.6013.0001 FUNSAU-Manutenção e Estruturação HRMS Nota de Empenho: 2024NE004491

Valor: O valor deste Termo Aditivo é de **R$ 8.375,64 (oito mil, trezentos e setenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos).** O valor global do contrato, após o presente aditamento passará a ser de **R$ 42.753,30 (quarenta e dois mil, setecentos e cinquenta e três reais e trinta centavos).**

Amparo Legal: A alteração ora firmada resultará em acréscimo do objeto contratual, na forma do art. 125 da Lei n. 14.133/21.

Ordenador de Despesas: Marielle Alves Correa Esgalha

Data da Assinatura: 27/05/2024

Assinam: Marielle Alves Correa Esgalha e Rodrigo Francisco dos Santos

Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

EDITAL Nº 027/2024-PPGEO/UEMS, 28 de maio de 2024.

CREDENCIAMENTO DE DOCENTES PERMANENTES AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM GEOGRAFIA, CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO, ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM INTEGRAÇÃO, TERRITÓRIO E AMBIENTE, NA UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE

A Coordenação e o Colegiado do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* Mestrado em Geografia, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade de Campo Grande, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando a Resolução CEPE/UEMS nº 2.613, de 23 de agosto de 2023, considerando os documentos orientadores da Área 36 – Geografia da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), torna público o presente Edital para Credenciamento de Docentes Permanentes para o ano letivo de 2025.

1. DOS OBJETIVOS, ÁREA DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISAS

1.1 Tem o presente instrumento a finalidade de estabelecer as condições para o processo de Credenciamento de Docentes Permanentes para o ano letivo de 2025 vinculados ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* Mestrado em Geografia, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade de Campo Grande, conforme critérios estabelecidos pela Comissão de Credenciamento Docente vigente, em conformidade com a Área de Concentração e as Linhas de Pesquisa, a saber:

1.2 Área de Concentração: Integração, Território e Ambiente. As relações socioespaciais constituem-se por meio da indissociabilidade entre os fenômenos naturais e humanos, e sua análise revela-se imprescindível para o desenvolvimento da pesquisa e da docência. Esta área de concentração abrange a análise da integração, produção, circulação, desenvolvimento territorial, bem como dos espaços urbanos, rurais e das dinâmicas socioambientais, considerando as complexas transformações sociais, políticas, econômicas e ambientais.

1.3 Linha de Pesquisa 1: Produção, circulação e desenvolvimento territorial. A linha abrange pesquisas relacionadas ao desenvolvimento territorial a partir de intervenções públicas e privadas, seus diferentes agentes e repercussões socioespaciais. Para tanto, fazem parte desta abordagem estudos que contemplem a produção, o planejamento e o ordenamento do território, bem como as distintas atividades produtivas, relacionadas com os diferentes fixos e fluxos nos processos de circulação. Abrange, ainda, a análise sobre integração, fronteiras, articulações regionais e dinâmicas econômicas e sociais.

1.4 Linha de Pesquisa 2: Espaços urbanos, rurais e dinâmicas socioambientais. A linha de pesquisa contempla estudos voltados às análises dos espaços urbanos, rurais e das dinâmicas socioambientais, envolvendo a integração entre território e ambiente (relação sociedade-natureza). É de interesse dessa linha os processos sociais e espaciais que conformam as redes urbanas, as cidades, a produção do espaço urbano e rural; bem como as dinâmicas ambientais, incluindo os recursos hídricos, os solos e os processos de degradação, a exemplo da erosão e arenização em áreas urbanas e rurais no contexto do planejamento ambiental.

2. DAS VAGAS

2.1 Total de 3 (três) vagas, que serão distribuídas obrigatoriamente dentre as linhas de pesquisas conforme o estabelecido a seguir:

2.1.1 1 (uma) vaga destinada para a Linha de Pesquisa 1 - Produção, circulação e desenvolvimento territorial.

2.1.2 2 (duas) vagas destinadas para a Linha de Pesquisa 2 – Espaços urbanos, rurais e dinâmicas socioambientais.

3. DOS REQUISITOS

3.1 Ser docente do quadro efetivo da UEMS em regime de dedicação em Tempo Integral (TIDE) ou possuir todos os requisitos para ingressar neste regime imediatamente após o termino do Estágio Probatório, se for o caso;

3.2. Possuir, no mínimo, título acadêmico de Doutor obtido em Programas recomendados e reconhecidos pela CAPES ou agência/instituição compatível no exterior;

3.3. Possuir formação na área de Geografia em qualquer nível (Graduação, Mestrado ou Doutorado);

3.4. Comprovar produção intelectual, na seguinte ordem de prioridade:
3.4.1. 5 (cinco) produções intelectuais qualificadas nos últimos 5 (cinco) anos, considerando, no mínimo 3 (três) artigos em periódicos qualificados na área de Geografia no estrato A, de acordo com a classificação do Qualis Periódico vigente. As demais produções podem ser artigos com qualquer estrato no Qualis, livros autorais ou organizados ou Capítulos em coletâneas.
3.4.2. Experiência de orientação de, no mínimo, 2 de trabalhos de conclusão de curso de graduação, iniciação

científica ou monografias de cursos de especialização ou dissertações ou teses;

3.5. Atender ao perfil da Área de Concentração do Programa de Pós-Graduação em Geografia, apresentando:
3.5.1. Proposta de Projeto de Pesquisa a ser implementado, sob a coordenação do(a) docente candidato(a), de modo a demonstrar aderência à linha de pesquisa pretendida.
3.5.2. Proposta de Disciplina que contribua para o Projeto Pedagógico do PPGEO, de modo a demonstrar aderência à linha de pesquisa pretendida.

3.6. Ter disponibilidade de dedicar ao menos 20 horas semanais na condição de Docente Permanente junto ao PPGEO.
3.6.1. Na possibilidade de estar vinculado a, no máximo, 2 Programas de Pós-graduação, ter a disponibilidade de dedicar ao menos 15 horas na condição de Docente Permanente junto ao PPGEO.

4. DAS INSCRIÇÕES E DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

4.1. Os (as) candidatos(as) ao credenciamento docente deverão indicar, na inscrição, a linha de pesquisa à qual pretendem se vincular, não sendo permitida a sua alteração após o encerramento do prazo de inscrição.

4.2. Os (as) candidatos(as) ao credenciamento docente deverão enviar, exclusivamente, para o endereço de e-mail ppgeo@uems.br, conforme os prazos indicados no item 5 deste edital, os seguintes documentos:
4.2.1. Formulário de Inscrição (Anexo I)
4.2.2. Proposta de Projeto de Pesquisa, conforme o indicado no item 3.4.1. deste edital;
4.2.3. Proposta de Disciplina, conforme o indicado no item 3.4.2. deste edital;
4.2.4. Curriculum Lattes (CNPq), completo, com os documentos comprobatórios de todos as produções intelectuais indicadas no item 3.3. deste edital;

4.3. Todos os documentos enviados via e-mail deverão estar em formato Portable Document Format (PDF).

5. DOS PRAZOS, RECURSOS E DIVULGAÇÕES

5.1. Inscrições: 29 de maio a 28 de junho de 2024.

5.2. Publicação da Lista de Inscritos: 02 de julho de 2024.

5.3. Resultado Preliminar: 31 de julho de 2024.

5.4. Recursos em relação ao Resultado Preliminar: 01 e 02 de agosto de 2024.

5.5. Resultado dos recursos e Resultado Final: até 09 de agosto de 2024.

5.6. O(A) candidato(a) poderá submeter recurso, conforme período previsto no item 5.4. deste Edital, por meio do e-mail ppgeo@uems.br utilizando-se obrigatoriamente do formulário próprio (Anexo II)

5.7. Será de inteira responsabilidade do(a) candidato(a), acompanhar todas as divulgações relativas a este Edital no endereço eletrônico https://www.uems.br/ppg/ppgeo/DOCENTES/Credenciamento

6. DO PROCESSO DE ANÁLISE
6.1. A Comissão de Credenciamento Docente vigente elaborará um parecer circunstanciado para cada uma das inscrições realizadas e indicará um ranqueamento preliminar a partir da avaliação dos requisitos e documentos indicados no item 3 deste edital, considerando:
6.1.1. As necessidades do PPGEO e as demandas das linhas de pesquisa, resguardando-se o perfil de cada linha;
6.1.2. Produção intelectual do(a) docente;
6.1.3. Formação acadêmica do candidato;
6.1.4. Qualidade do Projeto de Pesquisa apresentado;
6.1.5. Adequação e demanda em relação à disciplina proposta pelo candidato;
Vinculação a grupos de pesquisa cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil ☐ CNPq.

6.2. O Colegiado realizará a deliberação final após análise dos respectivos pareceres e ranqueamento preliminar enviado pela referida Comissão.

6.3. Serão aceitos para integrarem o quadro do Corpo Docente do PPGEO, a partir de 2025, os(as) docentes que estiverem ranqueados dentro do limite de vagas indicados no item 2 deste Edital.

6.4. Os docentes ranqueados para além do limite de vagas deste Edital, poderão ser aceitos para integrarem o quadro do Corpo Docente do PPGEO, perante demandas do PPGEO e deliberação do Colegiado até o final do ano letivo de 2025.

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. A UEMS e o PPGEO reservam-se o direito de alterar o conteúdo deste Edital, responsabilizando-se por divulgar qualquer alteração no endereço eletrônico https://www.uems.br/ppg/ppgeo/DOCENTES/Credenciamento

7.2. A inscrição do(a) candidato(a) neste processo de seleção implica a autorização para utilização, pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, de suas informações constantes da sua ficha de inscrição, permanecendo em sigilo dados pessoais sensíveis.

7.3. A qualquer tempo poder-se-á cancelar a inscrição do(a) candidato(a), caso seja comprovada qualquer falsidade nas declarações e/ou a utilização de meios ilícitos nos documentos apresentados.

7.4. É de inteira responsabilidade do(a) candidatos(a) acompanhar todas as divulgações, a consulta dos resultados, o cumprimento dos prazos estabelecidos neste Edital, bem como o acompanhamento de eventuais alterações por meio do endereço eletrônico https://www.uems.br/ppg/ppgeo/DOCENTES/Credenciamento

7.5. A inscrição do(a) candidato(a) implicará o conhecimento e na expressa aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

7.6. Quaisquer dúvidas e informações suplementares poderão ser respondidas pela Secretaria Executiva por e-mail **ppgeo@uems.br**.

7.7. Os casos omissos, no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão de Credenciamento Docente vigente e/ou pelo Colegiado do PPGEO.

Campo Grande/MS, 28 de maio de 2024.

Profa. Dra. Ana Paula Camilo Pereira
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia (PPGEO/UEMS)

ANEXO I – FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

EDITAL Nº 027/2024-PPGEO/UEMS

Dados Pessoais

Nome:_____
Data nasc.:_____Naturalidade:_____
RG:_____Org. Exp.:_____UF:_____CPF:_____
Telefone res.:_____Celular:_____ E-mail:__
_____
Endereço residencial:_____

Formação

Graduação em:_____
Instituição:_____Ano de conclusão: _____
Mestrado em:_____
Instituição:_____Ano de conclusão: _____
Doutorado em:_____
Instituição:_____Ano de conclusão: _____
Pós-doutoramento em:_____
Instituição:_____Ano de conclusão: _____

Outras informações

Projeto de Pesquisa: _____ Linha de pesquisa em que pretende se vincular: _____
Disciplinas que poderia ministrar no Programa: _____
Motivos que o(a) levaram a se interessar em compor o corpo docente do Programa e relato que expresse a aderência da trajetória de pesquisadora e produção intelectual à linha de pesquisa indicada:

O(a) candidato(a) poderá adicionar aqui o espaço que considerar necessário
_____
_____

Declaro para os devidos fins atender todos os requisitos previsto no item 3 do Edital nº 027/2024-PPGEO/UEMS, de 28 de maio de 2024.

Campo Grande/MS,_____de_____de _____

_____
Assinatura do Solicitante

ANEXO II - FORMULÁRIO DE RECURSO
EDITAL Nº 027/2024-PPGEO/UEMS

FORMULÁRIO DE RECURSO		
Nome do(a) Candidato(a):		
Documento de Identificação Nº:	Órgão Expedidor:	CPF:
Telefone para Contato:	E-mail:	Edital Nº:
Senhor(a) Presidente da Comissão de Credenciamento Docente do Programa de Pós-Graduação S*tricto Sensu* em Geografia, curso de Mestrado, modalidade Acadêmico, área de concentração em Integração, Território e Ambiente (PPGEO): O(A) candidato(a) acima identificado(a) vem requerer a V. Sª. a revisão da: ( ) Publicação da Lista das Inscrições (deferidas e indeferidas); ( ) Publicação do Resultado Preliminar;		
Justificativa:		
Documento(s) digitalizados que será(ão) anexado(s) a esse recurso: **-** **-** **-**		
Nestes termos, pede deferimento. _____,_____de_____de 20_____. Assinatura do(a) candidato(a)		

ATENÇÃO: Os documentos digitalizados que serão anexados e este formulário deverão estar em arquivo único e em formato de *Portable Document Format* (PDF).

RESOLUÇÃO COUNI-UEMS Nº 682, de 27 de maio de 2024.

Aprova, "ad referendum", o Regulamento de Uso e Utilização dos Auditórios das Unidades Universitárias da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso XV, do artigo 55, do Regimento Geral e,

CONSIDERANDO a construção e inauguração de novos Auditórios, nas Unidades Universitárias da UEMS;

CONSIDERANDO que os Auditórios, além do uso interno pela UEMS, poderão ser liberados para uso externo com a finalidade de realização de eventos diversos;

CONSIDERANDO que a liberação para uso externo exige uma regulamentação de cessão de uso,

R E S O L V E "ad referendum":

Art. 1º Aprovar o Regulamento de Uso e Utilização dos Auditórios das Unidades Universitárias Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, conforme anexo que integra esta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Dourados - MS, 27 de maio de 2024.

LAÉRCIO ALVES DE CARVALHO
Reitor - UEMS

Anexo da Resolução COUNI-UEMS Nº 682, de 27 de maio de 2024.

REGULAMENTO DE USO E UTILIZAÇÃO DOS AUDITÓRIOS DAS UNIDADES UNIVERSITÁRIAS DA UEMS

CAPÍTULO I
DA CONSTITUIÇÃO E DESTINAÇÃO

Art. 1º Os auditórios das Unidades Universitárias da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) são administrados pela Assessoria de Eventos da Reitoria, constituindo parte do patrimônio da UEMS. Eles são destinados à realização de eventos técnicos, científicos, artísticos e culturais, e seu uso, gratuito ou oneroso, está sujeito à autorização conforme estabelecido nesta Resolução.

Art. 2º Constituem o patrimônio de cada Auditório:
I - os bens móveis, imóveis, instalações e equipamentos destinados pela UEMS, para a consecução de seus objetivos;
II - os bens e direitos adquiridos ou recebidos em doação.

Art. 3º As receitas dos auditórios derivam dos rendimentos de seu patrimônio, incluindo taxas de utilização e repasses financeiros destinados à Unidade Universitária como um todo, de acordo com legislação vigente.

Art. 4º Os auditórios têm por finalidade precípua servir como espaço para exercício, divulgação, fomento ou apresentação de atividades de cunho acadêmico, científico e cultural, destinadas ao aperfeiçoamento da comunidade acadêmica (servidores docentes, profissionais técnicos da Educação Superior e discentes) desta ou de outras instituições, como forma de integração local, regional ou nacional.

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Art. 5º Compete ao administrador dos auditórios:
I - administrar segundo as diretrizes e atividades estabelecidas neste Regulamento;
II - zelar e fazer com que zelem pela sua adequada utilização, consecução e manutenção;
III - manter sob seu controle hierárquico e funcional o pessoal técnico e de apoio que desenvolve suas atividades nas dependências dos auditórios;
IV - supervisionar as dependências dos auditórios antes e após o término dos eventos realizados ou designar servidor para a sua realização.

Art. 6º Ao pessoal de apoio lotado nas Unidades Universitárias ou designado pelo Chefe da Assessoria de Eventos para tal finalidade, compete:
I - zelar pela utilização, conservação, limpeza e manutenção dos equipamentos e móveis do auditório;
II - atender, orientar e executar os serviços necessários para a realização dos eventos;
III - acompanhar e orientar a realização de trabalhos na instalação, utilização e desinstalação de equipamentos de luz, som, cenário e demais intervenções nas dependências internas ou externas dos auditórios;
IV - vistoriar os equipamentos após serem utilizados e relacionar os reparos, as reposições de materiais de consumo ou permanentes que se fizerem necessárias, observada a especificidade de cada equipamento ou material e comunicar à Diretoria de Infraestrutura para as providências cabíveis.

Art. 7º Poderá ser facultada a utilização dos auditórios pela comunidade externa, na forma de autorização de uso de bem público, com ou sem ônus, de acordo com o interesse desta Instituição, desde que não haja incompatibilidade ou prejuízo das atividades de cunho acadêmico, científico e cultural das Unidades Universitárias.

CAPÍTULO III
DAS SOLICITAÇÕES E UTILIZAÇÕES SEM ÔNUS

Art. 8º As solicitações para utilização dos Auditórios deverão ser formalizadas mediante o preenchimento e entrega do ANEXO II, que deverá ser protocolado e/ou enviado pelo e-mail eventos.reitoria@uems.br à Assessoria de Eventos da Reitoria, e deverão conter os seguintes requisitos:
I - identificação e qualificação do solicitante seja de pessoa física ou jurídica;
II - constar a indicação precisa e clara do evento que se pretende realizar;
III - declaração de que se responsabiliza por direitos autorais, civil e outras taxas que porventura venham a ser cobradas; pelo pagamento das obrigações sociais, previdenciárias e trabalhistas relativas ao evento; pelos danos causados por sua equipe ou pelo público no auditório e suas dependências ou em seus equipamentos e instalações;
IV - comprovante das licenças, taxas, tributos, contribuições ou similares, necessários e de praxe, segundo a natureza do evento a ser realizado;
IV - outros documentos tidos como necessários pela administração.

§ 1º As respostas às solicitações para autorização de uso oriundas deste artigo estarão à disposição dos solicitantes em até 7 (sete) dias úteis do seu recebimento.

§ 2º será indeferido o pedido cuja instrução não estiver de acordo com o estabelecido neste artigo.

Art. 9º As solicitações para utilização dos espaços do auditório serão analisadas pela Chefia da Assessoria de Eventos da UEMS que, se necessário, solicitará parecer das gerências das Unidades Universitárias e/ou coordenações de cursos, e decididas de forma fundamentada, após considerados os seguintes elementos:
I - características do evento a ser realizado;
II - período solicitado;
III - interesse institucional.

CAPÍTULO IV
DAS SOLICITAÇÕES E UTILIZAÇÕES COM ÔNUS (LOCAÇÃO)

Art. 10. Pela utilização dos espaços dos auditórios, deverá ser cobrado da comunidade externa valores referentes aos períodos de funcionamento de utilização, mediante contrato de autorização de uso de bem público firmado entre a Assessoria de Eventos da Reitoria e a parte interessada.

§ 1º Para a comunidade externa o agendamento deverá ser solicitado a partir do mês de março do ano em curso para uso até o último dia do mês de fevereiro do ano subsequente.

§ 2º Para a comunidade interna das Unidades Universitárias, deverá ser solicitado a partir do mês de fevereiro do ano em curso para uso até o último dia do mês de janeiro do ano seguinte.

§ 3º No período de colação de grau dos cursos de cada Unidade Universitária, a prioridade para a utilização dos Auditórios será da Assessoria de Eventos da UEMS.

§ 4º O cancelamento por parte do cessionário implicará multa de 30% (trinta por cento) do valor cobrado.

CAPÍTULO V
DA DISPONIBILIDADE PARA A COMUNIDADE EXTERNA

Art. 11. É facultado a UEMS disponibilizar o uso, pela comunidade externa, do sistema de sonorização, vídeo e demais equipamentos.

Art. 12. Para as solicitações da comunidade universitária dos auditórios da Unidade Universitária de Dourados e Campo Grande, deverão garantir uma ocupação mínima superior a 30% (trinta por cento) da capacidade.

Art. 13. É proibida a utilização dos espaços dos auditórios para finalidade diversa da autorizada em contrato sem o expresso e prévio consentimento da Assessoria de Eventos da UEMS.

Art. 14. A Assessoria de Eventos da UEMS não se responsabilizará pela suspensão ou cancelamento de qualquer evento, bem como, por qualquer dano causado ao cessionário, decorrente de falha ou falta de energia elétrica, de outros serviços que dela independam ou em virtude de ocorrência de greve.

Parágrafo único. Qualquer dano ocasionado ao auditório ou adjacências em decorrência de reações do público, por força do *caput* deste artigo ou da apresentação, será da inteira responsabilidade do cessionário.

Art. 15. Nos elencos que apresentem crianças menores e/ou adolescentes, o cessionário responsabilizar-se-á, na oportunidade da formalização do contrato, pela nominação formal de um adulto como responsável pelo grupo de cada 10 (dez) crianças/adolescentes, bem como pela autorização judicial da Vara da Infância e Juventude.

Art. 16. Somente serão admitidas na plateia, crianças acompanhadas por adultos que por elas respondam, imputando-lhes a responsabilidade sobre comportamentos inadequados que porventura ocorram durante a realização do evento.

CAPÍTULO VI
DAS PROIBIÇÕES

Art. 17. É proibido ao cessionário e usuário dos auditórios:
I - a utilização de espaços internos ou externos do auditório para fins de alojamento;
II - a fixação de cartazes, faixas, propagandas, inscrições, escudos, emblemas ou similares nos espaços externos ou internos do prédio do auditório sem autorização prévia da Assessoria de Cerimonial;
III - a colocação de móveis e objetos, mesmo que de cunho decorativo, que impeçam ou dificultem a livre circulação do público;
IV - a entrada de animais nas dependências, exceto se utilizados nas apresentações e devidamente autorizados pelos órgãos de proteção à vida animal e nos casos previstos em lei;
V - o uso de aparelho celular (deverá ter esta sinalização expressa no hall) e outros equipamentos que possam interferir na frequência da sonorização e na atividade desenvolvida;
VI - a entrada ou permanência nas dependências dos auditórios de vendedores ambulantes ou congêneres sem a autorização da Assessoria de Eventos da Reitoria;
VII - o consumo de quaisquer tipos de bebidas e de alimentos no interior dos auditórios, exceto em cenas dos espetáculos apresentados e nas áreas destinadas ao coffee break e coquetel;
VIII - fumar, utilizar materiais explosivos, tóxicos ou nocivos em qualquer espaço ou dependência do auditório, com exceção feita em relação ao uso de cigarros cenográficos em apresentações artísticas, desde que comunicado previamente à Assessoria de Eventos da Reitoria;
IX - a admissão de número superior de espectadores à capacidade máxima do auditório;
X - acrescentar qualquer outro tipo de assento, para ampliar a capacidade dos ambientes;
XI - acesso de pessoas não credenciadas em horários de ensaios;
XII - retirar ou emprestar equipamentos pertencentes ao auditório e à unidade;
XIII - utilizar fogo, material inflamável, água, pedra, areia e terra;
XIV - realizar atividades de cunho político-partidário e doutrinário, bem como cultos religiosos.

Art. 18. A colocação de móveis ou objetos deverá ser previamente solicitada e aprovada pela Assessoria de Eventos da Reitoria.

CAPÍTULO VII
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 19. São de responsabilidade do organizador do evento o controle e a retirada de material utilizado, após o término da atividade.

§ 1º Os auditórios não disponibilizará pessoal para transporte de qualquer material e/ou equipamento para o evento.

§ 2º Os funcionários de apoio não deverão se ausentar de suas atividades para atender a qualquer pedido dessa ordem ou afins.

Art. 20. Será de responsabilidade exclusiva do organizador do evento disponibilizar plantão médico emergencial (ambulância e/ou profissional da saúde) para assegurar aos participantes do evento o atendimento médico de primeiros socorros, caso seja necessário.

Art. 21. Os auditórios não disponibilizará de segurança particular, cabendo ao organizador do evento contratar esse tipo de serviço, caso julgue necessário.

Art. 22. A Assessoria de Eventos da Reitoria não se responsabilizará pelas reservas e solicitações de utilização que não estejam em consonância com as normas sobre o agendamento e reserva.

Art. 23. Todas as mudanças dos programas dos eventos, já agendados, que impliquem alterações em relação aos equipamentos ou serviço de apoio necessário deverão ser comunicadas imediatamente à Assessoria de Eventos da Reitoria.

Art. 24. Para a preparação de material ou verificação das condições dos auditórios, o requerente terá acesso ao local sempre acompanhado de funcionário de apoio da Assessoria Eventos da Reitoria, mediante agendamento prévio.

Art. 25. Os equipamentos do auditório só poderão ser operados por servidores da instituição ou técnicos

autorizados pela Assessoria de Eventos da Reitoria.

Parágrafo único. Qualquer dano, defeito ou avaria nos equipamentos deverá ser reportado imediatamente à Assessoria de Eventos da Reitoria.

Art. 26. A ocorrência de dano praticado contra o patrimônio dos auditórios, seja pelo elenco, produtores, técnicos ou público, será motivo de providências administrativas internas para apuração da culpa ou dolo e atribuição de responsabilidade ao autor para reparação do dano.

Art. 27. É vedada a utilização das dependências dos auditórios para depósito ou guarda de quaisquer materiais ou equipamentos não pertencentes ao patrimônio do local.

Art. 28. O sistema de refrigeração dos espaços só poderá ser ligado no máximo 2 (duas) horas antes do horário programado para o início do evento e deverá ser desligado imediatamente após o seu término.

§ 1º Qualquer alteração no horário delimitado para utilização do sistema de refrigeração deverá ser solicitada previamente à Assessoria de Eventos da Reitoria, de forma justificada, reservado o direito de recusa.

§ 2º Na ocorrência de dilatação nos prazos referidos no parágrafo anterior, poderão ser acrescidos os valores devidos, a título de horas utilizadas, pelo cessionário.

CAPÍTULO VIII
DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Art. 29. O Funcionamento dos auditórios será das 8h às 22h, de segunda a sexta-feira, dividido em 3 (três) turnos para a reserva, e no sábado o dia inteiro
I - período matutino: das 8h às 12h horas;
II - período vespertino: das 13h às 17h horas;
III - período noturno: das 18h às 22h;
IV - o sábado será agendado para o dia todo.

Parágrafo único. O agendamento excepcional para eventos fora dos períodos e dias aqui estabelecidos passará por prévia avaliação e autorização da Chefia da Assessoria de Eventos da Reitoria.

Art. 30. O cessionário deverá realizar, junto com o funcionário responsável pelos auditórios, uma vistoria inicial e final, que será registrada no ANEXO III.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31. Os valores para a locação dos auditórios - referentes aos espaços, aos móveis e aos equipamentos - estão descritos no ANEXO I deste Regulamento.

Art. 32. As dúvidas decorrentes deste Regulamento e as situações omissas serão resolvidas pela Assessoria de Eventos da Reitoria.

Art. 33. Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

Dourados - MS, 27 de maio de 2024.

LAÉRCIO ALVES DE CARVALHO
Reitor - UEMS

ANEXO I DO REGULAMENTO DE USO E UTILIZAÇÃO DOS AUDITÓRIOS DAS UNIDADES UNIVERSITÁRIAS DA UEMS

Art. 1º Os valores para a locação dos Auditórios da UEMS das Unidades Universitárias de Dourados e Campo Grande, referente aos espaços, aos móveis e aos equipamentos, observados os dias de funcionamento estabelecidos neste Regulamento, são os seguintes:

I - R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) para o período matutino (das 8h às 12h);
II - R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) para o período vespertino (das 13h às 17h);
III - R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) para o período noturno (das 18h30min às 22h);
IV - R$ 9.000,00 (nove mil reais) a diária (referente aos períodos matutino, vespertino e noturno);
IV - R$ 10.000,00 (dez mil reais) aos sábados (das 8h às 22h).

Parágrafo Único. Para as demais Unidades Universitárias, o valor para a locação dos Auditórios da UEMS será de R$ 1.000,00 (mil reais).

Art. 2º Os valores constantes serão corrigidos anualmente de acordo com os custos e a relação com o mercado, utilizando o Índice Geral de Preços Mercado da Fundação Getúlio Vargas (IGPM-FGV) ou de acordo com outro indexador que venha a substituir este.

Art. 3º A correção será mediante a aplicação de índices percentuais que não apresentem, no respectivo período, uma evolução negativa.

Parágrafo único. No caso do IGPM-FGV ou de outro índice eleito, apresentar uma evolução negativa, serão mantidos os valores em vigência, sem qualquer redução.

ANEXO II - TERMO DE COMPROMISSO DE USO DOS AUDITÓRIOS DAS UNIDADES UNIVERSITÁRIAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

O responsável pelo auditório deve ter delegação expressa da Assessoria de Eventos da Reitoria da UEMS para firmar o termo

CEDENTE: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, Estado de Mato Grosso do Sul, pessoa jurídica de Direito Público, com sede na Rua xxxxxxxxxx, nº xxx, CEP nº xxxxxxx, inscrito no CNPJ nº xxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo(a) **xxxxxxxxxxxxxx, nacionalidade xxxxx, estado civil xxxxx,** portador(a) da Cédula de Identidade Civil nº **xxxxxxx** da SSP**/xx** inscrito(a) no CPF nº xxxxxxxxxxx, residente e domiciliado nesta cidade.

CESSIONÁRIO: Nome:
CNPJ/CPF: RG:
Endereço: Fone:
E-mail:

Cláusula Primeira - Do Objeto e Fiscalização

Consiste objeto do presente Termo de Compromisso, a utilização do auditório da Unidade xxxxxxxx da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) para a realização do evento denominado "xxxxxxx". O valor do aluguel para a utilização do auditório é de R$ [inserir valor], conforme especificado no Anexo I deste Termo.

Cláusula Segunda - Do Prazo de Duração do Termo de Compromisso

O prazo de duração do presente Termo inicia-se em xxx de xxxx de 202x e estende- se até xxxx de xxxxx de 202x, incluído nesse período xxxx dias para a preparação do espaço, xxxx dias para a realização do evento e xxxxxx dias para o desmonte da estrutura. A entrega das instalações do auditório fica estabelecida para o dia xxxxx.

Cláusula Terceira - Das Obrigações do Cessionário

O Cessionário expressamente obriga-se a:

a) apresentar as autorizações e licenças dos órgãos correlatos ao evento, tais como ARTs, Corpo de Bombeiros, Polícias Militar e Civil, Vara da Infância e da Juventude, Ministério do Trabalho, entre outros, conforme o caso;
b) apresentar os comprovantes de pagamentos das taxas e tributos devidos, conforme a natureza do evento, inclusive as taxas decorrentes de fiscalização sobre direitos autorais;
c) custear todas as despesas de aprovação, divulgação e administração do evento;
d) efetuar a limpeza das dependências internas do Auditório do Observatório Astronômico, durante o evento e após o término, com destino adequado dos dejetos;
e) arcar com os prejuízos causados por si, pelos presentes ou por terceiros durante a realização do evento ou no período de preparação e desmontagem do mesmo;
f) responsabilizar-se pelo pagamento de direitos autorais, incluindo as taxas cobradas pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD), e por qualquer responsabilidade decorrente de violações civis, penais, administrativas e ambientais, além de outras taxas que porventura venham a ser cobradas;
g) responsabilizar-se pelo pagamento das obrigações sociais, previdenciárias e trabalhistas relativas ao evento;
h) se for o caso, providenciar esquema de segurança com vistas à manutenção da ordem no recinto, e à observância das regras para a utilização do mesmo;
i) efetuar a montagem e desmontagem de equipamentos de som, luz, cenários, ornamentações;
j) arcar com as despesas de seguro de seu patrimônio;
k) efetuar o pagamento dos valores devidos pela utilização do espaço, na forma prevista no Anexo I da Resolução COUNI-UEMS Nº 682 de 27 de maio de 2024;
l) cumprir e fazer cumprir as normas e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes;
m) arcar com a reparação dos danos eventualmente causados ao imóvel e aos equipamentos durante a realização do evento;
n) diligenciar pelo bom uso e conservação dos equipamentos que estão instalados no auditório, devolvendo-os ao término do evento em perfeito estado, arcando com os reparos que se fizerem necessários, em caso de

danos aos referidos equipamentos;
o) fornecer água, café, copos e material de higiene pessoal nos banheiros para o evento.

Cláusula Quarta - Das Proibições ao Cessionário:

O cessionário fica ciente de que é expressamente proibido:

a) fixar cartazes, faixas, painéis, e similares nas paredes, portas e cadeiras, sendo permitida a fixação apenas nos locais pré-determinados pela Assessoria de Eventos da Reitoria;
b) fumar nas dependências do auditório;
c) consumir alimentos e bebidas dentro do auditório, exceto nas áreas destinadas ao coffe break e coquetel;
d) retirar ou emprestar equipamentos pertencentes à Unidade;
e) entrar nas dependências do auditório sem a devida autorização;
f) alterar ou modificar as dependências do auditório, de modo que venha a causar danos ou comprometer sua preservação e segurança;
g) utilizar fogo (incluindo fogos de artifício), água, animais vivos e outros elementos perigosos nos espaços do auditório;
h) utilizar as dependências do auditório para finalidades complementares ao evento sem a devida autorização;
i) explorar qualquer tipo de comércio paralelo ao evento, nas dependências do espaço cedido, sem a expressa autorização;
j) realizar atividades de cunho político-partidário e difusão religiosa.

Cláusula Quinta - Das Obrigações da Compromitente:

A Cedente obriga-se a:

a) disponibilizar o uso do Auditório, incluindo as instalações sanitárias do referido Auditório e o projetor multimídia e mesa de som caso estejam instalados no local;
b) organizar o acesso a entrada para carga e descarga de equipamentos e materiais;
c) entregar as instalações existentes de acordo com o inventário inicial;
d) informar o interessado sobre os aspectos necessários ao adequado uso do espaço;
e) acompanhar a execução do evento e o cumprimento das normas deste Termo;
f) disponibilizar ao Cessionário o uso do projetor multimídia e da mesa de som que estão instalados no Auditório.

Cláusula Sexta - Das Penalidades

O Cessionário está sujeito às seguintes penalidades:

a) Pelo atraso na entrega das instalações, o Cessionário pagará multa de correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor da taxa cobrada pelo uso do local;
b) Enquanto o Cessionário não efetuar as restaurações, indenização e reposições de bens avariados, estará impedido de contratar seu uso, além de sujeitar-se à cobrança dos prejuízos pela via judicial.

Cláusula Sétima - Da Legislação

A cessionária submete-se integralmente às disposições da Resolução COUNI-UEMS Nº 682 de 27 de maio de 2024, estabelecedora de normas de utilização do auditório da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, bem como as demais legislações aplicáveis.

Cláusula Oitava - Do Foro

As partes elegem o foro da Comarca de Dourados/MS para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do Presente Termo, com desistência de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

_____, ___ de _____ de _____.

_____ _____
CEDENTE UEMS **CESSIONÁRIO**

Testemunhas:

1. _____

2. _____

ANEXO III - TERMO DE VISTORIA DO AUDITÓRIO

Declaramos para os fins de comprovação que acompanhamos a vistoria do auditório da Unidade ....., recebendo o mesmo em perfeitas condições de uso.

Declaramos, ainda, que nos responsabilizamos por quaisquer modificações que possam ocorrer no estado atual deste auditório e que estamos cientes das orientações e da Resolução
COUNI-UEMS Nº 682 de 27 de maio de 2024 e do ANEXO II.

Condições doauditório	Situação	Observações
Mesa de honra e cadeiras		
Poltronas		
Sonorização		
Iluminação		
Audiovisual		
Climatização		
Banheiros		
Hall		
Bandeiras		

Outras Informações: _____
_____
_____

Vistoria inicial

Data: _____ / _____ / _____

_____
Assinatura do Responsável pelo Evento

Vistoria final

Data: _____ / _____ / _____

_____
Assinatura do Responsável pelo Evento

Observações: _____
_____
_____
_____

TERMO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL E GESTOR DE CONTRATO Nº 020/2024

Por delegação de competência do magnífico Reitor da Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, conforme Portaria UEMS n. 027, de 26 de setembro de 2023, o Pró-reitor de Administração e Planejamento da UEMS, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Regimento Geral, pela Resolução COUNI-UEMS n. 479, de 23 de junho de 2016, e considerando as exigências contidas na Lei federal n. 14.133/21 e no Decreto estadual n. 15.938/2022, designa os servidores abaixo identificados, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 1904/2024/UEMS, Identificador nº 24771, Processo n. 29/038.269/2023, celebrado entre a Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, e a Empresa INTENSIMED COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA, que vigorará da data de sua assinatura até o final de sua vigência.
OBJETO DO CONTRATO: Aquisição de 01 (uma) mesa cirúrgica elétrica para o Curso de Bacharel em Enfermagem na Unidade Universitária de Dourados/MS.

GESTOR DE CONTRATO	FISCAL DE CONTRATO

Nome: Idalina Cristina Ferrari Matrícula: 117117033 Cargo: Docente	Nome: Elaine Aparecida Mye Takamatu Watanabe Matrícula: 88883021 Cargo: Docente
SUBSTITUTO DO GESTOR DE CONTRATO	SUBSTITUTO DO FISCAL DE CONTRATO
Nome: Rafael Henrique da Silva Matrícula: 437340027 Cargo: Docente	Nome: Isabel Fátima Cerezer Camara Matrícula: 60838021 Cargo: Assistente Técnico de Nível Médio

Compete ao fiscal do contrato as atividades relacionadas no art. 16 e ao Gestor do contrato as atividades relacionadas no art. 15, do Decreto Estadual n. 15.938, de 26 de maio de 2022, devendo-se observar a legislação pertinente, em conformidade com as disposições do decreto supramencionado.

ROBSOM MARQUES DE AMORIM
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Edital UEMS/Fundect N° 21/2024 – PROPPI/UEMS – PIBIC
Seleção Pública de Projetos para o Programa Institucional de Iniciação Científica-Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PROPPI) da **Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)**, em parceria com a **Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado do Mato Grosso do Sul (Fundect)**, torna público o presente edital e convida docentes regularmente matriculados na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul a apresentar projeto ao Programa Institucional de Iniciação Científica, regido pela Resolução CEPE-UEMS nº 2.771, de 23 de fevereiro de 2024, de acordo com os critérios estabelecidos a seguir:

1. OBJETO
1.1 Seleção de projetos para o PIBIC/UEMS/FUNDECT, para a concessão de bolsas de Iniciação científica a alunos regularmente matriculados em cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, visando despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais, mediante a participação em projetos de pesquisas orientados por pesquisadores atuantes e qualificados.

2. CRONOGRAMA

Lançamento do edital no site da UEMS e no Diário Oficial do Estado.	A partir de 29/05/2024
Período para as inscrições das propostas de iniciação Científica no Sistema de Informação e Gestão de Projetos – SIGProj.	De 29/05/2024 a 14/06/2024
Período para regularização de pendências bem como cadastro, prorrogação, inclusão e exclusão de colaboradores em projetos de pesquisa.	Até 04/06/2024
Divulgação preliminar das propostas enquadradas no site da UEMS e no Diário Oficial do Estado.	Até 21/06/2024
Período de recurso do enquadramento das propostas.	21 a 24/06/2024
Divulgação final das propostas enquadradas no site da UEMS e no Diário Oficial do Estado.	Até 28/06/2024
Divulgação da lista final dos projetos aprovados no site da UEMS e no Diário Oficial do Estado.	Até 09/08/2024
Prazo para entrega dos documentos dos bolsistas aprovados, somente via e-mail, para iniciacaocientifica@uems.br.	De 09/08 a 19/08/2024
Implantação das bolsas PIBIC Fundect/UEMS ciclo 2024-2025.	A partir de 01/09/2024

3. BOLSAS
3.1 Serão concedidas até **69** (sessenta e nove) bolsas PIBIC FUNDECT.
3.2 A duração da bolsa Fundect é de 12 (doze) meses, no período de Setembro de 2024 a Agosto de 2025, no valor de R$ 700,00 (setecentos reais) mensal, sem possibilidade de prorrogação.
3.3 O número e a vigência de bolsas Fundect dependerá da disponibilidade financeira e do cronograma da Fundect.

3.4 Os docentes efetivos bolsistas produtividade contemplados na Chamada Especial Fundect/CNPq 15/2024 - Bolsas de Produtividade Estaduais Fundect/CNPq, receberão automaticamente, no máximo, 3 (três) bolsas PIBIC Fundect, desde que o orientador(a) e aluno(a) indicado cumpram os requisitos do item 4.1 e 4.2 deste edital.
3.4.1 O docente bolsista produtividade Fundect/CNPq, mencionado no item 3.4, deverá informar à PROPPI até, no máximo, a data de 02 de agosto de 2024, via e-mail a ser enviado para iniciacaocientifica@uems.br, o nome completo dos alunos bolsistas, título, grande área, área e subárea do projeto que cada aluno desenvolverá, não havendo necessidade de submeter qualquer documentação no Sistema SIGProj.
3.5 A listagem dos alunos a serem contemplados com bolsa, mencionados no item 3.4, será divulgada na mesma publicação do resultado final do presente edital, respeitando os prazos do cronograma disposto no item 2 do presente edital.
3.6 Em não sendo utilizadas todas as bolsas PIBIC pelos docentes bolsistas produtividade Fundect/CNPq, as bolsas restantes serão disponibilizadas para os demais aprovados no presente edital, respeitando a ordem de classificação.
3.7 Cada orientador poderá submeter até 03 (três) propostas neste edital.
3.8 Bolsistas produtividade elencados no item 3.4 poderão acumular mais do que 03 bolsas, caso concorram submetendo propostas no presente Edital.

4. REQUISITOS E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DO ORIENTADOR E DO BOLSISTA
Os requisitos a seguir são obrigatórios e seu atendimento é considerado imprescindível para o enquadramento, análise e julgamento quanto ao mérito da proposta.

4.1 Para o(a) orientador(a)

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou estrangeiro com visto permanente;
b) Ter domicílio no Estado de Mato Grosso do Sul;
c) Ser servidor efetivo da UEMS;
d) Possuir, no mínimo, o título de Mestre;
e) Estar vinculado a pelo menos um projeto de pesquisa aprovado e cadastrado na Divisão de Pesquisa/PROPPI, como coordenador ou colaborador, e com vigência igual ou superior ao período de vigência da bolsa de Iniciação Científica (1º de setembro de 2024 a 31 de agosto 2025), exceto os orientadores indicados no item 3.4 deste edital, que deverão ter o respectivo projeto aprovado pelo CNPq, cadastrado na Divisão de Pesquisa;
f) Ser consultor da UEMS cadastrado na Divisão de Pesquisa/PROPPI;
g) Não estar, sob quaisquer circunstâncias, inadimplente com a Divisão de Pesquisa/PROPPI;
h) Ter curriculum vitae cadastrado e atualizado na Plataforma Lattes (CNPq), no ano de 2024;
i) Ter cadastro no Sistema de Informação e Gestão de Projetos – SIGProj;
j) possuir **cadastro completo e atualizado no SIGFUNDECT** (Sistema de Informação e Gestão de Projetos da Fundect - https://sigfundect.ledes.net);
k) Não estar em licença de qualquer tipo e nem em afastamento para capacitação, com exceção de capacitação para pós-doutoramento (atendendo aos requisitos da INSTRUÇÃO NORMATIVA UEMS Nº. 003, de 03 de julho de 2013);

l) Não possuir relação de parentesco consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau com os estudantes candidatos às bolsas;
m) Não possuir nenhuma pendência administrativa e/ou financeira com a Fundect, com o Estado de MS, ou com o SIAFEM-MS, no momento da formalização do termo de outorga, mantendo essa condição até o final da execução do projeto.

4.2 Para o(a) bolsista:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou estrangeiro com visto permanente;
b) Ter domicílio no Estado de Mato Grosso do Sul;
c) Estar regularmente matriculado em um dos cursos de graduação da UEMS durante todo o período de vigência da bolsa;
d) Não possuir mais do que 03 (três) reprovações, por nota ou por falta, nos 02 (dois) últimos semestres ou no último ano cursado;
e) Não possuir relação de parentesco consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau com o orientador;
f) Não possuir vínculo empregatício no ato da implementação da bolsa e durante sua vigência;
g) Não acumular a bolsa objeto desta Chamada com outra bolsa de programa de agência de fomento pública nacional;
h) Não estar, sob quaisquer circunstâncias, inadimplente com a Divisão de Pesquisa/PROPPI;
i) Ter curriculum vitae cadastrado e atualizado na Plataforma Lattes (CNPq), no ano de 2024;
j) Ter cadastro no Sistema de Informação e Gestão de Projetos – SIGProj;
k) Possuir **cadastro completo e atualizado no SIGFUNDECT** (Sistema de Informação e Gestão de Projetos da FUNDECT - https://sigfundect.ledes.net);
l) Possuir conta-corrente no Banco do Brasil;
m) Possuir assinatura eletrônica digital através da plataforma gov.br (https://www.gov.br/governodigital/pt-br/identidade/assinatura-eletronica);
n) Ter apresentado trabalho no ENIC/ENEPEX (Encontro de Iniciação Científica/Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão), caso o aluno já tenha sido contemplado com bolsa de Iniciação Científica em chamadas anteriores;
o) O aluno não poderá concorrer com mais de uma proposta, mesmo que com outro orientador, no presente edital ou no Edital UEMS/Fundect nº 22/2024 – PROPPI/UEMS – PIBIC AAF.

5. COMPROMISSOS DO BOLSISTA E ORIENTADOR

5.1 São compromissos do(a) **bolsista**:
a) Dedicar-se às atividades acadêmicas e de pesquisa, com disponibilidade para o desenvolvimento do projeto conforme atividades e cronograma estipulados pelo orientador;
b) Manter seu currículo atualizado na Plataforma Lattes (CNPq), registrando a condição de bolsista da Fundect;
c) Manter seu cadastro atualizado no SIGFUNDECT;
d) Participar de reuniões, elaborar os relatórios e apresentar os resultados da pesquisa ao orientador para análise;
e) Elaborar os relatórios semestrais (parcial e final) conforme prazos preestabelecidos pela Divisão de Pesquisa/PROPPI;
f) Submeter os relatórios técnicos na finalização, ou cancelamento, da bolsa, via plataforma SIGFUNDECT, conforme o calendário estabelecido pela Fundect e entregar, conforme manual de submissão de relatório que pode ser encontrado através no link: Manual 06.2 - Relatório Técnico de Bolsista para PIBIC (fundect.ms.gov.br);
g) Apresentar os resultados obtidos na pesquisa, na forma de trabalho científico, no ENIC (Encontro de Iniciação Científica), que acontecerá durante o ENEPEX, ou indicar um representante da equipe para fazê-lo em caso da impossibilidade de sua participação no evento;
h) Apresentar os resultados finais da atividade, sob a forma de painel ou exposição oral, nos encontros de iniciação científica e tecnológica promovidos pela UEMS e pela Fundect;
i) Garantir que trabalhos publicados e/ou divulgados, sob qualquer forma de comunicação ou por qualquer veículo, e que decorram das atividades aqui apoiadas, façam menção expressa que receberam apoio financeiro da Fundect para sua concretização;
j) Bolsista formandos no último ano corrente deverão obrigatoriamente finalizar e apresentar os resultados conforme descrito no 5.1 c e 5.1 d;
k) Ressarcir a Fundect o investimento realizado, total ou parcialmente, na eventualidade de ocorrência de revogação da concessão, motivada por ação ou omissão dolosa ou culposa do bolsista;
l) Em caso de licença saúde ou licença maternidade do bolsista que afete o desenvolvimento do projeto, a data de entrega do relatório final poderá ser prorrogada em até 4 meses, desde que justificado e solicitado pelo orientador ao Setor de IC/DP/PROPPI.

5.2 São compromissos do(a) **orientador(a)**:
a) Orientar os bolsistas nas distintas fases de trabalho científico e no cumprimento da legislação em vigor referente ao Programa Institucional de Iniciação Científica da UEMS;
b) Dedicar, para orientação a cada bolsista, carga horária semanal de acordo com a norma vigente que define os encargos docentes;

c) Avaliar o desempenho do bolsista durante a vigência da bolsa;
d) Incluir o nome do aluno nas publicações e nos trabalhos apresentados, resultantes do projeto executado;
e) Manter projeto de pesquisa cadastrado na Divisão de Pesquisa/PROPPI e em execução durante todo o período de vigência das bolsas de iniciação científica;
f) Enviar os relatórios parcial e final, devidamente assinados (preferencialmente assinatura gov.br), para o e-mail **iniciacaocientifica@uems.br**;
g) Comunicar formalmente à Iniciação Científica/Divisão de Pesquisa/PROPPI no caso de solicitação de licença quando o prazo de afastamento for igual ou superior a 30 (trinta) dias;
h) Prestar consultoria quando solicitado, atendendo aos prazos estabelecidos pela Divisão de Pesquisa/PROPPI;
i) Comunicar, formalmente, à Iniciação Científica/Divisão de Pesquisa/PROPPI, qualquer situação que possa comprometer o desenvolvimento do projeto do orientador ou que importe em suspensão de pagamento de bolsa, sob pena do orientador ficar inadimplente com a Divisão de Pesquisa/PROPPI;
j) Garantir que trabalhos publicados e/ou divulgados, sob qualquer forma de comunicação ou por qualquer veículo, e que decorram das atividades aqui apoiadas, façam menção expressa que receberam apoio financeiro da Fundect para sua concretização;
k) Manter seu currículo atualizado na Plataforma Lattes (CNPq);
l) Manter seu cadastro atualizado no SIGFUNDECT;
m) Avaliar o relatório técnico do bolsista (relatório final), de acordo com o calendário estabelecido, seguindo as orientações que constam no site da Fundect.
n) Informar ao setor de iniciação científica, via e-mail **iniciacaocientifica@uems.br,** caso haja desempenho insatisfatório do bolsista, ou qualquer circunstância que venha a motivar o cancelamento ou suspensão da bolsa;
o) Ter ciência de que responderá solidariamente à Fundect quanto ao ressarcimento dos recursos pagos em proveito do bolsista, caso não comunique o Coordenador Institucional o desligamento do BOLSISTA do projeto por qualquer razão, ou seu abandono ou desistência ou o não cumprimento por parte do BOLSISTA das disposições pactuadas neste TERMO, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data em que se configurar o fato, sem prejuízo de outras ações pertinentes, incluindo abertura de processo de Tomada de Contas Especial.

5.3 Acúmulo de bolsas:

a) Ao bolsista Fundect não é permitido vínculo empregatício e acúmulo com demais bolsas de órgãos de fomento.

6. SUBMISSÃO DAS PROPOSTAS

6.1 Antes de efetuar a inscrição, o orientador e aluno deverão conhecer o edital e certificarem-se de que atendem todos os requisitos exigidos para a inscrição no programa.
6.2 O período de inscrições será do dia 29 de maio de 2024 até às 22h59min (horário de Mato Grosso do Sul) do dia 14 de junho de 2024, sem possibilidade de prorrogação.
6.3 A regularização de pendências junto à Divisão de Pesquisa, bem como cadastro, prorrogação, inclusão e exclusão de colaboradores em projeto de pesquisa deverão, para fins de atendimento das condições estabelecidas por este edital, ser efetuadas, impreterivelmente até o dia 04 de junho de 2024.
6.4 As submissões das propostas deverão ser, exclusivamente, efetuadas pelos orientadores, na plataforma SIGProj, de acordo com as informações dos tutoriais de uso do SIGProj, disponíveis na página da Iniciação Científica/PROPPI.
6.5 No item "Equipe", o orientador deverá indicar **somente** o nome do aluno candidato, não sendo permitida a inclusão de outros colaboradores.
6.6 O Projeto de IC não precisa ser vinculado ao Projeto de Pesquisa do orientador no Sistema SIGProj.
6.7 A documentação necessária à inscrição deverá ser anexada eletronicamente no SIGProj, preferencialmente no formato PDF e deve compreender:
a) Ficha de pontuação do currículo Lattes do orientador, referente ao período de 2021 a 2023, devidamente preenchida (Anexo 1), sob pena de ter pontuação zerada nesse item;
b) Para orientadoras que tiveram licença maternidade ou licença adotante nos últimos 3 anos, será ampliado em 2 anos o período referente à Tabela do Anexo 1, sendo portanto, nesses casos, considerado para a pontuação o período dos últimos 5 anos 2019 a 2023, mediante preenchimento da informação no campo "Licenças" da Plataforma Lattes.
c) Declaração da Secretaria Acadêmica do curso de que o aluno não possui mais de 3 (três) reprovações, por falta ou nota, nos últimos 2 (dois) semestres ou no último ano cursado, de que está devidamente matriculado e que possui disciplinas ou componentes curriculares a serem cursados que contemplem todo o período da bolsa (Anexo 2);
d) Comprovante de atualização dos currículos Lattes do aluno e orientador, no ano de 2024 (Anexo 3);
e) Projeto com mínimo de 06 (seis) e máximo de 10 (dez) páginas (incluindo capa, Anexos e apêndices), texto com fonte Times New Roman ou Arial, tamanho 12, espaçamento entre linhas 1,5, contendo obrigatoriamente as seguintes seções (Anexo 4):
- Título do Projeto
- Necessidade de aprovação do projeto pelo CEUA/CESH: ( ) SIM ( ) NÃO. Em caso afirmativo, informe o número de protocolo de submissão ou aprovação pelo Comitê
- Nome completo do aluno

- Nome completo do orientador
- Grande área, área e subárea do CNPq (imprescindível para a avaliação e classificação da proposta)
- Introdução e Revisão de Literatura
- Objetivos Gerais e Específicos
- Metodologia
- Cronograma de Atividades
- Resultados esperados
- Referências

6.8 As informações prestadas no formulário de inscrição do SIGProj, Anexos e Projeto são de inteira responsabilidade do orientador e do aluno, dispondo à Divisão de Pesquisa/PROPPI o direito de excluir da seleção aqueles que preencherem os formulários com informações incompletas, incorretas ou não verdadeiras.
6.9 Os Anexos devem ser submetidos preferencialmente no **formato PDF**, não sendo responsabilidade da UEMS arquivos corrompidos, ou em outros formatos, que não apresentem nitidez necessária para visualização das informações.
6.10 A UEMS não se responsabilizará por propostas não recebidas em decorrência de eventuais problemas técnicos e congestionamentos das linhas de comunicação.
6.11 Cada projeto só poderá ser submetido uma única vez e, caso seja identificado o mesmo projeto no Edital UEMS/Fundect nº 22/2024 – PROPPI/UEMS – PIBIC AAF, todos serão desclassificados.
6.12 O orientador inscrito no presente edital, poderá participar do Edital UEMS/Fundect nº 22/2024 – PROPPI/UEMS – PIBIC AAF.
6.13 Caso um orientador submeta mais propostas que o número máximo permitido, conforme disposto neste edital, serão consideradas as últimas submissões inseridas na plataforma, excluídas as redundantes.
6.14 Não serão aceitas propostas enviadas por qualquer outro meio, tampouco após o prazo final definido nos itens 2 e 6.2 deste edital.

7. ANÁLISE E JULGAMENTO
A seleção das propostas será realizada por meio de quatro etapas: (I) Análise de Enquadramento pela Divisão de Pesquisa; (II) Análise do Mérito e Relevância do Projeto pelos consultores dos Comitês Externo *Ad hoc* e Interno de Pesquisa (CIPE) da UEMS; (III) Análise da pontuação do currículo do orientador pelo Comitê Interno de Pesquisa (CIPE) da UEMS; e (IV) Classificação das propostas pela Divisão de Pesquisa.

7.1 Etapa I: Análise de Enquadramento
7.1.1 A análise de enquadramento será realizada pela equipe técnica da Divisão de Pesquisa da PROPPI e consistirá na análise preliminar da documentação da proposta apresentada em conformidade com os requisitos e documentos exigidos neste edital.
7.1.2 Somente as propostas enquadradas serão encaminhadas à próxima etapa.
7.1.3 Caso o orientador tenha justificativa para contestar o resultado do enquadramento das propostas, a Divisão de Pesquisa/PROPPI aceitará recurso de acordo com os prazos do cronograma do item 2 deste edital.
7.1.4 O pedido de reconsideração deverá estritamente contrapor o motivo do indeferimento e deverá ser apresentado por meio de envio de formulário específico (Anexo 5) para o e-mail iniciacaocientifica@uems.br, ficando a Divisão de Pesquisa responsável em proferir decisão de acordo com os prazos do cronograma do item 2 deste edital.
7.1.5 Caso o orientador(a) e aluno(a) comprovem a atualização do currículo Lattes ou que sanaram as inadimplências, o recurso específico poderá ser analisado e aceito pela Divisão de Pesquisa para o enquadramento final das propostas, caso não afete a etapa de avaliação das propostas.
7.1.6 Além dos casos citados no item 7.1.5, também serão aceitos recursos de projetos desenquadrados por falta de indicação da grande área, área e subárea do projeto.
7.1.7 Não serão aceitos novos documentos para substituir os originais no SIGProj, como forma de recurso
7.1.7.1. Documentos do Anexo 01 e Anexo 04 não serão aceitos via recurso, para substituição no SIGProj.
7.1.8 O resultado sobre a reconsideração será definitivo, não cabendo nenhum outro recurso.

7.2 Etapa II: Análise do Mérito e Relevância do Projeto
7.2.1 Os projetos enquadrados serão avaliados, por um consultor externo *Ad hoc*, quanto ao mérito e à relevância, sendo-lhes atribuído parecer "Recomendado" ou "Não recomendado".
7.2.2 Caso o projeto seja selecionado como "Não recomendado" pelo consultor externo, o projeto será analisado por um segundo consultor, representante da respectiva área de conhecimento do Comitê Interno de Pesquisa (CIPE/UEMS), sendo neste caso, a primeira avaliação descartada.
7.2.3 Os pareceres estarão disponíveis na Plataforma SIGProj.

7.2.4 No caso do Comitê Interno de Pesquisa ou o consultor externo verificar a ausência de parecer do CESH ou CEUA em projetos que necessitam de tal autorização, o projeto será desclassificado.

7.2.5 Não haverá recurso para essa etapa de avaliação do mérito e relevância das propostas.

7.3 Etapa III – Análise da pontuação do currículo do orientador

7.3.1 A conferência da pontuação do currículo do orientador será realizada pelos membros eleitos da área de conhecimento do Comitê Interno de Pesquisa (CIPE) da UEMS, considerando-se a produção intelectual no período de 2021 a 2023.

7.3.2 Para orientadoras que tiveram licença maternidade ou licença adotante nos últimos 3 anos, será ampliado em 2 anos o período referente à Tabela 1 (Anexo 1), sendo portanto, nestes casos, considerado para pontuação o período dos últimos 5 anos, de 2019 a 2023, referente à Política de Incentivo às Mulheres na Ciência.

7.3.3 A ausência da indicação da área de avaliação do *Qualis* no campo específico ou não preenchimento correto da tabela, impedirá a avaliação do Anexo 1, atribuindo-se, neste caso, nota zero na pontuação do currículo.

7.3.4 Para esta seleção, será utilizada a estratificação *Qualis* oficial vigente, divulgado pela CAPES.

7.3.5 Somente serão pontuados os itens corretamente citados no Anexo 1.

7.3.6 Serão padronizados os resultados dos currículos do orientador, atribuindo nota 10,0 (dez) ao currículo de maior pontuação e nota proporcional aos demais, dentro de cada área de conhecimento (área CNPq), informado pelo orientador no projeto.

7.4 Etapa IV: Classificação das propostas pela Divisão de Pesquisa

7.4.1 A classificação final será realizada pela Divisão de Pesquisa, em ordem decrescente, dentro de cada área de conhecimento (área do CNPq), de acordo com os valores obtidos no cálculo da pontuação do item 7.3 considerando apenas os projetos avaliados como "Recomendados" na etapa 7.2.

7.4.2 As bolsas Fundect serão distribuídas proporcionalmente tendo como referência o número de propostas aprovadas para cada área de conhecimento (área CNPq).

7.4.3 Caso haja empate na classificação da pontuação final serão aplicados os seguintes critérios, em ordem, até que se desfaça o empate:

- Bolsista ser do sexo feminino, tendo em vista o Regulamento do Programa de Iniciação Científica da UEMS que incentiva as meninas e mulheres na Ciência;
- Orientador com vínculo de permanente ou colaborador em programa de pós-graduação *stricto sensu* da UEMS;
- Orientador com projeto de pesquisa cadastrado na DP aprovado com recursos de órgãos de fomento;
- Aluno matriculado na série mais avançada;
- Maior tempo de serviço do orientador na instituição.

8. RESULTADO

O resultado das propostas aprovadas será publicado no site da Iniciação Científica/PROPPI, no campo destinado a publicação de editais da PROPPI e no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. IMPLEMENTAÇÃO DA BOLSA

9.1 Para a concessão da bolsa, os seguintes documentos deverão ser encaminhados no e-mail iniciacaocientifica@uems.br, dentro do prazo estipulado no Cronograma, disponível no item 2 do presente edital:

-Declaração de Dados Bancários, conforme modelo disponibilizado no site da Fundect (https://www.fundect.ms.gov.br/manuais-do-pesquisador/);

- Termo de Compromisso, com as assinaturas originais, no qual serão estabelecidos os direitos e deveres de cada uma das partes envolvidas (Anexo 7);
- Cadastro do aluno (Anexo 8);
- Cópia do documento de identidade;
- Cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Cópia do comprovante de quitação eleitoral (para os alunos estrangeiros, declaração de próprio punho justificando a falta deste documento);
- Comprovante do **número da conta-corrente**, em Agência do **Banco do Brasil,** localizada no Estado de Mato Grosso do Sul; **ATENÇÃO: Bolsas Fundect não podem ser pagas em conta poupança ou conta-salário.**
- Declaração do aluno, com a assinatura original, de que não recebe remuneração proveniente de qualquer vínculo empregatício, e de que não acumula a bolsa com quaisquer outros benefícios de agências de fomento, a partir do momento da assinatura do Termo de Compromisso (Anexo 9);

9.2 Toda documentação que necessite de assinatura deverá ser assinada com assinatura eletrônica digital (obrigatoriamente assinatura gov.br), pois não serão aceitas assinaturas recortadas e coladas nos formulários.

9.3 A não entrega de qualquer documentação solicitada no prazo estabelecido neste edital desobrigará a UEMS do compromisso de implementação da bolsa.

9.4 A implementação da bolsa somente será efetuada mediante entrega de toda a documentação solicitada no edital e dentro do prazo estabelecido.

9.5 Todos os formulários e Anexos relacionados a este edital, necessários para a submissão de propostas e

implantação de bolsa estão disponíveis no edital e no site da Iniciação Científica/PROPPI.
9.6 No caso do aluno não assumir a bolsa no momento da implantação, por desistência, impedimento legal ou não entrega da documentação no prazo, a Divisão de Pesquisa, automaticamente, disponibilizará esta bolsa para o próximo aprovado, respeitando a ordem da classificação do edital.
9.6.1 No caso de não haver lista de espera na área, a bolsa excedente será disponibilizada para a grande área com maior número de alunos aguardando na lista de espera de aprovados, havendo revezamento entre as áreas.
9.7 O aluno que não assumiu a bolsa, conforme especificado no item 9.6, será reposicionado no último lugar da lista dos classificados do edital e, em caso de ser chamado novamente, ainda houver impedimentos para assumir a bolsa, será permitido ao orientador a substituição do aluno.
9.8 O não recebimento do e-mail com a documentação, em decorrência de problemas técnicos, desobrigará a UEMS a implantar a bolsa do aluno.
9.9 A concessão das bolsas respeitará a ordem de classificação final das propostas obtidas no processo seletivo.
9.10 Em nenhuma hipótese ocorrerá divisão de bolsa.
9.11 A bolsa de iniciação científica não poderá ser prorrogada e não configura vínculo empregatício.
9.12 Em caso de problemas na conta, que impeçam o depósito do valor da bolsa, é responsabilidade do bolsista resolver a pendência com a respectiva agência bancária, bem como, informar ao setor de Iniciação Científica, para inclusão do valor da bolsa estornada na lista de pagamento do mês subsequente.
9.13 Após a indicação dos bolsistas no SIGFUNDECT e enquadramento, pela Fundect, dos bolsistas indicados, o Termo de Outorga de Concessão de Apoio Financeiro a Bolsista, será disponibilizado eletronicamente pela Fundect na área restrita de cada bolsista no SIGFUNDECT, na seção 2.1 Termo Original. O arquivo deverá ser visualizado/baixado em formato PDF para permitir a assinatura digital, a ser realizada pelo bolsista, pelo dirigente máximo da IES, pelo Coordenador Institucional, pelo orientador por duas testemunhas utilizando a assinatura digital gov.br ou assinatura digital habilitada para uso da instituição de ensino superior.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital e em seus anexos, bem como da Resolução CEPE/UEMS 2.771, de 23/02/2024, Resolução CEPE/UEMS 2.552, de 16/12/2022 e Resolução RN/CNPq 017/2006, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.
10.2 A autoria do projeto (Anexo 4) deverá ser do docente orientador e do aluno, em conjunto.
10.3 Verificado, em qualquer tempo, que o aluno e/ou o orientador apresentaram declaração falsa ou dados incorretos nos formulários, bem como o não preenchimento de qualquer um dos requisitos citados no item 5.1 ou 5.2 deste edital, serão anulados todos os atos dela decorrentes, inclusive concessão de bolsas, além dos procedimentos e das penalidades legais previstas.
10.4 A Substituição do aluno bolsista poderá ser feita dentro dos 60 dias iniciais do projeto, desde que justificada, entre o dia 20 e o último dia de cada mês, por meio de comunicação oficial no e-mail iniciacaocientifica@uems.br.
10.5 O bolsista e seu orientador deverão manter seu endereço, e-mail e telefones atualizados no SIGProj, SIGFUNDECT, na plataforma Lattes e na Divisão de Pesquisa.
10.6 O candidato que aderir às condições apresentadas neste edital não poderá arguir qualquer vício ou irregularidade de edital, sendo a apresentação de sua proposta considerada como concordância irretratável com as condições aqui estabelecidas.
10.7 As publicações científicas e qualquer outro meio de divulgação de trabalho de pesquisa, apoiados pelo presente edital deverão, obrigatoriamente, fazer referência ao apoio recebido, com as seguintes expressões, no idioma do trabalho:

a) Se publicado individualmente:
a.1) Bolsista Fundect: "O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa PIBIC-Fundect/UEMS, MS, Brasil, Programa de Iniciação Científica".

b) Se publicado em coautoria:

b.1) Bolsista Fundect: "Bolsista PIBIC–Fundect/UEMS, MS, Brasil".
10.8 A qualquer tempo este edital poderá ser alterado, revogado ou anulado, no todo ou em parte, por motivo de interesse público, sem que isso implique direito à indenização de qualquer natureza.
10.9 As propostas de projeto aprovadas e não contempladas com bolsas poderão ser desenvolvidas como iniciação científica sem bolsa, desde que o orientador entregue, via e-mail (iniciacaocientifica@uems.br) o Termo de Aceite Modalidade Sem Bolsa e o Formulário de Cadastro do aluno, devidamente preenchidos, até 31/08/2024.

11. PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES ESPECIAIS

11.1 É de exclusiva responsabilidade de cada orientador adotar todas as providências que envolvam permissões e autorizações especiais de caráter ético ou legal, necessárias para a execução do projeto.
11.2 É de responsabilidade do orientador o trâmite para autorização do projeto de IC pelo Comitê de Ética com Seres Humanos (CESH) e/ou Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA), para atendimento aos critérios dos referidos órgãos.
11.3 O protocolo/comprovante de submissão ou aprovação junto ao CESH ou CEUA, mencionado no item 6.7 deve ser encaminhado no momento da submissão da proposta de iniciação científica, caso seja enviado somente o protocolo/comprovante de submissão, o comprovante de aprovação deverá ser enviado junto ao relatório parcial.

11.4 São dispensados da necessidade de aprovação junto ao CESH os projetos de pesquisa citados no artigo 1º da Resolução do Conselho Nacional de Saúde No. 510, de 07 de abril de 2016 e os projetos de IC que tenham por base o desenvolvimento de pesquisas vinculadas ao projeto do orientador, desde que o projeto esteja devidamente aprovado junto aos órgãos competentes e que a pesquisa de IC trabalhe com os mesmos objetivos, metodologia e público-alvo do projeto aprovado.
11.5 São dispensados da necessidade de aprovação junto ao CEUA os subprojetos de IC que estejam vinculados a um projeto de pesquisa do orientador já aprovado por este órgão.
11.6 O projeto cujo protocolo/comprovante de aprovação junto ao CESH ou CEUA não seja encaminhado dentro do prazo mencionado no item 11.3, após a análise do jurídico, poderá ser cancelado e os valores pagos deverão ser ressarcidos integralmente à Fundect.
11.7 Coordenadores e colaboradores/pesquisadores brasileiros de projetos de pesquisa, relacionados à biodiversidade, devem observar a legislação em vigor (Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, Decreto nº 98.830/90 e Portaria MCT nº 55/90) para autorizações de acesso, coleta e remessa de amostras e concessão de vistos de entrada no País aos estrangeiros participantes do projeto.
11.8 Todos os documentos de permissões e autorizações deverão ser mantidos sob a guarda do orientador, para que estes sejam apresentados, em caso de solicitação.
11.9 Em caso de não atendimento dos artigos 11.1 a 11.4, o histórico do referido projeto será enviado para análise do jurídico da UEMS e demais providências, respeitando-se as normas institucionais dos comitês de ética da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

12. SUBSTITUIÇÃO DE ORIENTADOR
12.1 A substituição de orientador somente será realizada em casos de aposentadoria ou afastamentos autorizados pela UEMS, e, nos casos de afastamento para capacitação docente ficará estabelecida de acordo com critérios adotados na INSTRUÇÃO NORMATIVA PROPP/UEMS n. 01, de 14 de janeiro de 2013.
12.2 A substituição deverá ser informada por e-mail (iniciacaocientifica@uems.br), via comunicação interna acompanhada de Ficha Cadastral do novo orientador (ficha de coorientador) e de declaração devidamente assinada indicando que o novo orientador, que atenda a todos os requisitos deste edital, aceita orientar o aluno na execução do projeto de iniciação científica e ou tecnológica.

13. CANCELAMENTO DE BOLSA
13.1 A bolsa poderá ser cancelada a qualquer momento durante sua vigência e deverá ser cancelada quando houver:
- desligamento da instituição de ensino superior;
- conclusão do ensino superior;
- o não cumprimento das atribuições previstas neste edital e/ou no plano de atividade do bolsista estabelecido para o desenvolvimento do projeto pelo coordenador institucional e orientador da proposta;
- constatação de desempenho insatisfatório do bolsista, atestado e justificado pelo orientador e coordenador institucional; ou
- solicitação de substituição do bolsista por parte do Coordenador Institucional, com as devidas justificativas.

13.2 O cancelamento deverá ser informado por e-mail (iniciacaocientifica@uems.br), constando o Formulário 5 devidamente preenchido e assinado.
13.3 Submeter os relatórios técnicos relatando as atividades desenvolvidas até o cancelamento, por e-mail (**iniciacaocientifica@uems.br)** e via plataforma SIGFUNDECT, conforme manual de submissão de relatório que pode ser encontrado através no link: Manual 06.2 - Relatório Técnico de Bolsista para PIBIC (fundect.ms.gov.br).
13.4 Caso o bolsista venha a abandonar, desistir da execução ou dar causa a qualquer descontinuidade ou à cessação do projeto, os recursos recebidos deverão ser devolvidos a Fundect no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos de qualquer origem ou natureza para com a Fazenda Pública Estadual.

14. CERTIFICAÇÃO
14.1 A Certificação será emitida pela Iniciação Científica/Divisão de Pesquisa/PROPPI, após a aprovação do relatório final pela Divisão de Pesquisa, apresentação dos resultados da pesquisa no ENIC, que acontecerá durante o ENEPEX, e cumprimento do item 4 deste edital;
14.2 Serão certificados somente o orientador e o bolsista.
14.3 No caso de projeto cancelado, cujas atividades foram desenvolvidas em período superior a 6 (seis) meses, o bolsista e o orientador terão direito apenas à declaração, condicionada à entrega do relatório das atividades referente ao período de participação do PIC/UEMS.
14.4 O Relatório final poderá ser substituído por artigo científico aceito ou publicado, em revista com classificação CAPES Qualis B4, no mínimo, com tema relacionado diretamente ao tema do projeto, sem necessidade, nesse contexto, de ser avaliado por consultor científico.

15. ESCLARECIMENTOS, ENDEREÇO E INFORMAÇÕES ADICIONAIS
15.1 Esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo deste edital podem ser obtidos por e-mail (**iniciacaocientifica@uems.br)** e serão disponibilizados na página da Iniciação Científica/Divisão de Pesquisa/

PROPPI (http://www.uems.br/pro_reitoria/pesquisa/iniciacao_cientifica).

15.2 Em caso do não preenchimento de todas as bolsas com as propostas submetidas no presente edital, os alunos aprovados em lista de espera no **Edital UEMS/CNPq N° 01/2024 –PROPPI/UEMS – PIBIC** poderão ser chamados para assumirem as bolsas Fundect, respeitando as áreas e a ordem de classificação.

15.3 Os casos omissos serão resolvidos pela Divisão de Pesquisa/PROPPI/UEMS, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Dourados, 28 de maio de 2024.

Amanda Cristina Danaga

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da UEMS

ANEXO 1

PONTUAÇÃO DO CURRÍCULO LATTES DO DOCENTE

( ) Pesquisador(a) Período: 2021 – 2023

( ) Pesquisadora com licença maternidade ou adotante nos últimos 3 anos – Período: 2019-2023

1. ATUAÇÃO PROFISSIONAL		**Valor**	**Quantidade**	**Total**	**Indicação da aba do Lattes***
1.1	Participação em Conselhos, Comissões, Comitês na UEMS (por mandato) (máximo 5)	2,0			
1.2	Participação como parecerista, assessoria, consultoria científica no ENIC (por edição do evento) (máximo 5)	1,5			
1.3	Participação no processo de avaliação de propostas de Seleção PIBIC (externo - por seleção) (máximo 10)	1,5			
1.4	Participação como parecerista, assessoria, consultoria em evento científico, editais externos (por evento ou por edital) (máximo 10)	1,5			
1.5	Participação como parecerista/consultoria em periódicos científicos (por consultoria) (máximo 10)	1,5			
2. PROJETOS DE PESQUISA					
2.1	Coordenação de projeto de pesquisa com recurso externo	10,0			
2.2	Coordenação de projeto de pesquisa sem recurso externo	5,0			
2.3	Colaboração em projeto de pesquisa com recurso externo	1,5			
2.4	Colaboração em projeto de pesquisa sem recurso externo	1,0			
3. PARTICIPAÇÃO DE CONSELHO EDITORIAL					
3.1	Participação em Conselho Editorial em revistas especializadas e/ou editoras de livros (máximo 5)	5,0			
4. PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA					
4.1 Artigos completos publicados em periódicos					
4.1.1	Revistas com conceito *Qualis* A1	20			
4.1.2	Revistas com conceito *Qualis* A2	18			
4.1.3	Revistas com conceito *Qualis* A3	17			
4.1.4	Revistas com conceito *Qualis* A4	16			
4.1.5	Revistas com conceito *Qualis* B1	14			
4.1.6	Revistas com conceito *Qualis* B2	12			
4.1.7	Revistas com conceito *Qualis* B3	9,0			
4.1.8	Revistas com conceito *Qualis* B4	7,0			
4.1.9	Revistas com conceito *Qualis* B5	5,0			
4.1. 10	Revistas com conceito *Qualis* C (máximo 10)	2,0			
4.1.11	Revistas indexadas, sem classificação no sistema *Qualis* (máximo 10)	1,0			
4.2 Livros e/ou capítulos de livros publicados					
4.2.1	Livro publicado	20,0			
4.2.2	Organizador e/ou Editor e/ou Coordenador de Livro	10,0			
4.2.3	Parte ou Seção ou Capítulo de livro publicado	7,0			
4.2.4	Tradução de Livro	4,0			
4.2.5	Tradução de Capítulo de Livro	2,0			
4.3. Trabalhos publicados em Anais de Eventos Científicos					

4.3.1	Completo	2,5			
4.3.2	Resumo expandido	1,0			
4.3.3	Resumo simples (máximo 10)	0,5			
5. PRODUÇÃO TÉCNICA					
5.1	Registro de patente	20,0			
5.2	Software registrado	16,0			
5.3	Trabalhos técnicos (exceto consultorias previstas no item 1)	2,0			
5.4	Produtos	3,0			
5.5	Processos	1,0			
6. PRODUÇÃO ARTÍSTICA					
6.1	Concepção, coreografia ou direção de Espetáculos Artísticos na área do projeto	4,0			
6.2	Concepção, coreografia ou direção de Espetáculos Artísticos fora da área do projeto	3,0			
6.3	Participação em Espetáculos Artísticos na área do projeto	2,0			
6.4	Participação em Espetáculos Artísticos fora da área do projeto	1,0			
7. PARTICIPAÇÃO EM BANCAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO					
7.1	Doutorado	4,0			
7.2	Mestrado	3,0			
7.3	Qualificação (Mestrado e doutorado)	2,0			
7.4	Monografias de cursos de aperfeiçoamento / especializações (máximo 05)	1,0			
7.5	Trabalhos de conclusão de cursos de graduação (máximo 05)	1,0			
8. ORIENTAÇÕES E SUPERVISÕES CONCLUÍDAS					
8.1	Doutorado	10,0			
8.2	Mestrado	8,0			
8.3	Monografias de cursos de aperfeiçoamento / especializações (máximo 05)	5,0			
8.4	Trabalhos de conclusão de cursos de graduação (máximo 05)	4,0			
8.5	Iniciação Científica (com ou sem bolsa)	4,0			
8.6	Extensão (com ou sem bolsa)	2,0			
9. PARTICIPAÇÃO EM BANCAS DE COMISSÕES JULGADORAS					
9.1	Concursos públicos e outras participações	0,5			
PONTUAÇÃO FINAL					

* Indicar em que aba do Lattes se encontra o item pontuado

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração ficando responsável pela veracidade da informação nas esferas civil, administrativa e criminal, para que surtam seus efeitos legais.

Local e data:

Nome do(a) orientador(a):

ANEXO 2
DECLARAÇÃO SOBRE REPROVAÇÕES E MATRÍCULA DO ALUNO

Declaramos para os devidos fins que o aluno (nome completo)_____ está matriculado no curso de graduação _____ da Unidade de _____ da UEMS, possui disciplinas ou componentes curriculares para cursar até julho de 2025 e não possui mais de 3 (três) reprovações por falta ou nota nos últimos 2 (dois) semestres ou no último ano cursado, e portanto, está apto para concorrer aos **Editais UEMS/Fundect PIBIC e PIBIC AAF de 2024, para implantação da bolsa em 2024**.

Data: / /2024

_____

Assinatura e carimbo da Secretaria Acadêmica ou Coordenação de curso

ANEXO 3

COMPROVANTES DE ATUALIZAÇÃO DO CURRÍCULO LATTES DO ORIENTADOR E ALUNO

1. Comprovante de atualização, no corrente ano, do currículo lattes do **ORIENTADOR**. Adicione abaixo o "print screen" da tela:

2. Comprovante de atualização, no corrente ano, do currículo lattes do **ALUNO**. Adicione abaixo o "print screen" da tela:

ANEXO 4

PROJETO

PROJETO: texto com fonte Times New Roman ou Arial, tamanho 12, espaçamento entre linhas 1,5 cm.

1. Título do Projeto
2. Necessidade de aprovação do projeto pelo CEUA/CESH: ( ) SIM ( ) NÃO. Em caso afirmativo, informe o número de protocolo de submissão ou aprovação pelo Comitê
3. Nome completo do aluno
4. Nome completo do orientador
5. Grande área, área e subárea do CNPq **(imprescindível para a avaliação e classificação da proposta)**
6. Introdução e Revisão de Literatura
7. Objetivos Gerais e Específicos
8. Metodologia
9. Cronograma de Atividades
10. Resultados esperados
11. Referências

ANEXO 5

FORMULÁRIO PARA RECURSO DO ENQUADRAMENTO DE PROPOSTAS

Edital: *(inserir dados do edital)*

Aluno: *(inserir nome completo do aluno, sem abreviações)*

Orientador: *(inserir nome completo do docente, sem abreviações)*

Projeto de IC: *(título completo da proposta)*

Razões de Recurso: _____

_____

_____

_____

_____

_____

(assinatura do orientador)

ANEXO 6

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO

Prezado Avaliador,

Esta ficha tem o objetivo de indicar os itens a serem considerados e avaliados nos projetos inscritos para o processo de seleção do Programa de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

ITENS PARA AVALIAÇÃO

1) A proposta desse tema é relevante para área do conhecimento que o autor propõe investigar.
2) Os objetivos da pesquisa foram explicitamente apontados e conseguem informar claramente o que o trabalho pretende.
3) É possível empregar o método de pesquisa citado, para alcançar os objetivos do trabalho.
4) O projeto proposto é adequado ao prazo exigido pela instituição (12 meses).
5) Qualidade da redação do projeto.
6) Necessidade de aprovação do comitê de ética com seres humanos e/ou uso de animais (em caso afirmativo, propostas sem o comprovante ou protocolo de submissão devem ser desclassificadas/não recomendadas).

Após a análise dos itens acima, caso seja do entendimento do consultor científico *Ad hoc* que o projeto deve ser RECOMENDADO para recebimento de bolsa de Iniciação Científica, selecione a opção:

Recomendado ( )

Não recomendado ( )

Por favor, emita um parecer conclusivo sobre o projeto (obrigatório para propostas "Não recomendadas")

_____

_____

ANEXO 7

TERMO DE COMPROMISSO

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA/ UEMS/FUNDECT 2024-2025

(ENVIAR SOMENTE NA IMPLANTAÇÃO DA BOLSA, CASO APROVADO)

Edital: *(inserir a Chamada*)

Aluno: *(inserir nome completo do aluno, sem abreviações)*

Orientador: *(inserir nome completo do docente, sem abreviações)*

Projeto de IC: *(título completo da proposta aprovada em edital)*

ACEITE DO ORIENTADOR

O presente Termo de Compromisso tem como objeto a concessão de bolsa no período vigente de **Setembro/2024 a Agosto/2025 para bolsas Fundect**, conforme as condições e consequências previstas nas Normas para Iniciação Científica fixadas pela **Resolução/CEPE-UEMS Nº 2.771 de 23/02/2024 e Instrução Normativa PROPP/UEMS n. 01, de 14 de janeiro de 2013**, e com as condições, a saber:

Declaro que aceito orientar o referido aluno no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, de acordo com as normas fixadas.

São compromissos do(a) **orientador(a):**

a) Orientar os bolsistas nas distintas fases de trabalho científico, incluindo a participação às reuniões, a elaboração dos relatórios e apresentação dos resultados em congressos, seminários e outros;

b) Dedicar pelo menos 02 (duas) horas semanais para orientação de cada bolsista;

c) Se responsabilizar pelo bolsista no cumprimento das atividades previstas e no cumprimento da legislação em vigor referente às modalidades de bolsas do Programa de Iniciação Científica;

d) Manter projeto(s) de pesquisa cadastrado(s) na Divisão de Pesquisa/PROPPI e em execução durante todo o período de vigência da(s) bolsa(s) de Iniciação Científica;

e) Acompanhar, quando possível, os alunos bolsistas no ENIC (Encontro de Iniciação Científica da UEMS) em datas e condições a serem definidas em chamada específica;

f) Comunicar formalmente à Divisão de Pesquisa/PROPPI no caso de solicitação de licença de qualquer natureza quando o prazo de afastamento for igual ou superior a 30 (trinta) dias;

g) Comprometer-se a prestar consultoria quando solicitado, atendendo aos prazos estabelecidos pela Divisão de Pesquisa/PROPPI;

h) Comunicar formalmente à Iniciação Científica, qualquer situação que possa comprometer o desenvolvimento do projeto do orientador, como licença médica, ou que importe em suspensão de pagamento de bolsa, sob pena do orientador ficar inadimplente com a Divisão de Pesquisa.

Data_____/_____/_____

Assinatura do(a) Orientador(a)_____

ACEITE DO ALUNO

Declaro concordar para todos os fins e consequências de direito com as Normas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica fixadas pela **Resolução/CEPE-UEMS Nº 2.771 de 23/02/2024 e Instrução Normativa PROPP/UEMS n. 01, de 14 de janeiro de 2013**, e com as condições, a saber:

O período de vigência da bolsa e da execução do Projeto de Iniciação Científica é de **Setembro/2024 a Agosto/2025 para bolsas CNPq**;

3. A Divisão de Pesquisa/PROPPI poderá suspender a concessão da bolsa nos casos de não cumprimento deste Termo.

São compromissos do **bolsista:**

a) Não possuir vínculo empregatício e acúmulo com demais bolsas de órgãos de fomento;
b) Dedicar-se às atividades acadêmicas e de pesquisa, com disponibilidade para o desenvolvimento do projeto conforme atividades e cronograma estipuladas pelo orientador;
c) Participar de reuniões, elaborar os relatórios e apresentar os resultados da pesquisa ao orientador para análise;
d) Elaborar e enviar eletronicamente, para o e-mail iniciacaocientifica@uems.br, os relatórios parcial e final, conforme prazos pré-estabelecidos no Termo de Compromisso para possibilitar o acompanhamento e avaliação por parte de consultores;
e) Comprometer-se a encaminhar o relatório parcial até a data de 10 de março de 2025 e o relatório final até 31 de agosto de 2025.
f) Comprometer-se a participar do ENIC (Encontro de Iniciação Científica da UEMS) e, apresentar os resultados obtidos na pesquisa, na forma de trabalho científico;
g) Responsabilizar-se em devolver à Fundect, em valores atualizados, a(s) mensalidade(s) recebida(s) indevidamente, caso os requisitos e compromissos que lhes cabem não sejam cumpridos;
h) Fazer referência ao apoio recebido pelo edital nas publicações científicas e qualquer outro meio de divulgação do trabalho de pesquisa.

Data _____/_____/ _____

Assinatura do bolsista_____

ANEXO 8

CADASTRO DO ALUNO

(ENVIAR SOMENTE NA IMPLANTAÇÃO DA BOLSA, CASO APROVADO)

Nome completo do aluno	
Telefone residencial	**Telefone celular**
e-mail	
RG	**Órgão Expedidor**
CPF	
Curso de graduação	
Série	**Nº. de matrícula**
Unidade Universitária	
Dados bancários **Banco do Brasil:** **Nº. Agência**_____ **Nº. Conta** _____ **( ) corrente OU ( ) poupança** _____ *obrigatoriamente devem ter conta-corrente, não sendo permitido pelo órgão o pagamento de bolsas via conta poupança ou conta-salário.	

ANEXO 9
DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR VÍNCULO EMPREGATÍCIO
E NÃO ACÚMULO DE BOLSA
(ENVIAR SOMENTE NA IMPLANTAÇÃO DA BOLSA, CASO APROVADO BOLSA FUNDECT)

Cidade, _____ de _____ de 2024.

Eu _____, CPF nº _____, declaro para os devidos fins, que não possuo vínculo empregatício e não recebo bolsa de agência financiadora, de instituição nacional ou estrangeira, da UEMS.

(assinatura)

_____

Nome completo do(a) aluno(a)

Edital UEMS/Fundect N° 22/2024 – PROPPI/UEMS – PIBIC AAF
Seleção Pública de Projetos para o Programa Institucional de Iniciação Científica Ações Afirmativas
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PROPPI) da **Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)**, em parceria com a **Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado do Mato Grosso do Sul (Fundect)**, torna público o presente edital e convida docentes regularmente matriculados na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul a apresentar projeto ao Programa Institucional de Iniciação Científica, regido pela Resolução CEPE-UEMS nº 2.771, de 23 de fevereiro de 2024, de acordo com os critérios estabelecidos a seguir:

1. OBJETO
1.1 Seleção de projetos para o PIBIC AAF/UEMS/FUNDECT, para a concessão de bolsas de Iniciação científica a alunos regularmente matriculados em cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, visando despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais, mediante a participação em projetos de pesquisas orientados por pesquisadores atuantes e qualificados.

2. CRONOGRAMA

Lançamento do edital no site da UEMS e no Diário Oficial do Estado.	A partir de 29/05/2024
Período para as inscrições das propostas de iniciação Científica no Sistema de Informação e Gestão de Projetos – SIGProj.	De 29/05/2024 a 14/06/2024
Período para regularização de pendências bem como cadastro, prorrogação, inclusão e exclusão de colaboradores em projetos de pesquisa.	Até 04/06/2024
Divulgação preliminar das propostas enquadradas no site da UEMS e no Diário Oficial do Estado.	Até 21/06/2024
Período de recurso do enquadramento das propostas.	21 a 24/06/2024
Divulgação final das propostas enquadradas no site da UEMS e no Diário Oficial do Estado.	Até 28/06/2024
Divulgação da lista final dos projetos aprovados no site da UEMS e no Diário Oficial do Estado.	Até 09/08/2024
Prazo para entrega dos documentos dos bolsistas aprovados, somente via e-mail, para iniciacaocientifica@uems.br.	De 09/08 a 19/08/2024
Implantação das bolsas PIBIC AAF Fundect/UEMS ciclo 2024-2025.	A partir de 01/09/2024

3. BOLSAS
3.1 Serão concedidas até **17** (dezessete) bolsas PIBIC AAF Fundect.
3.2 A duração da bolsa Fundect é de 12 (doze) meses, no período de Setembro de 2024 a Agosto de 2025, no valor de R$ 700,00 (setecentos reais) mensal, sem possibilidade de prorrogação.
3.3 O número e a vigência de bolsas Fundect dependerá da disponibilidade financeira e do cronograma da Fundect.

3.4 Cada orientador poderá submeter até 02 (duas) propostas neste edital.

4. REQUISITOS E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DO ORIENTADOR E DO BOLSISTA

Os requisitos a seguir são obrigatórios e seu atendimento é considerado imprescindível para o enquadramento, análise e julgamento quanto ao mérito da proposta.

4.1 Para o(a) orientador(a)

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou estrangeiro com visto permanente;

b) Ter domicílio no Estado de Mato Grosso do Sul;

c) Ser servidor efetivo da UEMS;

d) Possuir, no mínimo, o título de Mestre;

e) Estar vinculado a pelo menos um projeto de pesquisa aprovado e cadastrado na Divisão de Pesquisa/PROPPI, como coordenador ou colaborador, e com vigência igual ou superior ao período de vigência da bolsa de Iniciação Científica (1º de setembro de 2024 a 31 de agosto 2025), exceto os orientadores indicados no item 3.4 deste edital, que deverão ter o respectivo projeto aprovado pelo CNPq, cadastrado na Divisão de Pesquisa;

f) Ser consultor da UEMS cadastrado na Divisão de Pesquisa/PROPPI;

g) Não estar, sob quaisquer circunstâncias, inadimplente com a Divisão de Pesquisa/PROPPI;

h) Ter curriculum vitae cadastrado e atualizado na Plataforma Lattes (CNPq), no ano de 2024;

i) Ter cadastro no Sistema de Informação e Gestão de Projetos – SIGProj;

j) possuir **cadastro completo e atualizado no SIGFUNDECT** (Sistema de Informação e Gestão de Projetos da Fundect - https://sigfundect.ledes.net);

k) Não estar em licença de qualquer tipo e nem em afastamento para capacitação, com exceção de capacitação para pós-doutoramento (atendendo aos requisitos da INSTRUÇÃO NORMATIVA UEMS Nº. 003, de 03 de julho de 2013);

l) Não possuir relação de parentesco consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau com os estudantes candidatos às bolsas;

m) Não possuir nenhuma pendência administrativa e/ou financeira com a Fundect, com o Estado de MS, ou com o SIAFEM-MS, no momento da formalização do termo de outorga, mantendo essa condição até o final da execução do projeto.

4.2 Para o(a) bolsista:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou estrangeiro com visto permanente;

b) Ter domicílio no Estado de Mato Grosso do Sul;

c) Estar regularmente matriculado em um dos cursos de graduação da UEMS durante todo o período de vigência da bolsa;

d) Não possuir mais do que 03 (três) reprovações, por nota ou por falta, nos 02 (dois) últimos semestres ou no

último ano cursado;
e) Ter ingressado na UEMS por meio de uma ação afirmativa;
f) Não possuir relação de parentesco consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau com o orientador;
g) Não possuir vínculo empregatício no ato da implementação da bolsa e durante sua vigência;
h) Não acumular a bolsa objeto desta Chamada com outra bolsa de programa de agência de fomento pública nacional;
i) Não estar, sob quaisquer circunstâncias, inadimplente com a Divisão de Pesquisa/PROPPI;
j) Ter curriculum vitae cadastrado e atualizado na Plataforma Lattes (CNPq), no ano de 2024;
k) Ter cadastro no Sistema de Informação e Gestão de Projetos – SIGProj;
l) Possuir **cadastro completo e atualizado no SIGFUNDECT** (Sistema de Informação e Gestão de Projetos da FUNDECT - https://sigfundect.ledes.net);
m) Possuir conta-corrente no Banco do Brasil;
n) Possuir assinatura eletrônica digital através da plataforma gov.br (https://www.gov.br/governodigital/pt-br/identidade/assinatura-eletronica);
o) Ter apresentado trabalho no ENIC/ENEPEX (Encontro de Iniciação Científica/Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão), caso o aluno já tenha sido contemplado com bolsa de Iniciação Científica em chamadas anteriores;
p) O aluno não poderá concorrer com mais de uma proposta, mesmo que com outro orientador, no presente edital ou no Edital UEMS/Fundect nº 21/2024 – PROPPI/UEMS – PIBIC.

5. COMPROMISSOS DO BOLSISTA E ORIENTADOR

5.1 São compromissos do(a) **bolsista**:
a) Dedicar-se às atividades acadêmicas e de pesquisa, com disponibilidade para o desenvolvimento do projeto conforme atividades e cronograma estipulados pelo orientador;
b) Manter seu currículo atualizado na Plataforma Lattes (CNPq), registrando a condição de bolsista da Fundect;
c) Manter seu cadastro atualizado no SIGFUNDECT;
d) Participar de reuniões, elaborar os relatórios e apresentar os resultados da pesquisa ao orientador para análise;
e) Elaborar os relatórios semestrais (parcial e final) conforme prazos preestabelecidos pela Divisão de Pesquisa/PROPPI;
f) Submeter os relatórios técnicos na finalização, ou cancelamento, da bolsa, via plataforma SIGFUNDECT, conforme o calendário estabelecido pela Fundect e entregar, conforme manual de submissão de relatório que pode ser encontrado através no link: Manual 06.2 - Relatório Técnico de Bolsista para PIBIC (fundect.ms.gov.br);
g) Apresentar os resultados obtidos na pesquisa, na forma de trabalho científico, no ENIC (Encontro de Iniciação Científica), que acontecerá durante o ENEPEX, ou indicar um representante da equipe para fazê-lo em caso da impossibilidade de sua participação no evento;
h) Apresentar os resultados finais da atividade, sob a forma de painel ou exposição oral, nos encontros de iniciação científica e tecnológica promovidos pela UEMS e pela Fundect;
i) Garantir que trabalhos publicados e/ou divulgados, sob qualquer forma de comunicação ou por qualquer veículo, e que decorram das atividades aqui apoiadas, façam menção expressa que receberam apoio financeiro da Fundect para sua concretização;
j) Bolsista formandos no último ano corrente deverão obrigatoriamente finalizar e apresentar os resultados conforme descrito no 5.1 c e 5.1 d;
k) Ressarcir a Fundect o investimento realizado, total ou parcialmente, na eventualidade de ocorrência de revogação da concessão, motivada por ação ou omissão dolosa ou culposa do bolsista;
l) Em caso de licença saúde ou licença maternidade do bolsista que afete o desenvolvimento do projeto, a data de entrega do relatório final poderá ser prorrogada em até 4 meses, desde que justificado e solicitado pelo orientador ao Setor de IC/DP/PROPPI.

5.2 São compromissos do(a) **orientador(a)**:
a) Orientar os bolsistas nas distintas fases de trabalho científico e no cumprimento da legislação em vigor referente ao Programa Institucional de Iniciação Científica da UEMS;
b) Dedicar, para orientação a cada bolsista, carga horária semanal de acordo com a norma vigente que define os encargos docentes;
c) Avaliar o desempenho do bolsista durante a vigência da bolsa;
d) Incluir o nome do aluno nas publicações e nos trabalhos apresentados, resultantes do projeto executado;
e) Manter projeto de pesquisa cadastrado na Divisão de Pesquisa/PROPPI e em execução durante todo o período de vigência das bolsas de iniciação científica;
f) Enviar os relatórios parcial e final, devidamente assinados (preferencialmente assinatura gov.br), para o e-mail **iniciacaocientifica@uems.br**;
g) Comunicar formalmente à Iniciação Científica/Divisão de Pesquisa/PROPPI no caso de solicitação de licença quando o prazo de afastamento for igual ou superior a 30 (trinta) dias;
h) Prestar consultoria quando solicitado, atendendo aos prazos estabelecidos pela Divisão de Pesquisa/PROPPI;
i) Comunicar, formalmente, à Iniciação Científica/Divisão de Pesquisa/PROPPI, qualquer situação que possa

comprometer o desenvolvimento do projeto do orientador ou que importe em suspensão de pagamento de bolsa, sob pena do orientador ficar inadimplente com a Divisão de Pesquisa/PROPPI;
j) Garantir que trabalhos publicados e/ou divulgados, sob qualquer forma de comunicação ou por qualquer veículo, e que decorram das atividades aqui apoiadas, façam menção expressa que receberam apoio financeiro da Fundect para sua concretização;
k) Manter seu currículo atualizado na Plataforma Lattes (CNPq);
l) Manter seu cadastro atualizado no SIGFUNDECT;
m) Avaliar o relatório técnico do bolsista (relatório final), de acordo com o calendário estabelecido, seguindo as orientações que constam no site da Fundect.
n) Informar ao setor de iniciação científica, via e-mail **iniciacaocientifica@uems.br,** caso haja desempenho insatisfatório do bolsista, ou qualquer circunstância que venha a motivar o cancelamento ou suspensão da bolsa;
o) Ter ciência de que responderá solidariamente à Fundect quanto ao ressarcimento dos recursos pagos em proveito do bolsista, caso não comunique o Coordenador Institucional o desligamento do BOLSISTA do projeto por qualquer razão, ou seu abandono ou desistência ou o não cumprimento por parte do BOLSISTA das disposições pactuadas neste TERMO, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data em que se configurar o fato, sem prejuízo de outras ações pertinentes, incluindo abertura de processo de Tomada de Contas Especial.

5.3 Acúmulo de bolsas:

a) Ao bolsista Fundect não é permitido vínculo empregatício e acúmulo com demais bolsas de órgãos de fomento.

6. SUBMISSÃO DAS PROPOSTAS

6.1 Antes de efetuar a inscrição, o orientador e aluno deverão conhecer o edital e certificarem-se de que atendem todos os requisitos exigidos para a inscrição no programa.
6.2 O período de inscrições será do dia 29 de maio de 2024 até às 22h59min (horário de Mato Grosso do Sul) do dia 14 de junho de 2024, sem possibilidade de prorrogação.
6.3 A regularização de pendências junto à Divisão de Pesquisa, bem como cadastro, prorrogação, inclusão e exclusão de colaboradores em projeto de pesquisa deverão, para fins de atendimento das condições estabelecidas por este edital, ser efetuadas, impreterivelmente até o dia 04 de junho de 2024.
6.4 As submissões das propostas deverão ser, exclusivamente, efetuadas pelos orientadores, na plataforma SIGProj, de acordo com as informações dos tutoriais de uso do SIGProj, disponíveis na página da Iniciação Científica/PROPPI.
6.5 No item "Equipe", o orientador deverá indicar **somente** o nome do aluno candidato, não sendo permitida a inclusão de outros colaboradores.
6.6 O Projeto de IC não precisa ser vinculado ao Projeto de Pesquisa do orientador no Sistema SIGProj.
6.7 A documentação necessária à inscrição deverá ser anexada eletronicamente no SIGProj, preferencialmente no formato PDF e deve compreender:
a) Ficha de pontuação do currículo Lattes do orientador, referente ao período de 2021 a 2023, devidamente preenchida (Anexo 1), sob pena de ter pontuação zerada nesse item;
b) Para orientadoras que tiveram licença maternidade ou licença adotante nos últimos 3 anos, será ampliado em 2 anos o período referente à Tabela do Anexo 1, sendo portanto, nesses casos, considerado para a pontuação o período dos últimos 5 anos 2019 a 2023, mediante preenchimento da informação no campo "Licenças" da Plataforma Lattes.
c) Declaração da Secretaria Acadêmica do curso de que o aluno não possui mais de 3 (três) reprovações, por falta ou nota, nos últimos 2 (dois) semestres ou no último ano cursado, de que está devidamente matriculado e que possui disciplinas ou componentes curriculares a serem cursados que contemplem todo o período da bolsa (Anexo 2);
d) Comprovante de atualização dos currículos Lattes do aluno e orientador, no ano de 2024 (Anexo 3);
e) Projeto com mínimo de 06 (seis) e máximo de 10 (dez) páginas (incluindo capa, Anexos e apêndices), texto com fonte Times New Roman ou Arial, tamanho 12, espaçamento entre linhas 1,5, contendo obrigatoriamente as seguintes seções (Anexo 4):
- Título do Projeto
- Necessidade de aprovação do projeto pelo CEUA/CESH: ( ) SIM ( ) NÃO. Em caso afirmativo, informe o número de protocolo de submissão ou aprovação pelo Comitê
- Nome completo do aluno
- Nome completo do orientador
- Grande área, área e subárea do CNPq (imprescindível para a avaliação e classificação da proposta)
- Introdução e Revisão de Literatura
- Objetivos Gerais e Específicos
- Metodologia
- Cronograma de Atividades
- Resultados esperados
- Referências

6.8 As informações prestadas no formulário de inscrição do SIGProj, Anexos e Projeto são de inteira responsabilidade

do orientador e do aluno, dispondo à Divisão de Pesquisa/PROPPI o direito de excluir da seleção aqueles que preencherem os formulários com informações incompletas, incorretas ou não verdadeiras.
6.9 Os Anexos devem ser submetidos preferencialmente no **formato PDF**, não sendo responsabilidade da UEMS arquivos corrompidos, ou em outros formatos, que não apresentem nitidez necessária para visualização das informações.
6.10 A UEMS não se responsabilizará por propostas não recebidas em decorrência de eventuais problemas técnicos e congestionamentos das linhas de comunicação.
6.11 Cada projeto só poderá ser submetido uma única vez e, caso seja identificado o mesmo projeto no Edital UEMS/Fundect nº 21/2024 – PROPPI/UEMS – PIBIC, todos serão desclassificados.
6.12 O orientador inscrito no presente edital, poderá participar do Edital UEMS/Fundect nº 21/2024 – PROPPI/UEMS – PIBIC.
6.13 Caso um orientador submeta mais propostas que o número máximo permitido, conforme disposto neste edital, serão consideradas as últimas submissões inseridas na plataforma, excluídas as redundantes.
6.14 Não serão aceitas propostas enviadas por qualquer outro meio, tampouco após o prazo final definido nos itens 2 e 6.2 deste edital.

7. ANÁLISE E JULGAMENTO
A seleção das propostas será realizada por meio de quatro etapas: (I) Análise de Enquadramento pela Divisão de Pesquisa; (II) Análise do Mérito e Relevância do Projeto pelos consultores dos Comitês Externo *Ad hoc* e Interno de Pesquisa (CIPE) da UEMS; (III) Análise da pontuação do currículo do orientador pelo Comitê Interno de Pesquisa (CIPE) da UEMS; e (IV) Classificação das propostas pela Divisão de Pesquisa.

7.1 Etapa I: Análise de Enquadramento
7.1.1 A análise de enquadramento será realizada pela equipe técnica da Divisão de Pesquisa da PROPPI e consistirá na análise preliminar da documentação da proposta apresentada em conformidade com os requisitos e documentos exigidos neste edital.
7.1.2 Somente as propostas enquadradas serão encaminhadas à próxima etapa.
7.1.3 Caso o orientador tenha justificativa para contestar o resultado do enquadramento das propostas, a Divisão de Pesquisa/PROPPI aceitará recurso de acordo com os prazos do cronograma do item 2 deste edital.
7.1.4 O pedido de reconsideração deverá estritamente contrapor o motivo do indeferimento e deverá ser apresentado por meio de envio de formulário específico (Anexo 5) para o e-mail iniciacaocientifica@uems.br, ficando a Divisão de Pesquisa responsável em proferir decisão de acordo com os prazos do cronograma do item 2 deste edital.
7.1.5 Caso o orientador(a) e aluno(a) comprovem a atualização do currículo Lattes ou que sanaram as inadimplências, o recurso específico poderá ser analisado e aceito pela Divisão de Pesquisa para o enquadramento final das propostas, caso não afete a etapa de avaliação das propostas.
7.1.6 Além dos casos citados no item 7.1.5, também serão aceitos recursos de projetos desenquadrados por falta de indicação da grande área, área e subárea do projeto.
7.1.7 Não serão aceitos novos documentos para substituir os originais no SIGProj, como forma de recurso
7.1.7.1. Documentos do Anexo 01 e Anexo 04 não serão aceitos via recurso, para substituição no SIGProj.
7.1.8 O resultado sobre a reconsideração será definitivo, não cabendo nenhum outro recurso.

7.2 Etapa II: Análise do Mérito e Relevância do Projeto
7.2.1 Os projetos enquadrados serão avaliados, por um consultor externo *Ad hoc*, quanto ao mérito e à relevância, sendo-lhes atribuído parecer "Recomendado" ou "Não recomendado".
7.2.2 Caso o projeto seja selecionado como "Não recomendado" pelo consultor externo, o projeto será analisado por um segundo consultor, representante da respectiva área de conhecimento do Comitê Interno de Pesquisa (CIPE/UEMS), sendo neste caso, a primeira avaliação descartada.
7.2.3 Os pareceres estarão disponíveis na Plataforma SIGProj.
7.2.4 No caso do Comitê Interno de Pesquisa ou o consultor externo verificar a ausência de parecer do CESH ou CEUA em projetos que necessitam de tal autorização, o projeto será desclassificado.
7.2.5 Não haverá recurso para essa etapa de avaliação do mérito e relevância das propostas.

7.3 Etapa III – Análise da pontuação do currículo do orientador
7.3.1 A conferência da pontuação do currículo do orientador será realizada pelos membros eleitos da área de conhecimento do Comitê Interno de Pesquisa (CIPE) da UEMS, considerando-se a produção intelectual no período de 2021 a 2023.
7.3.2 Para orientadoras que tiveram licença maternidade ou licença adotante nos últimos 3 anos, será ampliado em 2 anos o período referente à Tabela 1 (Anexo 1), sendo portanto, nestes casos, considerado para pontuação o período dos últimos 5 anos, de 2019 a 2023, referente à Política de Incentivo às Mulheres na Ciência.
7.3.3 A ausência da indicação da área de avaliação do *Qualis* no campo específico ou não preenchimento correto da tabela, impedirá a avaliação do Anexo 1, atribuindo-se, neste caso, nota zero na pontuação do currículo.
7.3.4 Para esta seleção, será utilizada a estratificação *Qualis* oficial vigente, divulgado pela CAPES.
7.3.5 Somente serão pontuados os itens corretamente citados no Anexo 1.
7.3.6 Serão padronizados os resultados dos currículos do orientador, atribuindo nota 10,0 (dez) ao currículo de maior pontuação e nota proporcional aos demais, dentro de cada área de conhecimento (área CNPq), informado

pelo orientador no projeto.

7.4 Etapa IV: Classificação das propostas pela Divisão de Pesquisa

7.4.1 A classificação final será realizada pela Divisão de Pesquisa, em ordem decrescente, dentro de cada área de conhecimento (área do CNPq), de acordo com os valores obtidos no cálculo da pontuação do item 7.3 considerando apenas os projetos avaliados como "Recomendados" na etapa 7.2.

7.4.2 As bolsas Fundect serão distribuídas proporcionalmente tendo como referência o número de propostas aprovadas para cada área de conhecimento (área CNPq).

7.4.3 Caso haja empate na classificação da pontuação final serão aplicados os seguintes critérios, em ordem, até que se desfaça o empate:

- Bolsista ser do sexo feminino, tendo em vista o Regulamento do Programa de Iniciação Científica da UEMS que incentiva as meninas e mulheres na Ciência;
- Orientador com vínculo de permanente ou colaborador em programa de pós-graduação *stricto sensu* da UEMS;
- Orientador com projeto de pesquisa cadastrado na DP aprovado com recursos de órgãos de fomento;
- Aluno matriculado na série mais avançada;
- Maior tempo de serviço do orientador na instituição.

8. RESULTADO

O resultado das propostas aprovadas será publicado no site da Iniciação Científica/PROPPI, no campo destinado a publicação de editais da PROPPI e no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. IMPLEMENTAÇÃO DA BOLSA

9.1 Para a concessão da bolsa, os seguintes documentos deverão ser encaminhados no e-mail iniciacaocientifica@uems.br, dentro do prazo estipulado no Cronograma, disponível no item 2 do presente edital:

-Declaração de Dados Bancários, conforme modelo disponibilizado no site da Fundect (https://www.fundect.ms.gov.br/manuais-do-pesquisador/);

- Termo de Compromisso, com as assinaturas originais, no qual serão estabelecidos os direitos e deveres de cada uma das partes envolvidas (Anexo 7);
- Cadastro do aluno (Anexo 8);
- Cópia do documento de identidade;
- Cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Cópia do comprovante de quitação eleitoral (para os alunos estrangeiros, declaração de próprio punho justificando a falta deste documento);
- Comprovante do **número da conta-corrente**, em Agência do **Banco do Brasil,** localizada no Estado de Mato Grosso do Sul; **ATENÇÃO: Bolsas Fundect não podem ser pagas em conta poupança ou conta-salário.**
- Declaração do aluno, com a assinatura original, de que não recebe remuneração proveniente de qualquer vínculo empregatício, e de que não acumula a bolsa com quaisquer outros benefícios de agências de fomento, a partir do momento da assinatura do Termo de Compromisso (Anexo 9);

9.2 Toda documentação que necessite de assinatura deverá ser assinada com assinatura eletrônica digital (obrigatoriamente assinatura gov.br), pois não serão aceitas assinaturas recortadas e coladas nos formulários.

9.3 A não entrega de qualquer documentação solicitada no prazo estabelecido neste edital desobrigará a UEMS do compromisso de implementação da bolsa.

9.4 A implementação da bolsa somente será efetuada mediante entrega de toda a documentação solicitada no edital e dentro do prazo estabelecido.

9.5 Todos os formulários e Anexos relacionados a este edital, necessários para a submissão de propostas e implantação de bolsa estão disponíveis no edital e no site da Iniciação Científica/PROPPI.

9.6 No caso do aluno não assumir a bolsa no momento da implantação, por desistência, impedimento legal ou não entrega da documentação no prazo, a Divisão de Pesquisa, automaticamente, disponibilizará esta bolsa para o próximo aprovado, respeitando a ordem da classificação do edital.

9.6.1 No caso de não haver lista de espera na área, a bolsa excedente será disponibilizada para a grande área com maior número de alunos aguardando na lista de espera de aprovados, havendo revezamento entre as áreas.

9.7 O aluno que não assumiu a bolsa, conforme especificado no item 9.6, será reposicionado no último lugar da lista dos classificados do edital e, em caso de ser chamado novamente, ainda houver impedimentos para assumir a bolsa, será permitido ao orientador a substituição do aluno.

9.8 O não recebimento do e-mail com a documentação, em decorrência de problemas técnicos, desobrigará a UEMS a implantar a bolsa do aluno.

9.9 A concessão das bolsas respeitará a ordem de classificação final das propostas obtidas no processo seletivo.

9.10 Em nenhuma hipótese ocorrerá divisão de bolsa.

9.11 A bolsa de iniciação científica não poderá ser prorrogada e não configura vínculo empregatício.

9.12 Em caso de problemas na conta, que impeçam o depósito do valor da bolsa, é responsabilidade do bolsista resolver a pendência com a respectiva agência bancária, bem como, informar ao setor de Iniciação Científica, para inclusão do valor da bolsa estornada na lista de pagamento do mês subsequente.

9.13 Após a indicação dos bolsistas no SIGFUNDECT e enquadramento, pela Fundect, dos bolsistas indicados, o

Termo de Outorga de Concessão de Apoio Financeiro a Bolsista, será disponibilizado eletronicamente pela Fundect na área restrita de cada bolsista no SIGFUNDECT, na seção 2.1 Termo Original. O arquivo deverá ser visualizado/baixado em formato PDF para permitir a assinatura digital, a ser realizada pelo bolsista, pelo dirigente máximo da IES, pelo Coordenador Institucional, pelo orientador por duas testemunhas utilizando a assinatura digital gov.br ou assinatura digital habilitada para uso da instituição de ensino superior.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital e em seus anexos, bem como da Resolução CEPE/UEMS 2.771, de 23/02/2024, Resolução CEPE/UEMS 2.552, de 16/12/2022 e Resolução RN/CNPq 017/2006, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

10.2 A autoria do projeto (Anexo 4) deverá ser do docente orientador e do aluno, em conjunto.

10.3 Verificado, em qualquer tempo, que o aluno e/ou o orientador apresentaram declaração falsa ou dados incorretos nos formulários, bem como o não preenchimento de qualquer um dos requisitos citados no item 5.1 ou 5.2 deste edital, serão anulados todos os atos dela decorrentes, inclusive concessão de bolsas, além dos procedimentos e das penalidades legais previstas.

10.4 A Substituição do aluno bolsista poderá ser feita dentro dos 60 dias iniciais do projeto, desde que justificada, entre o dia 20 e o último dia de cada mês, por meio de comunicação oficial no e-mail iniciacaocientifica@uems.br.

10.5 O bolsista e seu orientador deverão manter seu endereço, e-mail e telefones atualizados no SIGProj, SIGFUNDECT, na plataforma Lattes e na Divisão de Pesquisa.

10.6 O candidato que aderir às condições apresentadas neste edital não poderá arguir qualquer vício ou irregularidade de edital, sendo a apresentação de sua proposta considerada como concordância irretratável com as condições aqui estabelecidas.

10.7 As publicações científicas e qualquer outro meio de divulgação de trabalho de pesquisa, apoiados pelo presente edital deverão, obrigatoriamente, fazer referência ao apoio recebido, com as seguintes expressões, no idioma do trabalho:

a) Se publicado individualmente:

a.1) Bolsista Fundect: "O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa PIBIC AAF-Fundect/UEMS, MS, Brasil, Programa de Iniciação Científica".

b) Se publicado em coautoria:

b.1) Bolsista Fundect: "Bolsista PIBIC AAF–Fundect/UEMS, MS, Brasil".

10.8 A qualquer tempo este edital poderá ser alterado, revogado ou anulado, no todo ou em parte, por motivo de interesse público, sem que isso implique direito à indenização de qualquer natureza.

10.9 As propostas de projeto aprovadas e não contempladas com bolsas poderão ser desenvolvidas como iniciação científica sem bolsa, desde que o orientador entregue, via e-mail (iniciacaocientifica@uems.br) o Termo de Aceite Modalidade Sem Bolsa e o Formulário de Cadastro do aluno, devidamente preenchidos, até 31/08/2024.

11. PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES ESPECIAIS

11.1 É de exclusiva responsabilidade de cada orientador adotar todas as providências que envolvam permissões e autorizações especiais de caráter ético ou legal, necessárias para a execução do projeto.

11.2 É de responsabilidade do orientador o trâmite para autorização do projeto de IC pelo Comitê de Ética com Seres Humanos (CESH) e/ou Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA), para atendimento aos critérios dos referidos órgãos.

11.3 O protocolo/comprovante de submissão ou aprovação junto ao CESH ou CEUA, mencionado no item 6.7 deve ser encaminhado no momento da submissão da proposta de iniciação científica, caso seja enviado somente o protocolo/comprovante de submissão, o comprovante de aprovação deverá ser enviado junto ao relatório parcial.

11.4 São dispensados da necessidade de aprovação junto ao CESH os projetos de pesquisa citados no artigo 1º da Resolução do Conselho Nacional de Saúde No. 510, de 07 de abril de 2016 e os projetos de IC que tenham por base o desenvolvimento de pesquisas vinculadas ao projeto do orientador, desde que o projeto esteja devidamente aprovado junto aos órgãos competentes e que a pesquisa de IC trabalhe com os mesmos objetivos, metodologia e público-alvo do projeto aprovado.

11.5 São dispensados da necessidade de aprovação junto ao CEUA os subprojetos de IC que estejam vinculados a um projeto de pesquisa do orientador já aprovado por este órgão.

11.6 O projeto cujo protocolo/comprovante de aprovação junto ao CESH ou CEUA não seja encaminhado dentro do prazo mencionado no item 11.3, após a análise do jurídico, poderá ser cancelado e os valores pagos deverão ser ressarcidos integralmente à Fundect.

11.7 Coordenadores e colaboradores/pesquisadores brasileiros de projetos de pesquisa, relacionados à biodiversidade, devem observar a legislação em vigor (Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, Decreto nº 98.830/90 e Portaria MCT nº 55/90) para autorizações de acesso, coleta e remessa de amostras e concessão de vistos de entrada no País aos estrangeiros participantes do projeto.

11.8 Todos os documentos de permissões e autorizações deverão ser mantidos sob a guarda do orientador, para que estes sejam apresentados, em caso de solicitação.

11.9 Em caso de não atendimento dos artigos 11.1 a 11.4, o histórico do referido projeto será enviado para análise do jurídico da UEMS e demais providências, respeitando-se as normas institucionais dos comitês de ética da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

12. SUBSTITUIÇÃO DE ORIENTADOR

12.1 A substituição de orientador somente será realizada em casos de aposentadoria ou afastamentos autorizados pela UEMS, e, nos casos de afastamento para capacitação docente ficará estabelecida de acordo com critérios adotados na INSTRUÇÃO NORMATIVA PROPP/UEMS n. 01, de 14 de janeiro de 2013.

12.2 A substituição deverá ser informada por e-mail (iniciacaocientifica@uems.br), via comunicação interna acompanhada de Ficha Cadastral do novo orientador (ficha de coorientador) e de declaração devidamente assinada indicando que o novo orientador, que atenda a todos os requisitos deste edital, aceita orientar o aluno na execução do projeto de iniciação científica e ou tecnológica.

13. CANCELAMENTO DE BOLSA

13.1 A bolsa poderá ser cancelada a qualquer momento durante sua vigência e deverá ser cancelada quando houver:

- desligamento da instituição de ensino superior;
- conclusão do ensino superior;
- o não cumprimento das atribuições previstas neste edital e/ou no plano de atividade do bolsista estabelecido para o desenvolvimento do projeto pelo coordenador institucional e orientador da proposta;
- constatação de desempenho insatisfatório do bolsista, atestado e justificado pelo orientador e coordenador institucional; ou
- solicitação de substituição do bolsista por parte do Coordenador Institucional, com as devidas justificativas.

13.2 O cancelamento deverá ser informado por e-mail (iniciacaocientifica@uems.br), constando o Formulário 5 devidamente preenchido e assinado.

13.3 Submeter os relatórios técnicos relatando as atividades desenvolvidas até o cancelamento, por e-mail (**iniciacaocientifica@uems.br)** e via plataforma SIGFUNDECT, conforme manual de submissão de relatório que pode ser encontrado através no link: Manual 06.2 - Relatório Técnico de Bolsista para PIBIC (fundect.ms.gov.br).

13.4 Caso o bolsista venha a abandonar, desistir da execução ou dar causa a qualquer descontinuidade ou à cessação do projeto, os recursos recebidos deverão ser devolvidos a Fundect no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos de qualquer origem ou natureza para com a Fazenda Pública Estadual.

14. CERTIFICAÇÃO

14.1 A Certificação será emitida pela Iniciação Científica/Divisão de Pesquisa/PROPPI, após a aprovação do relatório final pela Divisão de Pesquisa, apresentação dos resultados da pesquisa no ENIC, que acontecerá durante o ENEPEX, e cumprimento do item 4 deste edital;

14.2 Serão certificados somente o orientador e o bolsista.

14.3 No caso de projeto cancelado, cujas atividades foram desenvolvidas em período superior a 6 (seis) meses, o bolsista e o orientador terão direito apenas à declaração, condicionada à entrega do relatório das atividades referente ao período de participação do PIC/UEMS.

14.4 O Relatório final poderá ser substituído por artigo científico aceito ou publicado, em revista com classificação CAPES Qualis B4, no mínimo, com tema relacionado diretamente ao tema do projeto, sem necessidade, nesse contexto, de ser avaliado por consultor científico.

15. ESCLARECIMENTOS, ENDEREÇO E INFORMAÇÕES ADICIONAIS

15.1 Esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo deste edital podem ser obtidos por e-mail (**iniciacaocientifica@uems.br)** e serão disponibilizados na página da Iniciação Científica/Divisão de Pesquisa/PROPPI (http://www.uems.br/pro_reitoria/pesquisa/iniciacao_cientifica).

15.2 Em caso do não preenchimento de todas as bolsas com as propostas submetidas no presente edital, os alunos aprovados em lista de espera no **Edital UEMS/CNPq N° 01/2024 –PROPPI/UEMS – PIBIC** poderão ser chamados para assumirem as bolsas Fundect, respeitando as áreas e a ordem de classificação.

15.3 Os casos omissos serão resolvidos pela Divisão de Pesquisa/PROPPI/UEMS, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Dourados, 28 de maio de 2024.

Amanda Cristina Danaga

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da UEMS

ANEXO 1

PONTUAÇÃO DO CURRÍCULO LATTES DO DOCENTE

( ) Pesquisador(a) Período: 2021 – 2023

( ) Pesquisadora com licença maternidade ou adotante nos últimos 3 anos – Período: 2019-2023

1. ATUAÇÃO PROFISSIONAL		Valor	Quantidade	Total	Indicação da aba do Lattes*
1.1	Participação em Conselhos, Comissões, Comitês na UEMS (por mandato) (máximo 5)	2,0			
1.2	Participação como parecerista, assessoria, consultoria científica no ENIC (por edição do evento) (máximo 5)	1,5			
1.3	Participação no processo de avaliação de propostas de Seleção PIBIC (externo - por seleção) (máximo 10)	1,5			
1.4	Participação como parecerista, assessoria, consultoria em evento científico, editais externos (por evento ou por edital) (máximo 10)	1,5			
1.5	Participação como parecerista/consultoria em periódicos científicos (por consultoria) (máximo 10)	1,5			
2. PROJETOS DE PESQUISA					
2.1	Coordenação de projeto de pesquisa com recurso externo	10,0			
2.2	Coordenação de projeto de pesquisa sem recurso externo	5,0			
2.3	Colaboração em projeto de pesquisa com recurso externo	1,5			
2.4	Colaboração em projeto de pesquisa sem recurso externo	1,0			
3. PARTICIPAÇÃO DE CONSELHO EDITORIAL					
3.1	Participação em Conselho Editorial em revistas especializadas e/ou editoras de livros (máximo 5)	5,0			
4. PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA					
4.1 Artigos completos publicados em periódicos					
4.1.1	Revistas com conceito *Qualis* A1	20			
4.1.2	Revistas com conceito *Qualis* A2	18			
4.1.3	Revistas com conceito *Qualis* A3	17			
4.1.4	Revistas com conceito *Qualis* A4	16			
4.1.5	Revistas com conceito *Qualis* B1	14			
4.1.6	Revistas com conceito *Qualis* B2	12			
4.1.7	Revistas com conceito *Qualis* B3	9,0			
4.1.8	Revistas com conceito *Qualis* B4	7,0			
4.1.9	Revistas com conceito *Qualis* B5	5,0			
4.1. 10	Revistas com conceito *Qualis* C (máximo 10)	2,0			
4.1.11	Revistas indexadas, sem classificação no sistema *Qualis* (máximo 10)	1,0			
4.2 Livros e/ou capítulos de livros publicados					
4.2.1	Livro publicado	20,0			
4.2.2	Organizador e/ou Editor e/ou Coordenador de Livro	10,0			
4.2.3	Parte ou Seção ou Capítulo de livro publicado	7,0			
4.2.4	Tradução de Livro	4,0			
4.2.5	Tradução de Capítulo de Livro	2,0			
4.3. Trabalhos publicados em Anais de Eventos Científicos					
4.3.1	Completo	2,5			
4.3.2	Resumo expandido	1,0			
4.3.3	Resumo simples (máximo 10)	0,5			
5. PRODUÇÃO TÉCNICA					
5.1	Registro de patente	20,0			
5.2	Software registrado	16,0			
5.3	Trabalhos técnicos (exceto consultorias previstas no item 1)	2,0			
5.4	Produtos	3,0			
5.5	Processos	1,0			
6. PRODUÇÃO ARTÍSTICA					
6.1	Concepção, coreografia ou direção de Espetáculos Artísticos na área do projeto	4,0			
6.2	Concepção, coreografia ou direção de Espetáculos Artísticos fora da área do projeto	3,0			
6.3	Participação em Espetáculos Artísticos na área do projeto	2,0			
6.4	Participação em Espetáculos Artísticos fora da área do projeto	1,0			
7. PARTICIPAÇÃO EM BANCAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO					

7.1	Doutorado	4,0			
7.2	Mestrado	3,0			
7.3	Qualificação (Mestrado e doutorado)	2,0			
7.4	Monografias de cursos de aperfeiçoamento / especializações (máximo 05)	1,0			
7.5	Trabalhos de conclusão de cursos de graduação (máximo 05)	1,0			
8. ORIENTAÇÕES E SUPERVISÕES CONCLUÍDAS					
8.1	Doutorado	10,0			
8.2	Mestrado	8,0			
8.3	Monografias de cursos de aperfeiçoamento / especializações (máximo 05)	5,0			
8.4	Trabalhos de conclusão de cursos de graduação (máximo 05)	4,0			
8.5	Iniciação Científica (com ou sem bolsa)	4,0			
8.6	Extensão (com ou sem bolsa)	2,0			
9. PARTICIPAÇÃO EM BANCAS DE COMISSÕES JULGADORAS					
9.1	Concursos públicos e outras participações	0,5			
PONTUAÇÃO FINAL					

* Indicar em que aba do Lattes se encontra o item pontuado

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração ficando responsável pela veracidade da informação nas esferas civil, administrativa e criminal, para que surtam seus efeitos legais.

Local e data:

Nome do(a) orientador(a):

ANEXO 2
DECLARAÇÃO SOBRE REPROVAÇÕES E MATRÍCULA DO ALUNO

Declaramos para os devidos fins que o aluno (nome completo)_____ está matriculado no curso de graduação _____ da Unidade de _____ da UEMS, possui disciplinas ou componentes curriculares para cursar até julho de 2025 e não possui mais de 3 (três) reprovações por falta ou nota nos últimos 2 (dois) semestres ou no último ano cursado, e portanto, está apto para concorrer aos **Editais UEMS/Fundect PIBIC e PIBIC AAF de 2024, para implantação da bolsa em 2024**.

Data: / /2024

_____

Assinatura e carimbo da Secretaria Acadêmica ou Coordenação de curso

ANEXO 3
COMPROVANTES DE ATUALIZAÇÃO DO CURRÍCULO LATTES DO ORIENTADOR E ALUNO

1. Comprovante de atualização, no corrente ano, do currículo lattes do **ORIENTADOR**. Adicione abaixo o "print screen" da tela:

2. Comprovante de atualização, no corrente ano, do currículo lattes do **ALUNO**. Adicione abaixo o "print screen" da tela:

ANEXO 4
PROJETO

PROJETO: texto com fonte Times New Roman ou Arial, tamanho 12, espaçamento entre linhas 1,5 cm.

1. Título do Projeto
2. Necessidade de aprovação do projeto pelo CEUA/CESH: ( ) SIM ( ) NÃO. Em caso afirmativo, informe o número de protocolo de submissão ou aprovação pelo Comitê
3. Nome completo do aluno
4. Nome completo do orientador
5. Grande área, área e subárea do CNPq **(imprescindível para a avaliação e classificação da proposta)**
6. Introdução e Revisão de Literatura

7. Objetivos Gerais e Específicos
8. Metodologia
9. Cronograma de Atividades
10. Resultados esperados
11. Referências

ANEXO 5
FORMULÁRIO PARA RECURSO DO ENQUADRAMENTO DE PROPOSTAS

Edital: *(inserir dados do edital)*
Aluno: *(inserir nome completo do aluno, sem abreviações)*
Orientador: *(inserir nome completo do docente, sem abreviações)*
Projeto de IC: *(título completo da proposta)*
Razões de Recurso: _____
_____
_____
_____
_____

_____
(assinatura do orientador)

ANEXO 6
INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO

Prezado Avaliador,
Esta ficha tem o objetivo de indicar os itens a serem considerados e avaliados nos projetos inscritos para o processo de seleção do Programa de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

ITENS PARA AVALIAÇÃO

1) A proposta desse tema é relevante para área do conhecimento que o autor propõe investigar.

2) Os objetivos da pesquisa foram explicitamente apontados e conseguem informar claramente o que o trabalho pretende.

3) É possível empregar o método de pesquisa citado, para alcançar os objetivos do trabalho.

4) O projeto proposto é adequado ao prazo exigido pela instituição (12 meses).

5) Qualidade da redação do projeto.

6) Necessidade de aprovação do comitê de ética com seres humanos e/ou uso de animais (em caso afirmativo, propostas sem o comprovante ou protocolo de submissão devem ser desclassificadas/não recomendadas).

Após a análise dos itens acima, caso seja do entendimento do consultor científico *Ad hoc* que o projeto deve ser RECOMENDADO para recebimento de bolsa de Iniciação Científica, selecione a opção:
Recomendado ( )
Não recomendado ( )

Por favor, emita um parecer conclusivo sobre o projeto (obrigatório para propostas "Não recomendadas")
_____
_____

ANEXO 7
TERMO DE COMPROMISSO
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA/ UEMS/FUNDECT PIBIC AAF 2024-2025
(ENVIAR SOMENTE NA IMPLANTAÇÃO DA BOLSA, CASO APROVADO)

Edital: *(inserir a Chamada)*

Aluno: *(inserir nome completo do aluno, sem abreviações)*
Orientador: *(inserir nome completo do docente, sem abreviações)*
Projeto de IC: *(título completo da proposta aprovada em edital)*

ACEITE DO ORIENTADOR

O presente Termo de Compromisso tem como objeto a concessão de bolsa no período vigente de **Setembro/2024 a Agosto/2025 para bolsas Fundect**, conforme as condições e consequências previstas nas Normas para Iniciação Científica fixadas pela **Resolução/CEPE-UEMS Nº 2.771 de 23/02/2024 e Instrução Normativa PROPP/UEMS n. 01, de 14 de janeiro de 2013**, e com as condições, a saber:
Declaro que aceito orientar o referido aluno no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, de acordo com as normas fixadas.

São compromissos do(a) **orientador(a):**
a) Orientar os bolsistas nas distintas fases de trabalho científico, incluindo a participação às reuniões, a elaboração dos relatórios e apresentação dos resultados em congressos, seminários e outros;
b) Dedicar pelo menos 02 (duas) horas semanais para orientação de cada bolsista;
c) Se responsabilizar pelo bolsista no cumprimento das atividades previstas e no cumprimento da legislação em vigor referente às modalidades de bolsas do Programa de Iniciação Científica;
d) Manter projeto(s) de pesquisa cadastrado(s) na Divisão de Pesquisa/PROPPI e em execução durante todo o período de vigência da(s) bolsa(s) de Iniciação Científica;
e) Acompanhar, quando possível, os alunos bolsistas no ENIC (Encontro de Iniciação Científica da UEMS) em datas e condições a serem definidas em chamada específica;
f) Comunicar formalmente à Divisão de Pesquisa/PROPPI no caso de solicitação de licença de qualquer natureza quando o prazo de afastamento for igual ou superior a 30 (trinta) dias;
g) Comprometer-se a prestar consultoria quando solicitado, atendendo aos prazos estabelecidos pela Divisão de Pesquisa/PROPPI;
h) Comunicar formalmente à Iniciação Científica, qualquer situação que possa comprometer o desenvolvimento do projeto do orientador, como licença médica, ou que importe em suspensão de pagamento de bolsa, sob pena do orientador ficar inadimplente com a Divisão de Pesquisa.

Data_____/_____/_____

Assinatura do(a) Orientador(a)_____

ACEITE DO ALUNO

Declaro concordar para todos os fins e consequências de direito com as Normas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica fixadas pela **Resolução/CEPE-UEMS Nº 2.771 de 23/02/2024 e Instrução Normativa PROPP/UEMS n. 01, de 14 de janeiro de 2013**, e com as condições, a saber:
O período de vigência da bolsa e da execução do Projeto de Iniciação Científica é de **Setembro/2024 a Agosto/2025 para bolsas CNPq**;
3. A Divisão de Pesquisa/PROPPI poderá suspender a concessão da bolsa nos casos de não cumprimento deste Termo.

São compromissos do **bolsista:**
a) Não possuir vínculo empregatício e acúmulo com demais bolsas de órgãos de fomento;
b) Dedicar-se às atividades acadêmicas e de pesquisa, com disponibilidade para o desenvolvimento do projeto conforme atividades e cronograma estipuladas pelo orientador;
c) Participar de reuniões, elaborar os relatórios e apresentar os resultados da pesquisa ao orientador para análise;
d) Elaborar e enviar eletronicamente, para o e-mail iniciacaocientifica@uems.br, os relatórios parcial e final, conforme prazos pré-estabelecidos no Termo de Compromisso para possibilitar o acompanhamento e avaliação por parte de consultores;
e) **Comprometer-se a encaminhar o relatório parcial até a data de 10 de março de 2025 e o relatório final até 31 de agosto de 2025.**
f) Comprometer-se a participar do ENIC (Encontro de Iniciação Científica da UEMS) e, apresentar os resultados obtidos na pesquisa, na forma de trabalho científico;
g) Responsabilizar-se em devolver à Fundect, em valores atualizados, a(s) mensalidade(s) recebida(s) indevidamente, caso os requisitos e compromissos que lhes cabem não sejam cumpridos;
h) Fazer referência ao apoio recebido pelo edital nas publicações científicas e qualquer outro meio de divulgação do trabalho de pesquisa.

Data _____/_____/ _____

Assinatura do bolsista_____

ANEXO 8

CADASTRO DO ALUNO

(ENVIAR SOMENTE NA IMPLANTAÇÃO DA BOLSA, CASO APROVADO)

Nome completo do aluno	
Telefone residencial	**Telefone celular**
e-mail	
RG	**Órgão Expedidor**
CPF	
Curso de graduação	
Série	**Nº. de matrícula**
Unidade Universitária	
Dados bancários **Banco do Brasil:** **Nº. Agência_____** **Nº. Conta _____** **( ) corrente OU ( ) poupança _____** *obrigatoriamente devem ter conta-corrente, não sendo permitido pelo órgão o pagamento de bolsas via conta poupança ou conta-salário.	

ANEXO 9

DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR VÍNCULO EMPREGATÍCIO

E NÃO ACÚMULO DE BOLSA

(ENVIAR SOMENTE NA IMPLANTAÇÃO DA BOLSA, CASO APROVADO BOLSA FUNDECT)

Cidade, _____ de _____ de 2024.

Eu _____, CPF nº _____, declaro para os devidos fins, que não possuo vínculo empregatício e não recebo bolsa de agência financiadora, de instituição nacional ou estrangeira, da UEMS.

(assinatura)

_____

Nome completo do(a) aluno(a)

Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul

PORTARIA IMASUL-MS N. 1420, DE 28 DE MAIO DE 2024.

*Cancelar o processo de **COMUNICADO DE ATIVIDADE PARA BARRAGEM – CA/LIO COD. 3.22.1**, processo n. **71/401999/2020**, em nome de **SANTA VERGINIA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL LTDA**, no município de Jatei/MS.*

O Diretor-Presidente do Instituto de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL, no uso de suas atribuições e,

Considerando o disposto nos incisos I, II e III do art. 19 da Resolução CONAMA n. 237/97 e seus correspondentes nos incisos I, II e III, do art. 11 da Lei Estadual n. 2.257/01;

Considerando os termos do inciso IV do art. 9º da Lei Federal n. 6.938/81 que prevê como instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente

poluidoras;

Considerando o Princípio da Autotutela Administrativa pelo qual a Administração Pública pode, a qualquer tempo, rever ou anular seus atos quando eivados de vício, por critérios de legalidade, conveniência e oportunidade Administrativa;

RESOLVE:

Art. 1º CANCELAR devido a constatação de irregularidades na instrução processual e atendimento de pendências, o processo contendo o pedido de **COMUNICADO DE ATIVIDADE PARA BARRAGEM – CA/LIO COD. 3.22.1**, processo n. **71/401999/2020** nome de **SANTA VERGINIA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL LTDA**, no município de Jateí/MS.

Parágrafo único NOTIFICA-SE o requerente a paralisar imediatamente a atividade, sob pena da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 28 de maio de 2024

ANDRÉ BORGES BARROS DE ARAÚJO
DIRETOR-PRESIDENTE - IMASUL

PORTARIA IMASUL-MS N. 1421, DE 28 DE MAIO DE 2024.

Cancelar, devido a irregularidades da instrução processual, o processo contendo o pedido de ***COMUNICADO DE ATIVIDADE PARA RODOVIA OU ESTRADA – CA/LIO COD. 2.62.3****, processo n.* ***71/022506/2022****, em nome de* ***ISRAEL LUKENCHUKE DE ARAÚJO****, no município de Ivinhema/MS.*

O Diretor-Presidente do Instituto de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL, no uso de suas atribuições e,

Considerando o disposto nos incisos I, II e III do art. 19 da Resolução CONAMA n. 237/97 e seus correspondentes nos incisos I, II e III, do art. 11 da Lei Estadual n. 2.257/01;

Considerando os termos do inciso IV do art. 9º da Lei Federal n. 6.938/81 que prevê como instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

Considerando o Princípio da Autotutela Administrativa pelo qual a Administração Pública pode, a qualquer tempo, rever ou anular seus atos quando eivados de vício, por critérios de legalidade, conveniência e oportunidade Administrativa;

RESOLVE:

Art. 1º CANCELAR, por motivo de não cumprimento de notificação, o processo contendo o pedido de **COMUNICADO DE ATIVIDADE PARA RODOVIA OU ESTRADA – CA/LIO COD. 2.62.3**, processo n. **71/022506/2022**, em nome de **ISRAEL LUKENCHUKE DE ARAÚJO,** no município de Ivinhema/MS.

Parágrafo único. NOTIFICA-SE o proprietário a paralisar a atividade imediatamente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 28 de maio de 2024.

ANDRÉ BORGES BARROS DE ARAÚJO
DIRETOR-PRESIDENTE - IMASUL

CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO

Secretaria de Estado de Administração

EDITAL n. 19/2024 – SAD/CGE/2022

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS – SAD/CGE/2022, PARA PROVIMENTO EM CARGO DE AUDITOR DO ESTADO, DO QUADRO DA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, torna pública, para conhecimento dos interessados, a convocação dos candidatos relacionados no Anexo Único deste Edital, nomeados através do Decreto "P" n. 394, de 20 de maio de 2024, publicado no Diário Oficial Eletrônico n. 11.504, de 28 maio de 2024, para realizar os procedimentos de investidura, observadas as normas e procedimentos abaixo:

1. O procedimento de investidura dos candidatos nomeados para exercer o cargo de Auditor do Estado, do Quadro da Controladoria-Geral do Estado – CGE/MS, será integrado por duas etapas, conforme a seguir:

a) Etapa I – Exame Médico Admissional, de caráter eliminatório;

b) Etapa II – Posse.

2. A Etapa I – Exame Médico Admissional, de caráter eliminatório, será realizada pela Perícia Médica da Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul – AGEPREV/MS, por meio de exames médicos, clínicos e laboratoriais, objetivando verificar a aptidão física e mental do candidato para o exercício das atribuições inerentes ao cargo e à função a que concorre, conforme estabelece Decreto Estadual n. 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

2.1. O candidato enquadrado na situação prevista no §2º do art. 20 da Lei Estadual n. 1.102, de 10 de outubro de 1990, deverá apresentar a declaração expedida pelo setor de recursos humanos do órgão ou da entidade em que estiver lotado, atestando que se encontra em efetivo exercício, ficando, caso atendidos os requisitos legais, dispensado da realização da Etapa I – Exame Médico Admissional.

2.2. Para realizar a Etapa I – Exame Médico Admissional, o candidato deverá comparecer à Diretoria de Perícia Médica Previdenciária – DPMP/AGEPREV, localizada à Avenida Mato Grosso, n. 5.778, em Campo Grande/MS, na data e horário especificados no Anexo Único deste Edital, observando-se o horário oficial de Mato Grosso do Sul, munido do **documento de identificação com foto**, de **caneta esferográfica** azul ou preta e **usando trajes de banho** (maiô duas peças, para mulheres e para homens, sunga), e portando os **originais** dos seguintes resultados de exames, laudos e pareceres:

a) raio x da coluna lombo sacra, com laudo;

b) raio x da coluna cervical, com laudo;

c) raio x de tórax PA e perfil, com laudo;

d) raio x de coluna dorsal, com laudo;

e) hemograma completo;

f) glicemia (jejum)

g) creatinina;

h) ureia;

i) TGO;

j) TGP;

k) fosfatase alcalina;

l) sorologia para chagas, machado guerreiro;

m) sorologia para Lues VDRL;

n) sorologia anti-HCV;

o) sorologia anti HBS;

p) sorologia HBS AG;

q) bilirrubina totais e frações;

r) avaliação oftalmológica completa, com laudo, realizada por Médico Oftalmologista;

s) avaliação psiquiátrica, com laudo, realizada por Médico Psiquiatra;

t) avaliação cardiológica, com laudo, realizada por Médico Cardiologista;

u) eletrocardiograma, com laudo;

v) audiometria;

x) triglicerídeos;

y) ultrassom de punhos bilateral, cotovelos bilateral e ombros bilateral, todos com laudo;

z) exame toxicológico para detecção do uso de drogas em através de queratina, por meio de cabelo/pelos (3,6 cm), o qual deverá apresentar resultado negativo para os seguintes grupos de drogas e seus metabólitos: anfetaminas e metanfetaminas, incluindo ecstasy, mdma e mde, maconha e derivados, cocaína e derivados, opiáceos, atendendo a uma janela de detecção de no mínimo 90 (noventa) dias.

2.3. Nos laudos das avaliações oftalmológica, de saúde mental e cardiológica deverá constar, necessariamente, o número do RQE (Registro de Qualificação do Especialista) do profissional responsável pela avaliação do candidato.

2.4. Não serão aceitos exames realizados há mais de 30 (trinta) dias ou com assinatura que não seja original, e se houver necessidade, novos exames serão requisitados no ato do Exame Médico Admissional.

2.5. Será considerado inapto no Exame Médico Admissional, o candidato que, de acordo com a avaliação médica:

a) apresentar condições mórbidas que venham a constituir-se em restrições ao pleno desempenho das atribuições do cargo ou que, no exercício das atividades rotineiras do serviço, possam expor o servidor ao agravamento dessas condições, a eventual risco de morte, à integridade física de terceiros;

b) apresentar patologias que embora não voltadas à morbidez, possam ser consideradas impeditivas ou incapacitantes para suportar a realização das atribuições do cargo e da função a que concorre.

3. A Etapa II – Posse, de caráter eliminatório, observado o disposto na Lei Complementar Estadual n. 230, de 9 de dezembro de 2016, na Lei Estadual n. 1.102, de 10 de outubro de 1990 e demais legislações pertinentes, consistirá na realização dos seguintes procedimentos, todos de natureza obrigatória:

a) Procedimento 1: preenchimento do pré-cadastro dos dados pessoais do candidato e remessa *online* de documentos;

b) Procedimento 2: apresentação presencial dos originais dos documentos, comprovação dos requisitos exigidos para a investidura do cargo integrante do Quadro da Controladoria-Geral do Estado, de acordo com o estabelecido no Item 2 do Edital n. 1/2022 – SAD/CGE/2022, de 22 de fevereiro de 2022, dos cargos, das áreas de especialização, das jornadas de trabalho, das remunerações e das atribuições básicas.

3.1. Para a realização do Procedimento 1 – preenchimento do pré-cadastro dos dados pessoais do candidato e remessa online de documentos, o candidato deverá acessar o Portal do Servidor, por meio do endereço eletrônico http://www.portaldoservidor.ms.gov.br, no período compreendido entre as 8 horas do dia 12 de junho e as 23 horas e 59 minutos do dia 19 de junho de 2024.

3.2. Ao acessar o *site* http://www.portaldoservidor.ms.gov.br, o candidato deverá inserir, nos respectivos campos próprios, o número de sua inscrição, de seu CPF – Cadastro de Pessoa Física, e o endereço de *e-mail* cadastrado no ato da inscrição no concurso público.

3.3. Após a inserção, envio e validação dos dados, será encaminhada ao endereço de *e-mail* informado pelo candidato no ato da inscrição no Concurso Público, a senha de acesso ao sistema que conterá os formulários para realização do pré-cadastro e envio das cópias digitalizadas dos documentos especificados no subitem 3.5 deste Edital, necessários à comprovação dos requisitos exigidos para provimento em cargo de Auditor do Estado, do Quadro da Controladoria-Geral do Estado.

3.3.1. A senha de acesso é de uso pessoal do candidato e, portanto, intransferível.

3.4. Caso o candidato não receba a senha de acesso ao sistema no *e-mail* cadastrado, ou em caso de necessidade de atualização do respectivo endereço de *e*-mail, este deverá entrar em contato com o Setor de Recursos Humanos, por meio do telefone (67) 3318-4005, para que seja orientado quanto às ações necessárias à atualização das informações e realização do pré-cadastro.

3.5. Após o recebimento de sua senha individual de acesso, o candidato deverá acessar novamente o *site* http://www.portaldoservidor.ms.gov.br, e utiliza-la para ingressar no sistema que conterá os formulários para realização do pré-cadastro, preenchendo as informações solicitados no formulário e o envio das cópias digitalizadas legíveis, em formato *PDF (Portable Document Format)* e legíveis, dos seguintes documentos:

a) Carteira de Identidade (RG, emitido por órgãos de Identificação dos Estados, do Distrito Federal ou dos Territórios);

b) Certidão Quitação Eleitoral, expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral, podendo ser obtida via *internet*, por meio do endereço https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral;

c) Certidão de Casamento ou escritura pública de união estável;

d) Certidões de Nascimento dos filhos não emancipados, de qualquer condição, menores de 21 (vinte e um) anos ou inválidos ou que tenham deficiência intelectual, mental ou grave;

e) Certidões de Nascimento dos filhos maiores de 21 (vinte e um) anos e menores de 24 (vinte e quatro) anos, desde que estejam cursando estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de segundo grau;

f) comprovante ou declaração de residência (conta de água, luz ou telefone fixo ou a via original da declaração de próprio punho do candidato);

g) Carteira de Trabalho e Previdência Social (Foto e Qualificação Civil);

h) comprovante de Qualificação Cadastral no eSocial, podendo ser obtido via *internet*, por meio do endereço http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml;

i) Comprovante de quitação com as obrigações militares, quando couber;

j) comprovante de nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, de acordo com o estabelecido no EDITAL N. 1/2022 – SAD/CGE/2022, de 22 de fevereiro de 2022, devendo ser apresentado:

j1) para os cargos com exigência de curso de ensino superior: diploma, devidamente registrado, certificado, declaração ou certidão de conclusão de curso de ensino superior, expedidos por Instituição de Ensino Superior, reconhecida pelo MEC, na forma da legislação pertinentes, acompanhado do respectivo histórico escolar e Diploma e histórico da pós-graduação, se for o caso.

k) declaração de acúmulo ou não de cargo público ou, quando for o caso, de que requereu exoneração, rescisão do contrato de trabalho ou dispensa do cargo, emprego ou função pública que vinha exercendo;

l) declaração de Bens e Valores que constituem o patrimônio individual e familiar do candidato e de seus dependentes, disponível no *site* http://www2.concursos.ms.gov.br/index.php?location=editais_complemento&concurso=123, acompanhada da Declaração Anual de Imposto de Renda da Pessoa Física, relativa ao último exercício (quando houver);

m) certidões dos distribuidores cíveis e criminais da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, para candidatos de ambos os sexos, as quais poderão ser obtidas via *internet*, por meio do endereço https://www.cjf.jus.br/cjf/certidao-negativa;

n) certidões dos distribuidores cíveis, criminais e criminais militares da Justiça Estadual de primeiro e segundo graus, para candidatos de ambos os sexos (a emissão desta certidão deverá observar os procedimentos estabelecidos por cada Tribunal de Justiça);

o) certidões de ações criminais militares da Justiça Militar da União, para candidatos de ambos os sexos, que poderá ser obtida via internet, por meio do endereço https://www.stm.jus.br/servicos-stm/certidao-negativa/emitir-certidao-negativa;

p) certidão de ações criminais eleitorais, expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral, que poderá ser obtida via internet, por meio do endereço http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais.

q) no caso do candidato enquadrado na situação prevista no §2º do art. 20 da Lei Estadual n. 1.102, de 10 de outubro de 1990, deverá ser apresentada, ainda, a declaração expedida pelo setor de recursos humanos do órgão ou da entidade em que estiver lotado, atestando que se encontra em efetivo exercício, ficando, caso atendidos os requisitos legais, dispensado da realização da Etapa I – Exame Médico

Admissional.

3.5.1. O candidato que exercer cargos, empregos, funções públicas ou que acumular proventos de natureza previdenciária, no âmbito da administração pública direta e indireta, nas esferas Federal, estadual, Distrital ou municipal, em qualquer dos poderes, deverá apresentar, também, o comprovante de que requereu a exoneração, a rescisão do contrato de trabalho ou a dispensa do cargo, emprego ou função pública que vinha exercendo, salvo nas hipóteses de cargos acumuláveis e constitucionalmente permitidas. A análise quanto à possibilidade ou impossibilidade constitucional de acumulação de cargos, observará o constante no Parecer/PGE/MS n. 024/2018 – CJUR-SAD n. 040/2017, de 15 de dezembro de 2017, assim como em suas eventuais revisões, alterações ou acréscimos.

3.6. O candidato deverá preencher ainda as informações, por meio dos campos próprios disponíveis no pré-cadastro:

a) número do cadastramento no PIS - Programa de Integração Social, ou no PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público;

b) número do cadastramento no CPF – Cadastro de Pessoa Física;

c) número do cadastramento CPF – Cadastro de Pessoa Física do cônjuge e dos dependentes financeiros, quando couber;

d) número da conta corrente ou da conta salário no Banco do Brasil, de titularidade exclusiva do candidato, não se admitindo contas conjuntas.

4. Após a efetivação do pré-cadastro, para a realização do Procedimento 2 - Posse, de caráter obrigatório, de acordo com o estabelecido no Item 2 do Edital n. 1/2022 – SAD/CGE/2022, de 22 de fevereiro de 2022, os candidatos nomeados deverão apresentar-se na Controladoria-Geral do Estado, Avenida Desembargador José Nunes da Cunha, s/n, Bloco III, Parque dos Poderes, Bloco VII, Campo Grande/MS, na data e horários especificados no Anexo Único deste Edital, munido das VIAS ORIGINAIS dos seguintes documentos, para conferência e efetivação da comprovação de requisitos:

a) Carteira de Identidade (RG, emitido por órgãos de Identificação dos Estados, do Distrito Federal ou dos Territórios);

b) Certidão Quitação Eleitoral, expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral, podendo ser obtida via *internet*, por meio do endereço https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral;

c) Certidão de Casamento ou escritura pública de união estável;

d) Certidões de Nascimento dos filhos não emancipados, de qualquer condição, menores de 21 (vinte e um) anos ou inválidos ou que tenham deficiência intelectual, mental ou grave;

e) Certidões de Nascimento dos filhos maiores de 21 (vinte e um) anos e menores de 24 (vinte e quatro) anos, desde que estejam cursando estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de segundo grau;

f) comprovante ou declaração de residência (conta de água, luz ou telefone fixo ou a via original da declaração de próprio punho do candidato);

g) Carteira de Trabalho e Previdência Social (Foto e Qualificação Civil);

h) comprovante de Qualificação Cadastral no eSocial, podendo ser obtido via *internet*, por meio do endereço http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml;

i) Comprovante de quitação com as obrigações militares, quando couber;

j) comprovante de nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, de acordo com o estabelecido no EDITAL N. 1/2022 – SAD/CGE/2022, de 22 de fevereiro de 2022, devendo ser apresentado:

j1) para os cargos com exigência de curso de ensino superior: diploma, devidamente registrado, certificado, declaração ou certidão de conclusão de curso de ensino superior, expedidos por Instituição de Ensino Superior, reconhecida pelo MEC, na forma da legislação pertinentes, acompanhado do respectivo histórico escolar e Diploma e histórico da pós-graduação, se for o caso;

k) declaração de acúmulo ou não de cargo público ou, quando for o caso, de que requereu exoneração, rescisão do contrato de trabalho ou dispensa do cargo, emprego ou função pública que vinha exercendo;

l) Declaração de Bens e Valores que constituem o patrimônio individual e familiar do candidato e de seus dependentes, disponível no *site* http://www2.concursos.ms.gov.br/index.php?location=_editais_complemento&concurso=123, acompanhada da Declaração Anual de Imposto de Renda da Pessoa

Física, relativa ao último exercício (quando houver);

m) certidões dos distribuidores cíveis e criminais da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, para candidatos de ambos os sexos, as quais poderão ser obtidas via *internet*, por meio do endereço https://www.cjf.jus.br/cjf/certidao-negativa;

n) certidões dos distribuidores cíveis, criminais e criminais militares da Justiça Estadual de primeiro e segundo graus, para candidatos de ambos os sexos (a emissão desta certidão deverá observar os procedimentos estabelecidos por cada tribunal de justiça);

o) certidões de ações criminais militares da Justiça Militar da União, para candidatos de ambos os sexos, que poderá ser obtida via internet, por meio do endereço https://www.stm.jus.br/servicos-stm/certidao-negativa/emitir-certidao-negativa;

p) certidão de ações criminais eleitorais, expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral, que poderá ser obtida via internet, por meio do endereço http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais.

q) no caso do candidato enquadrado na situação prevista no §2º do art. 20 da Lei Estadual n. 1.102, de 10 de outubro de 1990, deverá ser apresentada, ainda, a declaração expedida pelo setor de recursos humanos do órgão ou da entidade em que estiver lotado, atestando que se encontra em efetivo exercício, ficando, caso atendidos os requisitos legais, dispensado da realização da Etapa I – Exame Médico Admissional.

5. O candidato deverá cumprir todas as etapas descritas nesse edital e comparecer na data, horários e locais marcados, sendo que com o não comparecimento, a inobservância do prazo ou a não comprovação dos requisitos e condições legais para o provimento do cargo, o ato de nomeação será tornado sem efeito, cessando as obrigações da Administração Estadual para com o concursado, conforme dispõe o art. 22 da Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990.

CAMPO GRANDE-MS, 28 DE MAIO DE 2024.

FREDERICO FELINI
Secretário de Estado de Administração

ANEXO ÚNICO AO EDITAL n. 19/2024 – SAD/CGE/2022

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS – SAD/CGE/2022, PARA PROVIMENTO EM CARGO DE AUDITOR DO ESTADO, DO QUADRO DA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

a) Etapa I – Exame Médico Admissional, de caráter eliminatório:
Local: Diretoria de Perícia Médica Previdenciária - DPMP/AGEPREV;
Avenida Mato Grosso 5.778 - Campo Grande/MS;
Data: 19 de junho de 2024
Horário: 7h30

b) Etapa II – Posse.
Local: Controladoria-Geral do Estado - CGE;
Avenida Desembargador José Nunes da Cunha, s/n, Parque dos Poderes, Bloco III, Campo Grande/MS
Data: 19 de junho de 2024
Horário: 9h

INSCRIÇÃO	NOME	ÁREA	CLASS.	CLASS. COTISTA	CONDIÇÃO
7300002474	Marcel Ramalho Vieira de Lucena	Auditoria Geral	42º	-	Ampla Concorrência

EDITAL n. 15/2024 – SAD/SEMADESC/IMASUL/GRN
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – SAD/SEMADESC/IMASUL/GRN/2024

OS SECRETÁRIOS DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, e o DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Edital n. 1/2024 – SAD/SEMADESC/IMASUL/GRN, de 19 de março de 2024, bem como os Editais n. 11 e 12/2024 - SAD/SEMADESC/IMASUL/GRN, de 14 de maio de 2024, torna público, para conhecimento dos interessados, a convocação dos candidatos relacionados no Anexo Único deste Edital, para apresentação de documentos e comprovação de requisitos para a contratação, em substituição aos candidatos ausentes e/ou desistentes, convocados por meio de editais anteriormente publicados, observando-se que:

1. A convocação obedecerá aos critérios de alternância e de proporcionalidade nos termos da lei n. 3.594, de 10 de dezembro de 2008 e da Resolução SAD n. 146, de 21 de fevereiro de 2022, em relação as vagas reservadas a cotistas negros, indígenas e PCD.

2. A contratação, de caráter eliminatório consistirá na realização dos seguintes procedimentos, todos de natureza obrigatória:

a) Procedimento 1: preenchimento do pré-cadastro dos dados pessoais do candidato convocado e remessa *online* de documentos;

b) Procedimento 2: apresentação presencial dos originais dos documentos, comprovação dos requisitos exigidos para a contratação do cargo de Gestor de Recursos Naturais, de acordo com o estabelecido no Item 10 do Edital n. 1/2024 – SAD/SEMADESC/IMASUL/GRN, de 19 de março de 2024.

3. Para realização do Procedimento 1, o candidato deve preencher o pré-cadastro dos dados pessoais e remessa *online* de documentos acessando o Portal do Servidor, por meio do endereço eletrônico www.portaldoservidor.ms.gov.br, no período compreendido entre às 8h do dia 29 de maio de 2024 e às 23h59min do dia 02 de junho de 2024.

3.1. Ao acessar o site www.portaldoservidor.ms.gov.br, o candidato deverá clicar no ícone "Pré-Cadastro Admissão" na parte inferior da página, posteriormente clicar no botão "Esqueci minha senha/Primeiro Acesso" e, nos respectivos campos selecionar o Processo Seletivo Simplificado (PROCESSO SELETIVO SAD/SEMADESC/IMASUL/GRN), digitar o número de sua inscrição (conforme este edital), o seu CPF, o endereço de e-mail cadastrado no ato da inscrição no concurso público e confirmar o envio das informações.

3.2. Após a realização do procedimento descrito no item 2.1 será encaminhada ao endereço de e-mail, informado pelo candidato, a senha de acesso para realização do pré-cadastro.

3.3. A senha de acesso é de uso pessoal do candidato e, portanto, intransferível.

3.4. Após o recebimento de sua senha de acesso, o candidato deverá acessar o site www.portaldoservidor.ms.gov.br, clicar no ícone "Pré-Cadastro Admissão" no parte inferior da página e, após acessar o sistema utilizando seu CPF e senha encaminhada no *e-mail*, preencher as informações solicitadas no formulário, encaminhando cópias digitalizadas dos documentos, quando requeridos, em formato PDF (Portable Document Format) e legíveis, dos seguintes documentos:

a) Carteira de Identidade (RG, emitido por órgãos de Identificação dos Estados, do Distrito Federal ou dos Territórios);

b) Certidão Quitação Eleitoral, expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral, podendo ser obtida via *internet*, por meio do endereço https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral;

c) Certidão de Casamento ou escritura pública de união estável;

d) Certidões de Nascimento dos filhos não emancipados, de qualquer condição, menores de 21 (vinte e um) anos ou inválidos ou que tenham deficiência intelectual, mental ou grave;

e) Certidões de Nascimento dos filhos maiores de 21 (vinte e um) anos e menores de 24 (vinte e quatro) anos, desde que estejam cursando estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de segundo grau;

f) comprovante ou declaração de residência (conta de água, luz ou telefone fixo ou a via original da declaração de próprio punho do candidato);

g) Carteira de Trabalho e Previdência Social (Foto e Qualificação Civil);

h) comprovante de Qualificação Cadastral no eSocial, podendo ser obtido via *internet*, por meio do endereço http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml;

i) Comprovante de quitação com as obrigações militares, quando couber;

j) comprovante de nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, devendo ser apresentado:

j1) para os cargos com exigência de curso de ensino superior: diploma, devidamente registrado, certificado, declaração ou certidão de conclusão de curso de ensino superior, expedidos por Instituição de Ensino Superior, reconhecida pelo MEC, na forma da legislação pertinentes, acompanhado do respectivo histórico escolar e Diploma e histórico da pós-graduação, se for o caso.

k) declaração de acúmulo ou não de cargo público ou, quando for o caso, de que requereu exoneração, rescisão do contrato de trabalho ou dispensa do cargo, emprego ou função pública que vinha exercendo, disponível no *site* http://www2.concursos.ms.gov.br/index.php?location=editais_complemento&concurso=123;

l) Declaração de Bens e Valores que constituem o patrimônio individual e familiar do candidato e de seus dependentes, disponível no *site* http://www2.concursos.ms.gov.br/index.php?location=editais_complemento&concurso=123, acompanhada da Declaração Anual de Imposto de Renda da Pessoa Física, relativa ao último exercício (quando houver);

m) certidões dos distribuidores cíveis e criminais da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, para candidatos de ambos os sexos, as quais poderão ser obtidas via *internet*, por meio do

endereço https://www.cjf.jus.br/cjf/certidao-negativa;
n) certidões dos distribuidores cíveis, criminais e criminais militares da Justiça Estadual de primeiro e segundo graus, para candidatos de ambos os sexos (a emissão desta certidão deverá observar os procedimentos estabelecidos por cada tribunal de justiça);
o) certidões de ações criminais militares da Justiça Militar da União, para candidatos de ambos os sexos, que poderá ser obtida via internet, por meio do endereço https://www.stm.jus.br/servicos-stm/certidao-negativa/emitir-certidao-negativa;
p) certidão de ações criminais eleitorais, expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral, que poderá ser obtida via internet, por meio do endereço http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais.

3.5. O candidato convocado deverá preencher ainda as informações, por meio dos campos próprios disponíveis no pré-cadastro:
a) número do cadastramento no PIS - Programa de Integração Social, ou no PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público;
b) número do cadastramento no CPF – Cadastro de Pessoa Física;
c) número do cadastramento CPF – Cadastro de Pessoa Física do cônjuge e dos dependentes financeiros, quando couber;
d) número da conta corrente ou da conta salário no Banco do Brasil, de titularidade exclusiva do candidato, não se admitindo contas conjuntas.

4. Após a efetivação do pré-cadastro, para a realização do Procedimento 2 – Apresentação Presencial, de caráter obrigatório, o candidato convocado deverá apresentar-se no Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL), localizada na Avenida Desembargador Leão Neto do Carmo, 06 – Parque dos Poderes, CEP: 79.037-100, Campo Grande – MS ou na Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEMADESC), localizada na Avenida Desembargador José Nunes da Cunha, S/N – Bloco 12 – Parque dos Poderes, CEP: 79031-310, na data e horário especificados no Anexo Único deste Edital, munido das **VIAS ORIGINAIS** dos seguintes documentos, para conferência e efetivação da comprovação de requisitos:

a) Carteira de Identidade (RG, emitido por órgãos de Identificação dos Estados, do Distrito Federal ou dos Territórios);
b) Certidão Quitação Eleitoral, expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral, podendo ser obtida via *internet*, por meio do endereço https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral;
c) Certidão de Casamento ou escritura pública de união estável;
d) Certidões de Nascimento dos filhos não emancipados, de qualquer condição, menores de 21 (vinte e um) anos ou inválidos ou que tenham deficiência intelectual, mental ou grave;
e) Certidões de Nascimento dos filhos maiores de 21 (vinte e um) anos e menores de 24 (vinte e quatro) anos, desde que estejam cursando estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de segundo grau;
f) comprovante ou declaração de residência (conta de água, luz ou telefone fixo ou a via original da declaração de próprio punho do candidato);
g) Carteira de Trabalho e Previdência Social (Foto e Qualificação Civil);
h) comprovante de Qualificação Cadastral no eSocial, podendo ser obtido via *internet*, por meio do endereço http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml;

i) Comprovante de quitação com as obrigações militares, quando couber;
j) comprovante de nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, devendo ser apresentado:
j1) para os cargos com exigência de curso de ensino superior: diploma, devidamente registrado, certificado, declaração ou certidão de conclusão de curso de ensino superior, expedidos por Instituição de Ensino Superior, reconhecida pelo MEC, na forma da legislação pertinentes, acompanhado do respectivo histórico escolar e Diploma e histórico da pós-graduação, se for o caso;
k) declaração de acúmulo ou não de cargo público ou, quando for o caso, de que requereu exoneração, rescisão do contrato de trabalho ou dispensa do cargo, emprego ou função pública que vinha exercendo, disponível no *site* http://www2.concursos.ms.gov.br/index.php?location=_editais_complemento&concurso=123;
l) Declaração de Bens e Valores que constituem o patrimônio individual e familiar do candidato e de seus dependentes, disponível no *site* http://www2.concursos.ms.gov.br/index.php?location=_editais_complemento&concurso=123,acompanhada da Declaração Anual de Imposto de Renda da Pessoa Física, relativa ao último exercício (quando houver);
m) certidões dos distribuidores cíveis e criminais da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, para candidatos de ambos os sexos, as quais poderão ser obtidas via *internet*, por meio do endereço https://www.cjf.jus.br/cjf/certidao-negativa;
n) certidões dos distribuidores cíveis, criminais e criminais militares da Justiça Estadual de primeiro e segundo graus, para candidatos de ambos os sexos (a emissão desta certidão deverá observar os procedimentos estabelecidos por cada tribunal de justiça);
o) certidões de ações criminais militares da Justiça Militar da União, para candidatos de ambos os sexos, que poderá ser obtida via internet, por meio do endereço https://www.stm.jus.br/servicos-stm/certidao-negativa/emitir-certidao-negativa;

p) certidão de ações criminais eleitorais, expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral, que poderá ser obtida via internet, por meio do endereço http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais.
q) comprovante de registro no órgão de fiscalização do exercício profissional ou conselho de classe, acompanhado dos comprovantes de quitação anual e de regularidade, de acordo com a função a qual concorre, se for obrigatório para o requisito básico da função escolhida;
r) Atestado de Avaliação Médica, Física e Mental, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias da data especificada para apresentação do candidato;
s) duas fotos 3x4 coloridas, recentes, não utilizando boné, óculos ou qualquer objeto que impossibilite a visualização completa do rosto do candidato;
t) declarações e ficha de cadastro para Ingresso e Implantação no Sistema de Gestão de Pessoas a serem disponibilizadas no site disponível no *site* http://www2.concursos.ms.gov.br/index.php?location=editais_complemento&concurso=123, devidamente preenchidos e assinados;

5. Os candidatos convocados deverão cumprir todas as etapas descritas neste edital e comparecer na data, horários e local marcado, sendo que com o não comparecimento, a inobservância do prazo ou a não comprovação dos requisitos e condições legais para a contratação, eliminará o candidato do Processo Seletivo Simplificado – SAD/SEMADESC/IMASUL/GRN/2024, cessando as obrigações da Administração Estadual para com o candidato.

6. O período de contratação será de até 1 (um) ano, podendo ser prorrogado ou rescindido a qualquer tempo, na forma da Lei Estadual n. 4.135 de 15 de dezembro de 2011, e suas alterações.

CAMPO GRANDE-MS, 28 DE MAIO DE 2024.

FREDERICO FELINI
Secretário de Estado de Administração

JAIME ELIAS VERRUCK
Secretário de Estado de Meio Ambiente,
Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação

ANDRÉ BORGES BARROS DE ARAÚJO
Diretor-Presidente do Instituto de Meio Ambiente
de Mato Grosso do Sul

ANEXO ÚNICO AO EDITAL n. 15/2024 – SAD/SEMADESC/IMASUL/GRN
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – SAD/SEMADESC/IMASUL/GRN/2024

CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS E COMPROVAÇÃO DE REQUISITOS

Data: 03 de junho de 2024;
Horário: das 8h às 11h;
Local: **Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL**
Endereço: Avenida Desembargador Leão Neto do Carmo, 06 – Parque dos Poderes;
CEP: 79.037-100, Campo Grande – MS;

AC – Ampla Concorrência | CN – Cotista Negro | CI – Cotista Indígena | PCD – Pessoa Com Deficiência | GRN – Gestor de Recursos Naturais								
Vaga	**Natureza**	**Inscrição**	**Nome**	**Cargo**	**Área de Formação**	**Cota**	**Class. Geral**	**Class. Cota**
1	AC	146916183992	Beatriz Carneiro De Oliveira	GRN	Biologia	AC	6º	
1	AC	146916193213	Rodrigo Figueiredo Da Costa	GRN	Engenharia Florestal	AC	7º	
1	AC	146916193517	Guilherme Herculano De Oliveira	GRN	Geografia	CN	4º	2º

Data: 03 de junho de 2024;
Horário: das 8h às 11h;
Local: **Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência Tecnologia e Inovação - SEMADESC**:
Endereço: Avenida Desembargador José Nunes da Cunha, S/N – Bloco 12 – Parque dos Poderes;
CEP: 79031-310, Campo Grande - MS;

AC – Ampla Concorrência | CN – Cotista Negro | CI – Cotista Indígena | PCD – Pessoa Com Deficiência | GRN – Gestor de Recursos Naturais								
Vaga	**Natureza**	**Inscrição**	**Nome**	**Cargo**	**Área de Formação**	**Cota**	**Class. Geral**	**Class. Cota**
1	CI	146916193320	Leticia Siqueira Walter	GRN	Engenharia Florestal	AC	8º	

Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário

EDITAL AGEPEN/ESPEN/MS/ N° 033/2024, DE 27 DE MAIO DE 2.024.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGENCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DE MATO GROSSO DO SUL-AGEPEN, no uso de suas atribuições legais e por meio da ESCOLA PENITENCIÁRIA-ESPEN torna público, para conhecimento dos interessados, a relação dos Policiais Penais que cumpriram os pré-requisitos, inscritos para a Capacitação para Promoção 2024, conforme abaixo:

1. POLICIAIS PENAIS INSCRITOS:

Nº	Nome
01	Adriana Bimbato Borges de Menezes
02	Adriana da Silva Alves
03	Alessandra dos Anjos Menezes
04	Alexandre Zacarias da Silva Alves
05	Aline Toledo Montelo Beletti
06	Andre Marins Bardiviesso
07	Antonio Cassio Gonçalves dos Santos
08	Bruna Pimenta dos Santos
09	Bruno Yonamine de arantes
10	Camila Insfran Mendes
11	Claudia Maria Martins de Almeida Garces
12	Claudia Raquel Diniz
13	Cledson Machado do Amaral
14	Cleia Santos do Nascimento Rocha
15	Cleide Lazari de Freitas
16	Cleiton Martins Machado
17	Cleuza Barbosa de Oliveira
18	Clodomilson dos Santos
19	Cristiane da Silva Sobrinho
20	Cristiane Soares Camargo
21	Danilo Fernandes Silva
22	Diego Machado da Silva de Paula
23	Diego Tiago da Silva
24	Douglas Aparecido Rezende Pereira
25	Edeval dos Reis Gomes
26	Edmar Leite Silva
27	Eliezer de Campos
28	Eliomar Alves Silveira
29	Eveline Alves Esteves
30	Everaldo Gomes Lubas
31	Fabiana Gimenez Ferreira
32	Fernanda de Vasconcelos Cardoso Monteiro
33	Francielli Lucena Cogo
34	Gelson Felipe Franco Ribeiro
35	Gelton Rodrigues de Souva
36	Gisele de Oliveira Arantes
37	Giselle Cecilia de Vasconcelos
38	Glaucilene Hall Amorim
39	Grazielli dos Santos Alves Ribeiro
40	Guilherme da Conceição
41	Heriberto Cardoso Consoli

42	Hevelyn Carla Castilho de Oliveira Gonzaga
43	Ivan Lucas Ransato da Silva
44	Jackye Lee Magalhães Santos
45	Jean Carlos da Silva Cunha
46	Jean Roger Leite da Costa
47	Jeferson de Souza Silva
48	Jilierme do Nascimento de Souza
49	João Henrique Prevedel
50	Josiane da Silva
51	Jovani Gomes de Camargo
52	Jucilei de Matos Chimenez
53	Kathreen Aparecida de Medeiros Gil
54	Keyla Christina de Oliveira Soares Shinohara
55	Larissa Tassinari de Souza
56	Leonardo de Souza Nascimento
57	Luana Kohara Soncini Zenerati
58	Luciano Caetano da Silva
59	Lucimara Mateus Potric de Souza
60	Luis Augusto Cavalheiro Beletti
61	Luiz Antonio de Oliveira
62	Marcelo de Souza Dourado
63	Marcelo Rodrigues de Souza
64	Marcia Cristina de Campos
65	Marcos Paulo Ambrozio da Silva
66	Maria Conceição Jorgino Elias
67	Maria Rosane Fernandes
68	Marian do Rocio de Carvalho
69	Mariane Fernandes da Silva
70	Marilaine Rodrigues Vilarga
71	Maristella Soares Ferreira
72	Marleize da Silva Ferreira
73	Marluce de Paula Vasconcelos Malheiros
74	Michele Aparecida Fruhauf
75	Michelli de Oliveira Souza
76	Miriam Celeste Acosta
77	Nara Leal Rodrigues Santile
78	Neuzeni Alves Domingos
79	Odair de Oliveira Firmino
80	Raphael Nepomuceno Lopes
81	Raquel Mendonça da Silva
82	Regilmar Silva da Cruz
83	Reginaldo Floriano Costa Castro
84	Renato Wachmann Campanholli
85	Rogellio Camargo Fernandes
86	Ronaldo Cardoso de Carvalho
87	Roselia Pereira da Silva
88	Rozania Pereira de Souza
89	Rute Souza Rocha
90	Sandra elisa Ferreia de Amori
91	Sandra Mara de Oliveira Cotrim

92	Silvio Leonel do Amaral
93	Simone de Moura Rodrigues
94	Tassio Paes Schwerz
95	Veranice Edwirges dos Santos
96	Victor Hugo Ortega Gomes
97	Wellington Cesar Lopes
98	Yara Barnabe da Silva

2. A aula presencial do Curso de Capacitação para Promoção de 2024 será realizado no dia **07/06/2023**, das **7h30 às 11h30 e das 13h às 18h**, na Escola Penitenciária/AGEPEN-MS, sito à Rua Pernambuco, 1512, Vila Gomes, Campo Grande, MS.

Campo Grande MS, 27 de maio de 2.024.

Rodrigo Rossi Maiorchini
Diretor-Presidente da AGEPEN

EDITAL AGEPEN/ESPEN/MS/ N° 034/2024, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGENCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DE MATO GROSSO DO SUL-AGEPEN, no uso de suas atribuições legais e por meio da ESCOLA PENITENCIÁRIA - ESPEN, torna público, considerando a existência de vagas e que o servidor está APTO na avaliação psicológica para o Porte e Manuseio de arma de fogo Institucional, a *inclusão* do servidor que manifestou interesse em participar do ***XLI Curso de Armamento e Tiro, Vigilância e Escolta*** ☐ ***CAVE***- em **CAMPO GRANDE/MS**, conforme as disposições abaixo:

1. SERVIDOR INSCRITO:

	NOME	**LOTAÇÃO**
01	Odair Chiocca	PTRAN

2. O Curso de Capacitação, de caráter eliminatório, tem previsão de Início no dia **03/06/2024**, as 7h30 e o Término no dia **07/06/2024** as 18h - com carga horária de 70h/a, incluindo a disciplina EaD.
Local: Espen sito a rua Pernambuco, 1512, Vila Gomes, no dia **03/06/2024 às 7h30,** onde receberão as demais instruções.

2.1. Todas as demais informações pertinentes do curso seguem o contido no Edital nº 032/2024 de 27 de maio de 2024 - publicado em D.O.E. nº 11.504 de 28 de maio de 2024, onde constam as orientações sobre enxoval, disciplinas, carga horária e demais informações sobre o curso;

Campo Grande-MS, 28 de maio de 2.024.

Rodrigo Rossi Maiorchini
Diretor-Presidente da AGEPEN

Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

EDITAL Nº 219/2024 – PRODHS/UEMS
CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR
A PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os candidatos aprovados no Processo Seletivo para contratação para o cargo de Professor de Ensino Superior, homologado através dos Editais, conforme anexo, para contratação temporária. O candidato deverá remeter os documentos, relacionados no link https://www.uems.br/pro- reitoria/prodhs/Divisao-de-Recursos-Humanos/Setor-de-Contratos-Docentes, nos endereços estabelecidos e prazo acordado pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social (PRODHS). Se o candidato não cumprir o estabelecido, entende-se que não tem interesse em assumir as aulas.
DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO:
São requisitos exigidos para a contratação: a) ser brasileiro nato ou naturalizado; b) se do sexo masculino, estar quite com as obrigações militares; c) estar quite com as obrigações eleitorais; d) gozar de boasaúde e estar capacitado física

e mentalmente para o exercício das atribuições do cargo e) possuir a formação acadêmica solicitada; f) se estrangeiro, possuir passaporte atualizado com visto de permanência que permita o exercício de atividade laborativa no Brasil.

DOS IMPEDIMENTOS À CONTRATAÇÃO:

Estão impedidos de serem contratados os candidatos: a) ocupantes de cargo, de emprego, ou de função pública federal, estadual, municipal, ou do Distrito Federal, abrangendo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público, de categoria funcional de nível médio, que não seja de natureza técnica ou científica, inclusive aposentados ou em licença para tratamento de interesses particulares ou licença semelhante; b) servidor aposentado em dois cargos, por invalidez, ou por aposentadoria compulsória (federal, estadual ou municipal); c) ocupantes de cargo, emprego ou função em regime de dedicação exclusiva; d) em situação de acumulação lícita que ultrapasse sessenta horas semanais na soma do vínculo já existente com a carga horária da contratação; e) em situação que ultrapasse cinquenta horas semanais, quando as aulas forem assumidas por professor da rede estadual de ensino de MS, que tenha vínculo efetivo com a administração pública, em regime de acumulação, permitido em lei; nos termos do Decreto nº 14.137, de 06/02/2015. f) em situação queultrapasse quarenta horas semanais quando assumidas por professor convocado da rede estadual de ensino de MS, nos termos do Decreto nº 14.137, de 06/02/2015. g) que mantenham dois vínculos com o serviço público, independentemente da soma das cargas horárias decorrentes desses vínculos; h) militar na ativa.

Dourados, 28 de maio de 2024.

VANIA PEREIRA MORASSUTTI BENATTI

Pró-Reitora de Desenvolvimento Humano e Social – UEMS

ANEXO I - EDITAL Nº **219/2024** – PRODHS/UEMS - CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

- encaminhar documentos via e-mail em: **20/05/2024**

– Seleção: ED. nº 27/2024-PRODHS/PROE/UEMS – 24/04/2024 – D.O.E. nº 11.479 – 25/04/2024 – p. 57 – Homologação: ED. nº 37/2024-RTR/UEMS – 23/05/2024 – D.O.E. nº 11.501 – 24/05/2024 – p. 53			
CANDIDATO (A)	Área	Curso/ Unidade	CH
GILBERTO VIEIRA DOS SANTOS – Subst.: Daiane Alencar da Silva - Motivo: Coord. de Curso e Vaga Pura – 01/06/2024 a 13/07/2024	Geografia Humana	Geografia – Jardim	**40 h**

EDITAL Nº 03 - COMISSÃO ORGANIZADORA DE SELEÇÃO DE DOCENTES
Unidade Universitária de Campo Grande

APOSTILA DA SELEÇÃO DE DOCENTES DESTINADA À CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

A Comissão Organizadora da Seleção de Docentes, destinada à contratação temporária, constituída pela PORTARIA "P"/ UEMS no. 1346, de 30 de outubro de 2023, PORTARIA "P"/UEMS no.1426, de 9 de novembro de 2023 e PORTARIA "P"/ UEMS no.57 de 12 de janeiro de 2024, PORTARIA "P"/UEMS no. 513 de 9 de abril de 2024, PORTARIA "P"/UEMS nº. 641, de 13 de maio de 2024 torna público o seguinte:

1. Apostile-se a seguinte alteração no Edital nº 01/2024 – Comissão Organizadora de Seleção Docente, de 15 de maio de 2024, D.O. n°. 11. 493, de 17 de maio de 2024, página 115 A 120.

ONDE SE LÊ:

ÁREA DE CONHECIMENTO: NARRATIVAS E A PSICOLOGIA DA SAÚDE
SORTEIO: 03/06/2024
HORÁRIO: 13h30 - horário de MS
LOCAL: Bloco A - sala de reuniões - piso superior

LEIA –SE:

ÁREA DE CONHECIMENTO: NARRATIVAS E A PSICOLOGIA DA SAÚDE
SORTEIO: 29/05/2024
HORÁRIO: 13h00 - horário de MS
LOCAL: Bloco A - sala de reuniões - piso superior

Joana Margarete Saldivar Cristaldo Lera
Presidente da Comissão Organizadora da Seleção de Docentes UEMS/ UUCG

ATOS DE LICITAÇÃO

Secretaria de Estado de Administração

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO

Com fundamento no PARECER REFERENCIAL PGE/MS/CJUR-SUCOMP N. º 001/2020 (fls. 3697-3755), HOMOLOGO os resultados da licitação, publicado no Diário Oficial do Estado n. 11.447 do dia 25 de março de 2024, págs. 214 e 215 e Diário Oficial do Estado n.11.454, do dia 4 de abril de 2024, pág. 93, referentes aos itens 02, 04, 05, 07, 15, 16 e 26, instaurada através do Pregão Eletrônico n.º 055/2023 /SAD – Processo n.º 55/006.895/2022, visando à formação do Registro de Preços para **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO II**, nos termos da Lei n° 10.520/02, Decretos n°s 15.327/2019, 15.454/2020 e subsidiariamente na lei n° 8.666/93 e alterações.

Campo Grande, 28 de maio de 2024.

Muriel Moreira
Secretária-Executiva de Licitações

CONVOCAÇÃO DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
PROCESSO N° 55/006.895/2022
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO II.**

Ficam as empresas, abaixo relacionadas, notificadas para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, efetuarem a assinatura da Ata de Registro de Preços, **devendo, na ocasião apresentar documentações necessárias.**

PROSANIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA
SHIGEMOTO & CIA LTDA – EPP
THAIS DE ARRUDA PAIVA EIRELLI-ME

Campo Grande, 28 de maio de 2024.

JOYCEANE PADILHA
Superintendente de Contratações Centralizadas

Republica- se a convocação publicada no Diário Oficial n. 11.504 de 28 de maio de 2024, página 156, passando a constar:

CONVOCAÇÃO DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
PROCESSO N° 55/014.670/2022
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS XXVI.**

Ficam as empresas, abaixo relacionadas, notificadas para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, efetuarem a assinatura da Ata de Registro de Preços, **devendo, na ocasião apresentar documentações necessárias.**

CM HOSPITALAR S.A.
EREFARMA PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA – EPP
NUTRI CARE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

Campo Grande, 27 de maio de 2024.

JOYCEANE PADILHA
Superintendente de Contratações Centralizadas

Secretaria de Estado de Educação

Extrato de Termo de Reconhecimento de Dívida

Processo: 29/043.971/2024
Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS) e GUATÓS PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI.
Objeto: O Termo de Reconhecimento de Dívida tem como fato gerador o pagamento de valores devidos não realizados na época própria, em decorrência da prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, copa, cozinha, jardinagem, manutenção, portaria e recepção, com fornecimento de materiais.
Ordenador de Despesas: Ademilson Mendes Arguilera
Dotação Orçamentária: Funcional Programática n. 10.29101.12.122.0032.6017.0001, Localizador: Custeio Administrativo, Natureza da Despesa/Item n. 33909302, Fonte n. 0150010011.
Valor: R$ 3.155.170,17 (Três milhões, cento e cinquenta e cinco mil, cento e setenta reais e dezessete centavos).
Amparo Legal: Art. 37 da Lei Federal n. 4.320/64 e Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações
Data da Assinatura: 28/05/2024
Assinam: HELIO QUEIROZ DAHER e TELMA CRISTINA FERNANDES HENRIQUES

AVISO DE LICITAÇÃO

A Unidade Executora do(a) ESCOLA ESTADUAL PROFª. CATARINA DE ABREU, por meio de seu(sua) Presidente, ao final assinado, torna público que, por intermédio da Equipe de Licitação, designada em Ato, realizará o processo licitatório, na modalidade Pregão Presencial.
OBJETIVO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE do(a) ESCOLA ESTADUAL PROFª. CATARINA DE ABREU.
PREGÃO PRESENCIAL N. 02/2024
PROCESSO N. 29.038.548-2024
ABERTURA DA SESSÃO: às 8 horas, do dia 13 de junho de 2024.
ENDEREÇO DA ABERTURA DA SESSÃO: Sede Ee Professora Catarina De Abreu, SIDROLANDIA/MS
O Edital e demais informações encontram-se à disposição dos interessados na sede da UEx. do(a) ESCOLA ESTADUAL PROFª. CATARINA DE ABREU, situada à R. Napoleão Ferreira Ribeiro, 245, B. São Bento. Nº 245, Bairro São Bento, Cep 79.170-000.
SIDROLANDIA/MS, 27 de maio de 2024.

Lirodiou Silva
Presidente da UEx do(a) ESCOLA ESTADUAL PROFª. CATARINA DE ABREU
CPF N. xxx.109.701-xx

RESULTADO DE PREGÃO PRESENCIAL

O(a) Presidente da UEx da Unidade de Ensino Escola Estadual COMANDANTE MAURÍCIO COUTINHO DUTRA, localizada no município SONORA/MS, por intermédio do Pregoeiro e Equipe de Apoio comunica a classificação e adjudicação do resultado do Pregão Presencial.
Pregão Presencial n. 01/2024
Processo n.29.026.052-2024
Objetivo: Aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE da Unidade de Ensino Escola Estadual COMANDANTE MAURÍCIO COUTINHO DUTRA, localizada no município SONORA/MS.
- Empresa (1): FRANCISCO FERREIRA DE MOURA - ME, CNPJ N. 01.090.158/0001-62, vencedor(a) do item: 43, totalizando o contrato no valor de R$ 14.000,00 (quatorze mil reais);
- Empresa (2): PANIFICADORA ZILIO LTDA EPP, CNPJ N. 02.965.875/0001-53, vencedora dos itens: 56, 57, totalizando o contrato no valor de R$ 12.471,45 (doze mil e quatrocentos e setenta e um reais e quarenta e cinco centavos);
- Empresa (3): ROYAL SOLUÇÕES COMÉRCIO & SERVIÇOS LTDA, CNPJ N. 34.049.507/0001-51, vencedora dos itens: 10, 24, totalizando o contrato no valor de R$ 19.789,68 (dezenove mil e setecentos e oitenta e nove reais e sessenta e oito centavos);
- Empresa (4): T GRISON, CNPJ N. 21.564.170/0001-79, vencedora dos itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, totalizando o contrato no valor de R$ 74.773,70 (setenta e quatro mil e setecentos e setenta e três reais e setenta centavos).
SONORA/MS, 27 de maio de 2024.

Assinatura do Presidente da UEx da Escola Estadual COMANDANTE MAURÍCIO COUTINHO DUTRA
CPF n. xxx.070.581-xx

RESULTADO DE PREGÃO PRESENCIAL

O(a) Presidente da UEx da Unidade de Ensino Escola Estadual SALOMÉ DE MELO ROCHA, localizada no município GUIA LOPES DA LAGUNA/MS, por intermédio do Pregoeiro e Equipe de Apoio comunica a classificação e adjudicação

do resultado do Pregão Presencial.
Pregão Presencial n. 02/2024
Processo n.29.037.462-2024
Objetivo: Aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE da Unidade de Ensino Escola Estadual SALOMÉ DE MELO ROCHA, localizada no município GUIA LOPES DA LAGUNA/MS.
- Empresa (1): COMERCIAL NORDESTE LTDA, CNPJ N. 14.811.425/0001-95, vencedora dos itens: 4, 12, totalizando o contrato no valor de R$ 5.965,00 (cinco mil e novecentos e sessenta e cinco reais);
- Empresa (2): I.A. CAMPAGNA JUNIOR E CIA LTDA, CNPJ N. 06.298.377/0001-55, vencedora dos itens: 2, 3, 5, 7, 13, totalizando o contrato no valor de R$ 10.810,00 (dez mil e oitocentos e dez reais);
- Empresa (3): Irmãos Cardoso Ltda, CNPJ N. 37.753.892/0001-01, vencedora dos itens: 1, 9, 10, 11, totalizando o contrato no valor de R$ 5.876,88 (cinco mil e oitocentos e setenta e seis reais e oitenta e oito centavos);
- Empresa (4): ROYAL SOLUÇÕES COMÉRCIO & SERVIÇOS LTDA, CNPJ N. 34.049.507/0001-51, vencedora dos itens: 6, 8, totalizando o contrato no valor de R$ 5.808,50 (cinco mil e oitocentos e oito reais e cinquenta centavos).
GUIA LOPES DA LAGUNA/MS, 27 de maio de 2024.

Assinatura do Presidente da UEx da Escola Estadual SALOMÉ DE MELO ROCHA
CPF n. xxx.687.801-xx

AVISO DE LICITAÇÃO

A Unidade Executora do(a) ESCOLA ESTADUAL MARIA ELIZA BOCAYUVA CORRÊA DA COSTA, por meio de seu(sua) Presidente, ao final assinado, torna público que, por intermédio da Equipe de Licitação, designada em Ato, realizará o processo licitatório, na modalidade Pregão Presencial.
OBJETIVO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE do(a) ESCOLA ESTADUAL MARIA ELIZA BOCAYUVA CORRÊA DA COSTA.
PREGÃO PRESENCIAL N. 02/2024
PROCESSO N. 29.045.347-2024
ABERTURA DA SESSÃO: às 8 horas, do dia 12 de junho de 2024.
ENDEREÇO DA ABERTURA DA SESSÃO: Escola Maria Eliza Bocayuva Corrêa Da Costa, CAMPO GRANDE/MS
O Edital e demais informações encontram-se à disposição dos interessados na sede da UEx. do(a) ESCOLA ESTADUAL MARIA ELIZA BOCAYUVA CORRÊA DA COSTA, situada à R. Comandante Cyro Araujo França Nº 412, Bairro Vila Margarida, Cep 79.023-270.
CAMPO GRANDE/MS, 28 de maio de 2024.

Edgar Aguilera David
Presidente da UEx do(a) ESCOLA ESTADUAL MARIA ELIZA BOCAYUVA CORRÊA DA COSTA
CPF N. xxx.042.581-xx

Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos

AVISO DE RESULTADO DE HABILITAÇÃO
EDITAL CO Nº 001/2024-DLO/AGESUL

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 79/010.546/2023.
LICITAÇÃO MODALIDADE: CONCORRÊNCIA.
OBJETO: OBRA DE IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE INTERSEÇÃO EM NÍVEL NA RODOVIA MS-157, ACESSO À USINA CERRADINHO, SEG: KM 19+670 AO KM 20.547, COM EXTENSÃO APROXIMADA DE 0,87 KM, NO MUNICÍPIO DE MARACAJÚ/MS.

A Comissão Permanente de Licitação de Obras da AGESUL torna público o resultado do julgamento da **HABILITAÇÃO** no certame acima:

LICITANTE HABILITADA:

RAZÃO SOCIAL	CNPJ
GRADUAL ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	11.388.737/0001-40

LICITANTES INABILITADAS:

RAZÃO SOCIAL	CNPJ
MONTICELLO ENGENHARIA LTDA	02.947.216/0001-94
DL PAVIMENTAÇÃO LTDA	12.341.077/0001-04

Abre-se o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, conforme assegura o artigo 109, inciso I da Lei 8.666/93, findando o mesmo em **07/06/2024**.

Campo Grande – MS, 28 de maio de 2024.

PRESIDENTE DA CPL – AGESUL

AVISO DE RESULTADO DE RECURSO

EDITAL: TOMADA DE PREÇOS Nº 094/2023 – DLO-AGESUL
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 79/011.343/2023.
OBJETO: ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA) E RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA) PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DA RODOVIA ESTADUAL MS-165 E MS-299, TRECHO: MS-165 (KM 35,00) / INÍCIO TRECHO URBANO DE SETE QUEDAS, COM EXTENSÃO DE 113,62 KM, NOS MUNICÍPIOS DE PARANHOS/MS E SETE QUEDAS/MS.
FASE: CLASSIFICAÇÃO.
RECORRENTE: TRAÇO ENGENHARIA LTDA
DESPACHO DECISÓRIO: RECURSO RECEBIDO E IMPROVIDO.
CONSEQUENCIA: EMPRESA **TRAÇO ENGENHARIA LTDA MANTIDA DESCLASSIFICADA** PARA O PRESENTE CERTAME.
DOCUMENTAÇÃO: A DISPOSIÇÃO DAS EMPRESAS PARTICIPANTES JUNTO A DLO/AGESUL, NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE.

Campo Grande – MS, 28 de MAIO de 2024.

DIRETORIA DE L. DE OBRAS – AGESUL

Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal

ATOS DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA nº 007/2024
O Diretor-Presidente - Interino, observando o princípio da legalidade e preservando o interesse público, de acordo com o disposto no parágrafo único do art. 72 da Lei federal nº. 14.133/2021, resolve *AUTORIZAR* a contratação direta, por meio de Inexigibilidade de licitação, bem como *ADJUDICAR e HOMOLOGAR* o Processo n.º 83/023.787/2024, em atenção ao art. 10, inciso III do Decreto Estadual n.º 16.119/2023 combinado com o art. 71, inciso IV da Lei Federal n.º 14.133/2021, Contratação para serviços de natureza técnica especializada, especificamente de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, com pessoas físicas e/ou com pessoas jurídicas detentoras de notória especialização para participação na " 8ª Conferência Nacional de defesa Agropecuária (CNDA) " que acontecerá na cidade de Goiânia/GO, item 001, no valor total de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), conforme Parecer Jurídico da Coordenadoria Jurídica Residual – CJUR-Residual III da IAGRO n. 085/2024 e com amparo no art. 74, inciso III, alínea "f" da Lei n.º 14.133/2021.

Campo Grande/MS, 27 de maio de 2024

Cristiano Moreira de Oliveira
Diretor-Presidente – Interino da IAGRO

Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul

Processo: 85/006.317/2024

Ratifico a inexigibilidade de licitação por inviabilidade de competição de acordo com o artigo 74, inciso II, Lei 14.133 de 01/04/21 e suas alterações, para contratação de **K & B SHOWS E EVENTOS LTDA-ME,** inscrito

no CNPJ 50.065.095/0001-08, na condição de empresário exclusivo de **"Kaio e Bertine"** para que realize 01 (um) show musical, no evento **"Arraia na Bocaina"** no dia 31 de maio de 2024 a partir das 20 horas, na Concha Acústica, Inocência/MS, com 01 horas e 30 minutos de duração, pelo Projeto Ações Culturais Para o Fortalecimento de Mato Grosso do Sul.

O valor da contratação é de R$ 15.000,00 ((quinze mil reais) para a realização da apresentação.

Data: 28/05/2024

EDUARDO MENDES PINTO
Ordenador de Despesas
Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul

Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Retifica-se por ter constado incorreção no **RESULTADO DE LICITAÇÃO** Publicado no Diário Oficial nº 11.503, de 27 de maio de 2024, PÁG. 68

Onde se lê: **ITEM 03:** HARMONIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA, CNPJ: 29.853.526/0001-04, com o valor de R$ 17.490,00 (Dezessete mil, quatrocentos e noventa reais).

Leia-se: **ITEM 03:** HARMONIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA, CNPJ: 29.853.526/0001-04, com o valor de R$ 11.100,00 (onze mil e cem reais).

Demais dados da publicação permanecem os mesmos.

Dourados/MS, 28 de maio de 2024.

Everaldo Mendonça Santos
Agente de Contratação/Pregoeiro – UEMS

Retifica-se por ter constado incorreção no **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO** Publicado no Diário Oficial nº 11.504, de 28 de maio de 2024, PÁG. 175:

ADJUDICO e **HOMOLOGO a Retificação do resultado de Licitação** pela modalidade Pregão Eletrônico nº 07/2024, Processo nº 29/041.251/2023, executada pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio.

OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática e quadro branco magnético para atender o Projeto: Educação em Direitos Humanos das Mulheres e o Rede Saberes, nas áreas dos Direitos Humanos, Interculturalidade, História e Ciências Sociais, em atendimento das necessidades vinculadas ao convênio FNDE n. 929593/2022.

EMPRESAS ADJUDICADAS E HOMOLOGADAS:
ITEM 03: HARMONIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA, CNPJ: 29.853.526/0001-04, com o valor de **R$ 11.100,00 (onze mil e cem reais).**

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 28 de maio de 2024.

Laércio Alves de Carvalho
Reitor/UEMS

ATOS DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Atos do Governador

DECRETO "P" Nº 420, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 3º do Decreto nº 11.942, de 3 de outubro de 2005,

R E S O L V E:

Exonerar os representantes abaixo relacionados da função de membros do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (CEE/MS), com efeitos a partir de 16 de abril de 2024, conforme especificação no quadro:

MEMBROS EXONERADOS	REPRESENTAÇÃO
Titular: Pedro Antônio Gonçalves Domingues Suplente: Carlos Alberto de Almeida Passarinho	Indicados pela Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (FITRAE-MS)

Campo Grande, 28 de maio de 2024.

EDUARDO CORRÊA RIEDEL
Governador do Estado

DECRETO "P" Nº 421, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 3º do Decreto nº 11.942, de 3 de outubro de 2005,

R E S O L V E:

Nomear os representantes abaixo relacionados para, em complementação do mandato de 4 (quatro) anos, que se encerra em 7 de dezembro de 2025, compor o Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (CEE/MS), com efeitos a partir de 16 de abril de 2024, conforme especificação no quadro:

MEMBROS NOMEADOS	REPRESENTAÇÃO	EM SUBSTITUIÇÃO A
Titular: Carlos Alberto de Almeida Passarinho Suplente: Antônio Salvatierre	Indicados pela Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (FITRAE-MS)	Titular: Pedro Antônio Gonçalves Domingues Suplente: Carlos Alberto de Almeida Passarinho

Campo Grande, 28 de maio de 2024.

EDUARDO CORRÊA RIEDEL
Governador do Estado

DECRETO "P" Nº 422, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 155 da Lei nº 2.315, de 25 de outubro de 2001, combinado com o disposto nos arts. 6º, 7º e 8º do Regimento Interno do Tribunal Administrativo Tributário do Estado de Mato Grosso do Sul, aprovado pelo Decreto nº 14.320, de 24 de novembro de 2015, e suas alterações,

R E S O L V E:

Exonerar os representantes abaixo nominados da função de membros do Tribunal Administrativo Tributário do Estado de Mato Grosso do Sul, com efeitos a partir de 20 de maio de 2024, conforme especificação constante no quadro:

MEMBROS EXONERADOS	ÓRGÃO REPRESENTADO
REPRESENTANTES DE ÓRGÃO GOVERNAMENTAL	
Titulares: Ana Paula Duarte Ferreira Matheus Segalla Menegaz Suplentes: 1º Daniel Gaspar Luz Campos de Souza 3º Gabriel Bezerra Bourguignon 4º Thiago Antonio de Paula Brito 5º Rodrigo Paulino Jorge 6º Caroline de Cassia Sordi	Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ)

Campo Grande, 28 de maio de 2024.

EDUARDO CORRÊA RIEDEL
Governador do Estado

DECRETO "P" Nº 423, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 155 da Lei nº 2.315, de 25 de outubro de 2001, combinado com o disposto nos arts. 6º, 7º e 8º do Regimento Interno do Tribunal Administrativo Tributário do Estado de Mato Grosso do Sul, aprovado pelo Decreto nº 14.320, de 24 de novembro de 2015, e suas alterações,

R E S O L V E:

Nomear os representantes abaixo nominados para, em complementação do mandato de mandato de 4 (quatro) anos, compor o Tribunal Administrativo Tributário do Estado de Mato Grosso do Sul, para, com efeitos a partir de 20 de maio de 2024, conforme especificação constante no quadro:

MEMBROS NOMEADOS	ÓRGÃO REPRESENTADO	EM SUBSTITUIÇÃO A
REPRESENTANTES DE ÓRGÃO GOVERNAMENTAL		
Titulares: Daniel Gaspar Luz Campos de Souza Felipe Cezário Guimarães Pereira Suplentes: 1º Ana Paula Duarte Ferreira 3º Ewerton Cruz Cordeiro 4º Vicente da Fonseca Bezerra Júnior 5º Valgney Cherri Ishimi 6º Julio César Borges	Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ)	Titulares: Ana Paula Duarte Ferreira Matheus Segalla Menegaz Suplentes: 1º Daniel Gaspar Luz Campos de Souza 3º Gabriel Bezerra Bourguignon 4º Thiago Antonio de Paula Brito 5º Rodrigo Paulino Jorge 6º Caroline de Cassia Sordi

Campo Grande, 28 de maio de 2024.

EDUARDO CORRÊA RIEDEL
Governador do Estado

Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica

RESOLUÇÃO "P" SEGOV Nº 906, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 9ºA da Lei nº 2.065, de 29 de dezembro de 1999, acrescentado pela Lei nº 6.038, de 30 de março de 2023, resolve:

NOMEAR EWERTON RICARDO SOUZA PEREIRA para exercer o cargo em comissão de Gestão Operacional e Assistência, símbolo CCA-17, na função de Assistente VI, na Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica, em conformidade com o estabelecido no anexo II da Lei nº 6.036, de 1º de janeiro de 2023, e alterações, com efeito a partir de 1º de junho de 2024.

CAMPO GRANDE-MS, 28 DE MAIO DE 2024.

RODRIGO PEREZ RAMOS
Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica

RESOLUÇÃO "P" SEGOV Nº 907, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 14.903, de 27 de dezembro de 2017, com redação dada pelo Decreto nº 16.079, de 2 de janeiro de 2023, resolve:

NOMEAR os recursos humanos abaixo relacionados para exercerem cargo em comissão na Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Cultura, em conformidade com o estabelecido no anexo II da Lei nº 6.036, de 1º de janeiro de 2023, com efeito a partir de 1º de junho de 2024:

Nome	Cargo	Função	Símbolo
Lucilene Costa Silva Araujo	Direção Especial e Assessoramento	Assessor III	CCA-09
Paulo Roberto Garcia	Direção Intermediária e Assessoramento	Assistente II	CCA-13

CAMPO GRANDE-MS, 28 DE MAIO DE 2024.

RODRIGO PEREZ RAMOS
Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica

RESOLUÇÃO "P" SEGOV Nº 908, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 9ºA da Lei nº 2.065, de 29 de dezembro de 1999, acrescentado pela Lei nº 6.038, de 30 de março de 2023, resolve:

DISPENSAR os servidores relacionados no quadro da Função de Confiança Executiva (FCE) especificada, com efeito a partir de 1º de junho de 2024:

Matrícula nº	Nome	Símbolo da Função	Órgão
130723021	Katia dos Santos Alves	FCE-03	Sead
98191021	Sylbene de Souza Barreto	FCE-03	Sead
94048021	Eliseu Carneiro Primo	FCE-04	Sead
98744021	Rosana Gonçalves de Holanda	FCE-06	Sead
116622021	Jiannyffer Pereira de Sa	FCE-07	Sead

CAMPO GRANDE-MS, 28 DE MAIO DE 2024.

RODRIGO PEREZ RAMOS
Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica

RESOLUÇÃO "P" SEGOV Nº 909, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 9ºA da Lei nº 2.065, de 29 de dezembro de 1999, acrescentado pela Lei nº 6.038, de 30 de março de 2023, resolve:

DESIGNAR os servidores especificados no quadro abaixo, ocupantes de cargo efetivo do Quadro de Pessoal dos órgãos da Administração Direta e das Entidades autárquicas e fundacionais do Poder Executivo Estadual, para exercerem Função de Confiança Executiva (FCE), com fulcro no art. 8º, §§ 1º, 1ºA e 3º, da Lei nº 2.065, de 29 de dezembro de 1999, com redação dada pela Lei nº 6.038, de 30 de março de 2023, com efeito a partir de 1º de junho de 2024:

Matrícula nº	Nome	Símbolo da Função	Órgão
94048021	Eliseu Carneiro Primo	FCE-03	Sead
98744021	Rosana Gonçalves de Holanda	FCE-03	Sead
116622021	Jiannyffer Pereira de Sa	FCE-04	Sead
130723021	Katia dos Santos Alves	FCE-06	Sead
112912021	Raquel de Queiroz Silva	FCE-07	Sead

CAMPO GRANDE-MS, 28 DE MAIO DE 2024.

RODRIGO PEREZ RAMOS
Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica

RESOLUÇÃO "P" SEGOV Nº 910, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

ALTERAR a lotação do servidor DENYS HENRIQUE DE SOUZA, matrícula nº 488779023, ocupante do cargo em comissão de Direção Intermediária e Assessoramento, símbolo CCA-13, da Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos para a Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica, com efeito a partir de 1º de junho de 2024.

CAMPO GRANDE-MS, 28 DE MAIO DE 2024.

RODRIGO PEREZ RAMOS
Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica

RESOLUÇÃO "P" SEGOV Nº 911, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 9ºA da Lei nº 2.065, de 29 de dezembro de 1999, acrescentado pela Lei nº 6.038, de 30 de março de 2023, resolve:

NOMEAR AURIMAR DA COSTA LIMA FILHO para exercer o cargo em comissão de Direção Executiva e Assessoramento, símbolo CCA-12, na função de Assessor VI, no Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, em conformidade com o estabelecido no anexo II da Lei nº 6.036, de 1º de janeiro de 2023, e alterações, com efeito a partir de 1º de junho de 2024.

CAMPO GRANDE-MS, 28 DE MAIO DE 2024.

RODRIGO PEREZ RAMOS
Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica

RESOLUÇÃO "P" SEGOV Nº 912, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 14.903, de 27 de dezembro de 2017, com redação dada pelo Decreto nº 16.079, de 2 de janeiro de 2023, resolve:

EXONERAR, a pedido, GIANCARLO JOSETTI SANDIM, matrícula nº 505373021, do cargo em comissão de Direção Gerencial e Assessoramento, símbolo CCA-11, na função de Assessor V, na Secretaria de Estado da Casa Civil, reconduzindo-o, se for o caso, ao respectivo cargo efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo Estadual, com efeito a partir da data da publicação.

CAMPO GRANDE-MS, 28 DE MAIO DE 2024.

RODRIGO PEREZ RAMOS
Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica

RESOLUÇÃO "P" SEGOV Nº 913, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 14.903, de 27 de dezembro de 2017, com redação dada pelo Decreto nº 16.079, de 2 de janeiro de 2023, resolve:

EXONERAR os servidores abaixo relacionados, detentores de cargo em comissão na Secretaria de Estado de Saúde, reconduzindo-os, se for o caso, ao respectivo cargo efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo Estadual:

Matrícula nº	Nome	Cargo	Símbolo	Validade
489056022	Everton José Ribeiro de Carvalho	Direção Intermediária e Assessoramento	CCA-13	13/5/2024
433617025	Fernanda Menezes Barbosa	Direção Intermediária e Assessoramento	CCA-13	13/5/2024
115642027	Valéria Henrique Vieira Fortunato	Direção Intermediária e Assessoramento	CCA-13	13/5/2024
487120023	Pauline Gaviglia Silva	Gestão e Assistência	CCA-15	13/5/2024

Matrícula nº	Nome	Cargo	Símbolo	Validade
14318028	Leirma Fogaça de Souza	Gestão Operacional e Assistência	CCA-16	1º/6/2024

CAMPO GRANDE-MS, 28 DE MAIO DE 2024.

RODRIGO PEREZ RAMOS
Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica

RESOLUÇÃO "P" SEGOV Nº 914, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 14.903, de 27 de dezembro de 2017, com redação dada pelo Decreto nº 16.079, de 2 de janeiro de 2023, resolve:

EXONERAR, a pedido, VITÓRIA HOLANDA VIDAL, matrícula nº 509755021, do cargo em comissão de Direção Especial e Assessoramento, símbolo CCA-09, na função de Assessor III, na Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica, reconduzindo-a, se for o caso, ao respectivo cargo efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo Estadual, a contar de 24 de maio de 2024.

CAMPO GRANDE-MS, 28 DE MAIO DE 2024.

RODRIGO PEREZ RAMOS
Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica

RESOLUÇÃO "P" SEGOV Nº 915, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 14.903, de 27 de dezembro de 2017, com redação dada pelo Decreto nº 16.079, de 2 de janeiro de 2023, resolve:

EXONERAR, a pedido, THAMYRIS RAMOS DOS SANTOS, matrícula nº 483451023, do cargo em comissão de Gestão e Assistência, símbolo CCA-15, na Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural, reconduzindo-a, se for o caso, ao respectivo cargo efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo Estadual, a contar de 22 de maio de 2024.

CAMPO GRANDE-MS, 28 DE MAIO DE 2024.

RODRIGO PEREZ RAMOS
Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica

RESOLUÇÃO "P" SEGOV Nº 916, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 14.903, de 27 de dezembro de 2017, com redação dada pelo Decreto nº 16.079, de 2 de janeiro de 2023, resolve:

EXONERAR NAYARA DA SILVA FERNANDES, matrícula nº 17712023, do cargo em comissão de Gestão e Assistência, símbolo CCA-14, na Secretaria de Estado de Saúde, reconduzindo-a, se for o caso, ao respectivo cargo efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo Estadual, a contar de 26 de março de 2024, para fim de regularização funcional.

CAMPO GRANDE-MS, 28 DE MAIO DE 2024.

RODRIGO PEREZ RAMOS
Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica

RESOLUÇÃO "P" SEGOV Nº 917, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 14.903, de 27 de dezembro de 2017, com redação dada pelo Decreto nº 16.079, de 2 de janeiro de 2023, resolve:

EXONERAR DANILA FERNANDA RODRIGUES FRIAS, matrícula nº 505669023, do cargo em comissão de Direção Gerencial e Assessoramento, símbolo CCA-11, na função de Coordenador V, na Secretaria

de Estado de Saúde, com efeito a partir de 1º de junho de 2024.

CAMPO GRANDE-MS, 28 DE MAIO DE 2024.

RODRIGO PEREZ RAMOS
Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica

RESOLUÇÃO "P" SEGOV Nº 918, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 14.903, de 27 de dezembro de 2017, com redação dada pelo Decreto nº 16.079, de 2 de janeiro de 2023, resolve:

EXONERAR, a pedido, EDUARDO GABRIEL RAMALHO DIONIZIO, matrícula nº 435544026, do cargo em comissão de Direção Especial e Assessoramento, símbolo CCA-08, na Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, reconduzindo-o, se for o caso, ao respectivo cargo efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo Estadual, a contar de 20 de maio de 2024.

CAMPO GRANDE-MS, 28 DE MAIO DE 2024.

RODRIGO PEREZ RAMOS
Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica

RESOLUÇÃO "P" SEGOV Nº 919, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 14.903, de 27 de dezembro de 2017, com redação dada pelo Decreto nº 16.079, de 2 de janeiro de 2023, resolve:

EXONERAR, a pedido, JEANN PIERRE DE FREITAS CITADIM, matrícula nº 493164023, do cargo em comissão de Direção Gerencial e Assessoramento, símbolo CCA-11, na Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, reconduzindo-o, se for o caso, ao respectivo cargo efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo Estadual, a contar de 30 de abril de 2024.

CAMPO GRANDE-MS, 28 DE MAIO DE 2024.

RODRIGO PEREZ RAMOS
Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica

RESOLUÇÃO "P" SEGOV Nº 920, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 14.903, de 27 de dezembro de 2017, com redação dada pelo Decreto nº 16.079, de 2 de janeiro de 2023, resolve:

NOMEAR os recursos humanos abaixo relacionados para exercerem cargo em comissão na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul, em conformidade com o estabelecido no anexo II da Lei nº 6.036, de 1º de janeiro de 2023, com efeito a partir de 1º de junho de 2024:

Nome	Cargo	Função	Símbolo
Anita Amorim Moreira	Gestão Operacional e Assistência	Assistente VI	CCA-17
Leticia Cristina Pedro	Gestão Operacional e Assistência	Assistente VI	CCA-17

CAMPO GRANDE-MS, 28 DE MAIO DE 2024.

RODRIGO PEREZ RAMOS
Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica

RESOLUÇÃO "P" SEGOV Nº 921, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 9ºA da Lei nº 2.065, de 29 de dezembro de 1999, acrescentado pela Lei nº 6.038, de 30 de março de 2023, resolve:

NOMEAR JULIA FLORIANA KUSIAK CERVI para exercer o cargo em comissão de Direção Executiva e Assessoramento, símbolo CCA-12, na função de Assessor VI, na Secretaria de Estado de Administração, em conformidade com o estabelecido no anexo II da Lei nº 6.036, de 1º de janeiro de 2023, e alterações, com efeito a partir de 1º de junho de 2024.

CAMPO GRANDE-MS, 28 DE MAIO DE 2024.

RODRIGO PEREZ RAMOS
Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica

Controladoria-Geral do Estado

RESOLUÇÃO "P" CGE/MS N. 93, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso XXV do art. 3º do Decreto Estadual n. 14.903, de 27 de dezembro de 2017, resolve:

EXONERAR, a pedido, o servidor RENAN GOMES SANT'ANNA, matrícula n. 504377021, ocupante do cargo de Auditor do Estado, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, da Controladoria-Geral do Estado, com fulcro no inciso I do art. 56 da Lei Estadual n. 1.102/1990, com efeitos a contar de 27 de maio de 2024.

CAMPO GRANDE-MS, 28 DE MAIO DE 2024.

CARLOS EDUARDO GIRÃO DE ARRUDA
Controlador-Geral do Estado

Secretaria de Estado de Fazenda

RESOLUÇÃO/SEFAZ "P" N. 316 DE 21 DE MAIO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA, no exercício de sua competência, e considerando às exigências contidas no art. 117, da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e art. 7º do Decreto n. 15.530 de 8 de outubro de 2020, resolve:

DESIGNAR os servidores identificados abaixo, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato n. 015/2024, registro GCONT n. 24483, celebrado entre o Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Secretaria de Estado de Fazenda e a empresa TEREZINHA ZANDAVALLI DE FIGUEIREDO Ltda. - CNPJ n. 08.805.720/0001-36 (Processo n. 11/004.547/2024):

Matrícula	Nome	Cargo	Contrato n. 015/2024
502520021	Paulo César Feitosa	Direção Especial e Assessoramento	Gestor do Contrato
28663022	Tayane Barbosa Coutinho França	Gestão e Assistência	Suplente

Matrícula	Nome	Cargo	Contrato n. 015/2024
106260021	Mariza Chaparro do Nascimento	Auxiliar Fazendário	Fiscal do Contrato
47284021	Pedro Paulo da Rocha Batista	Técnico Fazendário	Suplente

Compete ao fiscal do contrato as atividades relacionadas no art. 16 e ao gestor do contrato as atividades relacionadas no art. 14, do Decreto Estadual n. 15.530, de 08 de outubro de 2020, devendo-se observar a legislação pertinente, em conformidade com as disposições do decreto supramencionado.

CAMPO GRANDE-MS, 21 de maio de 2024.

FLÁVIO CÉSAR MENDES DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Fazenda

RESOLUÇÃO/SEFAZ "P" N. 320 DE 24 DE MAIO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA, no exercício de sua competência, e considerando as exigências contidas no art. 117, da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e art. 7º do Decreto n. 15.530 de 8 de outubro de 2020, resolve:

DISPENSAR os servidores identificados abaixo, designados para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato n. 012/2024, IDENTIFICADOR n. 24226, celebrado entre o Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Secretaria de Estado de Fazenda e a empresa TREINAR Desenvolvimento Empresarial LTDA. - CNPJ n. 04.358.764/0001-04 (Processo n. 11/003.621/2024):

Matrícula	Nome	Cargo	Contrato n. 012/2024
467242021	Leonardo Lopes da Silva	Auditor Fiscal da Receita Estadual	Gestor do Contrato
102385021	Sérgio Stoduti	Auditor Fiscal da Receita Estadual	Suplente

Matrícula	Nome	Cargo	Contrato n. 012/2024
104455021	Sílvio Stoduti	Auditor Fiscal da Receita Estadual	Fiscal do Contrato
103720021	André Luiz Gomide	Auditor Fiscal da Receita Estadual	Suplente

Compete ao fiscal do contrato as atividades relacionadas no art. 16 e ao gestor do contrato as atividades relacionadas no art. 14, do Decreto Estadual n. 15.530, de 8 de outubro de 2020, devendo-se observar a legislação pertinente, em conformidade com as disposições do decreto supramencionado.

CAMPO GRANDE-MS, 24 de maio de 2024.

FLÁVIO CÉSAR MENDES DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Fazenda

RESOLUÇÃO/SEFAZ "P" N. 321 DE 24 DE MAIO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA, no exercício de sua competência, e considerando as exigências contidas no art. 117, da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e art. 7º do Decreto n. 15.530 de 8 de outubro de 2020, resolve:

DESIGNAR os servidores identificados abaixo, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato n. 012/2024, IDENTIFICADOR n. 24226, celebrado entre o Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Secretaria de Estado de Fazenda e a empresa TREINAR Desenvolvimento Empresarial LTDA. - CNPJ n. 04.358.764/0001-04 (Processo n. 11/003.621/2024):

Matrícula	Nome	Cargo	Contrato n. 012/2024
102385021	Sérgio Stoduti	Auditor Fiscal da Receita Estadual	Gestor do Contrato
45092021	Júlio Cesar Borges	Auditor Fiscal da Receita Estadual	Suplente

Matrícula	Nome	Cargo	Contrato n. 012/2024
104455021	Sílvio Stoduti	Auditor Fiscal da Receita Estadual	Fiscal do Contrato
103720021	André Luiz Gomide	Auditor Fiscal da Receita Estadual	Suplente

Compete ao fiscal do contrato as atividades relacionadas no art. 16 e ao gestor do contrato as atividades relacionadas no art. 14, do Decreto Estadual n. 15.530, de 8 de outubro de 2020, devendo-se observar a legislação pertinente, em conformidade com as disposições do decreto supramencionado.

CAMPO GRANDE-MS, 24 de maio de 2024.

FLÁVIO CÉSAR MENDES DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Fazenda

RESOLUÇÃO/SEFAZ "P" N. 322 DE 27 DE MAIO DE 2024.

O CHEFE DE GABINETE da Secretaria de Estado de Fazenda, no exercício da competência que lhe confere a Resolução/SEFAZ "P" n. 161 de 13 de março de 2024, publicada no Diário Oficial n. 11.441 de 15 de março de 2024, páginas 176 e 177, resolve:

AUTORIZAR o servidor MARCOS ROGÉRIO LIMA, matrícula n. 35481021, ocupante do cargo de Fiscal Tributário Estadual, classe G, referência 455, código 242, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, que esteve à disposição da Justiça Eleitoral, conforme declaração expedida pela mesma, com fulcro no artigo 98, da Lei Federal n. 9.504 de 30 de setembro de 1997, e Resolução TSE n. 22.747 de 27 de março de 2008, 1 (um) dia de dispensa do serviço: 28 de julho de 2024. NUP 11.007.515-2024.

CAMPO GRANDE-MS, 27 de maio de 2024.

MATHEUS SEGALLA MENEGAZ
Chefe de Gabinete
Secretaria de Estado de Fazenda

Procuradoria-Geral do Estado

RESOLUÇÃO/□P□/PGE/MS/N. 149, DE 27 DE MAIO DE 2024.

A PROCURADORA-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve:

CONCEDER a Francisco Alfredo Barcelos, ocupante de cargo de armazenista, matrícula n. 13873021, lotado(a) na Procuradoria Regional de Dourados - PRD, 180 (cento e oitenta) dias de Licença para tratamento da própria saúde, EM PRORROGAÇÃO, no período de 25 de maio de 2024 a 20 de novembro de 2024, com fulcro no art. 136 da Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990.

CAMPO GRANDE-MS, 27 DE MAIO DE 2024.

ANA CAROLINA ALI GARCIA
Procuradora-Geral do Estado

RESOLUÇÃO "P" PGE/MS/N. 150, DE 27 DE MAIO DE 2024.

A PROCURADORA-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve:

AUTORIZAR Gabriel José Reis Nunes, ocupante de cargo efetivo de Procurador do Estado, matrícula n. 504710021, integrante do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, lotado na Procuradoria de Controle de Dívida Ativa - PCDA, a usufruir 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 9 de maio de 2023 a 8 de maio de 2024, no período de 13 de maio de 2024 a 1º de junho de 2024.

CAMPO GRANDE-MS, 27 DE MAIO DE 2024.

ANA CAROLINA ALI GARCIA
Procuradora-Geral do Estado

RESOLUÇÃO "P" PGE/MS/N. 151, DE 28 DE MAIO DE 2024.

A PROCURADORA-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve:

INTERROMPER, por necessidade de serviço, gozo de férias de Ivanildo Silva da Costa, ocupante do cargo efetivo de Procurador do Estado, matrícula n. 62667021, integrante do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, lotado no Gabinete da Procuradoria-Geral do Estado - GAB/PGE, referente ao período aquisitivo de 15 de agosto de 2022 a 14 de agosto de 2023, programado para o período de 13 de maio de 2024 a 1º de junho de 2024, conforme Resolução "P" PGE/MS/n. 117, de 30 de abril de 2024, publicada no Diário Oficial Eletrônico n. 11.481, de 3 de maio de 2024, página 181, a contar de 29 de maio de 2024.

CAMPO GRANDE-MS, 28 DE MAIO DE 2024.

ANA CAROLINA ALI GARCIA
Procuradora-Geral do Estado

DESPACHO DA PROCURADORA-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Averba-se o nome da servidora:

Matrícula n.	De:	Para:	Processo n.
479553021	Caroline Fleury Bertagni Asato	Caroline Alves Fleury Bertagni	15/005442/2020

CAMPO GRANDE-MS, 27 DE MAIO DE 2024.

ANA CAROLINA ALI GARCIA
Procuradora-Geral do Estado

Secretaria de Estado de Educação

APOSTILA DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Na Resolução "P" SED n. 1.161, de 9 de maio de 2024, publicada no Diário Oficial Eletrônico n. 11.486, de 10 de maio de 2024, página 182, que designa a servidora CRISLAINE REGINA KLEINSCHMITT, matrícula n. 117316021, ocupante do cargo de Agente de Atividades Educacionais, para responder pela função gratificada de Secretária Escolar, da Escola Estadual Dr. Fernando Corrêa da Costa, localizada no município Aral Moreira/MS, foi feita a seguinte apostila (NUP: 29.036.684-2024 – COGES/SED/2024):

Para que, ONDE CONSTA:
"...no período de 6 a 17 de julho de 2024...";

Passe a constar:
"...no período de 3 a 17 de junho de 2024...".

CAMPO GRANDE/MS, 28 DE MAIO DE 2024.

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

ASSUNTO: Adicional de Insalubridade

DECISÃO: INDEFIRO com base na Lei n. 6.514, de 22/12/77, que altera o Capítulo V do Título II da CLT, relativo à Segurança e Medicina do Trabalho, na Portaria n. 3.214/78, item 15.6 da NR-15 – "Atividades e Operações Insalubres" e Portaria n. 3.311/89 do Ministério do Trabalho – "Instrução para elaboração de Laudo de Insalubridade e Periculosidade", no Despacho n. 1.259/2023/COGEF/SUGED/SAD e no Decreto n. 16.311, de 1º de novembro de 2023 (NUP: 29.042.473-2024 – CODIF/SED/2024).

INTERESSADOS:

MATRICULA	SERVIDOR	CARGO	PROCESSO
504284021	ALESSANDRO CHRISTIAN ROMEIRO MALDONADO	AGENTE DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS	29.070.264-2023
499361021	ALEXANDRA PEREIRA DA SILVA	AGENTE DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS	29.082.181-2023
430251021	ANA CAROLINA DOS SANTOS RIBEIRO	AGENTE DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS	29.056.971-2022
252832021	CELIA REGINA GONÇALVES NOGUEIRA	AGENTE DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS	29.083.954-2023
494270022	DANIELE PEREIRA DA SILVA	AGENTE DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS	29.054.064 - 2022
390775021	DARLAN DIOSEFER PORTELA MARIONDES	AGENTE DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS	29.056.913-2022
506937021	DONISETE MARIA DE OLIVEIRA SILVA	AGENTE DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS	29.083.955-2023
493792021	FABIANA DO PRADO DE JESUS	AGENTE DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS	29.053.391-2022
491745021	FERNANDA FERREIRA SANTOS	AGENTE DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS	29.060.195-2022
60946021	JACKLINE ESTICHE PEREIRA	AGENTE DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS	29.062.352.2022
497921021	JESIANE BORGES MEIRELES ALVES	AGENTE DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS	29.066.759-2022
43905021	JOSEFA DANTAS DOS SANTOS	AGENTE DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS	29.070.294-2023
103907021	JULIANA PINHEIRO VIEIRA	AGENTE DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS	29.056.993-2022
488310021	LAURA LAINE RUIZ DA CRUZ	AGENTE DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS	29.070.301-2023
36733021	LETÍCIA TEREZA SOUZA DA SILVA	AGENTE DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS	29.070.215-2023
430462021	LUCIENE NUNES DE CAMPOS	AGENTE DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS	29.054.028-2022

95392021	MARCIA REGINA DO AMARAL ESPIRANDELI	AGENTE DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS	29.056.903-2022
87265021	MARLI ARZAMENDIA DO NASCIMENTO	AGENTE DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS	29.056.975-2022
76754021	MARLY GONÇALVES REBELLO	AGENTE DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS	29.053.401-2022
253741021	REGIANE FERREIRA DA SILVA	AGENTE DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS	29.081.481-2023
494028021	ROSALINA RONDON DE ALBUQUERUQE	AGENTE DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS	29.070.276-2023
91087021	ROSANA SOTALONA EINECKE	AGENTE DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS	29.053.399-2022
130671021	ROSENILDA ARRUDA DE OLIVEIRA SILVA	AGENTE DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS	29.053.971 -2022
502276021	SILVIA REGINA DIAS DE OLIVEIRA CARVALHO	AGENTE DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS	29.044.668-2024
93794021	VALQUIRIA FERREIRA DE MELO SCOPEL	AGENTE DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS	29.053.985-2022

CAMPO GRANDE/MS, 28 DE MAIO DE 2024.

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação

RESOLUÇÃO "P" SED N. 1.299, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 3º do Decreto n. 14.903, de 27 de dezembro de 2017, resolve:

DESIGNAR comissão composta pelos servidores ANA PAULA MATSUI, matrícula n. 427187027, ocupante do cargo de Direção Gerencial Superior e Assessoramento, como gestora do contrato, RONY CHITAYAT, matrícula n. 488821023, ocupante do Cargo de Direção Gerencial Especial e Assessoramento, como fiscal de contrato, e IVON PORFÍRIO REZENDE DE BRITO, matrícula n. 478704023, ocupante do cardo de Direção Intermediária e Assessoramento, como substituto de fiscal, para realizar o acompanhamento e fiscalização do contrato de aquisição de climatizadores de ar, para atender as demandas da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, nos termos do Decreto Estadual n. 15.938/2022 e da Lei Federal n. 14.133/2021, conforme processo administrativo abaixo relacionado (NUP: 29.045.033-2024 - SUAD/SED/2024):

Processo n.	Contrato	Favorecido
29/034158/2024	039/2024	ARCLIMA COMÉRCIO VAREJISTA DE CLIMATIZADORES DE AR - LTDA

CAMPO GRANDE/MS, 28 DE MAIO DE 2024.

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação

RESOLUÇÃO "P" SED N. 1.300, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 3º do Decreto n. 14.903, de 27 de dezembro de 2017, resolve:

DESIGNAR comissão composta pelos servidores ANA PAULA MATSUI, matrícula n. 427187027, ocupante do cargo de Direção Gerencial Superior e Assessoramento, como gestora do contrato, MARIA CLAUDIA CORDOVA SOARES, matrícula n. 130705022, ocupante do cargo de Professor, como fiscal de contrato, e PATRICIA SIMONE CALVIS MORAES, matrícula n. 467472023, ocupante do cargo de Professor, como substituta de fiscal, para realizar o acompanhamento e fiscalização do contrato de aquisição de Ônibus Rural Escolar, para atender as demandas da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, nos termos do Decreto Estadual n. 15.938/2022 e da Lei Federal n. 14.133/2021, conforme processo administrativo abaixo relacionado (NUP: 29.045.096-2024 - SUAD/SED/2024):

Processo n.	Contrato	Favorecido
29/030728/2024	040/2024	VOLKSWAGEM TRUCK & BUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS

CAMPO GRANDE/MS, 28 DE MAIO DE 2024.

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação

RESOLUÇÃO "P" SED N. 1.301, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 3º do Decreto n. 14.903, de 27 de dezembro de 2017, resolve:

DESIGNAR a servidora TÂNIA CONRADO DA SILVA BENAZET, matrícula n. 70458021, ocupante do cargo de Assistente de Atividades Educacionais, do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, para responder pela função gratificada de Secretária Escolar, símbolo SES-A, da Escola Estadual João Ponce de Arruda, localizada no município Três Lagoas/MS, no período de 7 de agosto a 5 de setembro de 2024, em substituição à servidora Lidia Meira de Souza Rodrigues, matrícula n. 35047021, em gozo de férias (NUP: 29. 044.513- 2024 – COGES/SED/2024).

CAMPO GRANDE/MS, 28 DE MAIO DE 2024.

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação

RESOLUÇÃO "P" SED N. 1.302, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 3º do Decreto n. 14.903, de 27 de dezembro de 2017, resolve:

DESIGNAR a servidora MARTA CRISTINA PINHEIRO NASCIMENTO, matrícula n. 94219021, ocupante do cargo de Agente de Atividades Educacionais, do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, para responder pela função gratificada de Secretária Escolar, símbolo SES-D, da Escola Estadual João Baptista Pereira, localizada no município de Deodápolis/MS, no período de 25 de abril a 24 de maio de 2024, em substituição ao servidor Edson Martins, matrícula n. 70504021, em prorrogação de licença médica, BIM n. 222338 (NUP: 29.031.560-2024-2024 – COGES/SED/2024).

CAMPO GRANDE/MS, 28 DE MAIO DE 2024.

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação

RESOLUÇÃO "P" SED N. 1.303, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 3º do Decreto n. 14.903, de 27 de dezembro de 2017, resolve:

DESIGNAR a servidora MARTA CRISTINA PINHEIRO NASCIMENTO, matrícula n. 94219021, ocupante do cargo de Agente de Atividades Educacionais, do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, para exercer a função gratificada de Secretária Escolar, símbolo SES-D, da Escola Estadual João Baptista Pereira, localizada no município de Deodápolis, a partir de 1º de junho de 2024, em decorrência da dispensa do servidor Edson Martins, matrícula n. 70504021 (NUP: 29.043.466-2024 - COGES/SED/2024).

CAMPO GRANDE/MS, 28 DE MAIO DE 2024.

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação

RESOLUÇÃO "P" SED N. 1.304, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 3º do Decreto n. 14.903, de 27 de dezembro de 2017, resolve:

DISPENSAR o servidor EDSON MARTINS, matrícula n. 70504021, ocupante do cargo de Assistente de Atividades Educacionais, do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, da função gratificada de Secretário Escolar, símbolo SES- D, da Escola Estadual João Baptista Pereira, localizada no município de Deodápolis/MS, a partir de 1º de junho de 2024, atendendo o disposto no inciso II, art. 25 do Decreto n. 13.770, de 19 de setembro de 2013 (NUP: 29.043.452-2024 – COGES/SED/2024).

CAMPO GRANDE/MS, 28 DE MAIO DE 2024.

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação

RESOLUÇÃO "P" SED N. 1.305, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 3º do Decreto n. 14.903, de 27 de dezembro de 2017, resolve:

LOTAR a servidora TANIA APARECIDA CARRETONI LOPES, matrícula n. 48493028, ocupante do cargo de Professor, do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual São Francisco, localizada no município de Campo Grande/MS, na Unidade Curricular de Arte, na etapa do Ensino Médio, com carga de 4 horas semanais, no turno vespertino, com validade a partir de 1º de fevereiro de 2024, por reorganização de carga horária (Processo n. 29.009.670-2024 – CORLOT/SED/2024).

CAMPO GRANDE/MS, 28 DE MAIO DE 2024.

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação

RESOLUÇÃO "P" SED N. 1.306, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 3º do Decreto n. 14.903, de 27 de dezembro de 2017, resolve:

LOTAR a servidora SIMONY APARECIDA RODRIGUES DA ROSA, matrícula n. 437979021, ocupante do cargo de Professor, do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, no Centro Estadual de Educação Profissional Pe. João Greiner, localizado no município de Campo Grande/MS, no Componente Curricular de Arte, na etapa do Ensino Fundamental, com carga de 4 horas semanais, no turno integral, com validade a partir de 1º de fevereiro de 2024, por reorganização de carga horária (Processo n. 29.009.492-2024 – CORLOT/SED/2024).

CAMPO GRANDE/MS, 28 DE MAIO DE 2024.

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação

RESOLUÇÃO "P" SED N. 1.307, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 3º do Decreto n. 14.903, de 27 de dezembro de 2017, resolve:

LOTAR a servidora MAYANA RODRIGUES, matrícula n. 15961022, ocupante do cargo de Professor, do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual Dona Consuelo Muller, localizada no município de Campo Grande/MS, no Componente Curricular de Arte, na etapa do Ensino Fundamental, com carga de 6 horas semanais, no turno integral, com validade a partir de 1º de fevereiro de 2024, por reorganização de carga horária (Processo n. 29.010.028-2024 – CORLOT/SED/2024).

CAMPO GRANDE/MS, 28 DE MAIO DE 2024.

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação

RESOLUÇÃO "P" SED N. 1.308, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 3º do Decreto n. 14.903, de 27 de dezembro de 2017, resolve:

LOTAR a servidora MARIA INES DE ANDRADE CARLOS, matrícula n. 119154021, ocupante do cargo de Professor, do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, nas escolas estaduais abaixo especificadas, ambas localizadas no município de Campo Grande/MS, com validade a partir de 1º de fevereiro de 2024, por reorganização de carga horária (Processo n. 29.010.027-2024 – CORLOT/SED/2024).

Escola Estadual Prof.ª Ada Teixeira dos Santos Pereira

Unidade Curricular	Etapa	C/H	Turno
Arte	EM	7	noturno

Escola Estadual José Antônio Pereira

Unidade Curricular	Etapa	C/H	Turnos
Arte	EM	2	vespertino

Arte	EM	4	noturno

CAMPO GRANDE/MS, 28 DE MAIO DE 2024.

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação

RESOLUÇÃO "P" SED N. 1.309, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 3º do Decreto n. 14.903, de 27 de dezembro de 2017, resolve:

LOTAR a servidora KARINA PEDIGONI SEGANTINI, matrícula n. 503918021, ocupante do cargo de Professor, do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na escola estadual abaixo especificada, localizada no município de Campo Grande/MS, com validade a partir de 1º de fevereiro de 2024, por reorganização de carga horária (Processo n. 29.00.9715-2024 – CORLOT/SED/2024)

Escola Estadual Rui Barbosa

Componente Curricular	Etapa	C/H	Turno
Arte	EF	12	integral
Unidade Curricular	Etapa	C/H	Turno
Arte	EM	1	vespertino

CAMPO GRANDE/MS, 28 DE MAIO DE 2024.

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação

RESOLUÇÃO "P" SED N. 1.310, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 3º do Decreto n. 14.903, de 27 de dezembro de 2017, resolve:

LOTAR o servidor ELIO ANTONIO CERIBOLA CRESPAM, matrícula n. 134158022, ocupante do cargo de Professor, do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, no centro estadual abaixo especificado, localizado no município de Campo Grande/MS, com validade a partir de 1º de fevereiro de 2024, por reorganização de carga horária (Processo n. 29.009.718-2024 – CORLOT/SED/2024)

Centro Estadual de Educação Profissional Pe. João Greiner

Unidade Curricular	Etapa	C/H	Turnos
Arte	EM	2	integral
Arte	EM	5	noturno

CAMPO GRANDE/MS, 28 DE MAIO DE 2024.

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação

RESOLUÇÃO "P" SED N. 1.311, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 3º do Decreto n. 14.903, de 27 de dezembro de 2017, resolve:

LOTAR a servidora ELIANE BLANCO, matrícula n. 83786029, ocupante do cargo de Professor, do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, nas Escolas Estaduais abaixo especificadas, ambas localizadas no município de Campo Grande/MS, com validade a partir de 1º de fevereiro de 2024, por reorganização de carga horária (Processo n. 29.009.675-2024 – CORLOT/SED/2024).

Escola Estadual Luísa Vidal Borges Daniel

Componente Curricular	Etapa	C/H	Turno
Arte	EF	6	integral
Unidade Curricular	Etapa	C/H	Turno
Arte	EM	2	integral

Escola Estadual Prof.ª Maria Rita de Cássia Pontes Teixeira

Componente Curricular	Etapa	C/H	Turno
Arte	EF	8	integral

CAMPO GRANDE/MS, 28 DE MAIO DE 2024.

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação

RESOLUÇÃO "P" SED N. 1.312, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 3º do Decreto n. 14.903, de 27 de dezembro de 2017, resolve:

LOTAR a servidora DAYSE MARQUES BAPTISTA, matrícula n. 432648021, ocupante do cargo de Professor, do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual abaixo especificada, localizada no município de Campo Grande/MS, com validade a partir de 1º de fevereiro de 2024, por reorganização de carga horária (Processo n. 29.009.350.2024 – CORLOT/SED/2024)

Centro Estadual de Educação Profissional Pe. João Greiner

Componente Curricular	Etapa	C/H	Turno
Arte	EF	12	integral
Unidade Curricular	Etapa	C/H	Turno
Arte	EM	01	integral

CAMPO GRANDE/MS, 28 DE MAIO DE 2024.

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação

RESOLUÇÃO "P" SED N. 1.313, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos artigos 241, 242 e 256 e 258, da Lei Estadual n. 1.102, de 10 de outubro de 1990, e considerando o que consta no Processo n. 29/052576/2023 – PAD n. 15/2023, resolve:

PRORROGAR por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da comissão processante, instaurada por meio da Resolução "P" SED n. 3.319, de 29 de setembro de 2023, publicada no Diário Oficial n. 11.283, de 2 de outubro de 2023, página 197-198, com a finalidade de concluir os trabalhos apuratórios no Processo n. 29/052576/2023 – PAD n. 15/2023, a contar de 1º de junho de 2024.

CAMPO GRANDE/MS, 28 DE MAIO DE 2024.

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação

RESOLUÇÃO "P" SED N. 1.314, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 3º do Decreto n. 14.903, de 27 de dezembro de 2017, resolve:

REMOVER, *ex officio*, o servidor MARCOS PAULO ARANDA ARIOZA, matrícula n. 498728021, ocupante do cargo de Assistente de Atividades Educacionais, na função de Assistente de Atividades Educacionais, do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, da Escola Estadual Prof.ª Zélia Quevedo Chaves, para a Escola Estadual Padre José Scampini, ambas localizada no município de Campo Grande/MS, com carga horária de 40 horas semanais, fundamentado no inciso II do art. 39 da Lei Complementar n. 87, de 31 de janeiro de 2000, com validade a partir de 17 de janeiro de 2024 (NUP: 29.005.205-2024 – CORLOT/SED/2024).

CAMPO GRANDE/MS, 28 DE MAIO DE 2024.

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação

Secretaria de Estado de Saúde

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE

Interessado: Jully Anne Aquino Ferreira, inscrição n. 750625, nomeada por meio do Decreto "P" n. 336, de 29 de abril de 2024, publicado no Diário Oficial n. 11.481, de 3 de maio de 2024.

Assunto: Prorrogação de prazo para exercício – Concurso Público de Provas e Títulos SAD/SES/2022.

Despacho: Defiro o pedido, com fundamento no §1° do art. 19 da Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990, conforme disposto no § 1º do art. 20 da referida Lei, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir de 24 de maio de 2024 até 22 de junho de 2024.

Campo Grande/MS, 24 de maio de2024.

MAURÍCIO SIMÕES CORRÊA
Secretário de Estado de Saúde

Republique-se por incorreção
RESOLUÇÃO "P" SES N. 21, DE 17 DE JANEIRO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, previstas no art. 3º do Decreto Estadual n. 14.903, de 27 de dezembro de 2017, resolve:

DESIGNAR, os servidores relacionados nos anexos desta resolução, do quadro de pessoal desta Secretaria de Estado de Saúde (SES), para desempenhar as funções conforme especificação, com fulcro nos incisos do art. 5º, do Decreto Estadual n. 12.613, de 2 de setembro de 2008 (ANEXO I) e no inciso do § 3º do art. 3º do Decreto Estadual n. 11.296, de 15 de julho de 2003 e suas alterações posteriores (ANEXO II) a contar de 1º de janeiro de 2024.

Esta resolução revoga as designações atribuídas anteriormente aos servidores citados.

MAURÍCIO SIMÕES CORRÊA
Secretário de Estado de Saúde

ANEXO I - RESOLUÇÃO "P" SES N. 21, DE 17 DE JANEIRO DE 2024.

Matrícula	Nome	Função de:	Inciso
499420021	Adaiele Lucia Nogueira Vieira da Silva	Chefe do Setor de Suporte de Autorização de Internação Hospitalar - SAIH	V
54387021	Antônio Felipe do Nascimento	Chefe do Setor de Suporte Logístico - SSL	V
80112022	Bianca Pasquinelli Sabongi	Chefe do Setor de Apoio às Atividades de Controle, Avaliação e Auditoria no NRS de Dourados – SCAA/NRS/DOURADOS	V
437847022	Danute Lauren Albuquerque Romero	Chefe do Setor Operacional do Sistema de Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial - SCIHA	V
67034021	Ednilso Santana do Nascimento	Chefe do Setor Operacional do Sistema de Informação de Auditoria - SOSIAUD	V
66308021	Etelvina Telch	Chefe do Setor de Apoio às Atividades de Controle, Avaliação e Auditoria no NRS de Ponta Porã – SCAA/NRS/PONTA PORÃ	V
68870021	Gislainy de Jesus Almeida	Chefe do Setor de Apoio às Atividades de Controle, Avaliação e Auditoria no NRS de Nova Andradina – SCAA/NRS/NANDRADINA	V
500138021	Janaina Ribas Diniz Kanezaki	Chefe do Setor de Suporte de Controle da Contratualização - SSC	V
78646021	Luciane Da Silva Villar	Chefe do Setor de Controle e Tramitação de Processos de Auditoria - SCTPA	V

60656021	Luiz Mauricio de Souza Alfonzo	Chefe do Setor Operacional do Sistema de Informação Hospitalar - SIH	V
499134021	Norma Pereira Barbosa Fernandes	Chefe do Setor Operacional do Sistema de Cadastro de Estabelecimentos de Saúde - SCES	V
50073021	Odilson Marques Leite	Chefe do Setor de Apoio às Atividades de Controle, Avaliação e Auditoria no NRS de Aquidauana – SCAA/ NRS/AQUIDAUANA	V
499712022	Patricia Silva de Oliveira	Chefe do Setor Operacional do Sistema de Informação Ambulatorial - SIA	V
478012021	Priscila Kelly da Silva Neto	Chefe do Setor de Apoio às Atividades de Controle, Avaliação e Auditoria no NRS de Três Lagoas – SCAA/ NRS/TRÊS LAGOAS	V
503188021	Rogerio de Andrade Oliveira	Chefe do Setor de Apoio Administrativo – SAA/ AUDSUS	V
68993021	Rosemary Benites	Chefe do Setor de Apoio às Atividades de Controle, Avaliação e Auditoria no NRS de Jardim – SCAA/NRS/ JARDIM	V
55282021	Vanessa dos Santos Sosti Agueiro	Chefe do Setor de Apoio Administrativo – SAA/COAS	V
25429022	Walderes Ferreira de Arruda	Chefe do Setor de Apoio Operacional - SAO/COAUD	V
59748024	Ecleine Santos Amarila	Coordenadora da Coordenadoria de Planejamento e Programação Orçamentária - CPPO	III
502606021	Waldeir Rolon Sanches	Gerente da Gerência de Instrumentos de Planejamento para Gestão do SUS - GIPG	IV
77584023	Simone Ferreira da Cruz	Gerente da Gerência de Convênios e Emendas Estaduais - GCEE	IV
114087025	Gerusa Ferreira da Cruz	Gerente da Gerência de Programação Orçamentária - GPO	IV
109233024	Marcelino Malhada Rodrigues	Gerente da Gerência de Acompanhamento de Recursos Federais - GARF	IV
117424024	Norma Bocollato de Moura Lacerda	Gerente da Gerência Administrativa e Financeira - GAF/SSD	IV
56325023	Marcos Espindola de Freitas	Coordenador da Coordenadoria de Tecnologia de Informática e Informação - CTEC	III
129943024	Alessandro Vilhalba Fernandes	Gerente da Gerência de Tecnologia de Redes de Comunicação - GTRC	IV
94273021	Tiago Oliveira Vargas	Gerente da Gerência de Atendimento e Manutenção - GAM	IV
504324022	Rosangela Rodrigues Dobbro	Coordenadora da Coordenadoria de Telessaúde - CETEL	III
451148021	Renata Santos Lima	Chefe do Setor de Apoio Administrativo - SAA/CETEL	V
115272022	Valeria Regina Feracini Duenhas Monreal	Gerente da Gerência de Teleconsultoria e Telerregulação - GTT	IV
114975022	Euder Alexandre Nunes	Gerente da Gerência de Tecnologia da Informação e Comunicação de Telessaúde - GTICT	IV
14980022	Karina Barbosa Rodrigues	Gerente da Gerência de Apoio Orçamentário e Financeiro - GAAO/SRI	IV
96470023	Ligia Fernandes Lima Nantes	Gerente da Gerência de Apoio Virtual - GAV	IV
118816021	Gislaine Coelho Brandão	Gerente da Gerência de Apoio Administrativo - SAA/ CAF	IV
55640027	Marina Sawada Torres	Coordenadora da Coordenadoria de Assistência Farmacêutica - CAF	III
96862021	Toyoko Annette Gomes Ishiyama	Gerente da Gerência Unificada de Compras e Controle da Informação - GUCCI	IV
102866021	Nathália Da Silva Dantas Pelliccioni	Gerente da Gerência de Assistência Farmacêutica Básica e Estratégica - GEAFBE	IV
302764022	Fabiola Schiavi de Melo Dos Santos	Chefe da Unidade de Assistência Farmacêutica Estratégica - DAFE	V
64490023	Cibelle Goncalves da Silva	Chefe da Unidade de Apoio Administrativo - UAA	V
431869022	Suellen Gomes Luizari Fernandes	Gerente da Gerência de Logística Farmacêutica - GLF	IV
105072022	Rosimeire Morais Correa	Chefe da Unidade de Recebimento - UR	V

64702022	Edineuza de Carvalho Ferreira Nunes	Chefe da Unidade de Apoio Logístico - UAL	V
116534024	Patrícia Veiga Carrilho Olszewski	Gerente da Gerência de Assistência Farmacêutica Especializada - GEAFE	IV
128172021	Beatriz Garcia Gomes	Chefe da Unidade de Medicamentos Especializados - UME	V
478549021	Elaine Ferreira da Silva	Chefe da Unidade de Articulação Regional - UAR	V
478175023	Guilherme de Oliveira Neto	Coordenador da Coordenadoria de Demandas em Saúde - CDS	III
425979022	Bruna Mayara dos Santos Lourenço	Gerente da Gerência de Operacionalização de Demandas em Saúde - GODS	IV
481461023	Lethycia Dias Buainain Soares Naglis	Gerente da Gerência de Compras das Demandas em Saúde - GCDS	IV
487875022	Fernanda Oliveira Weissinger	Gerente da Gerência de Dispensação de Ação Judicial - GDA	IV
56768023	Claire Carmen Miozzo	Coordenadora da Coordenadoria da Central Estadual de Transplantes - CET	III
57218026	Marli Terezinha Micharki Vavas	Coordenadora da Coordenadoria da Rede Hemosul - CRH	III
658120023	Celia Cristina Moro Medina Lopes	Gerente da Gerência de Acompanhamento e Controle de Doação/Transplantes de Órgãos, Células e Tecidos - GACDTOCT	IV
70306025	Ingrid Rodrigues Moura Avalos	Chefe do Setor de Gestão de Pessoas - SGP	V
439468021	Karla Michelle Franco Costa	Chefe do Setor de Atendimento ao Trabalhador - SAT	V
307684022	Danielle Viana Guimarães Titico	Chefe do Setor de Educação Permanente - SEDP	V
24960024	Andrea Silva Campos	Gerente da Gerência de Qualidade das Atividades da Rede Hemosul - GQRH	IV
476402021	Leidymara Silva Rodrigues	Chefe do Setor de Ouvidoria - SOUVI	V
121562022	Rodrigo Gomes dos Santos	Gerente da Gerência de Tecnologia da Informação - GTIRH	IV
73876026	Julio Cesar Santana Silva	Gerente da Gerência de Biossegurança e Resíduos - GBRRH	IV
73876026	Julio Cesar Santana Silva	Chefe do Setor de Produção - SPROD	V
62286022	Rosania Maria Basegio	Chefe do Setor de Farmácia de Coagulopatias e Hemoglobinopatias -SFARMCH	V
96506021	Fabio Luis Miotto	Chefe do Setor de Ambulatório de Coagulopatias e Hemoglobinopatias - SAMBCH	V
69126021	João Barbosa da Silva	Gerente da Gerência Administrativa da Rede Hemosul - GARH	IV
65603026	Ivanise da Silva Pereira Lino	Chefe do Setor de Suprimentos e Insumos -SSUPRI	V
129487024	Edvani Borches Correa	Chefe do Setor de Equipamentos e Serviços Prediais - SESP	V
99441022	Jouse Fonseca Bittencourt	Chefe do Setor de Compras e Convênios - SCOC	V
56790023	Celma Cristina Barbosa Schramm	Chefe do Setor de Atendimento ao Público -SCAP	V
57929025	Rinaldo Nunes Rodrigues	Gerente da Gerência Técnica da Rede Hemosul - GTRH	IV
131546024	Suelen Moreira Brito	Chefe do Setor de Captação - SCAPT	V
122655021	Lucienne Gamarra Vieira Esmi	Chefe do Setor de Ciclo do Doador - SCD	V
370267021	Aline Bianca Rodrigues da Silva	Chefe do Setor de Aférese - SAFE	V
118268022	Analice Ribeiro de Queiroz	Chefe do Setor de Nova Amostra - SNOA	V
71267025	Ceres Maria Carvalho Souza de Melo	Chefe do Setor de Distribuição - SOIST	V
36417023	Marcia Regina Miranda Tinos	Chefe da Unidade Hemosul Dourados - UHD	V
40972021	Erika Cristine Marrer Rosa	Chefe da Unidade Hemoterapia Hemosul HRMS - UNE	V
129765021	Edilene de Sá Leal Araujo	Chefe da Unidade Hemoterapia Hemosul — Santa Casa — UHE	V

107553025	Karine de Barros Preza	Chefe da Unidade Hemoterapia Hemosul Três Lagoas - UHE	V
111799021	Roberto Carlos Dutra	Chefe da Unidade Hemoterapia Hemosul Ponta Porã - UHE	V
478069021	Laura Rosiane Monteiro de Assunção	Chefe da Unidade Hemoterapia Hemosul Corumbá - UHE	V
81407021	Lasalette Aparecida Bell de Souza	Chefe da Unidade Hemoterapia Hemosul Coxim - UHE	V
42811024	Osmar Monteiro de Farias	Chefe da Unidade Hemoterapia Hemosul Nova Andradina - UHE	V
432274022	Janaina Dias do Nascimento Jacomeli Pereira	Chefe da Unidade Hemoterapia Hemosul Naviraí - UHE	V
90539021	André Luiz de Freitas Villa	Gerente da Gerência de Apoio Técnico - GAT/SAPS	IV
485598022	Gabriela Piazza Pinto	Coordenadora da Coordenadoria de Saúde da Família e Ciclos de Vida - COSAUV	III
499048021	Bruno Augusto Goncalves dos Reis	Gerente da Gerência de Gestão de Atenção Primária à Saúde - GGAPS	IV
106549022	Martha Maria Torres Soares Goulart	Gerente da Gerência de Atenção à Saúde no Sistema Prisional - GSSP	IV
430246021	Neiva Cristina Barbosa Dos Santos De Figueiredo	Gerente da Gerência de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa - GSPI	IV
478597021	Fernanda Lamera	Gerente da Gerência de Atenção à Saúde do Homem - GASH	IV
488005023	Daianny Garcia do Nascimento	Gerente da Gerência de Segurança do Paciente - GSP	IV
75739021	Geani Almeida	Coordenadora da Coordenadoria de Promoção da Saúde - CPS	III
104734021	Maria Aparecida de Almeida Cruz	Gerente da Gerência de Alimentação e Nutrição - GAN	IV
396374022	Aparecida Queiroz Zacarias Silva	Gerente da Gerência de Equidade em Saúde - GES	IV
426088029	Carla Adriana Costa dos Santos Scheres	Gerente da Gerência de Atenção à Saúde do Adolescente - GASA	IV
499047021	Andriely Gomes dos Santos	Coordenadora da Coordenadoria da Saúde da Mulher, Criança e Maternidade - COSAM	III
499057022	Francielly Rosiani da Silva	Gerente da Gerência de Atenção à Saúde da Mulher - GASM	IV
464737021	Cristiana Schulz	Gerente da Gerência de Atenção à Saúde da Criança - GASC	IV
499059021	Josiane Cristina Dudu	Gerente da Gerência da Rede Cegonha - GRC	IV
94290022	Carlos Augusto da Silva Fontoura	Gerente da Gerência de Apoio Administrativo - GAA/SVS	IV
52603023	Selma Rita Ferreira Ariano	Gerente da Gerência de Apoio Operacional - GAO/SVS	IV
123431025	Danielle Ahad das Neves	Gerente da Gerência de Monitoramento das Ações de Vigilância em Saúde - GMAVS	IV
436761022	João Boin Júnior	Chefe da Sala de Situação em Vigilância em Saúde - SSVS	V
317025	Ana Paula Rezende de Oliveira Goldfinger	Coordenadora da Coordenadoria de Imunização - C	III
104302022	Frederico Jorge Pontes de Moraes	Gerente da Gerência de Imunização e Doenças Imunopreveníveis - GEIDI	IV
423054024	Elisangela Araújo Ribeiro do Vale	Gerente da Gerência de Farmacovigilância e Sistemas de Informação - GEFASI	IV
502159021	AIberth Rangel Alves de Brito	Gerente da Gerência de Processos e Rede de Frio - GEPREF	IV
101539021	Jakeline Miranda Fonseca	Gerente da Gerência de Doenças Agudas e Exantemáticas - GDAE	IV
500043021	Cristiane Aparecida Borges dos Santos Costa	Gerente da Gerência de Ações e Metas de Imunização - GAMI	IV
505669023	Danila Fernanda Rodrigues Frias	Coordenadora da Coordenadoria de Saúde Única - CSU	III

102201022	Fernanda Ruas Barbosa Martins	Gerente da Gerência de Informações em Saúde-CESP	IV
481511022	Gabriela Faria Conzolino	Gerente da Gerência de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano - GVQA	IV
110066021	Ligia Lechner da Silva Domingos	Gerente da Gerência de Vigilância em Saúde de Populações Expostas à Contaminantes Químicos - GVPEQ	IV
500313021	Bruna da Silva Andrade	Gerente da Gerência de Vigilância em Saúde de Populações Expostas à Agrotóxicos - GVSPEA	IV
471039024	Jacqueline dos Santos Romero	Gerente da Gerência de Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar - GDTHA	IV
34983021	Serafim Maggioni Junior	Gerente da Gerência de Gestão de Resíduos Sólidos - GGRS	IV
27553021	Maria Lucia Ferreira Igi	Gerente da Gerência do Centro de Informação e Assistência Toxicológica do Mato Grosso do Sul – CIATox - MS	IV
99350021	Alessandra Salvatori	Gerente de Gerência de IST- AIDS e Hepatites Virais - GIAHV	IV
496593022	Laryssa Almeida de Brito Ribeiro	Gerente da Gerência da Tuberculose e Hanseníase - GTH	IV
125027025	Aneth da Silva Benites Lino	Gerente da Gerência de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Doenças Negligenciadas - GVDNTDN	IV
481378022	Jéssica Klener Lemos dos Santos	Gerente da Gerência de Doenças Endêmicas - GDE	IV
499100021	Camile Sanches Silva	Gerente da Gerência de Zoonoses - GEZ	IV
24441021	Hilda Guimarães de Freitas	Gerente da Gerência de Vigilância do Óbito Materno e Infantil - GVOMI	IV
71436023	Leonardo da Costa Silva	Chefe do Setor de Licenciamento Sanitário - SLS	V
3052021	Yndianara Pastorello	Chefe do Setor de Processamento de Autuações	V
117546021	Luiz Henrique Ferraz Demarchi	Diretor do Laboratório Central - LACEN	III
56550025	Mauro Lucio Rosário	Coordenador da Coordenadoria de Controle de Vetores - CCV	III
52336021	Márcio Luiz de Oliveira	Gerente da Gerência de Controle de Vetores das Arboviroses - GCVA	IV
66071021	Paulo Silva de Almeida	Gerente da Gerência de Entomologia - GEE	IV
489161021	Marcus Vinícius Neves Carvalhal	Gerente da Gerência de Resíduos Químicos e Mobilização Social - GRQMS	IV
124334021	Karine Ferreira Barbosa	Coordenadora da Coordenadoria de Emergências em Saúde Pública - CESP	III
109404021	Sandra Letícia Souza Soares Junqueira	Coordenadora da Coordenadoria de Atenção Hospitalar - CAH	III
479646022	Francielly Sayuri Leite Canepelle	Coordenadora da Coordenadoria de Contratualização de Serviços Hospitalares - CCSS	III
499582022	Geisa dos Santos Nascimento	Gerente da Gerência de Contratação de Serviços Hospitalares - GCSH	IV
27896031	Antonio Cesar Naglis	Diretor da Diretoria-Executiva do Fundo Estadual de Saúde - DEFES	I
430562022	Larissa Mylena de Oliveira	Gerente da Gerência de Conformidade de Processos - GCP	IV
495027022	Bruno Matheus Souza Ferreira	Chefe do Setor de Apoio Administrativo e Operacional - SAAO/GCP	V
46543023	Aline Vilela Ruas	Gerente da Gerência Administrativa, Financeira e Operacional - GAFO	IV
478333022	Mateus Riquielme Tabosa	Chefe do Setor de Apoio Administrativo e Operacional - SAAO/GAFO	V
34286028	Maria Beatriz Freitas de Oliveira	Gerente da Gerência de Acompanhamento de Prestação de Contas - GAPC	IV
355624022	Pedro Allan Pereira de Farias	Chefe do Setor de Apoio Técnico - SAT/GAPC	V
108628030	Ivone Aparecida Guimarães	Coordenadora da Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira do SUS - CEOF	III
28775023	Fernanda Gonçalves Amarila	Chefe do Setor de Diárias - SEDI	V

47445022	Eugênio Dutra de Oliveira	Chefe do Setor de Acompanhamento Orçamentário e Financeiro de Contratos - SAFIC	V
50177002I	Rodrigo Alécio	Gerente da Gerência de Execução Orçamentária - GEO	IV
92345024	Maria Nilsa Vieira da Silva	Chefe do Setor de Apoio Operacional - SAO/GEO	V
92947022	Osvaldo Torquato dos Santos	Gerente da Gerência de Execução Financeira - GEF	IV
493087022	Marcelly Almeida Pereira	Chefe do Setor de Apoio Operacional e Pagamento SINCOVI - SAO/GEF	V
56349024	Marcos Roberto Cellos Hugueney	Gerente da Gerência de Análise de Processos de Pagamentos - GAPP	IV
92448021	Célia Maria Vido	Chefe do Setor de Apoio Operacional - SAO/GAPP	V
27346024	Helinaldo de Souza Nunes	Coordenador da Coordenadoria de Gestão de Recursos no SUS - CGR	III
2512024	Nivaldo Wanderlei dos Santos	Gerente da Gerência de Execução d e Contratos, Convênios e Entidades Hospitalares - GCEH	IV
2367025	Anicete Ajala	Gerente da Gerência de Tomada de Contas de Convênios, Termo de Parceria e Suprimento de Fundos - GTC	IV
394089022	Leticia Souza Coelho	Chefe do Setor de Suprimento de Fundos - SSF	V
501776021	Ana Fatima Almeida da Cruz Ajala	Chefe do Setor de Tomada de Contas Especial - STCE	V
483627023	Jacqueline Pellin Pereira	Gerente da Gerência de Repasses Fundo a Fundo para Municípios - GRF	IV
114798021	Adécio Barbosa de Almeida	Coordenador da Coordenadoria de Contabilidade - CCONT	III
499930021	Elida de Oliveira Barbosa	Gerente da Gerência de Contabilidade - GC	IV
37238023	Antonio Alex Ribeiro	Chefe do Setor de Apoio Operacional - SAO/CCONT	V
131498024	Cibele Ynae Webster	Chefe do Setor de Apoio Administrativo - SAA/SA	V
43687024	Caroline Ortiz Jacquez	Chefe da Unidade de Acompanhamento e Conformidade de Processos - UACP	V
471078024	Paulo Ricardo Rocha Abreu	Gerente da Gerência de Apoio Operacional - GAO/SA	IV
58267021	Edilson Gomes de Oliveira	Coordenador da Coordenadoria de Gestão de Serviços, Materiais e Transportes - CGSMT	III
31013021	Gelsania Antonelli	Gerente da Gerência de Patrimônio - GP	IV
431445021	Kelly Rolon Batistote	Gerente da Gerência de Transporte - GET	IV
478687022	Schleiden Martins Baliza	Gerente da Gerência de Serviços Gerais - GSG	IV
34679025	José Diogo Chama	Gerente da Gerência de Protocolo - GPRO	IV
129242025	Raquel Pereira Martins	Coordenadora da Coordenadoria de Gestão de Compras - CGC	III
485773022	Duane de Lima dos Anjos	Chefe do Setor de Apoio Administrativo - SAA/CGC	V
111920021	Juliana de Souza Taveira	Chefe do Setor de Emissão de Passagens - SEP	V
301590022	Pedro Cavalcanti Mortari	Chefe da Unidade de Pré-Análise e Instrução Processual - UPAIP	V
126410024	Renata da Rosa Sessa e Silva	Gerente da Gerência de Compras de Materiais e Equipamentos - GCME	IV
14318028	Leirma Fogaça de Souza	Gerente da Gerência de Acompanhamento de Contratos - GAC	IV
62956021	Keila Regina de Oliveira	Coordenadora da Coordenadoria de Gestão de Pessoas - CGPES	III
471147024	Victor Hugo de Jesus Gutierre	Chefe do Setor de Apoio Administrativo - SAA/ CGPES	V
120280025	Laura Tatiana Nogueira do Prado	Gerente da Gerência Atenção ao Servidor - GAS	IV
98319024	Josiane Pereira Lima	Gerente da Gerência de Cadastro e Lotação - GCL	IV
499106021	Camila de Mattos Gracioso Corradini	Gerente da Gerência de Desenvolvimento Funcional - GDF	IV
486211024	Helen Alexsandra Araújo	Gerente da Gerência de Direitos e Vantagens - GDV	IV
123036021	Aline Pereira Benites	Gerente da Gerência de Folha de Pagamento - GFP	IV
37369028	Edelma Lene Peixoto Tiburcio	Chefe de Gabinete do Secretário de Estado	V

466407023	Lívia Thais Rodrigues Dutra	Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Saúde - CES	V
493067024	Liliane Ferreira da Silva	Chefe do Setor de Apoio Administrativo do Gabinete - SAA/GAB	V
486749023	Ana Claúdia Cubilha Cavalheiro	Chefe da Ouvidoria do Sistema Único de Saúde - OUVSUS	IV
106986026	Lucimeire de Carvalho Costa	Chefe de Apoio Executivo da Assessoria Executiva de Gabinete - AE	V
499206021	Karen Tyene Schipiura	Chefe de Apoio Operacional da Assessoria Executiva de Gabinete - AO	V
33042022	Cheile Aparecida Almeida	Secretária Executiva da Secretaria Executiva da Comissão Intergestores Bipartite - CIB	V
490313022	Vitória Pereira Lima Braz	Secretária Executiva das Secretarias Executivas das Comissões Intergestores Regionais - CIR (Campo Grande)	V
40854021	Dorival Ferracini	Secretário Executiva das Secretarias Executivas das Comissões Intergestores Regionais - CIR (Três Lagoas)	V
71025026	Najua Selem	Secretária Executiva das Secretarias Executivas das Comissões Intergestores Regionais - CIR (Dourados)	V
110764024	Mayra Adriana Luiz Pereira Marcondes	Chefe do Setor de Apoio Técnico - SAT	V
487751023	Vitória Vieira Teles	Chefe do Setor de Apoio Técnico Especializado - SATE	V
21737022	Leidi Silva Ormond Galvão	Chefe da Unidade de Assistência Especializada - UAE	V
106583024	Lucimara Miazato	Chefe da Unidade de Assuntos Institucionais - UAI	V
65624024	Mario Sérgio Pereira Ipolito	Coordenador da Coordenadoria de Projetos e Infraestrutura Física - CPIF	III
502617021	Carolina Martinez Vendimiati	Gerente da Gerência de Acompanhamento de Projetos - GAP	IV
435365021	Juliana Fátima Fernandes Dorigão	Gerente da Gerência de Equipamentos - GE	IV
103116021	Grayce Moreira Marques	Gerente da Gerência de Projetos - GPR	IV
488007025	Gilberto dos Santos Souza	Gerente da Gerência de Infraestrutura Física - GIF	IV
437803022	Rejane Ester Tomazzoni	Chefe do Setor de Apoio Administrativo - SAA/SEFS	V
130280021	Maristela Amaral de tratos Rios	Secretária da Secretaria da Comissão de Integração Ensino/Serviço - SCIES	IV
95367024	Clissia Amaral Rezende Diniz	Gerente da Gerência Administrativa e Financeira - GAF/ESP	IV
79924021	Helizene Moreira da Silva	Secretária da Secretaria Acadêmica - SEA	IV
480921021	Inara Pereira da Cunha	Gerente da Gerência de Pesquisa, Extensão e Inovação em Saúde - GPEIS	IV
21110021	Maria de Lourdes Oshiro	Gerente da Gerência de Formação e Acompanhamento Pedagógico - GFAP	IV
470993023	Marcia Naomi Santos Higashijima	Gerente da Gerência de Educação Permanente em Gestão e Atenção à Saúde -GEPAS	IV
486214022	Newton Gonçalves de Figueiredo	Diretor da Escola Técnica do SUS - ETSUS	III
20703021	Gislaine Ferreira Maggioni	Secretária da Secretaria Escolar - SEE/ETSUS	IV
65544022	Ewangela Aparecida Pereira	Gerente da Gerência de Assessoramento Pedagógico - prontoGAPE	IV
116411021	Denise Rodrigues Fortes	Gerente da Gerência de Educação Permanente - GEPE	IV
119348022	Nadia Rezende Loubet da Silva	Gerente da Gerência de Apoio Administrativo e Operacional - GAAO/SAS	IV
501851021	Bruna Arnas Passos	Chefe do Setor de Apoio Orçamentário e Financeiro - SAOFI	V
33872022	Bruna Emily Xavier Monteiro Ferreira	Gerente da Gerência de Atenção Ambulatorial - GEAA	IV
132321021	Alexandra de Sousa Castro Harada	Coordenadora da Coordenadoria de Serviços Especializados em Saúde - COSES	III
447744021	Raíssa Cardozo Passarinho	Gerente da Gerência Operacional de Apoio Administrativo - GOAA/ COSES	IV
476375021	Patricia Marques Magalhaes	Gerente da Gerência da Rede de Atenção às Urgências e Emergências - GRAUE	IV
17712023	Nayara da Silva Fernandes	Gerente da Gerência de Registro de Câncer - GRC	IV

55132023	Michele Scarpin Ramos	Coordenadora da Coordenadoria de Áreas Temáticas e Saúde Mental - CATSM	III
499756021	Everton Stringheta Junior	Gerente da Gerência de Atenção Psicossocial - GAPS	IV
79790023	Juliana Medeiros Vieira	Gerente da Gerência de Atenção à Pessoa com Deficiência - GAPD	IV
121298021	Carla Tatiane Rodrigues Soares	Gerente da Gerência de Prevenção e Controle do Tabagismo - GPCT	IV
90168024	Fernando Pereira Carvalho	Gerente da Gerência de Apoio Técnico e Monitoramento - GATM	IV
501779021	Andreia Ferreira da Costa	Coordenadora da Coordenadoria das Doenças Crônicas - CDC	III
501176022	Daniela Marques Monti	Gerente da Gerência de Atenção as Doenças Cardiovasculares - GADC	IV
478648021	Michele Martins Nogueira	Gerente da Gerência de Atenção Oncológica e Cuidados Paliativos - GAOCP	IV
433311021	Anderson Leao Nogueira Holsbach	Gerente da Gerência de Atenção à Saúde das Pessoas com Sobrepeso e Obesidade - GASPSO	IV
500674021	Arielle Jheniffer Lima do Nascimento Vicentini dos Reis	Gerente da Gerência de Atenção a Doença Renal Crônica - GADRC	IV
495497022	Giovana Soares Buzinaro	Coordenadora da Coordenadoria de Saúde Bucal - CSB	III
501773021	Lucas Moura De Oliveira	Gerente da Gerência de Saúde Bucal na Atenção Primária - GSB	IV
485690022	Marina de Almeida Romanini	Gerente da Gerência de Saúde Bucal na Média e Alta complexidade - GMA	IV
485688021	Larissa Torres de Almeida	Gerente da Gerência de Saúde Bucal nas Relações Intersetoriais - GSBRI	IV
483195023	Juliana Carmello Guimarães	Coordenadora da Coordenadoria de Gestão Participativa e Descentralizada - CGPD	III
91232021	Vanessa Rosa Prado	Coordenadora da Coordenadoria Regionalização - COR	III
29067024	Ana Claudia Seixas Formiga	Gerente da Gerência Administrativa dos Processos e Regulação - GAPR	IV
85277022	Luiz Carlos Cristaldo Ribeiro	Gerente da Gerência de Monitoramento do Sistema Operacional e Controle de Informações - GMCI	IV
64473023	Luciana Gomes Carmello	Gerente da Gerência de Encaminhamento para Tratamento Fora do Domicílio - GTFD	IV
437841023	Alessandro Pinho Salomão	Coordenador da Coordenadoria de Projetos Estratégicos - CPE	III
503585021	Aline da Silva Cauneto	Chefe do Núcleo Regional de Saúde de Aquidauana	IV
50323502	Janaina Willemann de Souza Silveira	Chefe do Núcleo Regional de Saúde de Jardim	IV
498985022	Silvana Cordeiro	Chefe do Núcleo Regional de Saúde de Nova Andradina	IV
20344026	Rosa Maria Picolli Machado de Souza	Chefe do Núcleo Regional de Saúde de Dourados	IV
103587021	Nilda Pereira de Lucena	Chefe do Núcleo Regional de Saúde de Coxim	IV
507432021	Maria Edna Rodrigues de Matos	Chefe do Núcleo Regional de Saúde de Ponta Porã	IV
505717021	Eduardo Alves de Assis	Chefe do Núcleo Regional de Saúde de Paranaíba	IV

ANEXO II - RESOLUÇÃO "P" SES N. 21, DE 17 DE JANEIRO DE 2024.

Matrícula	Nome	Função de:	Inciso
94017021	Ana Cláudia Artigas Figueiredo	Gerente da Gerência de Acompanhamento de Ações Estratégicas - GAAE	IV
80360021	Daniel Vieira de Cristo	Gerente da Gerência de Normatização e Cooperação Técnica - GNCT	IV
87531022	Denise de Oliveira Lusena	Gerente da Gerência de Apoio Técnico – GAT/ AUDSUS	IV
112976022	Domingos Sávio de Lima	Gerente da Gerência de Monitoramento e Avaliação Econômico-Financeira de Contratos de Gestão - GFCG	IV

97733022	Ed Carlo Britto Burgatt	Coordenador da Coordenadoria de Regulação e Assistência - CRA	III
102775023	Eduardo Santos Rodrigues	Gerente da Gerência de Contratos de Gestão Hospitalar - GCGH	IV
58205023	Edson da Mata Torres Filho	Coordenador da Coordenadoria de Contratos de Gestão Hospitalar - CCGH	III
42394021	Emiliana Akiko Kohatsu	Gerente da Gerência de Processamento dos Sistemas de Informação em Saúde - GPSIS	IV
69169023	Giselle Silva Lima	Coordenadora da Coordenadoria de Controle de Serviços em Saúde - CCON	III
37774022	Janaina Trevizan Andreotti Dantas	Gerente da Gerência de Monitoramento e Avaliação Assistencial de Contratos de Gestão - GACG	IV
89602021	Jean Clei da Silva	Gerente da Gerência de Acompanhamento de Auditorias - GAUD	IV
85513021	José Francisco Sampaio Junior	Coordenador da Coordenadoria de Avaliação de Serviços de Saúde - COAS	III
85187022	Solange Glória de Oliveira	Gerente da Gerência de Controle da Contratualização - GCC	IV
29397021	Tenile Carvalho Coelho	Gerente da Gerência de Controle e Monitoramento de Serviços de Saúde - GCMS	IV
499416021	Vinícius Carvalho Ennes	Gerente da Gerência de Autorização da Produção Ambulatorial e Hospitalar - GAH	IV
14377021	Carlos Alberto Nunes Carneiro	Coordenador da Coordenadoria de Vigilância Sanitária - CVISA	III
92996021	Sandra Maria Arce Gomes	Gerente da Gerência de Fiscalização Sanitária - GEFIS	IV
125311021	Fabrício Buthevicius Barbosa	Gerente da Gerência de Processos Sanitários - GEPROC	IV
476274021	Matheus Moreira Pirolo	Gerente da Gerência de Apoio aos Municípios - GEAM	IV
53032022	Anderson Filiu de Souza	Gerente da Gerência de Engenharia e Análise de Projetos Arquitetônicos - GEPROJ	IV
119697021	Adam Macedo Adami	Gerente da Gerência de Medicamentos e Produtos para a Saúde - GEMPS	IV
9826002I	Aline Schio de Souza	Gerente da Gerência de Serviços de Saúde - GESSAU	IV
33146021	Patrícia Fiorin Cervelati	Gerente da Gerência de Hemovigilância, Tecidos e Laboratórios - GEHTL	IV
96220021	Jane Soila Domingues	Gerente da Gerência de Alimentos em Serviços de Saúde - GEALI	IV
119756021	Karyston Adriel Machado da Costa	Coordenador da Coordenadoria de Vigilância em Saúde Ambiental e Toxicológica - CVSAT	III
17367022	Maria Madalena Xavier de Almeida	Coordenadora da Coordenadoria de Vigilância em Saúde do Trabalhador - CVIST	III
98590021	Paula Therezo Cannazzaro Barros	Gerente da Gerência de Vigilância em Saúde Ambiental Relacionada aos Desastres Naturais e Acidentes com Produtos Perigosos - GVDAPP	IV

RESOLUÇÃO "P" SES N. 278, DE 14 DE MAIO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso das suas atribuições legais previstas no Art. 3º do Decreto n. 14.903 de 27 de dezembro de 2017, resolve:

DESIGNAR, os servidores relacionados abaixo, do quadro de pessoal desta Secretaria de Estado de Saúde (SES), para desempenhar as funções conforme especificação, a partir de 1 de janeiro de 2024, para regularização funcional:

Matrícula	Nome	Função de:
406870299	André Vinicius de Assis	Superintendente da Superintendência de Educação e Formação na Saúde - SEFS
125900024	Angélica Cristina Segatto Congro	Superintendente da Superintendência de Atenção à Saúde - SAS
132237026	Antonio Lastoria	Superintendente da Superintendência de Relações Intersetoriais - SRI

4191023	Arnaldo Farias Kling	Chefe do Setor de Conciliação e Conformidade Contábil – SCC
126393022	Danielle Galindo Martins Tebet	Gerente de Gerência de IST- AIDS e Hepatites Virais - CVE
129155022	Geize Rocha Macedo de Souza	Chefe do Setor de Prevenção e Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde - SPCI
121323023	Josiany Barbosa Gonçalves Marzurkiewicz	Chefe da Unidade de Articulação Central - UAC
117988027	Josy Mariane Thaler Martini Rocha	Superintendente da Superintendência de Administração - SA
129722021	Karine Cavalcante da Costa	Superintendente da Superintendência de Atenção Primária à Saúde - SAPS
431124022	Kellen Clagnam da Silva Ribeiro	Chefe do Setor de Segurança do Paciente - SSP
99603025	Larissa Domingues Castilho de Arruda	Superintendente da Superintendência de Vigilância em Saúde - SVS
480403023	Marcia Bogena Cereser Tomasi	Superintendente da Superintendência de Saúde Digital -SSD
502397021	Maria Angélica Benetasso	Superintendente da Superintendência de Gestão Estratégica - SGE
93721022	Maria Noêmia Araújo Rodrigues	Chefe de Unidade de Apoio Técnico e Operacional - UATO
98647027	Mayra Beatriz Cunha Franceshi Pereira	Gerente da Gerência de Relações Públicas - GRPRH
503202022	Ricardo da Silva Gouvea	Superintendente da Superintendência de Governança Hospitalar - SGH
499121021	Rodrigo Gonçalves Ribeiro	Chefe da Unidade Setorial de Controle Interno - USCI/SES
33582021	Rômulo Augustos Sugihara Miranda	Coordenador da Coordenadoria Jurídica da PGE - CJUR/SES
538825021	Rose Mary Valdez Gonçalves Rosa	Chefe do Setor de Apoio Administrativo - SAA/CTEC

MAURÍCIO SIMÕES CORRÊA
Secretário de Estado de Saúde

RESOLUÇÃO "P" SES N. 292, DE 17 DE MAIO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso das suas atribuições legais previstas no Art. 3º do Decreto n. 14.903 de 27 de dezembro de 2017, resolve:

LOTAÇÃO DE EXERCÍCIO do servidor Wanderson Batista Silva, matrícula n. 499922021, ocupante do cargo de Especialista de Serviços de Saúde - Médico - 40H, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, para Estabelecimento Penal "Jair Ferreira de Carvalho", Campo Grande – MS, a contar de 14 de maio de 2024, para fins de regularização funcional.

MAURÍCIO SIMÕES CORRÊA
Secretário de Estado de Saúd

RESOLUÇÃO "P" SES N. 296, DE 20 DE MAIO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso das suas atribuições legais previstas no Art. 3º do Decreto n. 14.903 de 27 de dezembro de 2017, resolve:

DESIGNAR os servidores relacionados no quadro abaixo desta resolução, do quadro de pessoal desta Secretaria de Estado de Saúde (SES), para desempenhar as funções conforme especificações, para fins de regularização funcional:

Esta resolução revoga as designações atribuídas anteriormente aos servidores citados.

Matrícula	Nome	Função de:	Inciso	A contar de
43687025	Caroline Ortiz Jacques	Chefe da Unidade de Acompanhamento e Conformidade de Processos - UACP	V	1º/4/2024
486211025	Helen Alexsandra Araújo	Gerente da Gerência de Direitos e Vantagens - GDV	IV	3/5/2024
489791022	Julio Augusto Bueno Miranda	Chefe do Setor dos Laboratórios de Imunohematologia e Controle de Qualidade de Hemocomponentes - SLICQ	V	15/2/2024
62956022	Keila Regina de Oliveira	Coordenadora da Coordenadoria de Gestão de Pessoas - CGPES	III	1º/3/2024

55640028	Marina Sawada Torres	Coordenadora da Coordenadoria da Rede Hemosul - CRH	III	1°/3/2024
471078025	Paulo Ricardo Rocha Abreu	Gerente da Gerência de Apoio Operacional - GAO/SA	IV	13/5/2024
502606022	Waldeir Rolon Sanches	Gerente da Gerência de Instrumentos de Planejamento para Gestão do SUS - GIPG	IV	3/4/2024

MAURÍCIO SIMÕES CORRÊA
Secretário de Estado de Saúde

RESOLUÇÃO "P" SES N. 300, DE 22 DE MARÇO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso das suas atribuições legais previstas no Art. 1º do Decreto n. 14.903 de 27 de dezembro de 2017, resolve:

DESIGNAR a servidora FABIANA DE MORAES MENDONCA, matrícula n. 115153024, ocupante do cargo de Assistente de Serviços de Saúde, para, acumulando suas funções, desempenhar a função de Gerente de Desenvolvimento Funcional, em substituição da titular CAMILA DE MATTOS GRACIOSO CORRADINI, matrícula n. 499106021, durante sua ausência por prorrogação da licença maternidade, pelo período de 10 de agosto a 8 outubro de 2024, com fulcro nos artigos 63 e 64, ambos da lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990.

MAURÍCIO SIMÕES CORRÊA
Secretário de Estado de Saúde

Secretaria de Estado da Cidadania

RESOLUÇÃO "P" SEC Nº 37, DE 27 DE MAIO DE 2024.

A Secretária de Estado da Cidadania, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

DIVULGAR a relação abaixo dos servidores pertencentes ao Quadro de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, lotados na Secretaria de Estado da Cidadania com gozo de férias nos períodos mencionados, referente ao mês de **MAIO/2024,** com fulcro no art. 123, da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com redação dada pela Lei nº 2.964, de 23 de dezembro de 2004, para fim de regularização Funcional.

MATRÍCULA	SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	TOTAL DE DIAS	Etapa
34984026	SONIA APARECIDA SANTOS DA SILVA	01/04/23 a 31/03/24	20/05/24 a 03/06/24	15	1ª

Campo Grande, 27 de maio de 2024.

VIVIANE LUIZA DA SILVA
Secretária de Estado da Cidadania

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

PORTARIA "P" CGP/SEJUSP/MS Nº. 086, DE 27 DE MAIO DE 2024.

O COORDENADOR-GERAL DE PERÍCIAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Complementar nº. 114, de 19 de dezembro de 2005;

Considerando o teor da Comunicação Interna nº 8539/2024/CGP/DAUR, de 27 de maio de 2024 ref. ao NUP: 31.135.308-2024,

R E S O L V E:

Designar, o servidor **MATEUS MANDU MOREIRA,** Perito Criminal, matrícula nº 94099021, para responder, sem prejuízo de suas funções habituais, pela função de **Diretor do Departamento de Apoio às Unidades Regionais - DAUR**, **símbolo DAPC-3**, da Coordenadoria-Geral de Perícias, em substituição a titular, a Perita Criminal Adriana Valéria Arruda da Silva Medeiros, matrícula nº 111911022, no período de **03/06/2024**

a 17/06/2024, durante usufruto de férias regulamentares.

Campo Grande, 27 de maio de 2024.

José de Anchieta Souza Silva
Perito Criminal
Coordenador-Geral de Perícias

PORTARIA "P" Nº. 087/2024/CGP/SEJUSP/MS, DE 27 DE MAIO DE 2024.

O COORDENADOR-GERAL DE PERÍCIAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Complementar nº. 114, de 19 de dezembro de 2005 e no Decreto Estadual nº12.107, de 24 de maio de 2006,

Considerando que cabe ao Coordenador-Geral de Perícias gerir as atividades referentes à administração de pessoal, bem como, promover a remoção dos servidores lotados na Coordenadoria-Geral de Perícias,

RESOLVE:

Remover, de ofício, no interesse da administração, a servidora abaixo relacionada, relativo a matrícula, cargo/função e lotação ali mencionados, com base no inciso II, do artigo 82 da Lei Complementar nº 114/2005, alterado pela LC nº 140, de 22 de dezembro de 2009, com efeitos **a contar de 02 de fevereiro de 2022**, a fim de regularização funcional.

MATRÍCULA	NOME	CARGO/ FUNÇÃO	ORIGEM	DESTINO
432357021	Juliana Cardoso da Silva	Perita Papiloscopista	CGP/SEJUSP/MS	IIGP/CGP/SEJUSP/MS

Campo Grande-MS, 27 de maio de 2024

José de Anchieta Souza Silva
Perito Criminal
Coordenador-Geral de Perícias

RESOLUÇÃO "P" SEJUSP/MS/N° 261– de 27 de maio de 2024

O Secretário-Adjunto de Estado de Justiça e Segurança Pública, no uso de suas atribuições legais, as quais lhe foram delegados conforme Resolução "P" SEJUSP/MS/Nº 003/2023 de 03 de janeiro de 2023,

R E S O L V E:

Conceder **120 (cento e vinte) dias de Licença Gestante**, as servidoras constantes no anexo a esta Resolução, pertencentes ao Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, com fulcro no art. 116, da Lei Complementar nº 114, de 19 de dezembro de 2005,

Campo Grande/MS, 27 de maio de 2024

ARY CARLOS BARBOSA
Secretário-Adjunto de Estado de Justiça e Segurança Pública

ANEXO DA RESOLUÇÃO "P" SEJUSP/MS/N° 261 – de 27 de maio de 2024

Matrícula	Nome	Cargo	NUP	Período
438959022	MILENA CASTRO DE OLIVEIRA	AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA	31.134.961-2024	08/05/2024 A 04/09/2024
484929022	SORAYA SAAB	AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA	31.134.961-2024	09/05/2024 A 05/09/2024

Polícia Militar de Mato Grosso do Sul

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N°1 / 4ªCIPM /PMMS/2024

NOTIFICO o SD QPPM **RENAN DE SOUZA VICENTE** - Mat. 483975021 a comparecer na Junta de Inspeção Médica da Polícia Militar do Estado De Mato Grosso do Sul, localizada na Avenida Av. Rodolfo José Pinho, 1506 - Jardim São Bento, Campo Grande - MS, 79004-690, no dia 28 de maio de 2024, às 07h30min, fins de homologação de atestado médico.

Informo que o não comparecimento acarretará em instauração de procedimentos administrativos.

ADRIAN GIOVANNY LEGUIZAMON DA COSTA **–** Maj QOPM
Comandante da 4ª CIPM

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N° 2/ 4ªCIPM /PMMS/2024

NOTIFICO o SD QPPM **RENAN DE SOUZA VICENTE** - Mat. 483975021, assegurando o direito de ampla defesa e o contraditório, que foi Instaurada a Apuração de Transgressão Disciplinar de nº 182/ATD/CORREG/PMMS/2024, para que apresente dentro de 05 (cinco) dias úteis suas justificativas/razões de defesa, após o terceiro dia consecutivo de publicação desta notificação em Diário Oficial do Estado.

Informo ainda, que a não apresentação de justificativa/razões de defesa acarretará no prosseguimento do procedimento à revelia.

ADRIAN GIOVANNY LEGUIZAMON DA COSTA **–** Maj QOPM
Comandante da 4ª CIPM Matrícula: 123188022

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N° 3/ 4ªCIPM /PMMS/2024

NOTIFICO o SD QPPM **RENAN DE SOUZA VICENTE** - Mat. 483975021, assegurando o direito de ampla defesa e o contraditório, que foi Instaurada a Apuração de Transgressão Disciplinar de nº 183/ATD/CORREG/PMMS/2024, para que apresente dentro de 05 (cinco) dias úteis suas justificativas/razões de defesa, após o terceiro dia consecutivo de publicação desta notificação em Diário Oficial do Estado.

Informo ainda, que a não apresentação de justificativa/razões de defesa acarretará no prosseguimento do procedimento à revelia.

ADRIAN **GIOVANNY** LEGUIZAMON DA COSTA **–** Maj QOPM
Comandante da 4ª CIPM Matrícula: 123188022

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N° 4/ 4ªCIPM /PMMS/2024

NOTIFICO o SD QPPM **RENAN DE SOUZA VICENTE** - Mat. 483975021, que foi Instaurada a Sindicância de Portaria nº 146/SIND/CORREG/PMMS/2024, e que se apresente na Sede do Quartel da 4ª CIPM em Chapadão do Sul/MS, às 09h00min, da data de 31 de maio de 2024, fins ser ouvido na qualidade de **Sindicado.**

Outrossim, informo que a referida oitiva poderá ocorrer na modalidade de videoconferência, através do Aplicativo WhatsApp, na data e horário acima determinado.

ADRIAN GIOVANNY LEGUIZAMON DA COSTA **–** Maj QOPM
Comandante da 4ª CIPM Matrícula: 123188022

PORTARIA "P" N. 045/DEIP/PMMS, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O **COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 10 da Lei Complementar n. 190, de 4 de abril de 2014, **resolve**:

1. Tornar público e homologar, para conhecimento dos interessados, a publicação da **PORTARIA nº 010/APM/PMMS de 27 de maio de 2024.** (Anexo I).

Campo Grande - MS, 28 de maio de 2024.

RENATO DOS ANJOS GARNES – Coronel QOPM
Comandante-Geral da PMMS

ANEXO I À PORTARIA "P" N. 045/DEIP/PMMS, DE 28 DE MAIO DE 2024.

PORTARIA nº 010/APM/PMMS de 27 de maio de 2024.
O COMANDANTE DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 5º inciso V, alíneas "a" e "b" e considerando o disposto no inciso II do artigo 53 da Lei 3.808, "Lei de Ingresso da PMMS" de 18 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 5.432, de 06 de novembro de 2019, **RESOLVE**:
I. DESLIGAR a contar do dia 27 de maio de 2024 o candidato abaixo relacionado do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul (CFO/PMMS), matriculado de acordo com a Portaria nº 001/APM/PMMS de 10 de janeiro de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado nº 11.381 de 12 de janeiro de 2024, **conforme PORTARIA "P" DGP-1/DGP/PMMS N. 561, DE 24 DE MAIO DE 2024** publicada na página 124 do **Diário Oficial nº 11.503 de 27MAIO24** que consta: **"ANULAR, o ato da matricula** no Curso de Formação de Oficiais da Policia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul (CFO/PMMS) **e consequentemente a Elevação à condição de Aluno-Oficial PM (Cadete), do CB QPPM LINCOLN ARIEL CARVALHO NUNES, Mat. 134004021**, conforme Anexo Único da Portaria "P" n. 027/ DRSP/PMMS, de 20 de fevereiro de 2024, publicado no Diário Oficial n. 11.420, de 21 de fevereiro de 2024, em virtude da Decisão em Procedimento de Investigação Social n. 001 – Gab Cmt G/2024, conforme prescreve no artigo 8º, inciso I, alínea "k" e artigo 44, ambos da Lei n. 3.808, de 18 de dezembro de 2009. (Solução ao Processo n. 31.042.649-2024)."

ORD	INSCRIÇÃO	NOME
17	944478	LINCOLN ARIEL DE CARVALHO NUNES

II. Apresentar o militar na sua unidade de origem – 10º BPM / CPM e informar ao Gabinete da Senhora Subcomandante Comandante-Geral para publicação de sua transferência (realizado através NUP: 31.133.191-2024).
III. Encaminhe-se ao Senhor Diretor da DEIP para ciência e anuência do Excelentíssimo Senhor Comandante-Geral.
IV. Publique-se com decisão.

Campo Grande/MS, 27 de maio de 2024.

DANIEL ELIAS DOS SANTOS – TEN CEL QOPM
Comandante da Academia de Polícia Militar da PMMS
Mat. 109354021

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
PALÁCIO TIRADENTES - DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAL/1

PORTARIA "P" DGP-1/DGP/PMMS N. 575, 28 DE MAIO DE 2024.

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, do Decreto n. 1.148 de 13 de julho de 1981, c/c Art 6, inciso X, do Decreto n. 1.091, de 12 de junho de 1981, c/c Art 2º, Art 12, inciso II, Art 17, do Decreto n. 1.093, de 12 de junho de 1981, c/c Art 10, inciso XVI da Lei Complementar n. 190, de 4 de Abril de 2014, resolve:

Transferir, por necessidade do serviço, os policiais militares, de suas **OPMs de origem** para as **OPMs de destino**, conforme segue abaixo:

Graduação	Matrícula	Nome	OPM Origem	OPM Destino
CAP QOPM	62403021	LUIZ VINISSIUS DUARTE MARQUES DA SILVA	BOPE / CPE / Campo Grande - MS	Comando Geral / Gab Cmt-G / Campo Grande – MS
2º TEN QOPM	129858021	ROGER FABIEN PEREIRA BORGES	9º BPM / CPM / Campo Grande - MS	BOPE / CPE / Campo Grande – MS
2º TEN QOPM	111600021	LUIS CARLOS MARTINS DE SOUZA	15º BPM / CPA-1 / Maracaju- MS	9º BPM / CPM / Campo Grande - MS

CAMPO GRANDE-MS, 28 DE MAIO DE 2024.

RENATO DOS ANJOS GARNES – CEL QOPM
Comandante-Geral da PMMS

PORTARIA "P" N. 061/GABCMTG/2024, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso XIX do Art. 10 da Lei Complementar n° 190, de 04 de abril de 2014 c/c § 4° do artigo 23 da Lei Complementar n° 127 de 15/05/2008.

R E S O L V E:

1. **Dispensar,** os militares abaixo relacionados, das funções de confiança, conforme segue:

Posto	Matrícula	Nome	Função	D O E Designação	Solução ao NUP
MAJ QOPM	31003021	WARDIVAN ALVES DE ARAUJO	Ajudante de Ordens do Comandante-Geral	11.367	-------
CAP QOPM	57220021	LUZIA ARNALDA FREIRE RODRIGUES DA SILVA	Assessor Militar	11.428	-------

2. **Designar**, o militar abaixo relacionado, para exercer a função de confiança, com fulcro no **inciso IV**, do artigo 23 da Lei Complementar n° 127 de 15/05/2008, conforme segue:

Posto	Matrícula	Nome	Função
CAP QOPM	62403021	LUIZ VINISSIUS DUARTE MARQUES DA SILVA	Ajudante de Ordens do Comandante-Geral

3. **Designar**, os militares abaixo relacionados, para exercerem as funções de confiança, com fulcro no **inciso V**, do artigo 23 da Lei Complementar n° 127 de 15/05/2008, conforme segue:

Posto	Matrícula	Nome	Função
MAJ QOPM	31003021	WARDIVAN ALVES DE ARAUJO	Assessor Militar
CAP QOPM	57220021	LUZIA ARNALDA FREIRE RODRIGUES DA SILVA	Chefe de Seção do CPM

CAMPO GRANDE-MS, 28 DE MAIO DE 2024.

RENATO DOS ANJOS GARNES – CEL QOPM
Comandante-Geral da PMMS

PORTARIA "P" DGP-1/DGP/PMMS N. 576, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O COMANDANTE DO COMANDO DE POLICIAMENTO DE FRONTEIRA PANTANAL (CPA-3) DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições delegada pela Portaria n° 005/GAB Cmt G /2016, de 23 de Mar 2016, publicada no Diário Oficial n° 9.141, de 08 de Mar 16, c/c o Art. 37, Inciso II da Lei Complementar 190, de 04 Abr 14, c/c Art. 12, Inciso III, Art. 17 do Decreto n° 1.093, de 12 de jun 81, resolve:

Transferir, por necessidade do serviço, o Sub Ten QPPM **RODRIGO GAMARRA,** Mat 118411021, do **7º BPM / CPA-3 / Aquidauana – MS,** para o **Comando de Policiamento de Fronteira Pantanal (CPA-3 / Aquidauana – MS.**
(Solução ao Processo n. 31.135.468-2024)

CAMPO GRANDE-MS, 28 DE MAIO DE 2024.

ANDERSON REZENDE DINIZ - CEL QOPM
Comandante do CPA-3

PORTARIA "P" DGP-1/DGP/PMMS N. 577, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O SUBCOMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o Art 12, inciso VI da Lei Complementar n. 190, de 4 de abril de 2014, c/c Art 6, inciso X, do Decreto n. 1.091, de 12 de junho de 1981, c/c Art 5º, § § 1º e 2º alínea "a", do Decreto n. 1.093, de 12 junho de 1981, resolve:

Classificar, os Policiais Militares abaixo relacionados, nas respectivas **OPM's,** em virtude da Designação para o Serviço Ativo da PMMS, conforme publicado no Diário Oficial n. 11.504, de 28 de maio de 2024, conforme segue:

Grad	Mat.	NOME	OPM Destino
1º Sgt QPPM Desig	82850022	**WAGNER HENRIQUE CAVALCANTE**	Cmdo G/Dintel/Campo Grande-MS
2º Sgt QPPM Desig.	46860026	**MARCOS AUGUSTO BARBOSA**	13ª CIPM/CPA-2/ Ribas do Rio Pardo-MS
3º Sgt QPPM Desig.	65152022	**ADEMAR OLIVEIRA CARVALHO**	8º BPM/CPA-5/Nova Andradina-MS
3º Sgt QPPM Desig.	83858022	**DOLVIRIO LUIZ DE PAULA**	2º BPM/CPA-2/Tres Lagoas-MS
3º Sgt QPPM Desig.	58999022	**MARIA EUGENIA MARUCHI ALVES**	8º BPM/CPA-5/Nova Andradina-MS
3º Sgt QPPM Desig.	53735022	**ROMILDO CAITANO DE ANDRADE**	2ª Cia /13º BPMA/CPA-2/Cassilandia - MS

CAMPO GRANDE-MS, 28 DE MAIO DE 2024.

NEIDY NUNES BARBOSA CENTURIÃO – Cel QOPM
Subcomandante-Geral da PMMS

APOSTILA DA SUBCOMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Na Portaria "P" DGP-1/DGP/PMMS N. 573, de 27 de maio de 2024, publicado por meio do Diário Oficial Eletrônico n. 11.504, de 28 de maio de 2024, referente a **Transferencia,** por necessidade do serviço, do CB QPPM **FLAVIANO RODRIGUES**, matrícula 101004021, foi feita a seguinte apostila:

ONDE CONSTA:

OPM Destino
2ºGPM / 2ºPel / 2ª CIA / 2ºBPMA / Destacado / Mundo Novo - MS

PASSE A CONSTAR:

OPM Destino
CPAmb/Campo Grande-MS

CAMPO GRANDE-MS, 28 DE MAIO DE 2024.

NEIDY NUNES BARBOSA CENTURIAO – Cel QOPM
Subcomandante-Geral da PMMS

Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul

PORTARIA "P" CBMMS/DP-2 N. 217, DE 27 DE MAIO DE 2024.

O DIRETOR DE PESSOAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso X, da Portaria CBMMS/DP-1 n. 018, de 18 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial n. 9.584, de 29 de janeiro de 2018, resolve:

Reverter, ao seu respectivo Quadro e Unidade, fins regularização funcional, a contar de 1º de janeiro de 2024, o ST BM Daniel Pereira Meza, matrícula n. 124.887-022, por ter cessado o motivo de sua agregação, publicada no DOEMS n. 11.101, de 14 de março de 2023, com fulcro nos artigos 79 e 80 da Lei Complementar n. 053, de 30 de agosto de 1990.

CAMPO GRANDE-MS, 27 DE MAIO DE 2024.

DENNY AGUSTO FERREIRA CAVALCANTI – CEL QOBM
Diretor de Pessoal do CBMMS

PORTARIA CBMMS/DEIPE N. 35, DE 27 DE MAIO DE 2024.

Homologa a matrícula no Curso de Formação de Soldados Bombeiro Militar (CFSDBM/2024)

O COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, incisos I, II, V e VII, alínea "f", do Decreto n. 5.698,

de 21 de novembro de 1990, e de acordo com o previsto no Edital n. 01/2022/SAD/CBMMS/CFSD, publicado no Diário Oficial n. 10.948, de 23 de setembro de 2022 e Edital n. 10/2024/SAD/SEJUSP/CBMMS/MATRÍCULA/CFSD, publicado no Diário Oficial n. 11.471, de 19 de abril de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a matrícula na condição de *sub judice*, do militar relacionado no quadro constante no anexo desta Portaria, no Curso de Formação de Soldados Bombeiro Militar (CFSDBM/2024), feita por meio do Ato de Matrícula n. 042/DIVENS/ABM/2024, de 24 de abril de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 24 de abril de 2024.

CAMPO GRANDE-MS, 27 DE MAIO DE 2024.

ADRIANO NOLETO RAMPAZO – CEL QOBM
Subcomandante Geral e Respondendo pelo Comando-Geral do CBMMS

ANEXO DA PORTARIA CBMMS/DEIPE N.35, de 27 DE MAIO DE 2024.

ATO DE MATRÍCULA DE CURSO N.º 042/DIVENS/ABM/2024 de 24 de abril de 2024

O COMANDANTE DA ACADEMIA DE BOMBEIROS MILITAR DO CBMMS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, VI, do Decreto n. 5.698, de 21 de novembro de 1990, e com fulcro nos art. 49, §3º da Lei Nº 3.808, de 18 de dezembro 2009, c/c os art. 11 e 12 da Lei Complementar Nº 053, de 30 de agosto de 1990, **resolve:**

Art 1º - Matricular na condição de *sub judice* por decisão judicial do processo nº 0837510-98.2023.8.12.0001 o candidato abaixo relacionado, no Curso de Formação de Soldados Bombeiro Militar/2024, por ter sido convocado no Diário Oficial nº 11.471 de 19 de abril de 2024, a contar de 24 de abril de 2024, conforme segue:

Ord.	Grad	Nome	CPF
1.	AL SD BM	João Vitor Borges Oliveira (Sub judice)	xxx.385.371-xx

Campo Grande – MS, 24 de abril de 2024.

Flavio Elias Ribeiro – **TC QOBM**
Matrícula n.º 114.489-021 Respondendo pelo Comando da ABM/CBMMS

PORTARIA CBMMS/DEIPE N. 36, DE 27 DE MAIO DE 2024.

Homologa a matrícula no Curso de Formação de Soldados Bombeiro Militar (CFSDBM/2024)

O COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, incisos I, II, V e VII, alínea □f□, do Decreto n. 5.698, de 21 de novembro de 1990, e de acordo com o previsto no Edital n. 01/2022/SAD/CBMMS/CFSD, publicado no Diário Oficial n. 10.948, de 23 de setembro de 2022 e Edital n. 10/2024/SAD/SEJUSP/CBMMS/MATRÍCULA/CFSD, publicado no Diário Oficial n. 11.471, de 19 de abril de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a matrícula do militar relacionado no quadro constante no anexo desta Portaria, no Curso de Formação de Soldados Bombeiro Militar (CFSDBM/2024), feita por meio do Ato de Matrícula n. 043/DIVENS/ABM/2024, de 24 de abril de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 24 de abril de 2024.

CAMPO GRANDE-MS, 27 DE MAIO DE 2024.

ADRIANO NOLETO RAMPAZO – CEL QOBM
Subcomandante Geral e Respondendo pelo Comando-Geral do CBMMS

ANEXO DA PORTARIA CBMMS/DEIPE N.36, de 27 DE MAIO DE 2024.

ATO DE MATRÍCULA DE CURSO N.º 043/DIVENS/ABM/2024 de 24 de abril de 2024

O COMANDANTE DA ACADEMIA DE BOMBEIROS MILITAR DO CBMMS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, VI, do Decreto n. 5.698, de 21 de novembro de 1990, e com fulcro nos art. 49, §3º da Lei Nº 3.808, de 18 de dezembro 2009, c/c os art. 11 e 12 da Lei Complementar Nº 053, de 30 de agosto de 1990, **resolve:**

Art 1º - Matricular, no Curso de Formação de Soldados do Corpo de Bombeiros Militar – CFSD/BM/2024, o candidato abaixo relacionado, por ter sido convocado no Diário Oficial n. º 11.471 de 19 de abril de 2024, em virtude de decisão Judicial Autos n. º 1404796- 39.2023.8.12.0000 (com transitado em julgado), conforme segue:

Ord.	Grad	Nome	CPF
1.	AL SD BM	William Souza Monteiro	xxx.809.991-xx

Campo Grande – MS, 24 de abril de 2024.

Flavio Elias Ribeiro – **TC QOBM**
Matrícula n.º 114.489-021
Respondendo pelo Comando da ABM/CBMMS

PORTARIA "P" CBMMS/DP-1 N. 112, DE 24 DE MAIO DE 2024.

O COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 8º, incisos II e VI da Lei Complementar n. 188, de 3 de abril de 2014 (Lei de Organização Básica do CBMMS), de acordo com o art. 9º do Decreto n. 11.439, de 13 de outubro de 2003, resolve:

RATIFICAR a concessão de 6 (seis) meses de Licença Especial ao ST BM ERIVALDO RODRIGUES DE ANDRADE, matrícula n. 59.765-021, publicada no Boletim Interno/6º GB n. 044, de 12 de junho de 2007, referente ao 1º decênio, período aquisitivo de 28.04.1997 a 27.04.2007, de acordo com os artigos 32 e 33 da Lei Complementar n. 127, de 15 de maio de 2008.

CAMPO GRANDE-MS, 24 DE MAIO DE 2024.

ADRIANO NOLETO RAMPAZO – Coronel QOBM
Subcomandante-Geral e respondendo pelo Comando Geral do CBMMS

Delegacia-Geral da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul

PORTARIA "P" DGPC/MS Nº 350, DE 27 DE MAIO DE 2024.

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o teor da Resolução "P"SEJUSP/MS nº 250, de 22 de maio de 2024, publicada no Dário Oficial Eletrônico nº 11.503, de 27 de maio de 2024;

R E S O L V E :

Dispensar MATHEUS SOUZA OLIVEIRA DE PALMA, Delegado de Polícia, Quarta Classe, matrícula nº 495525022, do Quadro da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, da função de confiança de Delegado Adjunto, símbolo DAPC-7, da Delegacia de Atendimento a Mulher de Três Lagoas/MS, com validade a contar de 10 de maio de 2024.

Campo Grande, MS, 27 de maio de 2024.

LUPERSIO DEGERONE LUCIO
DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL

PORTARIA "P" DGPC/MS Nº 351, DE 27 DE MAIO DE 2024.

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Designar **MATEUS ROCHA RODRIGUES ALVES**, Delegado de Polícia, Quarta Classe, matrícula nº 495528022, Delegado Adjunto da Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário de Dourados/MS para responder, sem prejuízo de suas funções habituais, nos termos do artigo 13, incisos IX e X e c/c o artigo 127, inciso IV da Lei Complementar nº 114/05, pelo expediente da mesma Unidade Policial, no período de 2 a 16 de agosto de 2024, em razão de gozo de férias de Gustavo Mussi.

Campo Grande, MS, 27 de maio de 2024.

LUPERSIO DEGERONE LUCIO
DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL

PORTARIA "P" DGPC/MS Nº 352, DE 27 DE MAIO DE 2024.

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Designar **JAIRO CARLOS MENDES**, Delegado de Polícia, Classe Especial, matrícula nº 47809025, Diretor do Departamento de Polícia do Interior/MS, para responder, sem prejuízo de suas funções habituais, nos termos do artigo 13, incisos IX e X e c/c o artigo 127, inciso IV da Lei Complementar nº 114/05, pelo expediente do Departamento de Inteligência Policial/MS, no período de 3 a 12 de junho de 2024, em razão de gozo de férias de Devair Aparecido Francisco.

Campo Grande, MS27 de maio de 2024.

LUPERSIO DEGERONE LUCIO
DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL

PORTARIA "P" DGPC/MS Nº 352, DE 27 DE MAIO DE 2024.

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Designar **JAIRO CARLOS MENDES**, Delegado de Polícia, Classe Especial, matrícula nº 47809025, Diretor do Departamento de Polícia do Interior/MS, para responder, sem prejuízo de suas funções habituais, nos termos do artigo 13, incisos IX e X e c/c o artigo 127, inciso IV da Lei Complementar nº 114/05, pelo expediente do Departamento de Inteligência Policial/MS, no período de 3 a 12 de junho de 2024, em razão de gozo de férias de Devair Aparecido Francisco.

Campo Grande, MS27 de maio de 2024.

LUPERSIO DEGERONE LUCIO
DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL

PORTARIA "P" DGPC/MS Nº 353, DE 27 DE MAIO DE 2024.

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais;

Considerando requerimento protocolado nesta Delegacia Geral, com parecer favorável do Diretor do Departamento de Polícia da Capital/MS e Departamento de Polícia Especializada/MS;

Considerando que é dever da administração superior da Policia Civil estabelecer medidas que propiciem atender às demandas de cada Unidade Policial, provendo a adequação do perfil de cada servidor com o serviço a ser desempenhado, norteando-se pela prevalência do interesse coletivo sobre o interesse individual de cada servidor, visando propiciar maior eficácia nos trabalhos de Polícia Judiciária a serem efetuados;

R E S O L V E:

Remover, por permuta, atendido a conveniência do serviço, os servidores abaixo relacionados, relativos as matrículas, cargos, classes e lotações ali mencionados, concedendo 02 (dois) dias de trânsito, com base no inciso II, do artigo 85, da Lei Complementar nº 114/2005 e alterada pela Lei Complementar nº 140, de 22 de dezembro de 2009, a contar da data da publicação.

MATR	NOME	CARGO	CL	ORIGEM	DESTINO

117506024	Carolina Cruz da Costa Leite	Investigadora de Polícia Judiciária	ESP	Terceira Delegacia de Polícia Civil de Campo Grande/MS	Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário de Campo Grande/MS
424238022	Andressa Cristhine Torraca	Investigadora de Polícia Judiciária	ESP	Primeira Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher/MS	Terceira Delegacia de Polícia Civil de Campo Grande/MS
88657024	Erlon Ferreira da Silva	Investigador de Polícia Judiciária	ESP	Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário de Campo Grande/MS	Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário de Campo Grande/MS

Campo Grande, MS, 27 de maio de 2024.

LUPERSIO DEGERONE LUCIO
DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL

PORTARIA "P" DGPC/MS Nº 354, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais;

Considerando que é dever da administração superior da Policia Civil estabelecer medidas que propiciem atender às demandas de cada Unidade Policial, provendo a adequação do perfil de cada servidor com o serviço a ser desempenhado, norteando-se pela prevalência do interesse coletivo sobre o interesse individual de cada servidor, visando propiciar maior eficácia nos trabalhos de Polícia Judiciária a serem efetuados;

R E S O L V E :

Remover, "ex-officio", no interesse da Administração, **DIONISIO GOMES PEGO**, Investigador de Polícia Judiciária, Classe Especial, matrícula nº 99128024, Delegacia Especializada de Combate a Crimes Rurais e Abigeato/MS para a Delegacia Especializada de Repressão ao Narcotráfico/MS, concedendo 02 (dois) dias de trânsito, com base no inciso I, do artigo 85, da Lei Complementar nº 114/2005 e alterada pela Lei Complementar nº 140, de 22 de dezembro de 2009, a contar da data da publicação.

Campo Grande, MS, 28 de maio de 2024.

LUPERSIO DEGERONE LUCIO
DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL

PORTARIA "P" DGPC/MS Nº 355, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Revogar a contar de 16 de maio de 2024, a Portaria "P"DGPC/MS nº 300, de 9 de maio de 2024, publicada no Diário Oficial Eletrônico nº 11.486, de 10 de maio de 2024, que designou pelo período de 30 (trinta) dias, **ROBERTO CARLOS MORGADO PIRES**, Delegado de Polícia, Segunda Classe, matrícula nº 474706023, lotado na Delegacia Especializa de Proteção a Criança e ao Adolescente/MS, para com prejuízo de suas funções habituais, atuar na Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes de Defraudações, Falsificações, Falimentares e Fazendários/MS, com validade a contar da data da publicação.

Campo Grande, MS, 28 de maio de 2024.

LUPERSIO DEGERONE LUCIO
DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL

PORTARIA "P" DGPC/MS Nº 356, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais;

Considerando que é dever da administração superior da Polícia Civil adotar medidas que propiciem a resolução das demandas existentes, em prol do alcance de maior eficácia no desenvolvimento dos trabalhos de Polícia Judiciária.

R E S O L V E:

Designar, pelo período de 90 (noventa) dias, **ROMULO ANDREI VILALBA DE OLIVEIRA**, Escrivão de Polícia Judiciária, Terceira Classe, matrícula nº 500305023, lotado na Delegacia de Polícia Civil de Rio Verde de Mato Grosso/MS, para com prejuízo de suas funções habituais, atuar na Delegacia de Polícia Civil de Ribas do Rio Pardo/MS, com validade a contar da data da publicação.

Campo Grande, MS, 28 de maio de 2024.

LUPERSIO DEGERONE LUCIO
DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL

PORTARIA "P" DGPC/MS Nº 357, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais;

Considerando que é dever da administração superior da Polícia Civil adotar medidas que propiciem a resolução das demandas existentes, em prol do alcance de maior eficácia no desenvolvimento dos trabalhos de Polícia Judiciária.

R E S O L V E:

Designar, pelo período de 90 (noventa) dias, **GABRIELA MARIA DE OLIVEIRA**, Escrivã de Polícia Judiciária, Terceira Classe, matrícula nº 491676025, lotada na Primeira Delegacia de Polícia Civil de Corumbá/MS, para com prejuízo de suas funções habituais, atuar na Delegacia de Polícia Civil de Ribas do Rio Pardo/MS, com validade a contar da data da publicação.

Campo Grande, MS, 28 de maio de 2024.

LUPERSIO DEGERONE LUCIO
DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL

PORTARIA "P" DGPC/MS Nº 358, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o teor do Decreto "P" nº 401, de 20 de maio de 2024, publicado no Diário Oficial Eletrônico nº 11.504, de 28 de maio de 2024;

R E S O L V E :

Dispensar MURILO JORGE VAZ SILVA, Delegado de Polícia, Segunda Classe, matrícula nº 474644023, do Quadro da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, da função de confiança de Delegado Titular, símbolo DAPC-6, da Delegacia de Polícia Civil de Pedro Gomes/MS, com validade a contar de 6 de abril de 2024.

Campo Grande, MS, 28 de maio de 2024.

LUPERSIO DEGERONE LUCIO
DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL

Agência Estadual de Metrologia

PORTARIA "P" AEM/MS Nº 68, 28 de maio de 2024.

O Diretor-Presidente da Agência Estadual de Metrologia AEM/MS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto "P" Nº 123 de 17 de janeiro de 2023 e Portaria Nº 267, de 07 de julho de 2023, do Presidente do INMETRO, e em conformidade com o disposto na Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações pertinentes.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para atuarem como Gestor, Gestor Substituto, Fiscal e Fiscal Substituto do contrato Nº 09/2024, firmado entre **AGÊNCIA ESTADUAL DE METROLOGIA AEM/MS** e a empresa **DAF AR CONDICIONADO E ELÉTRICA LTDA**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva, instalação, limpeza de dutos e operação de aparelho de ar-condicionado. **Art. 2º** Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, **REVOGA-SE** as disposições em contrário.

GESTOR
Nome: ELIANE HELENA CARVALHO ARAÚJO JOAQUIM
Cargo: AUXILIAR METROLÓGICO
Matrícula: 62136022

GESTOR SUBSTITUTO
Nome: HELENA COELHO DE OLIVEIRA
Cargo: AGENTE METROLÓGICO
Matrícula: 40137021

FISCAL
Nome: JURANDECI PIRES BRUNET
Cargo: ASSISTENTE IV
Matrícula: 16480027

FISCAL SUBSTITUTO
Nome: LUIZ CARLOS FREITAS FILHO
Cargo: AUXILIAR METROLÓGICO
Matrícula: 89452021

Campo Grande MS, 28 de maio de 2024

Marcos Henrique Derzi Wasilewski
Diretor-Presidente

Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul

PORTARIA "P" AGEHAB N. 069, DE 28 DE MAIO DE 2024

A Diretora-Presidente da Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul - AGEHAB, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 7º, inciso XIV, do Decreto nº 16.171, de 26 de abril de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, para, nos termos do art. 22 do Decreto nº 11.261, de 16 de junho de 2003, atuar na execução do Convênio n. 512/2024 – Processo n. 79/004.536/2024, celebrado entre a Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul – AGEHAB e o município de Naviraí/MS, que tem por objeto contratação de empresa da construção civil, mediante processo licitatório, visando a construção de 24 (vinte e quatro) unidades habitacionais, sendo 22 (vinte duas) UH Casa Padrão e 2 (duas) UH Casa de Divisa, no município de Naviraí/MS, conforme plano de trabalho, projetos e planilha orçamentária constantes do processo.

FISCAL	SERVIDOR	MATRÍCULA	CARGO
Titular:	Max Sander Gamarra da Silva	435338021	Fiscal de Obras Habitacionais
Substituto:	Durval Candido Almeida	25324021	Fiscal de Obras Habitacionais

Compete ao fiscal manter o acompanhamento da execução do convênio, fiscalizando o desenvolvimento dos trabalhos e de sua conformidade com o cronograma físico-financeiro.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições contrárias.

Campo Grande/MS, 28 de maio de 2024.

MARIA DO CARMO AVESANI LOPEZ
Diretora Presidente da AGEHAB

PORTARIA "P" AGEHAB N. 070, DE 28 DE MAIO DE 2024

A Diretora-Presidente da Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul - AGEHAB, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 7º, inciso XIV, do Decreto nº 16.171, de 26 de abril de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, para, nos termos do art. 22 do Decreto nº 11.261, de 16 de junho de 2003, atuar na execução do Convênio n. 513/2024 – Processo n. 79/002.813/2024, celebrado entre a Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul – AGEHAB e o município de Porto Murtinho/MS, que tem por objeto a construção de 59 (cinquenta e nove) unidades habitacionais, no município de Porto Murtinho/MS, para atendimento de famílias que estão vivendo em situação de ocupação irregular, ocupando área de risco de alagamento, e que não possuem renda necessária para adquirir a casa própria, conforme planilha orçamentária aprovada, plano de trabalho e projetos anexos ao processo administrativo em epígrafe.

FISCAL	SERVIDOR	MATRÍCULA	CARGO
Titular:	Durval Candido Almeida	25324021	Fiscal de Obras Habitacionais
Substituto:	Gilberto Maroso	25190024	Direção Gerencial e Assessoramento

Compete ao fiscal manter o acompanhamento da execução do convênio, fiscalizando o desenvolvimento dos trabalhos e de sua conformidade com o cronograma físico-financeiro.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições contrárias.

Campo Grande/MS, 28 de maio de 2024.

MARIA DO CARMO AVESANI LOPEZ
Diretora Presidente da AGEHAB

PORTARIA "P" AGEHAB N. 071, DE 28 DE MAIO DE 2024

A Diretora-Presidente da Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul - AGEHAB, no uso de suas atribuições legais no artigo 7º, inciso XVI, do Decreto nº 16.171, de 26 de abril de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem as funções especificadas, nos termos do art. 58, inciso III, e do art. 67, ambos da Lei Federal n. 8.666, de 21/06/1993 e Decreto n. 15.530, de 08/10/2020, no Contrato de Adesão n. 005/2020/AGEHAB que integra o Contrato Corporativo n. 002/2020/SAD – Processo n. 57/500.207/2019 – Objeto: Constitui objeto deste Contrato a adesão da CONTRATANTE-ADERENTE a contratação de empresa especializada em prestação de serviço de limpeza, asseio e conservação predial, copa, cozinha, jardinagem, manutenção, com fornecimento de materiais, em conformidade com as especificações constantes da Proposta de Preços (Anexo I), parte integrante deste ato convocatório, com o objetivo de atender às necessidades de Órgãos e Entidades que compõe o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul/MS, conforme Planilha de Distribuição de Funções por Unidade e Localidade, Anexo I do presente instrumento contratual., celebrado entre a Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul – AGEHAB e a empresa GUATÓS PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI, em substituição aos membros designados através da Portaria "P" AGEHAB N. 51, DE 24 DE MARÇO DE 2021.

FISCAL	SERVIDOR	MATRÍCULA	CARGO
Titular:	Maria Martins de Oliveira	93948025	Técnico Organizacional
Substituto:	Robert Edward Warren Carneiro	85660026	Gestão e Assistência

Compete ao fiscal do contrato a atribuição de verificação da conformidade dos serviços e das obras executadas e dos bens entregues com o objeto contratado, de forma a assegurar o seu exato cumprimento, conforme as normas que regulam o instrumento contratual e em especial as disposições do Decreto n. 15.530, de 08/10/2020, anotando em registro próprio todas as ocorrências e reportando-se à autoridade competente quando necessária providência pertinente.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições contrárias. Em especial a Portaria "P" AGEHAB N. 51, DE 24 DE MARÇO DE 2021.

Campo Grande/MS, 28 de maio de 2024.

MARIA DO CARMO AVESANI LOPEZ
Diretora-Presidente da AGEHAB

Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário

TERMO DE SUBSTITUIÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO

O Diretor-Presidente da AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO - AGEPEN/MS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a lei e considerando o disposto nos termos do art. 58, inciso III e art. 67, ambos da Lei n. 8666 e Decreto n. 15.530,

RESOLVE:

Designar o servidor **ELAINE CRISTINA DE SOUZA ALENCAR**, Policial Penal, sob matrícula nº 91336022 como SUPLENTE DO FISCAL DE CONTRATO, em substituição a servidora CARLOS ADRIANO GONÇALVES PEREIRA, Policial Penal, sob matrícula 477620022, designado no Diário Oficial nº 10.816, p. 101, de 29/04/2022, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, referente ao Processo 31/006.370/2022, Contrato 007/2022, celebrado entre a AGEPEN/MS, e a empresa CONSELHO DA COMUNIDADE DE CAMPO GRANDE.

Campo Grande - MS, 28 de maio de 2024

RODRIGO ROSSI MAIORCHINI
Diretor-Presidente da AGEPEN/MS

TERMO DE SUBSTITUIÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO

O Diretor-Presidente da AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO - AGEPEN/MS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a lei e considerando o disposto nos termos do art. 58, inciso III e art. 67, ambos da Lei n. 8666 e Decreto n. 15.530,

RESOLVE:

Designar o servidor **KAMILA CRISTINA SANCHES HERNANDES**, Policial Penal, sob matrícula nº 130765023 como SUPLENTE DO FISCAL DE CONTRATO, em substituição a servidora TATIANA FERREIRA DE JESUS, Policial Penal, sob matrícula 494781022, designado no Diário Oficial nº 10.911, p. 34/35, de 10/08/2022, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, referente ao Processo 31/041.476/2022, Contrato 024/2022, celebrado entre a AGEPEN/MS, e a empresa VMI SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA.

Campo Grande - MS, 28 de maio de 2024

RODRIGO ROSSI MAIORCHINI
Diretor-Presidente da AGEPEN/MS

TERMO DE SUBSTITUIÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO

O Diretor-Presidente da AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO - AGEPEN/MS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a lei, e considerando o disposto nos termos do artigo 104, inciso III c/c artigo 117 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 15.938/2022,

RESOLVE:

Designar o servidor **DIRCEU BELMAR MONIS**, Policial Penal, sob matrícula nº 36090022, como **FISCAL DE CONTRATO**, em substituição ao servidor Creone da Conceição Batista, Policial Penal, matrícula nº 48301021, bem como a servidora **KAMILA CRISTINA SANCHES HERNANDES**, Policial Penal, sob matrícula nº 130765023, como **SUPLENTE DE FISCAL DE CONTRATO**, em substituição ao servidor Dirceu Belmar Monis, Policial Penal, sob matrícula nº 36090022; e, ainda, designar o servidor **WESCKLEI ROSA REIS**, Policial Penal, sob matrícula nº 432545023, **SUPLENTE DE GESTOR DO CONTRATO**, em substituição a servidora Ana Carolinne Dagher Pereira, Policial Penal, sob matrícula nº 476216024, ora designados no Diário Oficial nº 11.315, p. 36, de 10/11/2023, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, referente ao Contrato 040/2023, sob Processo 31/037.904/2023, celebrado entre a AGEPEN/MS, e a empresa VMI SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA.

Campo Grande/MS, 28 de maio de 2024

RODRIGO ROSSI MAIORCHINI
Diretor-Presidente da AGEPEN/MS

PORTARIA AGEPEN "P" N. 430, DE 27 DE MAIO DE 2024.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR, interinamente, o servidor **ALDO IVO TEIXEIRA RAMOS**, Policial Penal, matrícula n. 44057021, para desempenhar a Função Privativa da Carreira Penitenciária, "Diretor-Adjunto de Unidade Penal de Média Complexidade", do Instituto Penal de Campo Grande, da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul, com validade a contar de 22 de maio de 2024.

Campo Grande MS, 27 de maio de 2024.

RODRIGO ROSSI MAIORCHINI
Diretor-Presidente

PORTARIA AGEPEN "P" Nº 431, de 27 de maio de 2024.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder 120 (cento e vinte) dias de Licença Maternidade à servidora pertencente ao Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, lotada na Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário, abaixo relacionada, com fulcro no artigo 147, da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com nova redação dada pelo artigo 5º, e alterada pelo Decreto 15.855, de 11 de janeiro de 2022, conforme artigo 58.

Prontuário	Servidora	Função	Período	Local
477685022	Malena Lopes de Souza	Policial Penal	21/05/24 a 17/09/24	São Gabriel do Oeste

RODRIGO ROSSI MAIORCHINI
Diretor-Presidente AGEPEN
Mat. 64973022

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DE MATO GROSSO DO SUL

ASSUNTO: Decisões de deferimentos e indeferimentos dos pedidos de indenização de aperfeiçoamento funcional, dos Policiais Penais, considerando a existência de interesse público e o preenchimento dos requisitos exigidos na Lei n. 4.490/2014 e Decreto n. 15.507/2020.
Lotação: AGEPEN/MS
Situação: Da ativa

Interessados:
Cargo: Policial Penal

Ord.	Matricula	Servidor	Processo	Decisão	Período
	494815022	Cleuson da Silva Souza	31.079.763-2022	DEFERIDO	20/03/24 a 04/09/25

Campo Grande - MS, 27 de maio de 2024.

RODRIGO ROSSI MAIORCHINI
Diretor-Presidente AGEPEN

APOSTILA DO DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DE MATO GROSSO DO SUL - AGEPEN/MS

No despacho, de 14 de março de 2024, publicado no Diário Oficial Eletrônico n. 11.441, de 15 de março de 2024, com as decisões de deferimentos e indeferimentos dos pedidos de indenização de aperfeiçoamento funcional, dos Policiais Penais, considerando a existência de interesse público e o preenchimento dos requisitos exigidos na Lei n. 4.490/2014 e Decreto n. 15.507/2020.

Nome	Onde Consta	Passe a Constar
Dionatan Lopes O. dos Santos	Período: "30/11/23 a 23/03/24"	Período: "30/11/23 a 23/05/25"

Campo Grande – MS, 27 de maio de 2024.

RODRIGO ROSSI MAIORCHINI
Diretor-Presidente AGEPEN

APOSTILA DO DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DE MATO GROSSO DO SUL - AGEPEN/MS

No despacho, de 14 de março de 2024, publicado no Diário Oficial Eletrônico n. 11.441, de 15 de março de 2024, com as decisões de deferimentos e indeferimentos dos pedidos de indenização de aperfeiçoamento funcional, dos Policiais Penais, considerando a existência de interesse público e o preenchimento dos requisitos exigidos na Lei n. 4.490/2014 e Decreto n. 15.507/2020.

Nome	Onde Consta	Passe a Constar
Patricia Aparecida B. Colete	Período: "09/02/24 a 05/07/24"	Período: "09/02/24 a 05/07/25"

Campo Grande – MS, 27 de maio de 2024.

RODRIGO ROSSI MAIORCHINI
Diretor-Presidente AGEPEN

Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul

PORTARIA "P" AGEPREV Nº 0362, DE 20 DE MAIO DE 2024.

O DIRETOR- PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Decreto n. 15.087, de 30 de novembro de 2018, alterado pelo Decreto 16.270, de 5 de setembro de 2023, resolve:**

DESIGNAR Kemily Nathany Melo Soares, matrícula n. 473116022, ocupante do cargo em comissão de Direção Executiva e Assessoramento, símbolo CCA-12 na função de Diretora da Diretoria de Benefícios, em substituição titular **Natália Koshiikene Damasceno Ramires**, matrícula n. 23753023, durante a prorrogação da licença maternidade no período de 24 de maio de 2024 a 22 de julho de 2024, delegando competência para assinar as Certidões de Tempo de Contribuição/Declarações, expedidas pela Agência de Previdência Social de Mato do Sul, amparado pelo Inciso VIII do Artigo 2º da PORTARIA MTP Nº 1.467, de 02 de junho de 2022.

CAMPO GRANDE-MS, 20 DE MAIO DE 2024.

JORGE OLIVEIRA MARTINS
Diretor-Presidente

PORTARIA "P" AGEPREV Nº 0363, DE 20 DE MAIO DE 2024.

O DIRETOR- PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 3º, inciso IV, do Decreto 14.903, de 27 de dezembro de 2017, resolve:**

DESIGNAR a servidora **Kemily Nathany Melo Soares**, matrícula n. 473116022, ocupante do cargo em comissão Direção Executiva e Assessoramento, símbolo CCA-12, para acumulando suas funções, na função de Diretora da Diretoria de Benefícios da Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul, no período de 24 de maio de 2024 a 22 de julho de 2024, durante a prorrogação da licença maternidade da titular **Natália Koshiikene Damasceno Ramires**, matrícula n. 23753023, com fulcro nos artigos 63 e 64, ambos da Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990.

CAMPO GRANDE-MS, 20 DE MAIO DE 2024.

JORGE OLIVEIRA MARTINS
Diretor-Presidente

Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos

PORTARIA "P" AGESUL n. 125, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DESTITUIR o servidor Thiago Abdo Ogeda Mussury, matrícula 481835022, das PORTARIAS "P" AGESUL N. 18 e 19, de 11 de janeiro de 2024, que trata da designação da Comissão Permanente de Licitação dos certames licitatórios promovidos por esta Autarquia.

Campo Grande – MS, 28 de maio de 2024.

MAURO AZAMBUJA RONDON FLORES
Diretor Presidente da AGESUL

Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal

PORTARIA "P" IAGRO Nº 177, 28 DE MAIO DE 2024.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL - IAGRO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

REMOVER no interesse da Administração, a servidora STHEFANY DA CUNHA DIAS, matrícula 500397021, ocupante do cargo de Fiscal Estadual Agropecuário, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, lotado na Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal – IAGRO, do Município de Guia Lopes da Laguna/MS, para o Município de Campo Grande/MS, no Escritório Central, na Divisão de Inspeção de produtos de Origem Animal – DIPOA, com efeitos a contar da data de publicação. (Processo n° 83.024.082-2024).

Campo Grande/MS, 28 de maio de 2024.

Daniel de Barbosa Ingold
Diretor Presidente/IAGRO

PORTARIA "P" IAGRO Nº 172, DE 27 DE MAIO DE 2024.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL - IAGRO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a PORTARIA "P" IAGRO N°084, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2024, publicada no Diário Oficial Eletrônico n° 11.426, de 27 de fevereiro de 2024, página 240, com efeitos a contar de 1º de junho de 2024.

Campo Grande/MS, 27 de maio de 2024.

Daniel de Barbosa Ingold
Diretor Presidente/IAGRO

PORTARIA "P" IAGRO Nº 173, DE 27 DE MAIO DE 2024.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL - IAGRO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

DESIGNAR para exercer a Função de Confiança de Chefe de Núcleo de Contabilidade – NCONT, privativo da Carreira Fiscalização e Defesa Sanitária, a servidora MARIA CRISTINA DA SILVA, matrícula 29288021, ocupante do cargo de Gestor Estadual Agropecuário, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, lotado na Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal – IAGRO, com efeitos a contar de 1° de junho de 2024.

Campo Grande/MS, 27 de maio de 2024.

Daniel de Barbosa Ingold
Diretor Presidente/IAGRO

PORTARIA "P" IAGRO Nº 174, 27 DE MAIO DE 2024.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL - IAGRO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Designar os servidores relacionados abaixo para exercer as funções especificadas, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e Decreto n° 15.938 de 26 de maio de 2022, no **Contrato nº 24.768/2024** do **Processo n. 83/023.784/2024 (SGC)**, objetivando a contratação de equipamentos e serviço para a modernização do auditório da IAGRO-MS, celebrado entre a **AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL – IAGRO e a empresa SEAL TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.**

GESTOR	SERVIDOR	MATRÍCULA	CARGO
Titular:	Jeane Cardozo Barbosa	132498021	Agente De Serviços Agropecuários
Substituto:	Saulo Souza dos Santos	487793022	Gestão e Assistência

FISCAL	SERVIDOR	MATRÍCULA	CARGO
Titular:	Fabricio De Lima Weber	133973024	Gestor Estadual Agropecuário
Substituto:	Breno Del Stefano Albuquerque Damasceno	94736022	Gestor Estadual Agropecuário

1. Compete ao gestor o serviço geral de gerenciamento de contratos realizados a partir de sua designação até o término do contrato.
2. Compete ao fiscal do contrato o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento do objeto ou da prestação do serviço, a fim de que as normas que regulam o instrumento contratual sejam devidamente observadas, anotando em registro próprio todas as ocorrências e reportando-se à autoridade competente quando necessária providência pertinente àquela.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições contrárias.

Campo Grande/MS, 27 de maio de 2024.

Daniel de Barbosa Ingold
Diretor Presidente/IAGRO

Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul

PORTARIA "P" DETRAN Nº 311 DE 23 DE MAIO DE 2024

O DIRETOR PRESIDENTE, EM EXERCÍCIO, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

DESIGNAR o servidor Artur Valdir Faustino de Almeida, matrícula nº 108737021, ocupante do cargo de Assistente de Atividades de Trânsito, para responder pelo expediente da Gerência de

Compras e Licitação do Departamento Estadual de Trânsito – Detran, nos dias 16 e 17/05/2024, em virtude de férias da titular Terezinha Martins Cabral, matrícula nº 87025024, ocupante do cargo em comissão de Direção Gerencial Especial e Assessoramento - CCA-10. (NUP: 31.128.260-2024)

CAMPO GRANDE-MS, 23 DE MAIO DE 2024.

JOÃO CÉSAR MATTO GROSSO PEREIRA
Diretor Presidente, em exercício

PORTARIA "P" DETRAN Nº 312 DE 23 DE MAIO DE 2024

O DIRETOR PRESIDENTE, EM EXERCÍCIO, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

DESIGNAR o servidor Luiz Fernando da Silva Galhardo, matrícula nº 487491022, ocupante do cargo em comissão de Direção, Gerência e Assessoramento, para responder pelo expediente da Agência de Trânsito de Glória de Dourados, no período de 03/05/2024 a 16/05/2024, em virtude de férias da titular Evandra de Assunção Yamato, matrícula nº 480063022, ocupante do cargo em comissão de Direção Intermediária e Assessoramento - CCA-13. (NUP: 31.112.310-2024)

CAMPO GRANDE-MS, 23 DE MAIO DE 2024.

JOÃO CÉSAR MATTO GROSSO PEREIRA
Diretor Presidente, em exercício

PORTARIA "P" DETRAN Nº 313 DE 23 DE MAIO DE 2024

O DIRETOR PRESIDENTE, EM EXERCÍCIO, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

DESIGNAR a servidora Beatriz Cruz Cardoso Luna, matrícula nº 6541021, ocupante do cargo de Gestor de Atividades Organizacionais, para responder pelo expediente do Setor de Prestação de Contas do Departamento Estadual de Trânsito - Detran, no período de 02/05/2024 a 16/05/2024, em virtude de férias da titular Leticia Yoza, matrícula nº 429152021, ocupante da Função Técnica de Operação Intermediária. (NUP: 31.107.282-2024)

CAMPO GRANDE-MS, 23 DE MAIO DE 2024.

JOÃO CÉSAR MATTO GROSSO PEREIRA
Diretor Presidente, em exercício

PORTARIA "P" DETRAN Nº 314 DE 23 DE MAIO DE 2024

O DIRETOR PRESIDENTE, EM EXERCÍCIO, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

DESIGNAR o servidor Bruno Rojas de Campos, matrícula nº 429333021, ocupante do cargo de Assistente de Atividades de Trânsito, para responder pelo expediente da Agência Especial de Trânsito de Dourados, no dia 22 de maio de 2024, em virtude do impedimento do titular Giorgie de Candido, matrícula nº 127451021, ocupante da Função de Confiança Executiva - FCE-03. (NUP: 31.129.061-2024)

CAMPO GRANDE-MS, 23 DE MAIO DE 2024.

JOÃO CÉSAR MATTO GROSSO PEREIRA
Diretor Presidente, em exercício

PORTARIA "P" DETRAN Nº 315 DE 23 DE MAIO DE 2024

O DIRETOR PRESIDENTE, EM EXERCÍCIO, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

DESIGNAR a servidora Caroline Cavalcanti da Fonseca Naglis, matrícula nº 468451024, ocupante do cargo em comissão de Direção Gerencial e Assessoramento, Símbolo CCA-11, para responder pelo expediente da Diretoria de Engenharia, no período de 03/06/2024 a 12/06/2024, em virtude de férias da titular Maria Moura Borba de Oliveira, matrícula nº 71939026, ocupante do cargo em comissão de Direção Gerencial Especial E Assessoramento, Símbolo CCA-10. (NUP: 31.130.901-2024)

CAMPO GRANDE-MS, 23 DE MAIO DE 2024.

JOÃO CÉSAR MATTO GROSSO PEREIRA
Diretor Presidente, em exercício

PORTARIA "P" DETRAN Nº 316 DE 23 DE MAIO DE 2024

O DIRETOR PRESIDENTE, EM EXERCÍCIO, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

AUTORIZAR a servidora abaixo relacionada a conduzir veículo oficial a serviço do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/MS, com fundamento no artigo 6º do Decreto Estadual nº 13.571, de 28 de fevereiro de 2013.

Matrícula	Nome	CNH	CAT.
505728022	Flávia Almeida Passos	xxx09147xx	B

CAMPO GRANDE-MS, 23 DE MAIO DE 2024.

JOÃO CÉSAR MATTO GROSSO PEREIRA
Diretor Presidente, em exercício

PORTARIA "P" DETRAN Nº 317 DE 27 DE MAIO DE 2024

O DIRETOR PRESIDENTE, EM EXERCÍCIO, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

DESIGNAR junto ao Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/MS os servidores abaixo relacionados como Agente da Autoridade de Trânsito, para executar fiscalização de Trânsito, notificar, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis pelas infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB, de competência deste Órgão Executivo de Trânsito Estadual, tendo em vista realização do Curso de Formação/Atualização de Agentes de Fiscalização de Trânsito. (NUP: 31.127.536-2024)

Matrícula	Nome	Período
429683021	ATAYDE CARRILHO ARANTES JUNIOR	13/05/2024 a 01/12/2026
133096023	AUGUSTO GONZALES OLIVER	13/05/2024 a 12/05/2027
80745022	CARLOS ALBERTO ROMERO IBANHES	13/05/2024 a 12/05/2027
106207022	CLAUDIA ALMEIDA GONÇALVES SALOMAO	13/05/2024 a 12/05/2027
44898024	CLAUDIA ROBERTA GOMES	13/05/2024 a 12/05/2027
86595021	ESOLEIDE DE SOUZA VIEIRA	13/05/2024 a 12/05/2027
129462021	FERNANDO MALHEIROS FERREIRA	13/05/2024 a 12/05/2027
83472022	GLORIA FATIMA BENITES	13/05/2024 a 12/05/2027
128610022	IGOR MENDES GRANCE	13/05/2024 a 01/12/2026
43701021	JORGE HENRIQUE SATO	13/05/2024 a 12/05/2027
483377021	JOSE NEUSVALDO DUARTE DE ANDRADE	13/05/2024 a 01/12/2026
85300021	KELLY DAHIANY FERREIRA MATOS	13/05/2024 a 01/12/2026
19742021	LIDIANA DE FREITAS DOS SANTOS	13/05/2024 a 12/05/2027
423563022	LUCIO FERREIRA RODOVALHO	13/05/2024 a 01/12/2026
116975021	MARCELO DE ALMEIDA SOARES	13/05/2024 a 12/05/2027
317951021	MARCO ANTONIO DOS SANTOS	13/05/2024 a 12/05/2027
37229022	MARCUS VINICIUS ROMERO BORDE	13/05/2024 a 12/05/2027
128837021	NEDIS DE OLIVEIRA GONÇALVES	13/05/2024 a 12/05/2027
106265021	NERY MIRANDA LIMA	13/05/2024 a 12/05/2027

108578021	OCTACILIO SAKAI JUNIOR	13/05/2024 a 12/05/2027
429126021	OTILIO RUBEN AJALA JUNIOR	13/05/2024 a 12/05/2027
112913022	REASILVA DE ALBUQUERQUE	13/05/2024 a 12/05/2027
108760021	SANDRO MARCELO FAUSTINO DE ALMEIDA	13/05/2024 a 12/05/2027

CAMPO GRANDE-MS, 27 DE MAIO DE 2024.

JOÃO CÉSAR MATTO GROSSO PEREIRA
Diretor Presidente, em exercício

PORTARIA "P" DETRAN Nº 318 DE 27 DE MAIO DE 2024

O DIRETOR PRESIDENTE, EM EXERCÍCIO, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Designar as servidoras abaixo relacionadas, lotadas no Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/MS, para constituírem Comissão Especial de Credenciamento de entidades e respectivos profissionais médicos para a realização de exames de aptidão física e mental a candidatos em processos de habilitação, no âmbito do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul – DETRAN/MS, conforme Portaria DETRAN-MS "N" n. 150, de 07 de agosto de 2023 e Edital DIRHAB/DETRAN-MS n. 002, de 07 de agosto de 2023, bem como dispensar as servidoras Lina Issa Zeinab, matrícula 123592022 e Dinamar Willian Nilles de Pádua, matrícula nº 83433023 da referida comissão. (NUP: 31.123.632-2024)

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO
53858021	Noemia Rodrigues da Silva	Presidente
102855021	Verena Batista Monteiro	Membro

CAMPO GRANDE-MS, 27 DE MAIO DE 2024.

JOÃO CÉSAR MATTO GROSSO PEREIRA
Diretor Presidente, em exercício

PORTARIA "P" DETRAN Nº 319 DE 27 DE MAIO DE 2024

O DIRETOR PRESIDENTE, EM EXERCÍCIO, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

DESIGNAR a servidora Leticia Yoza, matrícula nº 429152021, ocupante do cargo em comissão de Gestor de Atividades Organizacionais, para responder pelo expediente da Gerência de Controle de Contratos e Convênios, no período de 17/06/2024 a 26/06/2024, em virtude de férias do titular Adriano Gonçalves de Oliveira, matrícula nº 15406021, ocupante da Função de Confiança Executiva - FCE-03. (NUP: 31.060.708-2024)

CAMPO GRANDE-MS, 27 DE MAIO DE 2024.

JOÃO CÉSAR MATTO GROSSO PEREIRA
Diretor Presidente, em exercício

PORTARIA "P" DETRAN Nº 320 DE 27 DE MAIO DE 2024

O DIRETOR PRESIDENTE, EM EXERCÍCIO, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

DESIGNAR o servidor Robson Pagno Haach, matrícula nº 429156021, ocupante do cargo em comissão de Assistente de Atividades de Trânsito, para responder pelo expediente da Agência de Trânsito de Chapadão do Sul, no período de 10/06/2024 a 24/06/2024, em virtude de férias da titular Iracema Silva Rodrigues, matrícula nº 66468022, ocupante da Função de Confiança Executiva - FCE-03. (NUP: 31.120.601-2024)

CAMPO GRANDE-MS, 27 DE MAIO DE 2024.

JOÃO CÉSAR MATTO GROSSO PEREIRA
Diretor Presidente, em exercício

PORTARIA "P" DETRAN Nº 321 DE 27 DE MAIO DE 2024

O DIRETOR PRESIDENTE, EM EXERCÍCIO, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

DESIGNAR a servidora Evellen Hannessa Tomadon Vieira Moura, matrícula nº 133531022, ocupante do cargo de Gestor de Atividades Organizacionais, para responder pelo expediente da Agência de Trânsito de Mundo Novo, no período de 03/06/2024 a 17/06/2024, em virtude de férias do titular Silvio Darley dos Santos, matrícula nº 82727021, ocupante da Função de Confiança Executiva - FCE-03. (NUP: 31.131.175-2024)

CAMPO GRANDE-MS, 27 DE MAIO DE 2024.

JOÃO CÉSAR MATTO GROSSO PEREIRA
Diretor Presidente, em exercício

PORTARIA "P" DETRAN Nº 322 DE 27 DE MAIO DE 2024

O DIRETOR PRESIDENTE, EM EXERCÍCIO, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

CONCEDER afastamento em virtude de Licença para Tratamento da Própria Saúde, a servidora abaixo relacionada, lotada no Departamento Estadual de Trânsito - Detran, com fundamento no artigo 136, da Lei n.º 1.102 de 10/10/90, com redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000.

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Dias	Pror.
429321021	Aline Tetsue Nakahara Campos	Assistente de Atividades de Trânsito	22/04/2024 à 21/05/2024	30	Sim

CAMPO GRANDE-MS, 27 DE MAIO DE 2024.

JOÃO CÉSAR MATTO GROSSO PEREIRA
Diretor Presidente, em exercício

PORTARIA "P" DETRAN Nº 323 DE 27 DE MAIO DE 2024

O DIRETOR PRESIDENTE, EM EXERCÍCIO, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

DESIGNAR a servidora Cleunice Mendonça de Melo, matrícula nº 70407022, ocupante do cargo de Gestor de Atividades Gerais de Trânsito, para responder pelo expediente da Agência Regional de Trânsito de Três Lagoas, no dia 17 de maio de 2024, em virtude do afastamento por serviços prestados à Justiça Eleitoral da titular Solange de Fatima Rodrigues Oliveira, matrícula nº 3903023, ocupante do cargo em comissão de Direção Gerencial Especial E Assessoramento - CCA-10.

CAMPO GRANDE-MS, 27 DE MAIO DE 2024.

JOÃO CÉSAR MATTO GROSSO PEREIRA
Diretor Presidente, em exercício

DESPACHO DO DIRETOR PRESIDENTE, EM EXERCÍCIO, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/MS

ASSUNTO: Auxílio-funeral
INTERESSADO: Ingrid Onori Olivo
SERVIDOR FALECIDO: Alex Onori Olivo
PROCESSO NUP: 31.105.806-2024

DECISÃO: Indefiro o pedido, com base na Análise Jurídica nº 114/2014/CJUR-ADM/DETRAN

CAMPO GRANDE-MS, 27 DE MAIO DE 2024

JOÃO CÉSAR MATTO GROSSO PEREIRA
Diretor Presidente, em exercício

Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul

RETIFICAÇÃO POR INCORREÇÃO

Retificamos a publicação do Diário Oficial Eletrônico n.11.503 de 27 de maio de 2024, página 150 e 151, referente **PORTARIA "P" FCMS/Nº 505/2024, 23 DE MAIO DE 2024**., por constar erro no original.

Processo 85/005.851/2024

Onde se lê:

"...Processo 85/003.851/2024"

Leia –se:

"...Processo 85/005.851/2024..."

Campo Grande/MS, 28 de maio de 2024.

Eduardo Mendes Pinto
Ordenador de Despesas
Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul

PORTARIA "P" FCMS/Nº 496/2024, 23 DE MAIO DE 2024.

O Diretor-Presidente da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto Estadual n. 14.494, de 02 de junho de 2016 que regulamenta a aplicação da Lei Federal n. 13.019, de 31 julho de 2014, que disciplina o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil,

RESOLVE:

DESIGNAR os seguintes membros abaixo relacionados para comporem as Comissões de monitoramento e avaliação da parceria celebrada por meio do termo de fomento n. 000.524/2024 para monitorar a parceria a ser celebradas pela Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, conforme disposto no termo e do decreto Estadual n. 14.494, de 02 de junho de 2016, combinado com a Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014 (Processo 85.004.882-2024).

GESTOR	MATRÍCULA
Alexander Onça Espinosa	427832026

COMISSÃO		MATRÍCULA
Marilena da Silva Grolli	Presidente	93131022
Thereza Christina de Paula e Silva Sposito	Membro	36892023
Luciana Silva Martins	Membro	5574021

Campo Grande, 23 de maio de 2024.

EDUARDO MENDES PINTO
Diretor-Presidente da
Fundação de Cultura de MS

Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul

PORTARIA "P" FUNDESPORTE Nº 66/2024, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O DIRETOR PRESIDENTE da Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para exercer a função de Gestor e Fiscal do Termo de Credenciamento nº 046/2023, processo nº 85/005.847/2024, nos termos do art. 67 da Lei Federal n. 8.666/93 e do Decreto Estadual 15.530/2020, a partir de sua publicação.

Nome	Designação	Função	Cargo	Matrícula
Bruna Vieira Lira portes	Gestor	Titular	Gestão Operacional e Assistência	497564022
Ingrid Paola Clavico Martins	Gestor	suplente	Professor Convocado	481569022

Nome	Designação	Função		Matrícula
Carlos Henrique Brittes Taveira	Fiscal	Titular	Direção Executiva e Assessoramento	43541022
Altamir José da Rocha	Fiscal	Suplente	Assessor Especial III	65926030

Campo Grande, 28 de maio de 2024.

Paulo Ricardo Martins Nunez
Diretor Presidente/Fundesporte

PORTARIA "P" FUNDESPORTE Nº 69/2024, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O DIRETOR PRESIDENTE da Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para exercer a função de gestor do Termo de Fomento n. 0615/2024, processo nº 85/005.657/2024, conforme previsto na Lei Federal 13.019/2014 e o Decreto Estadual 14.494/2016, a partir de sua publicação.

Nome	Designação	Função	Matrícula
Carlos Henrique Brittes Taveira	Gestor do Termo de Fomento	Titular	430541022
Paulo César da Silva Gazzaneo	Gestor do Termo de Fomento	Suplente	72043032

Campo Grande, 28 de maio de 2024.

Paulo Ricardo Martins Nunez
Diretor Presidente/Fundesporte

PORTARIA "P" FUNDESPORTE Nº 70/2024, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O DIRETOR PRESIDENTE da Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para exercer a função de gestor do Termo de Fomento n. 0610/2024, processo nº 85/005.257/2024, conforme previsto na Lei Federal 13.019/2014 e o Decreto Estadual 14.494/2016, a partir de sua publicação.

Nome	Designação	Função	Matrícula
Carlos Henrique Brittes Taveira	Gestor do Termo de Fomento	Titular	430541022
Paulo César da Silva Gazzaneo	Gestor do Termo de Fomento	Suplente	72043032

Campo Grande, 28 de maio de 2024.

Paulo Ricardo Martins Nunez
Diretor Presidente/Fundesporte

PORTARIA "P" FUNDESPORTE Nº 71/2024, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O DIRETOR PRESIDENTE da Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para exercer a função de gestor do Termo de Fomento n. 0584/2024, processo nº 85/005.013/2024, conforme previsto na Lei Federal 13.019/2014 e o Decreto Estadual 14.494/2016, a partir de sua publicação.

Nome	Designação	Função	Matrícula
Altamir José da Rocha	Gestor do Termo de Fomento	Titular	65926030
Paulo César da Silva Gazzaneo	Gestor do Termo de Fomento	Suplente	72043032

Campo Grande, 28 de maio de 2024.

Paulo Ricardo Martins Nunez
Diretor Presidente/Fundesporte

Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul

PORTARIA "P" FUNSAU, Nº 146 DE 09 DE MAIO DE 2024.

A DIRETORA–PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Ato Convocatório, conforme disposto no: Decreto Estadual "P" nº 069 de 10 de janeiro de 2023, publicado no DOE nº. 11.041 de 10 de janeiro de 2023, página 02 e com fundamento no art. 256 da Lei Estadual nº. 1.102/90;

RESOLVE:

INSTITUIR Processo Administrativo de Sindicância e Designar os servidores **EVERTON DA COSTA TEIXEIRA**, Procurador de Entidade Pública, matricula nº. 22641023; **EDUARDO AKIRA OSHIRO**, Técnico de Serviços Hospitalares, matricula nº. 130369021, **NELSON ÉDER DE SOUZA MODESTO**, Técnico de Serviços Hospitalares, matricula nº. 70361024, sob a presidência do primeiro, apurar irregularidades constantes no processo n.º. **27.017.023-2024**. Fixo o prazo de **30 (trinta) dias** para a conclusão dos trabalhos, com a apresentação do respectivo relatório.

Esta portaria entra em vigor com efeitos a partir de sua publicação.

MARIELLE ALVES CORRÊA ESGALHA
Diretora-Presidente Hospital Regional de Mato Grosso do Sul
Fundação Serviços de Saúde de MS

PORTARIA "P" FUNSAU, Nº 147 DE 09 DE MAIO DE 2024.

A DIRETORA–PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Ato Convocatório, conforme disposto no: Decreto Estadual "P" nº 069 de 10 de janeiro de 2023, publicado no DOE nº. 11.041 de 10 de janeiro de 2023, página 02 e com fundamento no art. 256 da Lei Estadual nº. 1.102/90;

RESOLVE:

INSTITUIR Processo Administrativo de Sindicância e Designar os servidores **EVERTON DA COSTA TEIXEIRA**, Procurador de Entidade Pública, matricula nº. 22641023; **EDUARDO AKIRA OSHIRO**, Técnico de Serviços Hospitalares, matricula nº. 130369021, **NELSON ÉDER DE SOUZA MODESTO**, Técnico de Serviços Hospitalares, matricula nº. 70361024, sob a presidência do primeiro, apurar irregularidades constantes no processo n.º. **27.016.375-2024**. Fixo o prazo de **30 (trinta) dias** para a conclusão dos trabalhos, com a apresentação do respectivo relatório.

Esta portaria entra em vigor com efeitos a partir de sua publicação.

MARIELLE ALVES CORRÊA ESGALHA
Diretora-Presidente Hospital Regional de Mato Grosso do Sul
Fundação Serviços de Saúde de MS

PORTARIA "P" FUNSAU, Nº 148 DE 09 DE MAIO DE 2024.

A DIRETORA–PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Ato Convocatório, conforme disposto no: Decreto Estadual "P" nº 069 de 10 de janeiro de 2023, publicado no DOE nº. 11.041 de 10 de janeiro de 2023, página 02 e com fundamento no art. 256 da Lei Estadual nº. 1.102/90;

RESOLVE:

INSTITUIR Processo Administrativo de Sindicância e Designar os servidores **EVERTON DA COSTA TEIXEIRA**, Procurador de Entidade Pública, matricula nº. 22641023; **EDUARDO AKIRA OSHIRO**, Técnico de Serviços Hospitalares, matricula nº. 130369021, **NELSON ÉDER DE SOUZA MODESTO**, Técnico de Serviços Hospitalares, matricula nº. 70361024, sob a presidência do primeiro, apurar irregularidades constantes no processo nº. **27.016.368-2024**. Fixo o prazo de **30 (trinta)** dias para a conclusão dos trabalhos, com a apresentação do respectivo relatório.

Esta portaria entra em vigor com efeitos a partir de sua publicação.

MARIELLE ALVES CORRÊA ESGALHA
Diretora-Presidente Hospital Regional de Mato Grosso do Sul
Fundação Serviços de Saúde de MS

PORTARIA "P" FUNSAU, Nº 149 DE 09 DE MAIO DE 2024.

A DIRETORA–PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Ato Convocatório, conforme disposto no: Decreto Estadual "P" nº 069 de 10 de janeiro de 2023, publicado no DOE nº. 11.041 de 10 de janeiro de 2023, página 02 e com fundamento no art. 256 da Lei Estadual nº. 1.102/90;

RESOLVE:

INSTITUIR Processo Administrativo de Sindicância e Designar os servidores **EVERTON DA COSTA TEIXEIRA**, Procurador de Entidade Pública, matricula nº. 22641023; **EDUARDO AKIRA OSHIRO**, Técnico de Serviços Hospitalares, matricula nº. 130369021, **NELSON ÉDER DE SOUZA MODESTO**, Técnico de Serviços Hospitalares, matricula nº. 70361024, sob a presidência do primeiro, apurar irregularidades constantes no processo nº. **27.016.376-2024**. Fixo o prazo de **30 (trinta)** dias para a conclusão dos trabalhos, com a apresentação do respectivo relatório.

Esta portaria entra em vigor com efeitos a partir de sua publicação.

MARIELLE ALVES CORRÊA ESGALHA
Diretora-Presidente Hospital Regional de Mato Grosso do Sul
Fundação Serviços de Saúde de MS

PORTARIA "P" FUNSAU, Nº 150 DE 09 DE MAIO DE 2024.

A DIRETORA–PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Ato Convocatório, conforme disposto no: Decreto Estadual "P" nº 069 de 10 de janeiro de 2023, publicado no DOE nº. 11.041 de 10 de janeiro de 2023, página 02 e com fundamento no art. 256 da Lei Estadual nº. 1.102/90;

RESOLVE:

INSTITUIR Processo Administrativo de Sindicância e Designar os servidores **EVERTON DA COSTA TEIXEIRA**, Procurador de Entidade Pública, matricula nº. 22641023; **EDUARDO AKIRA OSHIRO**, Técnico de Serviços Hospitalares, matricula nº. 130369021, **NELSON ÉDER DE SOUZA MODESTO**, Técnico de Serviços Hospitalares, matricula nº. 70361024, sob a presidência do primeiro, apurar irregularidades constantes no processo n.º. **27.017.010-2024**. Fixo o prazo de **30 (trinta) dias** para a conclusão dos trabalhos, com a apresentação do respectivo relatório.

Esta portaria entra em vigor com efeitos a partir de sua publicação.

MARIELLE ALVES CORRÊA ESGALHA
Diretora-Presidente Hospital Regional de Mato Grosso do Sul
Fundação Serviços de Saúde de MS

PORTARIA "P" FUNSAU, Nº 156 DE 09 DE MAIO DE 2024.

A DIRETORA–PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Ato Convocatório, conforme disposto no: Decreto Estadual "P" nº 069 de 10 de janeiro de 2023, publicado no DOE nº. 11.041 de 10 de janeiro de 2023, página 02 e com fundamento no art. 256 da Lei Estadual nº. 1.102/90;

RESOLVE:

INSTITUIR Processo Administrativo de Sindicância e Designar os servidores **EVERTON DA COSTA TEIXEIRA**, Procurador de Entidade Pública, matricula nº. 22641023; **EDUARDO AKIRA OSHIRO**, Técnico de Serviços Hospitalares, matricula nº. 130369021, **NELSON ÉDER DE SOUZA MODESTO**, Técnico de Serviços Hospitalares, matricula nº. 70361024, sob a presidência do primeiro, apurar irregularidades constantes no processo nº. **27.015.419-2024**. Fixo o prazo de **30 (trinta)** dias para a conclusão dos trabalhos, com a apresentação do respectivo relatório.

Esta portaria entra em vigor com efeitos a partir de sua publicação.

MARIELLE ALVES CORRÊA ESGALHA
Diretora-Presidente Hospital Regional de Mato Grosso do Sul
Fundação Serviços de Saúde de MS

PORTARIA "P" FUNSAU, Nº 157 DE 09 DE MAIO DE 2024.

A DIRETORA–PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Ato Convocatório, conforme disposto no: Decreto Estadual "P" nº 069 de 10 de janeiro de 2023, publicado no DOE nº. 11.041 de 10 de janeiro de 2023, página 02 e com fundamento no art. 256 da Lei Estadual nº. 1.102/90;

RESOLVE:

INSTITUIR Processo Administrativo de Sindicância e Designar os servidores **EVERTON DA COSTA TEIXEIRA**, Procurador de Entidade Pública, matricula nº. 22641023; **EDUARDO AKIRA OSHIRO**, Técnico de Serviços Hospitalares, matricula nº. 130369021, **NELSON ÉDER DE SOUZA MODESTO**, Técnico de Serviços Hospitalares, matricula nº. 70361024, sob a presidência do primeiro, apurar irregularidades constantes no processo nº. **27.016.367-2024**. Fixo o prazo de **30 (trinta) dias** para a conclusão dos trabalhos, com a apresentação do respectivo relatório.

Esta portaria entra em vigor com efeitos a partir de sua publicação

MARIELLE ALVES CORRÊA ESGALHA
Diretora-Presidente Hospital Regional de Mato Grosso do Sul
Fundação Serviços de Saúde de MS

PORTARIA "P" FUNSAU, Nº 158 DE 09 DE MAIO DE 2024.

A DIRETORA–PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Ato Convocatório, conforme disposto no: Decreto Estadual "P" nº 069 de 10 de janeiro de 2023, publicado no DOE nº. 11.041 de 10 de janeiro de 2023, página 02 e com fundamento no art. 256 da Lei Estadual nº. 1.102/90;

RESOLVE:

INSTITUIR Processo Administrativo de Sindicância e Designar os servidores **EVERTON DA COSTA TEIXEIRA**, Procurador de Entidade Pública, matricula nº. 22641023; **EDUARDO AKIRA OSHIRO**, Técnico de Serviços Hospitalares, matricula nº. 130369021, **NELSON ÉDER DE SOUZA** Modesto, Técnico de Serviços Hospitalares, matricula nº. 70361024, sob a presidência do primeiro, apurar irregularidades constantes no processo nº. **27.015.424-2024**. Fixo o prazo de **30 (trinta)** dias para a conclusão dos trabalhos, com a apresentação do respectivo relatório.

Esta portaria entra em vigor com efeitos a partir de sua publicação.

MARIELLE ALVES CORRÊA ESGALHA
Diretora-Presidente Hospital Regional de Mato Grosso do Sul
Fundação Serviços de Saúde de MS

PORTARIA "P" FUNSAU, Nº 160 DE 13 DE MAIO DE 2024.

A DIRETORA–PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Ato Convocatório, conforme disposto no: Decreto Estadual "P" nº 069 de 10 de janeiro de 2023, publicado no DOE nº. 11.041 de 10 de janeiro de 2023, página 02 e com fundamento no art. 256 da Lei Estadual nº. 1.102/90;

RESOLVE:

INSTITUIR Processo Administrativo de Sindicância e Designar os servidores **EVERTON DA COSTA TEIXEIRA**, Procurador de Entidade Pública, matricula nº. 22641023; **EDUARDO AKIRA OSHIRO**, Técnico de Serviços Hospitalares, matricula nº. 130369021, **NELSON ÉDER DE SOUZA MODESTO**, Técnico de Serviços Hospitalares, matricula nº. 70361024, sob a presidência do primeiro, apurar irregularidades constantes no processo n.º. **27.016.978-2024**. Fixo o prazo de **30 (trinta) dias** para a conclusão dos trabalhos, com a apresentação do respectivo relatório.

Esta portaria entra em vigor com efeitos a partir de sua publicação.

MARIELLE ALVES CORRÊA ESGALHA
Diretora-Presidente Hospital Regional de Mato Grosso do Sul
Fundação Serviços de Saúde de MS

Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul

APOSTILA DA FUNDAÇÃO DO TRABALHO DE MATO GROSSO DO SUL

Na Portaria "P" FUNTRAB nº 27, de 27 de março de 2024, publicada no Diário Oficial Eletrônico nº. 11.452, de 2 de abril de 2024, que designou servidores, na parte do servidor Flávio de Almeida Blini, foi feita a seguinte apostila (Processo 83.013.554-2024).

ONDE CONSTA: "... Matrícula: 503519021..."

PASSE A CONSTAR: "...Matrícula: 503519022..."

CAMPO GRANDE - MS, 27 DE MAIO DE 2024.

MARINA HOJAIJ CARVALHO DOBASHI
Diretora-Presidente da FUNTRAB

Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

PORTARIA "P"/UEMS nº. 723, de 28 de maio de 2024.

Por delegação de competência do Magnífico Reitor da UEMS, conforme Portaria UEMS nº. 027/2023, de 26 de setembro de 2023, A PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando o inciso XXIII do art. 21, do Estatuto e o art. 1º, combinado com o parágrafo único do art. 2º, ambos da Lei nº. 2.583, de 23 de dezembro de 2002,

RESOLVE:

Conceder, pelo respectivo período, a Licença para Tratamento de Saúde, prevista no artigo 136, da Lei nº. 1.102, de 10 de outubro de 1990, alterada pela Lei nº. 2.157, de 26 de outubro de 2000, aos servidores a seguir relacionados:

Nome Matrícula	Cargo	Classe Nível Código	Dias	Período	Prorr.
Andressa Santos Quintana 97435022	Técnico De Nível Superior	D3/V 60096	30	25/04/2024 a 24/05/2024	Sim
Enderli Rohod De Sousa Pires 100418023	Técnico De Nível Superior	A2/III 60096	30	22/04/2024 a 21/05/2024	Sim
Simone Pereira Da Cruz 115118021	Assistente Técnico De Nível Médio	D4/IV 60097	30	29/04/2024 a 28/05/2024	Sim
Eliza Da Silva Martins Peron 114249021	Técnico De Nível Superior	E4/V 60096	30	14/05/2024 a 12/06/2024	Sim
Bianca Cristina Bon Bornschlegell 504742021	Técnico De Nível Superior	A1/I 60096	60	20/05/2024 a 18/07/2024	Não

VANIA PEREIRA MORASSUTTI BENATTI
Pró-Reitora de Desenvolvimento Humano e Social – PRODHS/UEMS

PORTARIA "P"/UEMS nº. 724, de 28 de maio de 2024.

Por delegação de competência do Magnífico Reitor da UEMS, conforme Portaria UEMS nº. 027/2023, de 26 de setembro de 2023, A PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando o inciso XXIII do art. 21, do Estatuto e o art. 1º, combinado com o parágrafo único do art. 2º, ambos da Lei nº. 2.583, de 23 de dezembro de 2002,

RESOLVE:

Conceder, pelo respectivo período, a Licença para Tratamento de Saúde, prevista no artigo 136, da Lei nº. 1.102, de 10 de outubro de 1990, alterada pela Lei nº. 2.157, de 26 de outubro de 2000, às servidoras a seguir relacionadas:

Nome Matrícula	Cargo	Classe Nível Código	Dias	Período	Prorr.
Sandra Cristina de Souza 1970022	Professor de Ensino Superior	VI 60082	30	19/05/2024 a 17/06/2024	Sim
Cláudia Pereira Xavier 94082022	Professor de Ensino Superior	V 60073	30	01/05/2024 a 30/05/2024	Sim

VANIA PEREIRA MORASSUTTI BENATTI
Pró-Reitora de Desenvolvimento Humano e Social – PRODHS/UEMS

PORTARIA "P"/UEMS nº. 725, de 28 de maio de 2024.

Por delegação de competência do Magnífico Reitor da UEMS, conforme Portaria UEMS nº. 027/2023, de 26 de setembro de 2023, A PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando o inciso XXIII do art. 21, do Estatuto e o art. 1º, combinado com o parágrafo único do art. 2º, ambos da Lei nº. 2.583, de 23 de dezembro de 2002, e os documentos que constam do Processo nº. 29/042652/2024.

RESOLVE:

Autorizar o Registro de Tempo de Contribuição requerido pelo servidor PEDRO NELSON CESAR DO AMARAL, matrícula nº. 32378022, ocupante do cargo de Professor de Ensino Superior, Nível VI, código 60082, do Quadro Permanente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, conforme especificação abaixo:

I – Para todos os efeitos, com fulcro no inciso I do art. 82, da Lei nº. 3.150, de 22 de dezembro de 2005, sendo:

a) 366 (trezentos e sessenta e seis) dias, no período de 21/08/1995 a 20/08/1996, do cargo de Docente de Ensino Superior, na Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul;

b) 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, no período de 21/08/1996 a 20/08/1997, do cargo de Docente de Ensino Superior, na Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul;

c) 92 (noventa e dois) dias, no período de 01/03/1998 a 31/05/1998, do cargo de Docente de Ensino Superior, na Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

VANIA PEREIRA MORASSUTTI BENATTI
Pró-Reitora de Desenvolvimento Humano e Social – PRODHS/UEMS

Junta Comercial de Mato Grosso do Sul

PORTARIA "P" JUCEMS/GP/Nº 31, DE 28 DE MAIO DE 2024

O PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - JUCEMS, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Designar a servidora NEUSA MARIA BARBOSA NASCIMENTO MARQUES, prontuário nº 74154021, Gerente de Cadastro e Arquivo, para acumular a função de Secretária Geral da Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul - JUCEMS, no período de afastamento do Titular Marcio Cavassa do Valle, no período de 3 a 6 de junho de 2024, por motivo de viagem a serviço.

Campo Grande/MS, 28 de maio de 2024.

Nivaldo Domingos da Rocha
Presidente da JUCEMS

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

DEFENSOR PÚBLICO-GERAL: Pedro Paulo Gasparini

PRIMEIRO SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL: Homero Lupo Medeiros

SEGUNDA SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL: Lucienne Borin Lima

CORREGEDORA-GERAL: Salete de Fátima do Nascimento

SUBCORREGEDOR-GERAL: Marcos Francisco Perassolo

Atos Normativos

RESOLUÇÃO DPGE N. 347/2024, DE 27 DE MAIO DE 2024.

Divulga Quadros Demonstrativos componentes do Relatório de Gestão Fiscal, relativo ao Primeiro Quadrimestre de 2024.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, no exercício da competência institucional que lhe confere o artigo 16, incisos V e XXXV, da Lei Complementar Estadual n. 111, de 17 de outubro de 2005, e considerando o disposto no artigo 54 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 – LRF e Acórdão n. 2.153/2014 TCU - Plenário,

R E S O L V E:

Art. 1º Divulgar os Quadros Demonstrativos correspondentes ao Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal, relativo ao Primeiro Quadrimestre de 2024.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 27 de maio de 2024.

PEDRO PAULO GASPARINI

Defensor Público-Geral do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO/2023 A ABRIL/2024 - QUADRIMESTRE JANEIRO A ABRIL/2024

LRF, art. 48 - Anexo 6 (conforme STN, MDF11ª edição, Tabela 6.2 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal) R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE
Receita Corrente Líquida Ajustada	20.028.371.429,01

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	201.329.379,26	1,01
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)		
Limite de Alerta (inciso II do parágrafo 1º do art. 59 da LRF)		

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		

FONTE: SPF - Sistema de Planejamento e Finanças, Secretaria de Finanças (DPGE/MS)

Pedro Paulo Gasparini
Defensor Público-Geral do Estado

Washington Carneiro de Carvalho Neto
Diretor da Secretaria de Finanças

Sandra Inês Cella
Contadora CRC MS-012.433/O-9

Sérgio da Rocha Bastos
Controladoria

DEFENSORIA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2023 A ABRIL/2024 / QUADRIMESTRE JANEIRO A ABRIL/2024

R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Último 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c=a+b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**222.195.160,60**	**584.737,07**	**222.779.897,67**
Pessoal Ativo	196.575.056,79	584.737,07	197.159.793,86
Pessoal Inativo e Pensionistas	25.620.103,81	0,00	25.620.103,81
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
Despesas com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF)(II)	**21.450.518,41**	**0,00**	**21.450.518,41**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.170.251,19	0,00	1.170.251,19
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	90.644,09	0,00	90.644,09
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	20.189.623,13	0,00	20.189.623,13
Agente Comunitáriosde Saúde e de combate as Endemias com Rescursos Vinculados(CF.art.198 §11)	0,00	0,00	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial de Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira(ADCT, art. 38§2)	0,00	0,00	0,00
Outras Deducões Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL - DTP (III) = (I - II)	**200.744.642,19**	**584.737,07**	**201.329.379,26**

FONTE: SPF - Sistema de Planejamento e Finanças (DPGE/MS)

NOTAS:
1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercicio, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são tambem consideradas executadas.
Para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos da Lei 4.320/64.
b) despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício.

Pedro Paulo Gasparini
Defensor Público-Geral do Estado

Washington Carneiro de Carvalho Neto
Diretor da Secretaria de Finanças

Sandra Inês Cella
Contadora CRC MS-012.433/O-9

Sérgio da Rocha Bastos
Controladoria

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2023 A ABRIL/2024 - QUADRIMSTRE DE JANEIRO A ABRIL/2024

RGF - ANEXO 1 - (LRF art. 55, inciso I, alímea "a")MDF 11ª edição, Tabela 1.3 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Defensoria Pública)

DESPESA COM PESSOAL	mai/23	jun/23	jul/23	ago/23	set/23	out/23	nov/23	dez/23	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	total	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c = a + b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**22.905.310,70**	**14.784.687,02**	**14.608.987,43**	**14.780.245,60**	**14.694.533,47**	**21.851.690,29**	**31.511.813,51**	**23.863.414,55**	**12.931.621,67**	**18.345.975,62**	**16.075.475,44**	**15.841.405,30**	**222.195.160,60**	**584.737,07**	**222.779.897,67**
Pessoal Ativo	21.126.099,65	13.005.476,09	12.829.776,50	13.001.034,67	12.915.322,54	20.072.479,36	30.143.660,90	20.337.570,65	12.931.621,67	13.368.007,32	13.502.965,11	13.341.042,33	**196.575.056,79**	584.737,07	**197.159.793,86**
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	18.765.961,29	10.642.652,10	10.463.608,52	10.630.444,90	10.544.642,83	17.696.157,05	26.477.207,71	17.466.183,74	10.533.242,91	10.874.485,45	11.008.828,43	10.840.969,90	**165.944.384,83**	36.770,53	**165.981.155,36**
Obrigações Patronais	2.360.138,36	2.362.823,99	2.366.167,98	2.370.589,77	2.370.679,71	2.376.322,31	3.666.453,19	2.871.386,91	2.398.378,76	2.493.521,87	2.494.136,68	2.500.072,43	**30.630.671,96**	547.966,54	**31.178.638,50**
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.779.211,05	1.779.210,93	1.779.210,93	1.779.210,93	1.779.210,93	1.779.210,93	1.368.152,61	3.525.843,90	0,00	4.977.968,30	2.572.510,33	2.500.362,97	**25.620.103,81**	0,00	**25.620.103,81**
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.779.211,05	1.779.210,93	1.779.210,93	1.779.210,93	1.779.210,93	1.779.210,93	1.368.152,61	3.525.843,90	0,00	3.874.062,13	1.992.515,06	1.992.515,06	**23.428.354,46**	0,00	**23.428.354,46**
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.103.906,17	579.995,27	507.847,91	**2.191.749,35**	0,00	**2.191.749,35**
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	**1.442.154,32**	**1.409.218,19**	**1.445.619,77**	**1.484.178,50**	**1.459.907,87**	**1.546.502,53**	**1.589.016,13**	**2.819.096,62**	**89.327,71**	**4.115.342,03**	**2.083.877,39**	**1.966.277,35**	**21.450.518,41**	**0,00**	**21.450.518,41**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	74.001,47	41.065,46	77.467,04	116.025,77	91.755,14	178.349,80	220.863,52	24.725,03	89.327,71	83.872,52	115.205,95	57.591,78	**1.170.251,19**	0,00	**1.170.251,19**
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	0,00	**0,00**
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.644,09	0,00	0,00	0,00	0,00	**90.644,09**	0,00	**90.644,09**
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.368.152,85	1.368.152,73	1.368.152,73	1.368.152,73	1.368.152,73	1.368.152,73	1.368.152,61	2.703.727,50	**0,00**	**4.031.469,51**	**1.968.671,44**	**1.908.685,57**	**20.189.623,13**	0,00	**20.189.623,13**
Agente Comunitários de Saúde e de combate as Endemias com Rescursos Vinculados(CF,art.198 §11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00	**0,00**
Parcela dedutível referente ao piso salarial de Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira(ADCT, art. 38§2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00	**0,00**
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00	**0,00**
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**21.463.156,38**	**13.375.468,83**	**13.163.367,66**	**13.296.067,10**	**13.234.625,60**	**20.305.187,76**	**29.922.797,38**	**21.044.317,93**	**12.842.293,96**	**14.230.633,59**	**13.991.598,05**	**13.875.127,95**	**200.744.642,19**	**584.737,07**	**201.329.379,26**

NOTAS:
a) despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos da Lei 4.320/64.
b) despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício.

Pedro Paulo Gasparini
Defensor Público Geral do Estado

Washington Carneiro de Carvalho Neto
Diretor da Secretaria de Finanças

Sandra Inês Cella
Contadora - CRC/MS 012433/O-9

Sérgio da Rocha Bastos
Controladoria

Atos de Pessoal

PORTARIA "D" DPGE n. 548/2024, DE 27 DE MAIO DE 2024.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, no exercício da competência institucional que lhe confere o artigo 16, inciso XVIII, da Lei Complementar n. 111, de 17 de outubro de 2005 c/c artigo 10 da Resolução DPGE n. 211/2020, de 27 de fevereiro de 2020 e Edital DPGE n. 009/2023 – Van dos Direitos, resolve:

DESIGNAR, para fins de regularização funcional, as Defensoras Públicas nominadas, neste ato, que, sem prejuízo de suas funções, participaram com o ***Atendimento Móvel – Van dos Direitos***, do ***Programa UEMS na Comunidade*** – ***Moreninha,*** em parceria com a Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, realizada no **dia 25 de maio de 2024**, sábado, em Campo Grande/MS. (Processo SEI n. 33/000679/2024)

MATRÍCULAS	DEFENSORAS PÚBLICAS
7126471	CLAUDIA BOSSAY ASSUMPÇÃO FASSA – 2ª Defensoria Pública de Promoção e Defesa do Consumidor e Demais Matérias Cíveis Residuais, da comarca de Campo Grande/MS
3593781	CHRISTIANE MARIA DOS SANTOS PEREIRA JUCÁ INTERLANDO – 7ª Defensoria Pública Criminal de Segunda Instância

Campo Grande, 27 de maio de 2024.

PEDRO PAULO GASPARINI
Defensor Público-Geral do Estado

PORTARIA "S" DPGE n. 369/2024, DE 27 DE MAIO DE 2024.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, no exercício da competência institucional que lhe confere o artigo 16, inciso XI, da Lei Complementar n. 111, de 17 de outubro de 2005 e tendo em vista o disposto na Resolução DPGE n. 317, de 14 de abril de 2023, resolve:

DESIGNAR a servidora e os servidores nominados neste ato, para nos termos do artigo 117, da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021 c/c o artigo 57, da Resolução DPGE n. 060, de 19 de novembro de 2013, Regimento Interno da DPE/MS, desempenharem a função de **Gestor de Contrato, Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo,** conforme especificações constantes no quadro: (Processo SEI n. 33/000621/2024)

CONTRATO	014/DPGE/2024 – ARP 085/2023 - Adesão	
FAVORECIDO	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA – Processo SEI n. 33/000621/2024	
ESPECIFICAÇÃO	Aquisição de veículo automotor, que atenda as demandas de representação do Gabinete da Defensoria Pública-Geral do Estado, conforme especificações contidas no Termo de Referência.	
GESTOR DO CONTRATO	RODOLFO RIBEIRO FIGUEREDO	Matrícula: 55273863 Cargo: Assessor Administrativo II
FISCAL TÉCNICO	ARI RODRIGUES DOS SANTOS FILHO	Matrícula: 55073593 Cargo: Assessor Administrativo II
FISCAL ADMINISTRATIVO	FLÁVIA BERTONI MAZZARO	Matrícula: 55144983 Cargo: Assessor Técnico

Ficam o Gestor do Contrato e os Fiscais Técnico e Administrativo, designados neste ato, cientes das disposições contidas na Resolução DPGE n. 317, de 14 de abril de 2023, em especial artigos 5º, 6º e 7º, acerca das competências e funções pertinentes à fiscalização e gestão contratual.

Campo Grande, 27 de maio de 2024.

PEDRO PAULO GASPARINI
Defensor Público-Geral do Estado

PORTARIA "S" DPGE n. 370/2024, DE 27 DE MAIO DE 2024.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, no exercício da competência institucional que lhe confere o artigo 16, inciso XVIII, da Lei Complementar n. 111, de 17 de outubro de 2005 c/c o artigo 10 da Resolução

DPGE n. 211/2020, de 27 de fevereiro de 2020 e Edital DPGE n. 009/2023 – Van dos Direitos, resolve:

DESIGNAR, para fins de regularização funcional, as servidoras nominadas neste ato, integrantes do Quadro de Pessoal de Apoio Técnico-Administrativo da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, que participaram com o ***Atendimento Móvel – Van dos Direitos***, do evento ***Caminhos para a inclusão - Dignidade e Direito para a POP Rua***, realizado no dia 16 de abril de 2024, das 7h30min às 16h, na arena do Horto Florestal, em Campo Grande/MS. (Processo SEI n. 33/000203/2024)

MATRÍCULAS	SERVIDORAS	FUNÇÃO
55270263	GISLAINE ALVES DE ALMEIDA SILVA	Assessoramento
55288263	KEYZE MILHOMEM SANTOS NASCIMENTO	Assessoramento
55308243	MARINA CANGUSSU DE MELO	Atendimento

Campo Grande, 27 de maio de 2024.

PEDRO PAULO GASPARINI
Defensor Público-Geral do Estado

PORTARIA "S" DPGE n. 371/2024, DE 27 DE MAIO DE 2024.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, no exercício da competência institucional que lhe confere o artigo 16, inciso XVIII, da Lei Complementar n. 111, de 17 de outubro de 2005 c/c artigo 10 da Resolução DPGE n. 211/2020, de 27 de fevereiro de 2020 e Edital DPGE n. 009/2023 – Van dos Direitos, resolve:

DESIGNAR, para fins de regularização funcional, as servidoras e os servidores nominados neste ato, integrantes do Quadro de Pessoal de Apoio Técnico-Administrativo da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul, que participaram com o ***Atendimento Móvel – Van dos Direitos***, do **Programa UEMS na Comunidade - Moreninha**, em parceria com a Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, realizada **no dia 25 de maio de 2024, sábado**, em Campo Grande/MS, conforme especificado no quadro: (Processo SEI n. 33/000679/2024)

MATRÍCULAS	SERVIDORES/FUNÇÃO	FUNÇÃO
55129143	ANTONIO VICENTE RODRIGUES BARBOSA	Transporte/DPGE
55190883	DANIELLE DA SILVA SOUZA VALENTIM	Imprensa/DPGE
55094163	FABIANA ZIMERMANN VILELA	Assessoramento
55019383	HERBERT CRISTALDO JANUARIO CORREA	Assessoramento
55191783	JAMILE GABRIELY CRUZ RODRIGUES	Assessoramento
55227783	JANAYNA SANDIM DE ALMEIDA	Atendimento
55285925	JOÃO VICTOR BARBOSA MARÇAL DA SILVA	Atendimento
55296183	JÚLIA OLIVEIRA PONTEL	Assessoramento
55309143	LUCAS AUGUSTO CORRÊA SILVA	Suporte/TI
55302843	NADIA SILVA BRONZE	Assessoramento
55067783	VÂNDIRSON FABRICIO DE JESUS	Transporte/DPGE

Campo Grande, 27 de maio de 2024.

PEDRO PAULO GASPARINI
Defensor Público-Geral do Estado

MUNICIPALIDADES

Prefeitura Municipal de Agua Clara

Extrato do Termo Aditivo nº 003/2024 ao Contrato n° 037/2023. Processo Administrativo nº.005/2023. Pregão Eletronico nº 008/2023. Partes: Prefeitura Municipal de Água Clara/MS e a empresa Jose Rodrigues Transportes. Aditamento: Prorrogação de Prazo ao contrato nº 037/2023. Da Vigência: O prazo de vigência do Contrato fica prorrogado por mais 20 (vinte) dias, até 20 de junho de 2024, podendo ser prorrogado, mediante aditamento, nos termos da Lei n. 8.666/93 e suas alterações. Vigência Inicial: 01/06/2024. Vigência Final: 20/06/2024. Fundamento legal: O presente Termo Aditivo é celebrado de acordo com o artigo 57, inciso II, § 2º da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 e demais alterações posteriores correlatas. Data: 27/05/2024. Assinantes: Contratante: Município de Água Clara – MS - Gerolina da Silva Alves - Prefeita Municipal e Secretaria Municipal de Educação – Adriana Rosimeire Pastori Fini. Empresa Contratada: Jose Rodrigues Transportes ME – José Rodrigues.

Extrato do Termo Aditivo nº 003/2024 ao Contrato n° 197/2023. Processo Administrativo nº 188/2023. Pregão Eletronico nº 061/2023. Partes: Prefeitura Municipal de Água Clara/MS e a empresa Jose Rodrigues Transportes. Aditamento: Prorrogação de Prazo ao contrato 197/2023. Da Vigência: O prazo de vigência do Contrato fica prorrogado por mais 20 (vinte) dias, até 20 de junho de 2024, podendo ser prorrogado, mediante aditamento, nos termos da Lei n. 8.666/93 e suas alterações. Vigência Inicial: 01/06/2024. Vigência Final: 20/06/2024. Fundamento legal: O presente Termo Aditivo é celebrado de acordo com o artigo 57, inciso II, § 2º da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 e demais alterações posteriores correlatas. Data: 27/05/2024. Assinantes: Contratante: Município de Água Clara – MS - Gerolina da Silva Alves - Prefeita Municipal e Secretaria Municipal de Educação – Adriana Rosimeire Pastori Fini. Empresa Contratada: Jose Rodrigues Transportes ME – José Rodrigues.

Extrato de Termo Aditivo n° 007/2024 ao Contrato n° 211/2022. Processo Administrativo nº 12/2022. Pregão Eletrônico nº 049/2022. Partes: Município de Água Clara/MS e a empresa Jose Rodrigues Transportes ME. Aditamento: Aditivo de prorrogação de prazo nº 211/2022. Da Vigência: O prazo de vigência do Contrato fica prorrogado por mais 20 (vinte) dias, até 20 de junho de 2024, podendo ser prorrogado, mediante aditamento, nos termos da Lei n. 8.666/93 e suas alterações. Vigência Inicial: 01/06/2024. Vigência Final: 20/06/2024. Fundamento legal: O presente Termo Aditivo é celebrado de acordo com o artigo 57, inciso II, § 2º da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 e demais alterações posteriores correlatas. Data: 27/05/2024. Assinantes: Contratante: Município de Água Clara – MS - Gerolina da Silva Alves - Prefeita Municipal e Secretaria Municipal de Educação – Adriana Rosimeire Pastori Fini. Empresa Contratada: Jose Rodrigues Transportes ME – José Rodrigues.

Prefeitura Municipal de Amambai

Extrato de publicação de Retificação
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA - 002/2024
Nº PROC. ADM. 140728/2024
Torna público para conhecimento dos interessados que o órgão MUNICIPIO DE AMAMBAI, de acordo com a regulamentação 458/2023 realizará CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA sendo conduzido por ALEX WILLIAM DE SOUZA SANTOS.
INÍCIO REC. PROPOSTA: 29/05/2024 08:00
FIM REC. PROPOSTA: 17/06/2024 08:00
INÍCIO DISPUTA: 17/06/2024 09:00
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO E FECHADO
LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL: https://bllcompras.com/Home/Login.
OBJETO DO PROCESSO
Contratação de empresa especializada para EXECUÇÃO DE OBRA DE INFRAESTRUTURA URBANA – PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS, COMPLEMENTAÇÃO DA BACIA DE CONTRIBUIÇÃO DA RUA BENJAMIN CONSTANT ENTRE A RUA DA REPÚBLICA E RUA MOACIR PIMENTEL (BACIA DO PARQUE DA CIDADE) CONTROLE DE EROSÃO NO CORREGO LAGO A JUSANTE DO PARQUE DA CIDADE E RECAPEAMENTO, NO MUNICÍPIO DE AMAMBAI - MS, conforme CONVÊNIO 398/2024 celebrado entre a AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS - AGESUL e o MUNICÍPIO DE AMAMBAI/MS", conforme planilha orçamentária, planilha de composição de custos, cronograma físico/Financeiro, BDI e Encargos sociais.

CARLI SILVERIO SCHIER
Secretário Municipal de Infraestrutura
AMAMBAI-MS - 28/05/2024

Prefeitura Municipal de Anaurilândia

EXTRATO DE CONTRATO Nº 217/2024
(PREGÃO ELETRONICO Nº 001/2024)
PARTES:
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTO SOCIAL
CONTRATADA: J C A DOS SANTOS- EPP

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a aquisição de 450 (quatrocentas e cinquenta) cestas básicas, para atender demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social, visando suprir as necessidades das pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, em atendimento ao disposto na Política Nacional de Assistência Social, concessão de benefício eventual, para atender às necessidades do Município de Anaurilândia – MS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
(02) 03.005.08.244.0016.2090/339032
VALOR: R$ 125.854,88 (cento e vinte e cinco mil e oitocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e oito centavos).
PRAZO: 12 (doze) meses
DATA DA ASSINATURA: 17 de maio de 2024
ASSINAM: Sr.ª LUZIA APARECIDA DE LIMA TAKAZONO – Secretaria Municipal de Assistência Social, e o Sr João Carlos Alves dos Santos, da empresa J C A DOS SANTOS- EPP

Prefeitura Municipal de Aquidauana

O Município de Aquidauana/MS, por intermédio do Núcleo de Licitação e Contratos, diante o princípio de autotutela, vem por meio deste **TORNAR SEM EFEITO** a Publicação do Extrato da Ata de Registro de Preços nº 20/2024 e do Aviso de Homologação, (Pregão Eletrônico N° 07/2024 - Processo Administrativo Nº 32/2024), publicado no Diário Oficial do Estado, Ano XLVI, Edição nº 11.504, terça-feira, 28 de maio de 2024, das págs. 225 e 226, onde por um lapso foi enviado erroneamente o arquivo para publicação.

Aquidauana/MS, 28 de maio de 2024.
Cibele Furtado da Cruz

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2024
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
O MUNICÍPIO DE AQUIDAUNA/MS, vem por meio deste tornar público, que no dia 30/04/2024 o Exmo. Sr. Prefeito Municipal Homologou o Pregão em epígrafe. Cujo o objeto é a aquisição de cobertores, tamanho casal, feitos de microfibra para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social da prefeitura de Aquidauana/MS, conforme quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos. Tais documentos poderão ser consultados na íntegra no sitio eletrônico do Município aba licitações por meio do link http://www2.aquidauana.ms.gov.br/licitacoes.
Aquidauana/MS, 28 de maio de 2024.
Cibele Furtado da Cruz - Núcleo de Licitação e Contratos

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2024
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA
EMPRESA: IMPORTADORA HONORATO LTDA
OBJETO: O objeto da presente Ata é o registro de preços para aquisição de cobertores tamanho casal feitos de microfibra para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social da prefeitura de Aquidauana/MS, conforme quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.
VALOR: R$ 96.585,50 (noventa e seis mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos).
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente instrumento será de 12 (doze) meses, contados a partir do dia 28/05/2024 até 27/05/2025.
GESTORA DA ATA: Rosemery Bruno Bossay Cândia
FISCAL DA ATA: Rubens Jesus De Arruda
ASSINATURAS: Odilon Ferraz Alves Ribeiro, IMPORTADORA HONORATO LTDA, Rosemery Bruno Bossay Cândia, Rubens Jesus De Arruda e Maria de Lurdes dos Santos Leite.

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO – MENOR PREÇO POR ITEM – REGISTRO DE PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N º 75/2024 - PREGÃO ELETRONICO N. º 22/2024
Data do certame: 14 de junho de 2024 às 09:00 horas (Horário de Brasília);
Local: Plataforma BNC, por meio do site www.bnc.org.br/;

Objeto: Aquisição futura de instrumentos musicais, periféricos e acessórios, por meio do registro de preço por um período de 12 (doze) meses.
Retirada do Edital: O edital na íntegra e seus anexos bem como as informações inerentes a este Pregão poderão ser obtidas, pelos interessados, junto ao Núcleo de Licitações e Contratos, por meio do e-mail licitacao@aquidauana.ms.gov.br, ou pessoalmente, de **Segunda a Sexta-feira, das 07:30 às 12:30 horas**, na Rua Luiz da Costa Gomes, nº 711 – Vila Cidade Nova – Aquidauana/MS.
Aquidauana - MS, 28 de maio de 2024.
Jean Carlos Ximenes de Lima - Núcleo de Licitação e contratos

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO – MENOR PREÇO POR ITEM
PROCESSO ADMINISTRATIVO N º 78/2024 - PREGÃO ELETRONICO N. º 24/2024
Data do certame: 13 de junho de 2024 às 09:00 horas (Horário de Brasília);
Local: Plataforma BNC, por meio do site www.bnc.org.br/;
Objeto: Aquisição de smartphones e bicicletas, destinados a premiação dos alunos que apresentarem melhor desempenho no Concurso Artístico e Literário promovido pela Prefeitura Municipal de Aquidauana.
Retirada do Edital: O edital na íntegra e seus anexos bem como as informações inerentes a este Pregão poderão ser obtidas, pelos interessados, junto ao Núcleo de Licitações e Contratos, por meio do e-mail licitacao@aquidauana.ms.gov.br, ou pessoalmente, de **Segunda a Sexta-feira, das 07:30 às 12:30 horas**, na Rua Luiz da Costa Gomes, nº 711 – Vila Cidade Nova – Aquidauana/MS.
Aquidauana - MS, 28 de maio de 2024.
Silvia Letícia Bernardes - Núcleo de Licitação e contratos

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO – MENOR PREÇO POR ITEM – REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO N º 84/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO N. º 26/2024
Data do certame: 17 de junho de 2024 às 09:00 horas (Horário de Brasília);
Local: Plataforma BNC, por meio do site www.bnc.org.br/;

Objeto: Aquisição futura e eventual de veículos automotores, tipo caminhonete, cabine dupla, 4 portas, no mínimo 204 cv, com tração nas quatro rodas e acessórios.
Retirada do Edital: O edital na íntegra e seus anexos bem como as informações inerentes a este Pregão poderão ser obtidas, pelos interessados, junto ao Núcleo de Licitação e contratos, por meio do e-mail licitacao@aquidauana.ms.gov.br, ou pessoalmente, de **Segunda a Sexta-feira, das 07:30 às 12:30 horas**, na Rua Luiz da Costa Gomes, nº 711 – Vila Cidade Nova – Aquidauana/MS.
Aquidauana - MS, 28 de maio de 2024.
Cibele Furtado da Cruz - Núcleo de Licitação e contratos

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO – MENOR PREÇO POR ITEM – REGISTRO DE PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N º 82/2024 - PREGÃO ELETRONICO N. º 25/2024
Data do certame: 14 de junho de 2024 às 09:00 horas (Horário de Brasília);
Local: Plataforma BNC, por meio do site www.bnc.org.br/;
Objeto: Registro de preço para aquisição futura de material médico hospitalar – epi's
Retirada do Edital: O edital na íntegra e seus anexos bem como as informações inerentes a este Pregão poderão ser obtidas, pelos interessados, junto ao Núcleo de Licitações e Contratos, por meio do e-mail licitacao@aquidauana.ms.gov.br, ou pessoalmente, de **Segunda a Sexta-feira, das 07:30 às 12:30 horas**, na Rua Luiz da Costa Gomes, nº 711 – Vila Cidade Nova – Aquidauana/MS.
Aquidauana - MS, 28 de maio de 2024.
Jean Carlos Ximenes de Lima - Núcleo de Licitação e contratos

Prefeitura Municipal de Batayporã

RETIFICAÇÃO - RATIFICAÇÃO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2024
Trata-se de Ratificação do ato de dispensa de licitação nº 011/2024 do ordenador despesas, nos termos do art. 75, inciso II combinado com o art. 95, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021, objetivando conserto de compressor de ar, por meio de dispensa de licitação, afim de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Desenvolvimento Econômico, Turismo e Meio Ambiente –SODETA através do Processo SIGA Nº BA-ADM-2024/01651, processo administrativo nº 072/2024, nos termos do estudo técnico preliminar e termo de referência, em favor das empresas: JIVAN GARCIA JOSE, inscrita no CNPJ nº 07.986.692/0001-38, no valor total de R$ 3.744,00 (três mil setecentos e quarenta e quatro reais). Batayporã-MS, 27 de maio de 2024. RENAN BOM RIBEIRO - Secretaria Municipal de Obras, Desenvolvimento Econômico, Turismo e Meio Ambiente.

Prefeitura Municipal de Caarapó

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 053/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2024 tipo "Menor Preço por item"
O Município de Caarapó, Estado de Mato Grosso do Sul, através da Secretaria Municipal de Finanças, Suprimento e

Logística, na forma da Lei Federal 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 com suas respectivas alterações, TORNA PÚBLICO, que no dia 14 de junho de 2024, às 09horas(horário oficial de Brasília-DF), através do site https://bnc.org.br, fará realizar a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2024, do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", MODO DE DISPUTA "ABERTO", mediante as condições estabelecidas no Ato Convocatório e seus anexos. Objeto: Registro de Preço para aquisição de Playgrounds Infantis, atendendo as Instituições Educacionais da Rede Municipal de Ensino, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura do município de Caarapó/MS.
O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site do Portal da Transparência do Município de Caarapó-MS, no seguinte endereço eletrônico: https://transparencia.betha.cloud/#/61M0eJ_21GlQw6p7f3svmg==/consulta/64365; https://bnc.org.br e www.gov.br/pncp/pt-br.
Na hipótese de ocorrer feriado ou outros fatos impeditivos, que impeça a realização da sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo local e horário. Os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.
Caarapó-MS, 28 de maio de 2024.

Ênio Gonçalves Vasconcelos
Secretário Municipal de Suprimento e Logística

Prefeitura Municipal de Corguinho

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 002/2024, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 052/2024. Tendo em vista a realização da sessão pública da Concorrência Presencial nº 002/2024, destinado a Contratação de empresa especializada para execução de obra de infraestrutura urbana-pavimentação asfáltica e drenagem de aguas pluviais em diversas ruas do bairro centro I no município de Corguinho/MS, e de acordo com as especificações e quantidades constantes no Edital da CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 002/2024; tendo transcorridas as fases de lances e de análise dos documentos de habilitação, conforme Ata da Sessão Pública anexa; e observados os preceitos do Decreto Municipal nº 017/2024 e da Lei Federal nº. 14.133, de 01/01/2021; ADJUDICO o objeto da licitação á: **FORTES CONSTRUTORA LTDA - EPP,** inscrita no CNPJ de n.º **07.521.499/0001-21**, vencedora do certame, totalizando o valor de **R$ 1.868.120,74 (um milhão, oitocentos e sessenta e oito mil, cento e vinte reais e setenta e quatro centavos). Corguinho-MS, 27 de maio de 2024.** Célia Gomes Farias - **Agente de Contratação.**

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo: 052/2024, Concorrência Presencial: 002/2024. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de infraestrutura urbana – pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais em diversas ruas do bairro centro I no município de Corguinho/MS. **Vencedora: FORTES CONSTRUTORA LTDA - EPP,** inscrita no CNPJ de n.º **07.521.499/0001-21**, vencedora do certame, totalizando o valor de **R$ 1.868.120,74 (um milhão, oitocentos e sessenta e oito mil, cento e vinte reais e setenta e quatro centavos). Corguinho-MS, 27 de maio de 2024.** Célia Gomes Farias - **Agente de Contratação.**

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELTRÔNICO Nº 007/2024, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 047/2024. Tendo em vista a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico nº 007/2024, destinado a Aquisição de veículo zero quilometro (tipo Ambulância), em atendimento à secretaria Municipal de Saúde do município Corguinho-MS, de acordo com as especificações e quantidades constantes no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024; tendo transcorridas as fases de lances e de análise dos documentos de habilitação, conforme Ata da Sessão Pública anexa; e observados os preceitos do Decreto Municipal nº 017/2024 e da Lei Federal nº. 14.133, de 01/01/2021; ADJUDICO o objeto da licitação á: **CAMMINARE MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA,** inscrita no CNPJ de n.º **35.741.144/0001-83**, vencedora do certame, totalizando o valor de **R$ 224.900,00 (duzentos e vinte e quatro mil, novecentos reais). Corguinho-MS, 27 de maio de 2024.** Flávio Afonso Santos dos Reis – **Pregoeiro.**

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo: 047/2024 - Pregão Eletrônico: 007/2024. Objeto: Aquisição de veículo zero quilometro (tipo Ambulância), em atendimento à secretaria Municipal de Saúde do município Corguinho-MS. **Vencedora: CAMMINARE MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA,** inscrita no CNPJ de n.º **35.741.144/0001-83**, vencedora do certame, totalizando o valor de **R$ 224.900,00 (duzentos e vinte e quatro mil, novecentos reais). Corguinho-MS, 27 de maio de 2024.** Flávio Afonso Santos dos Reis - **Pregoeiro**

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO Nº 004/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2024. Tendo em vista a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico, nº 004/2024, destinado a Aquisição de Veículo zero quilometro, em atendimento à Secretaria Municipal de Assistência Social, do Município de Corguinho/MS e de acordo com as especificações e quantidades constantes no Edital de PREGÃO ELETRONICO Nº 004/2024; tendo transcorridas as fases de lances on-line e de análise dos documentos de habilitação, conforme Ata da Sessão Pública anexa; e

observados os preceitos da Lei 123/2006 e subsidiariamente as normas da Lei 14133/21 e, tendo por finalidade a aquisição dos seguintes objetos; ADJUDICO o objeto da licitação á: **ENZO VEÍCULOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº**. 05.950.849/0001-40**, vencedora do certame com o valor de **R$ 188.800,00 (cento e oitenta e oito mil, oitocentos reais)**. Corguinho-MS, 15 de abril de 2024. Flávio Afonso Santos dos Reis - Pregoeiro Oficial.

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo: 015/2024 - Pregão Eletrônico: 004/2024. Objeto: Aquisição de Veículo zero quilometro, em atendimento à Secretaria Municipal de Assistência Social, do Município de Corguinho/MS. **Vencedora: ENZO VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.950.849/0001-40,** vencedora do certame com o valor de **R$ 188.800,00 (cento e oitenta e oito mil, oitocentos reais). Corguinho-MS, 15 de abril de 2024.** Flávio Afonso Santos dos Reis - Pregoeiro Oficial.

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Eletrônico n° 004/2024 – Processo Administrativo n° 015/2024. Ao Pregoeiro. CONSIDERANDO, o teor do processo apresentado pelo pregoeiro, pertinente ao **Pregão Eletrônico nº 004/2024** a que trata o **Processo Administrativo n° 015/2024**. **CONSIDERANDO**, por fim, a inexistência de qualquer vício, irregularidade ou de recurso pendente. **RESOLVE:** I – **HOMOLOGAR** e ratificar a deliberação do Pregoeiro e equipe de apoio, para a emissão de empenho ou contrato na forma de Pregão Eletrônico, com fulcro na Lei 14.133/2021, com vista a Aquisição de Veículo zero quilometro (tipo sedã), em atendimento à Secretaria Municipal de Assistência Social, do Município de Corguinho/MS. II – **HOMOLOGAR** a empresa a **ENZO VEÍCULOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº**. 05.950.849/0001-40**, vencedora do certame com o valor de **R$ 188.800,00 (cento e oitenta e oito mil, oitocentos reais)**. III – Desta forma, autorizo e ratifico a despesa, emissão de empenho e contrato em favor da empresa acima mencionada com seu respectivo valor**,** nos termos desta autorização na qualidade de autoridade ordenador de despesa. IV – Ao pregoeiro para as providências pertinentes; V – Publique-se na forma legal. Corguinho – MS, 22 de abril de 2024. **Marcela Ribeiro Lopes - Prefeita Municipal.**

Prefeitura Municipal de Corumbá

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Corumbá/MS torna público, através do Grupo Executivo de Licitações de Obras – GELIC, que fará realizar a abertura da licitação abaixo relacionada, com os licitantes nos termos da Lei 8.666/93, alterações e Decreto Municipal nº 3.097, de 02 de janeiro de 2024, publicado no Diário Oficial do Município, Edição nº 2.801, de 02 de janeiro de 2024, páginas 01 e 02, Decreto que ampliou a vigência da Lei nº 8.666/93. CONCORRÊNCIA nº 04/2024 – PROCESSO nº 34.509/2023. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS DE CONCRETO (LAJOTAS) E PARALELEPÍPEDOS EM DIVERSAS RUAS, NO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ/MS, CONFORME SOLICITAÇÃO DE DEMANDA, ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, PROJETO, MEMORIAL TÉCNICO DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL. Data da Abertura: 02 de julho de 2024, às 09h00min. O edital encontra-se à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Corumbá–MS, sala de licitação, 1.º andar – GELIC – Corumbá-MS – Telefone: (67) 3234-3484, pelo e-mail: licitacoescorumbams@gmail.com e Portal da Transparência no endereço (http://swb.corumba.ms.gov.br:8079/transparencia/).
Corumbá/MS, 28 de maio de 2024.
Marina Berlato Medeiros – Presidente e Coordenadora em Substituição do GELIC

Extrato do primeiro termo aditivo a Ata de Registro de Preços n° 01/2023 – Processo n° 16355/2023.
Partes: Município de Corumbá, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania e Nasser Safa Ahmad - ME.
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica realinhado o valor unitário dos itens 01(cesta básica benefício eventual) R$ 346,26, 02 (cesta básica benefício eventual) R$ 346,26 e 04 (cesta básica benefício eventual) R$ 443,79.
CLÁUSULA SEGUNDA: As partes ratificam e mantém inalteradas as demais cláusulas inicialmente contratadas.
CLÁUSULA TERCEIRA: O presente termo aditivo a Ata de Registro de Preços tem por base legala lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.
Data: 27 de maio de 2024.
Assinam: Amanda Cristiane Balancieri Iunes – Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania e Nasser Safa Ahmad -ME.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO DE VALOR À CARTA CONTRATO Nº 74/2023 SMS
Parte: Secretaria Municipal de Saúde e a UNIQUE MEDICAMENTOS DISTRIBUIDORA LTDA
O Município de Corumbá – MS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Gabriel Vandoni de Barros n° 1 – Bairro Dom Bosco, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 03.330.461/0001-10, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato representada por sua ordenadora de despesas, Sra Beatriz Silva Assad, brasileira, assistente social, portadora da Cédula de Identidade Civil RG n° 663642, expedida pela SSP/MS, inscrito no CPF/MF sob o n° 881.976.031-20, residente e domiciliado à Rua Marcilio Dias, n° 537, Centro, na cidade de Ladário/MS e a Empresa UNIQUE MEDICAMENTOS DISTRIBUIDORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 23.864.942/0001-13, com sede na Av. Otavio Borin, Vila Velha n° 18 –

Bairro Cobilândia, CEP: 29.111.205, neste ato representada pelo Sr. Fellipe David Fontana, brasileiro, casado, empresário, portador do RG n° 176.155/SSPES e do CPF n° 394.712.507-06, resolvem celebrar o presente termo aditivo de supressão pelas cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto diminuir o quantitativo de medicamentos previstos no contrato em 4,23% (quatro inteiros e vinte e três centésimos por cento) diminuindo ao contrato o valor de R$ 1,82 (um real e oitenta e dois centavos).
CLÁUSULA SEGUNDA DO OBJETO
Ficam mantidas integralmente as demais cláusulas e condições estabelecidas no instrumento inicial, desde que não contrariem, implícita ou explicitamente, as previstas neste instrumento.
CLÁUSULA TERCEIRA DO OBJETO
A Secretária Municipal de Saúde providenciará, sem ônus para a CONTRATADA, a publicação do extrato do presente aditamento no Diário Oficial da União, até o 5º dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.
E POR ESTAREM JUSTAS E ACORDADAS, AS PARTES ASSINAM O PRESENTE INSTRUMENTO EM 03 (TRÊS) VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, PARA UM SÓ EFEITO, NA PRESENÇA DAS TESTEMUNHAS ABAIXO.
DATA DE ASSINATURA: Corumbá-MS, 24 de maio de 2024.
Assinam: Beatriz Silva Assad – Secretária Municipal de Saúde e a Empresa UNIQUE MEDICAMENTOS DISTRIBUIDORA LTDA

Extrato da CARTA CONTRATO N° 18/2024
Processo n° 7.579/2024 – Empenho: 84/2024
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE TURISMO DO PANTANAL
CONTRATADA: REZENDE & DINIZ NETO LTDA - CNPJ 02.001.655/0001-00.
OBJETO: Aquisição de material gráfico e produto personalizado.
VALOR: R$ 156,00 (cento e cinquenta e seis reais)
DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS: A entrega será de forma única em até 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, na Fundação de Turismo do Pantanal situada na Rua Domingos Sahib, n° 570 - Porto Geral, Corumbá/MS.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 (seis) meses.
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto, será efetuado mediante crédito em conta corrente indicada pela CONTRATADA, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo , após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", combinado com o art. 73, inciso II, alínea "b", da Lei Federal n.° 8.666/93 e alterações.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
27.00 – Secretaria Municipal de Governo
27.97 – Fundação de Turismo do Pantanal
23.695.0102.4100 – Gerenciamento das Atividades de Turismo
33.90.30.00 – Material de Consumo
BASE LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e 4.320/64 suas alterações posteriores.
FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Corumbá/MS.
Corumbá/MS, 14 de maio de 2024.
Assinam: Eduardo Carvalho Ribeiro – Diretor-Presidente da Fundação de Turismo do Pantanal e o sr. Italo Dartiman Leite Rezende Diniz - REZENDE & DINIZ NETO LTDA.

Prefeitura Municipal de Costa Rica

REPUBLICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO
Credenciamento nº 09/2022
Inexigibilidade de Licitação nº 16/2022
Processo nº 103/2022
OBJETO: Contratação de empresas para realização de exames de monitorização ambulatorial de pressão arterial (MAPA), ecocardiograma transtorácica, ultrassonografia doppler colorido de vasos, monitoramento pelo sistema holter 24 hs (03 canais), teste de esforço/ergométrico.
O **MUNICÍPIO DE COSTA RICA**, estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Presidente da Comissão Permanente de Licitação designada pela Portaria nº 16.091/2023 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993, torna público **a republicação do Credenciamento para a Contratação de empresas para realização de exames de monitorização ambulatorial de pressão arterial (MAPA), ecocardiograma transtorácica, ultrassonografia doppler colorido de vasos, monitoramento pelo sistema holter 24 hs (03 canais), teste de esforço/ergométrico.** Os envelopes contendo a **DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO** das empresas interessadas em participar serão recebidos **a partir de 02 de junho de 2024 das 07:00 ás 13:00 horas, (de segunda a sexta-feira, em dias úteis, em que houver expediente no Município de Costa Rica – MS) até o dia 02 de junho de 2025,** na sede da Prefeitura Municipal, Rua Ambrosina Paes Coelho, nº 228, Centro, em Costa Rica/MS, sendo suas inscrições proporcionalmente adequadas ao período remanescente de vigência do Credenciamento.
Os interessados poderão obter o edital detalhado contendo as especificações e bases da licitação através do site:

http://www.costarica.ms.gov.br, no campo "licitações", ou ainda junto à Comissão Permanente de Licitação no endereço: Rua Ambrosina Paes Coelho, nº 228, Centro, em Costa Rica/MS.
Para maiores informações entre em contato através do telefone (67) 3247-7037 ou e-mail: licitacao@costarica.ms.gov.br.
Costa Rica, 27 de maio de 2024.

Wilsciany Carrijo Silva
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, URBANIZAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
CONCORRÊNCIA N° 12/2024
PROCESSO N° 953/2024
OBJETO: Contratação de empresa para recomposição de revestimento primário nas estradas vicinais CR-05, CR-07 e CR-21, no município de Costa Rica / MS, objeto do Convênio n° 494/2024/AGESUL, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Transporte, Urbanização e Obras Públicas.
VALOR ESTIMADO: R$ 8.967.400,73 (oito milhões novecentos e sessenta e sete mil e quatrocentos reais e setenta e três centavos).
DATA DA ABERTURA DA SESSÃO: 21 de junho de 2024
HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO: 08:30 (horário de Brasília/DF).
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/
DISPOSIÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O Edital de Concorrência Eletrônica e seus Anexos estão disponíveis para consulta no site do Município de Costa Rica no link https://www.costarica.ms.gov.br/portal/editais/1 e, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP https://www.portaldecompraspublicas.com.br/ **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:** poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação Município e Costa Rica – MS sito a Rua Ambrosina Paes Coelho, n° 228, Centro, através do e-mail licitacao@costarica.ms.gov.br ou pelo telefone (67) 3147-7037, em dias úteis, das 07:00h ás 13:00h
Costa Rica – MS, 28 de maio de 2024.

Wilsciany Carrijo Silva
Agente de Contratação
Designada pela Portaria n° 16.150/2024

Prefeitura Municipal de Dourados

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
PREGÃO ELETRÔNICO N.° 002/2024
O Município de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, através da Secretaria Municipal de Administração, torna público a reabertura da licitação em epígrafe anteriormente suspensa, com fulcro no inciso I do art. 28 da Lei Federal n.° 14.133/2021, relativo ao Processo n.° 015/2024, tendo como critério de julgamento "menor preço" por item, com modo de disputa "aberto e fechado", destinada à ampla concorrência.
Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E EQUIPAMENTOS OBJETIVANDO ATENDER AS DIVERSAS DEMANDAS E NECESSIDADES DA GUARDA MUNICIPAL DE DOURADOS.
Prazos: Início de Recebimento das Propostas à partir das 9h do dia 03/06/2024. Abertura e Julgamento das Propostas às 9h do dia 13/06/2024, com início da sessão de disputa (fase de lances) às 9h15.
Local: Portal Bolsa de Licitações do Brasil-BLL "bllcompras.com/home/login".
Edital: Disponível, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) "https://pncp.gov.br/app/editais"; na plataforma eletrônica do pregão "bllcompras.com" - Acesso Público; pelo Portal da Transparência do Município "https://www.dourados.ms.gov.br"; ou diretamente, no Departamento de Licitação, localizado no Bloco "F" do Centro Administrativo Municipal-CAM, sito na Rua Coronel Ponciano, n.° 1.700, Parque dos Jequitibás, na cidade de Dourados-MS.
Notas: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília-DF. Informações adicionais pelo telefone (0XX67) 3411-7755 ou pelo e-mail "pregao@dourados.ms.gov.br".

Dourados-MS, 28 de maio de 2024.

Vander Soares Matoso
Secretário Municipal de Administração

Prefeitura Municipal de Eldorado

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2024
A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ELDORADO/MS, torna público que promoverá LICITAÇÃO abaixo relacionada, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei nº 14.133/2021, cujo

objeto trata-se de **Contratação de empresa visando a aquisição de produtos de papelaria, aviamentos, artigos esportivos e mobiliários eletrônicos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de Eldorado/MS, em conformidade com as descrições e especificações contidas no Termo de Referência.**
DA SESSÃO PÚBLICA: às 09h00min do dia 14/06/2024.
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
PLATAFORMA ELETRÔNICA: https://comprasbr.com.br/
Contato Suporte ComprasBR: (67) 3303-2728 / (67) 3303-2730 / (67) 3303-2702.
A íntegra do Edital se encontra disponível no endereço eletrônico https://comprasbr.com.br/. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos pelo fone (67) 3473-1301 ou pelo e-mail: licitacao.eldorado@hotmail.com.
Eldorado/MS, 28 de maio de 2024.
Daiane Ferreira Pedro
Pregoeiro Oficial

AVISO DE LICITAÇÃO
A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ELDORADO/MS comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO (PRESENCIAL) abaixo relacionada, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
PROCESSO Nº 046/2024
PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 017/2024
OBJETO: Registro de preços visando a aquisição de material de pronto socorro para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Eldorado/MS, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência.
CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO: Somente poderão participar do certame as empresas regularmente estabelecidas no país e que satisfaçam integralmente as condições do Edital e seus anexos e que sejam enquadradas como **MICROEMPRESA (ME), EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)**, sendo assim **EXCLUSIVO**. Portanto, é vedada a participação de empresas que não se enquadrem em uma dessas três categorias.
RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: A partir das 07h30min do dia 1 (treze) de junho de 2024.
Os envelopes de documentação e proposta serão recebidos no horário e data acima especificados, na sala do Núcleo de Licitações e Contratos situada nesta Prefeitura.
Os interessados em participar na presente licitação deverão retirar o Edital no Portal da Transparência, no endereço http://www.sistemasbds.com.br/transparencia/eldorado/processos. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone (0**67) 3473-1301 (Ramal 212) no horário das 07h00min às 11h00min ou pelo e-mail licitacao.eldorado@hotmail.com.
Eldorado/MS, 28 de maio de 2024.
Daiane Ferreira Pedro
Diretora do Dpto de Licitação e Contratos

Prefeitura Municipal de Inocência

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 090/2024
EDITAL Nº 033/2024
Lei 14.133/2021

O MUNICÍPIO DE INOCÊNCIA/MS, estado de Mato Grosso do Sul, através da Secretaria Municipal de Finanças, por intermédio da Pregoeira e equipe de apoio designados através da Portaria 155/2024, torna publico aos interessados, que promoverá licitação na modalidade-**CONCORRÊNCIA**, do tipo **"MENOR PREÇO GLOBAL".**
OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para a execução de obras de pavimentação asfáltica, drenagem de águas pluviais, passeio com acessibilidade e sinalização viária, nos Bairros João Barbosa Ferreira e Jd. Dos Estados, localizados no município de Inocência / MS, conforme as quantidades e especificações constantes nos projetos, memorial descritivo, cronograma físico e financeiro, planilha orçamentária e memórias de cálculo, conforme APF 611.450-95.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 09h00min do dia 17 de junho de 2024.
INICIO DA SESSÃO: 09h30min do dia 17 de junho de 2024.
ENDEREÇO ELETRÔNICO: http://comprasbr.com.br
EDITAL NA ÍNTEGRA: Está à disposição dos interessados no Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal de Inocência, sito a Rua João Batista Parreira, 522 centro, no horário das 07h00min às 11h00min e das 13h00min as 17h00min, informações através do Telefone (067) 3574-1350, 3574-1040 E 3574-1041 ramal 207, na forma eletrônica, por meio digital através do sítio eletrônico e-mail licita@inocencia.ms.gov.br e http://www.inocencia.ms.gov.br (diário oficial) ou LOCAL: Na plataforma eletrônica no site: http://comprasbr.com.br todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília (DF). Publique-se.
Inocência/MS, 27 de MAIO 2024.

JULIANA FERREIRA DE SOUZA
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PORTARIA 155/2024

Prefeitura Municipal de Japorã

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 009/2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2024

O Município de Japorã/MS, por intermédio do Departamento de Licitação e Contratos, torna público aos interessados que se encontra aberta a licitação acima referida, do tipo **"menor preço global"**, sob regime de **"empreitada por preço global"**, pelo modo de disputa **"fechado e aberto"**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, legislação correlata e demais exigências do Edital.

Objeto: Contratação de empresa especializada visando a implantação sistema de iluminação pública no Estádio Municipal da Comunidade Indígena Porto Lindo, com 80 refletores de LED de 600 W, 8 de 500 W, 10 postes de concreto de diversas bitolas, no município de Japorã/MS, em atendimento ao Convênio nº 433/2024, firmado com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, conforme condições e exigências estabelecidas em Projeto Básico, Memorial Descritivo e Planilha Orçamentária.

Obtenção do Edital: O Edital poderá ser obtido pelos interessados no Departamento de Licitação e Contratos (endereço: Avenida Deputado Fernando Saldanha, s/n, Centro, Japorã/MS, telefone (67) 3475-1712), no horário das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00 (horário oficial de Mato Grosso do Sul), por meio de solicitação no e-mail licitacao@japora.ms.gov.br, ou através do Portal da Transparência do município, disponível no endereço eletrônico www.japora.ms.gov.br.

Valor Estimado: R$ 224.756,19 (duzentos e vinte e quatro mil e setecentos e cinquenta e seis reais e dezenove centavos).

Data da Sessão: 14/06/2024 – Horário: 08h00 (horário oficial de Mato Grosso do Sul).

Local: Departamento de Licitação e Contratos Administrativos (Avenida Deputado Fernando Saldanha, s/n, Centro, Japorã/MS). Japorã/MS, 28 de maio de 2024.

DIEIGA GÓES COELHO
Agente de Contratação da Fase Externa

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2024
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PAULO CESAR FRANJOTTI, Prefeito de Japorã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021, ADJUDICA e HOMOLOGA o Processo Licitatório abaixo relacionado, devidamente julgado pela Pregoeira.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2024

OBJETO: Contratação de empresas visando a aquisição de materiais a serem utilizados na realização de campeonatos municipais de futebol de campo, suíço e quadra, nos termos do Convênio nº 000018/2023 firmado com a Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Japorã/MS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no T. R.

Empresa: L.B.S. CONFECCÕES E COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ: 36.812.101/0001-04, Vencedora nos itens 10 e 12, No Valor total de R$ 47.115,00 (quarenta e sete mil e cento e quinze reais).

VALOR GLOBAL: R$ 47.115,00 (quarenta e sete mil e cento e quinze reais).Japorã/MS, 28 de maio de 2024.

PAULO CESAR FRANJOTTI
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 059/2024

Processo Licitatório nº 015/2024

Pregão Eletrônico nº 008/2024

Partes: MUNICÍPIO DE JAPORÃ/MS E A EMPRESA BRESCHIGLIARI E CIA LTDA ME.

Objeto: "Contratação de empresas visando a aquisição de materiais a serem utilizados na realização de campeonatos municipais de futebol de campo, suíço e quadra, nos termos do Convênio nº 000018/2023 firmado com a Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Japorã/MS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência".

Dotações Orçamentárias: Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer - (242) 13.812.0018.2013.0000 – Gestão das Atividades de Apoio à Cultura, Esporte e Lazer - Fonte do Recurso: 1.500.0000 - Elemento da Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo - Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer - (313) 13.812.0018.2013.0000 – Gestão das Atividades de Apoio à Cultura, Esporte e Lazer - Fonte do Recurso: 1.701.0000 - Elemento da Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Valor: R$ 2.703,84 (dois mil e setecentos e três reais e oitenta e quatro centavos).

Vigência: 28/05/2024 a 27/05/2025. Data da Assinatura: 28/05/2024.

Assinam: PAULO CESAR FRANJOTTI pelo Contratante e MAURINHO BRESCHIGLIARI pelo Contratado.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 058/2024

Processo Licitatório nº 015/2024

Pregão Eletrônico nº 008/2024

Partes: MUNICÍPIO DE JAPORÃ/MS E A EMPRESA LIVRARIA CASA DO ESTUDANTE LTDA – EPP.

Objeto: "Contratação de empresas visando a aquisição de materiais a serem utilizados na realização de campeonatos

municipais de futebol de campo, suíço e quadra, nos termos do Convênio nº 000018/2023 firmado com a Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Japorã/MS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência".
Dotações Orçamentárias: Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer - (242) 13.812.0018.2013.0000 – Gestão das Atividades de Apoio à Cultura, Esporte e Lazer - Fonte do Recurso: 1.500.0000 - Elemento da Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo - Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer - (313) 13.812.0018.2013.0000 – Gestão das Atividades de Apoio à Cultura, Esporte e Lazer - Fonte do Recurso: 1.701.0000 - Elemento da Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Valor: R$ 2.703,84 (dois mil e setecentos e três reais e oitenta e quatro centavos).
Vigência: 21/05/2024 a 20/05/2025. Data da Assinatura: 21/05/2024.
Assinam: PAULO CESAR FRANJOTTI pelo Contratante e MARCOS ROGÉRIO MOREIRA DIAS pelo Contratado.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 056/2024

Processo Licitatório nº 015/2024
Pregão Eletrônico nº 008/2024
Partes: MUNICÍPIO DE JAPORÃ/MS E A EMPRESA LAS BRISAS ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME
Objeto: "Contratação de empresas visando a aquisição de materiais a serem utilizados na realização de campeonatos municipais de futebol de campo, suíço e quadra, nos termos do Convênio nº 000018/2023 firmado com a Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Japorã/MS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência".
Dotações Orçamentárias: Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer - (242) 13.812.0018.2013.0000 – Gestão das Atividades de Apoio à Cultura, Esporte e Lazer - Fonte do Recurso: 1.500.0000 - Elemento da Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo - Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer - (313) 13.812.0018.2013.0000 – Gestão das Atividades de Apoio à Cultura, Esporte e Lazer - Fonte do Recurso: 1.701.0000 - Elemento da Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Valor: R$ 2.703,84 (dois mil e setecentos e três reais e oitenta e quatro centavos).
Vigência: 21/05/2024 a 20/05/2025. Data da Assinatura: 21/05/2024.
Assinam: PAULO CESAR FRANJOTTI pelo Contratante e JOSÉ ANTONIO ROZÃO pelo Contratado.

Prefeitura Municipal de Ladário

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 03/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 9673/2023

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS E EQUIPAMENTOS MÓVEIS (ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, PÁ CARREGADEIRA, ROLO COMPACTADOR CAMINHÃO BASCULANTE, TRATOR DE ESTEIRAS, COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO, CAMINHÃO PIPA), COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS DE CONSUMO, MANUTENÇÃO, PREVENTIVA, CORRETIVA E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS AO COMPLETO DESEMPENHO DOS TRABALHOS, PARA ATENDER NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.
Data da Sessão: 02 de julho de 2024
Local: Município de Ladário/MS - Sala de Licitação - Endereço Rua Corumbá Nº 500 – Centro – CEP N° 79.370-000.
Horário: 08h30min.
Retirada do Edital 07/2024: Encontra-se a disposição dos interessados o edital, no setor de Compras e Licitação na Prefeitura Municipal de Ladário/MS, Portal da transparência ou Mediante Solicitação na Forma Eletrônica pelo e-mail: licitacao.ladario@gmail.com
Ladário-MS, 28 de maio de 2024.
Informações: (67) 3226-2002 Ramal: 202
Assina: Antônio Bandeira de Moura Neto - Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9678/2023

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA – COLETA DE RESÍDUOS DASAÚDE.
Data da Sessão: 18 de junho de 2024.
Local: Município de Ladário/MS - Sala de Licitação - Endereço Rua Corumbá Nº 500 – Centro – CEP N° 79.370-000.
Horário: 08h30min.
Retirada do Edital: Encontra-se a disposição dos interessados o edital, no setor de Compras e Licitação na Prefeitura Municipal de Ladário/MS, Portal da transparência ou Mediante Solicitação na Forma Eletrônica pelo e-mail: licitacao.ladario@gmail.com.
Informações: (67) 3226-2002 Ramal: 202.
Assina: Antônio Bandeira de Moura Neto – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

Prefeitura Municipal de Paraíso das Águas

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA N.º 007/2024 – PROCESSO N.º 1.240/2024

O **ORDENADOR DE DESPESAS, Sr. ANÍZIO SOBRINHO DE ANDRADE**, Prefeito Municipal de Paraíso das Águas, Estado de Mato Grosso do Sul, ***ADJUDICO E HOMOLOGO***, o resultado modalidade acima especificada, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUALIFICADA PARA A EXECUÇÃO DE SISTEMA HIDRÁULICO E ELÉTRICO, COM A INSTALAÇÃO DE BOMBA D'ÁGUA, PARA FUNCIONAMENTO DE POÇO ARTESIANO PROFUNDO DO SAAE, NO MUNICÍPIO DE PARAÍSO DAS ÁGUAS – MS**, em favor da empresa **AMPARO SANEAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 36.926.582/0002-60, com o valor global de R$ 899.239,15 (oitocentos e noventa e nove mil, duzentos e trinta e nove reais e quinze centavos).

Paraíso das Águas – MS, 28 de maio de 2024.

Anízio Sobrinho de Andrade
Prefeito Municipal

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA N.º 006/2024 – PROCESSO N.º 934/2024

O **ORDENADOR DE DESPESAS, Sr. ANÍZIO SOBRINHO DE ANDRADE**, Prefeito Municipal de Paraíso das Águas, Estado de Mato Grosso do Sul, ***ADJUDICO E HOMOLOGO***, o resultado modalidade acima especificada, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUALIFICADA PARA A PERFURAÇÃO DE POÇO ARTESIANO PROFUNDO, EM ATÉ 100 METROS DE PROFUNDIDADE, PARA A OBTENÇÃO DE UMA VAZÃO MÍNIMA DE 05 À 10 M³/H DE ÁGUA, PARA ATENDIMENTO DA ESTAÇÃO DE TRATAMETO DE ESGOTO**, em favor da empresa **HIDRO SONDA POÇOS ARTESIANOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.333.600/0001-22, com o valor global de R$ 299.372,09 (duzentos e noventa e nove mil, trezentos e setenta e dois reais e nove centavos).

Paraíso das Águas – MS, 28 de maio de 2024.

Anízio Sobrinho de Andrade
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Paranhos

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº 101/2024 - Processo nº 0046/2024

Partes: MUNICÍPIO DE PARANHOS/MS e a empresa C. M. CONSTRUTORA LTDA EPP
Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de Reforma e Ampliação do Posto de Saúde da Vila Nova, no município de Paranhos (MS), através do Programa Requalifica UBS, Proposta SISMOB 11864.7130001/23-001, conforme especificações detalhadas na Plataforma SISMOB, Memorial Descritivo, Planilha de Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, Projeto de Engenharia e demais anexos que fazem parte do Edital.
Dotação Orçamentária: 5 - 05.05.13-10.301.0011.2-038-4.4.90.51.00-1.600.0000-000 - Ficha: 457
Valor: R$ 300.000,00 (trezentos mil reais)
Vigência: 17/05/2024 à 17/05/2025
Data da Assinatura: 17/05/2024
Fundamento Legal: Lei nº 14.133/21 e LC 123/2006.
Assinam: DONIZETE APARECIDO VIARO, pela contratante e BRUNA CACCIA, pela contratada

Prefeitura Municipal de Rio Brilhante

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2024
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2024

Com base nas informações constantes do Processo Administrativo nº 011/2024, referente à licitação modalidade Concorrência Eletrônica nº 002/2024, e considerando que foram observados os prazos recursais, nos termos do artigo 71, inciso IV da Lei nº 14.133/21, **HOMOLOGO e ADJUDICO** o procedimento licitatório, onde sagrou-se vencedora a empresa: **POLIGONAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ/MF Nº 03.492.162/0001-82**, com o valor de **R$ 1.044.000,00** (um milhão e quarenta e quatro mil reais).

Rio Brilhante/MS, 28 de maio de 2024.

HUGO KOJI SUEKAME
Secretário Municipal de Infraestrutura.

Prefeitura Municipal de São Gabriel do Oeste

Aviso de Licitação Pública
Modalidade Concorrência Eletrônica nº 005/2024

A Prefeitura Municipal de São Gabriel do Oeste, Estado do Mato Grosso do Sul por solicitação da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Concorrência Eletrônica, do tipo Menor Preço Global, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**, que tem como objeto a **seleção da proposta mais vantajosa para a administração Pública visando a contratação de empresa especializado para execução das obras de execução das obras de reforma do prédio para abrigar as instalações do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS do Munícipio de São Gabriel do Oeste MS, em conformidade com a Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Memorial Descritivo e Projetos, a Secretaria Municipal de Assistência Social,** em sessão pública, **às 09:00hs(Horário de Brasília) do dia 18 de junho de 2024,** com abertura no Portal **www.portaldecompraspublicas.com.br**, Mais informações no e-mail dos Pregoeiros de São Gabriel do Oeste MS – **ronsgo@hotmail.com e poliana.o.gomes@hotmail.com** - telefone para contato: (67) 3295 2111, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 07:00 às 11:00 e das 13:00 as 17:00horas, a partir da data de publicação deste aviso.

São Gabriel do Oeste – MS, 28 de maio de 2.024.

Ronilso Freitas Brandão
Superintendência de Compras e Licitações

Prefeitura Municipal de Sonora

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 006/2024. O MUNICÍPIO DE SONORA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, através de sua Comissão Permanente de Licitação torna público, que irá realizar a licitação abaixo relacionada, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e pelas disposições estabelecidas neste Edital: PROCESSO Nº: 094/2024 – CONCORRÊNCIA Nº: 006/2024 OBJETO: Contratação de empresa especializada no ramo pertinente de obras e serviços de engenharia, para execução de obra de recapeamento asfáltico do acesso ao Polo Industrial, conforme convênio Nº 252/2024 celebrado entre a Secretária De Estado De Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação - (SEMADESC) e o município de Sonora-MS, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos; RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Dia 20 de junho de 2024 às 09h00min na plataforma do site Portal de Compras Públicas (https://www.portaldecompraspublicas.com.br/). O edital poderá ser retirado no Portal da Transparência no endereço eletrônico (https://s2.asp.srv.br/etransparencia.pm.sonora.ms/servlet/wpeditallicitacaoconsulta) e (https://www.portaldecompraspublicas.com.br/). Poderão participar da licitação em epígrafe, toda e qualquer Empresa que satisfaça as condições deste Edital.

Sonora - MS, 28 de junho de 2024.

Adeildo Alves de Moura
Agente da contratação – Decreto 1455/2024

Prefeitura Municipal de Tacuru

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 0020/2024
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0050/2024

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE TACURU,** Estado de Mato Grosso do Sul, através do Pregoeiro Oficial, torna público que se encontra aberta a licitação na modalidade ***PREGÃO PRESENCIAL,*** **critério de julgamento MENOR PREÇO**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto nº 0119/2023: **OBJETO:** AQUISIÇÕES DE VEÍCULOS AUTOMOTIVO, ZERO QUILÔMETRO, ANO/MODELO 2024/2024 OU SUPERIOR, SENDO ELES: TIPO PICK UP CABINE DUPLA 4X4 (DIESEL) E TIPO SEDAN, DE ACORDO COM OS RECURSOS TRANSFERIDOS EM CONFORMIDADE COM O PLANO DE AÇÃO 09032023-034088-2023, CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO DE TACURU/MS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.**DATA DO CERTAME:** 17 de Junho de 2024. **HORARIO DA ABERTURA:** 08h00min. **LOCAL DA ENTREGA DOS ENVELOPES**: Os interessados deverão adquirir o presente edital gratuitamente no Setor de Licitação na Rua Varcelina Lima Alvarenga, 1000, Centro, em Tacuru/MS ou através de solicitação no endereço eletrônico: licitacaotacuru21@gmail.com. Informações poderão ser obtidas no mesmo endereço e pelo telefone (067) 3478-1188. Não havendo expediente na data marcada para realização do Pregão, será o mesmo adiado para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o local e horário. Tacuru/MS, 28 Maio de 2.024.
Rogério de Souza Torquetti, Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de Três Lagoas

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 011/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/2024
AVISO DE LICITAÇÃO

O **MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS-MS**, torna público, para conhecimento de todos os interessados, a realização de licitação na modalidade acima qualificada, do tipo **"MENOR PREÇO (GLOBAL)"**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas que regem a matéria.

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA CIVIL - REFORMA E AMPLIAÇÃO DO BALNEÁRIO MUNICIPAL (ETAPA 1), LOCALIZADO NA AV. JAMIL JORGE SALOMÃO S/Nº, NO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOASMS, CONFORME PROJETO BÁSICO E/OU EXECUTIVO", conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 19/06/2024
HORÁRIO: 09h00min – Oficial de Brasília (DF).
LOCAL/AMBIENTE: Portal de Licitações **Compras BR**, no sítio eletrônico www.comprasbr.com.br.

NOTA: Os interessados poderão adquirir o presente Edital e seus anexos, gratuitamente, na forma eletrônica, por meio digital, através de *download (via internet)*, nos sítios eletrônicos oficiais (www.comprasbr.com.br, www.treslagoas.ms.gov.br e https://pncp.gov.br/), ou ainda, diretamente no protocolo da DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES. Publique-se.

Três Lagoas-MS, 28 de maio de 2024.

ADELVINO FRANCISCO DE FREITAS
Diretoria de Compras e de Licitação.

Câmara Municipal de Corumbá

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº019/2023
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2023
INTERESSADO: CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ/MS

OBJETO: contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de 01 (uma) agência de propaganda para atender as necessidades da Câmara Municipal de Corumbá/MS com a prestação de serviços de publicidade que consiste no conjunto de atividades realizadas integradamente e que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de difundir ideias ou informar o público em geral.
TERMO DE ADJUDICAÇÃO A CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ/MS, através de seu Presidente, o Senhor Vereador UBIRATAN CANHETE DE CAMPOS FILHO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve: ADJUDICAR, com fundamento no inciso VI, do artigo 43, da Lei n". 8.666/93 e suas alterações posteriores, a proposta da empresa **A&T Publicidade e Assessoria Ltda**, **CNPJ 14.427.958/0001-30,** sediada na Rua da Paz, 1493, Sala 02, Bairro Santa Fé, Campo Grande/MS, VALOR GLOBAL de R$ 1.600.000,00 (Hum milhão, seiscentos mil reais), pelo período de 12(doze) meses, declarada vencedora do certame licitatório, na modalidade CONCORRENCIA "Tecnica e Preço" nº 001/2023, pela Comissão de Licitações.

Corumbá/MS, 23 de maio de 2024.

UBIRATAN CANHETE DE CAMPOS FILHO - Presidente da Câmara Municipal de Corumbá/MS

PUBLICAÇÕES A PEDIDO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL - SOCIEDADE LIMITADA
KNOW HOW EVENTOS CORPORATIVOS E TREINAMENTOS LTDA. - CNPJ 26.270.197/0001-72

Pelo presente edital, a sócia-administradora THAÍSSA REGINA TRINDADE, brasileira, empresária, portadora da cédula de identidade nº 35.409.117, SSP/SP e CPF 418.923.298-08, convoca os sócios da empresa KNOW HOW EVENTOS CORPORATIVOS E TREINAMENTOS LTDA., inscrita sob o CNPJ nº 26.270.197/0001-72, para a reunião de assembleia geral extraordinária, a ser realizada no dia 18 de junho de 2024, sendo a primeira convocação para as 14h15min e, a segunda, às 14h30min, do horário de Campo Grande – MS.

A reunião será por ambientel virtual, sendo o convite enviado para os participantes na referida data de sua realização.

A ordem do dia será a seguinte: a) Apresentação e aprovação do balanço definitivo referente ao ano de 2023; b) Aumento de capital social por meio de aporte financeiro; c) Outros assuntos de interesse geral.

Salienta-se que a assembleia se instala com a presença de três quartos do capital social em primeira convocação e, em segunda, com qualquer número, de acordo com o disposto no caput do art. 1.074, do Código Civil e que as deliberações feitas em conformidade com a lei vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes, conforme o art. 1.072, §5º.

Isto posto, fica convocada a assembleia, sendo que os participantes poderão se fazer representados e/ou acompanhados de seus advogados e de seus procuradores.Campo Grande, 27 de maio de 2024.

THAISSA REGINA TRINDADE
CPF: 418.923.298-08

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Mato Grosso do Sul, CNPJ sob nº 15.461.676/0001-50, com sede à Rua Almirante Barroso, nº 52, B. Amambai, Campo Grande – MS, no uso de suas atribuições e na forma do § 2º do artigo 14 dos estatutos sociais, pela relevância e urgência convoca os membros do conselho de representantes, para assembleia geral a ser instalada às 9h30min, do dia 10 de junho de 2024, pelo sistema eletrônico de vídeo conferencia , cujo link de acesso será fornecido oportunamente, para deliberarem sobre o seguinte assunto da ordem do dia:

1)Aquisição do apartamento 604, matrícula nº 284.879, do Condomínio Vista, pertencentes a VISTA XV EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA., localizados à Rua Franklin Roosevelt, nº 255, Vila Jardim Aclimação, Centro Campo Grande -MS, no valor de R$. 411.459,93, dividido em entrada, 32 parcelas, e 5 parcelas intermediárias, atualizadas pelo INCC. Os valores pagos de forma mensal e periódica com aprovação orçamentária nos exercícios de 2022 e 2023.

2)Venda de pavimentos em imóvel urbano, situado à Rua Barão do Rio Branco, nº 1.266. Centro. Campo Grande – MS, sendo o proporcional de 50% referente ao 5º andar, matricula nº 267549, e a integralidade dos andares 6º matricula 267550, 7º matrícula 267551 e 9º matrícula 267553, totalizando área privativa de 2.317,74 m², a ser adquirido pelo SENAC/MS- Serviço Nacional de Aprendizagem de Mato Grosso do Sul Social do Comércio, pelo valor médio das avaliações.

3)Venda de pavimentos em imóvel urbano, situado à Rua Barão do Rio Branco, n° 1.266, Centro – Campo Grande/MS, 2º Pavimento 267.546, 3º pavimento Matrícula n° 267547, 4º pavimento Matrícula n° 267548 e 50% do 5º pavimento da Matrícula n° 267549 para o SESC/MS – Serviço Social do Comércio de Mato Grosso do Sul, pelo valor médio das avaliações.

Não sendo obtido quórum para instalação dos trabalhos em primeira chamada, a Assembleia será instalada uma hora após, com qualquer número de presentes.Campo Grande (MS), 27 de maio de 2024.

EDISON FERREIRA DE ARAÚJO - Presidente

EDITAL

MARACA AGROPECUÁRIA LTDA, torna público que requereu à SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO INTEGRADO – SEMADI, a **Comunicado de Atividade** para "IRRIGAÇÃO LOCALIZADA OU POR ASPERSÃO para área acima de 15 ha até 1.000 ha", atividade Código 3.25.1, localizada na FAZENDA MARACÁ, RETA PANAMBI, KM 06, ZONA RURAL, no município de Nova Andradina/MS.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS E FARMACEUTICAS DE TRÊS LAGOAS-MS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da Entidade supra, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca todos os Membros da diretoria, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia três de junho de dois mil e vinte quatro **(03/06/2024)**, às 09h00, em primeira convocação e não havendo "quórum", em segunda convocação, às 10h00 do mesmo dia e local, com qualquer número de presentes, na sede da entidade situada a Avenida Maria Guilhermina Esteves, n°2533, Bairro Nova Três Lagoas – Município de Três Lagoas/MS, para deliberarem sobre a seguinte "Ordem-do-Dia":

1. Promover o remanejamento de cargos da diretoria;

Três Lagoas–MS, 30 de maio de 2024.

Glaucia Paula de Nascimento de Paula - Presidente

INSTITUTO DE GESTAO POR RESULTADOS – IGPR
CNPJ: 20.288.745/0003-77
GESTOR DO COMPLEXO REGULADOR ESTADUAL – CRE – SES/MS

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(EM REAIS)

DESCRIÇÃO	Notas Explicativas	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE		**1.540.196,98**	**1.676.345,40**
Caixa e equivalentes de Caixa c/ restrição	4	1.514.096,88	1.524.003,91
Outros Créditos	5	24.678,91	152.341,49
Despesas Pagas Antecipadamente	6	1.421,19	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**-**	**-**
TOTAL DO ATIVO		**1.540.196,98**	**1.676.345,40**
ATIVO COMPENSADO		**43.578.305,25**	**55.003.886,87**
Subvenções Governamentais	7	43.577.805,25	55.003.886,87
Imobilizado - CRE - com recurso contrato gestão	8	500,00	-
TOTAL DO ATIVO E ATIVO COMPENSADO		**45.118.502,23**	**56.680.232,27**
PASSIVO CIRCULANTE		**1.540.196,98**	**1.676.345,40**
Fornecedores	9	9.460,09	35.518,32
Obrigações tributárias	10	137.713,43	97.246,69
Obrigações trabalhistas e Sociais	11	298.002,64	376.522,65
Outras Obrigações	12	6.174,96	-
Provisões trabalhistas e encargos	13	422.101,73	31.420,47
Contratos a Faturar/Executar	14	601.714,47	766.359,71
Subvenções Gov. a Realizar CG 003/2022 GCONT 19238	7	65.029,66	369.277,56
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**-**	**-**
		-	-
TOTAL DO PASSIVO		**1.540.196,98**	**1.676.345,40**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**-**	**-**
Superavit (Déficit) acumulado		-	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÒNIO LÍQUIDO		**1.540.196,98**	**1.676.345,40**
PASSIVO COMPENSADO		**43.578.305,25**	**55.003.886,87**
Subvenções Governamentais	7	43.577.805,25	55.003.886,87
Imobilizado - CRE - com recurso contrato gestão	8	500,00	-
TOTAL DO PASSIVO, PATRIMONIO LÍQUIDO E PASSIVO COMPENSADO		**45.118.502,23**	**56.680.232,27**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TALITA MARTINS ANDRADE DE MELO
PRESIDENTE EXECUTIVA
CPF: 006.578.621-18

CARLOS HENRIQUE DA SILVA BUENO
CPF: 270.852.298-10
CONTADOR - CRC/SP: 237784/O-0

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

DESCRIÇÃO	Notas Explicativas	2023	2022
RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE DE SAÚDE			
Com Restrição		**11.730.329,39**	**1.757.243,17**
Programa atividade de saúde	15	11.730.329,39	1.757.243,17
CUSTOS COM PROGRAMA ATIVIDADE DE SAÚDE			
Com Restrição	**16**	**11.467.528,83**	**1.755.376,12**
Custos Com Pessoal	16.1	4.720.716,25	532.974,14
Custos Gerais	16.2	6.746.812,58	1.222.401,98

SUPERÁVIT (DÉFICIT) BRUTO ATIVIDADE DE SAÚDE COM RESTRIÇÃO		**262.800,56**	**1.867,05**
DESPESAS OPERACIONAIS ATIVIDADE DE SAÚDE			
Com Restrição		**300.694,41**	**467,66**
Despesas Gerais e Administrativas	17	300.694,41	467,66
BENS ADQUIRIDOS ATIVIDADE DE SAÚDE			
Com Restrição	18	**500,00**	**-**
Bem Adquirido com Recurso do CG		500,00	-
SUPERÁVIT (DÉFICIT) ANTES RESULTADO FINANCEIRO ATIVIDADE DE SAÚDE COM RESTRIÇÃO		**(38.393,85)**	**1.399,39**
RESULTADO FINANCEIRO ATIVIDADE DE SAÚDE	19		
Com Restrição		**38.393,85**	**(1.399,39)**
Receitas financeiras		54.735,53	-
Despesas financeiras		(16.341,68)	(1.399,39)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO PERÍODO ATIVIDADE DE SAÚDE COM RESTRIÇÃO		**-**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TALITA MARTINS ANDRADE DE MELO
PRESIDENTE EXECUTIVA
CPF: 006.578.621-18

CARLOS HENRIQUE DA SILVA BUENO
CPF: 270.852.298-10
CONTADOR - CRC/SP: 237784/O-0

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(EM REAIS)

	2023	2022
Superávit (Déficit) líquido do exercício	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	**-**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TALITA MARTINS ANDRADE DE MELO
PRESIDENTE EXECUTIVA
CPF: 006.578.621-18

CARLOS HENRIQUE DA SILVA BUENO
CPF: 270.852.298-10
CONTADOR - CRC/SP: 237784/O-0

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(EM REAIS)

EVENTOS	Patrimônio Social	Outros Resultados Abrangentes	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superávit / Déficit	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de outubro de 2022	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Ajustes do exercício anterior	-	-	-	-	-
Movimentação do Período	-	-	-	-	-
Superávit / Déficit do Período	-	-	-	-	-

Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-
Recursos de Superávit com Restrição	-	-	-	-	-
Contratos de Gestão e Convênios	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Ajustes do exercício anterior	-	-	-	-	-
Movimentação do Período	-	-	-	-	-
Superávit / Déficit do Período	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-
Recursos de Superávit com Restrição	-	-	-	-	-
Contratos de Gestão e Convênios	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TALITA MARTINS ANDRADE DE MELO
PRESIDENTE EXECUTIVA
CPF: 006.578.621-18

CARLOS HENRIQUE DA SILVA BUENO
CPF: 270.852.298-10
CONTADOR - CRC/SP: 237784/O-0

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
MÉTODO INDIRETO (EM REAIS)

	2023	2022
Superávit (Déficit) do Período		**-**
Ajustes por:	**-**	**-**
(+) Depreciação	-	-
(-) Ajustes de exercícios anteriores	-	-
Aumento (Diminuição) nos Ativos	**126.241,39**	**(152.341,49)**
Outros Créditos	127.662,58	(152.341,49)
Despesas Pagas Antecipadamente	(1.421,19)	-
Aumento (Diminuição) nos Passivos	**(136.148,42)**	**1.676.345,40**
Fornecedores	(26.058,23)	35.518,32
Obrigações tributárias	40.466,74	97.246,69
Obrigações trabalhistas e Sociais	(78.520,01)	376.522,65
Outras Obrigações	6.174,96	
Provisões trabalhistas e encargos	390.681,26	31.420,47
Contratos a Faturar/Executar	(164.645,24)	766.359,71
Subvenções Gov. a Realizar CG 003/2022 GCONT 19238	(304.247,90)	369.277,56
(=) Caixa Líquido Gerado (Consumido) pelas Atividades Operacionais	**(9.907,03)**	**1.524.003,91**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	**-**	**-**
Investimentos	-	-
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento		**-**
(=) Aumento (Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(9.907,03)**	**1.524.003,91**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	1.524.003,91	-
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	1.514.096,88	1.524.003,91
(=) Aumento (Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(9.907,03)**	**1.524.003,91**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TALITA MARTINS ANDRADE DE MELO

CARLOS HENRIQUE DA SILVA BUENO

PRESIDENTE EXECUTIVA
CPF: 006.578.621-18

CPF: 270.852.298-10
CONTADOR - CRC/SP: 237784/O-0

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de Dezembro de 2023
(Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O **INSTITUTO DE GESTÃO POR RESULTADOS - IGPR** é uma Associação Civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, fundado em 29 de abril de 2014, com sede e foro em Goiânia, Estado de Goiás. O Instituto tem finalidade de apoiar e desenvolver ações de assistência social, atividades de cultura, atividades de educação, incluída a profissional e tecnológica, ações de gestão em desenvolvimento tecnológico, de atendimento ao público, de serviços sociais e auxiliares em unidades prisionais, integração social de menor infrator e garantia de seus direitos individuais e sociais, atividade de pesquisas cientifica, proteção e preservação do meio ambiente, esporte e lazer e gestão em saúde nas unidades de saúde e atividades administrativas de saúde, sendo tais ações de natureza social e sem finalidade econômica.

Ressalta-se que o Instituto não remunera nem concede vantagens, benefícios, bonificações, participações em resultados ou parcelas do seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto, por qualquer título, a diretores, associados, conselheiros, benfeitores ou equivalentes.

Em 2020, o Instituto foi qualificado como Organização Social de Saúde (OS), no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, pelo Decreto Estadual nº. 9 de 7 de fevereiro de 2020.

Em 24 de outubro de 2022 o IGPR firmou, com o Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul - SES/MS, o Contrato de Gestão nº 003/2022 – GCONT 19238, por um período de 5 (cinco) anos, competindo ao Instituto gerenciar a operacionalização da Unidade de Apoio das Ações de Regulação do Acesso do COMPLEXO REGULADOR ESTADUAL – CRE.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada pela Resolução CFC 1.305/2010, com exceção do reconhecimento da receita em detrimento do valor do custo da depreciação, no caso de possíveis aquisição de bens com recursos do Contrato de Gestão, por força do entendimento das Normas Contábeis, e Norma Brasileira de Contabilidade TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC 1.255/2009, cujas sínteses estarão demonstradas a seguir:

2.2 BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis da entidade são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua (“moeda funcional”), que no caso do Instituto de Gestão de Por Resultados – IGPR é o Real (“BRL” ou “R$”). Para fins de apresentação, estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais.

2.4 USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas, incluem a definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado, estoques e provisão para contingências, quando existentes.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas vêm sendo seguidas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) Ativos financeiros não derivativos

O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados.

Caixa e equivalentes de caixa são representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, que são prontamente conversíveis em numerário.

(b) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Em 31 de dezembro de 2023, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados basicamente por fornecedores, impostos, contribuições, e subvenções a realizar.
Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

O saldo a realizar do Contrato de Gestão, refere-se a valores já recebidos para aplicação em atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve o referido gasto da subvenção, e que devem ser realizados em 2024, conforme previsto no Contrato de Gestão.

3.2 ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

(a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado e do intangível, quando existentes, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação ou amortização acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas, quando aplicável.

O Instituto de Gestão Por Resultados - IGPR, por meio do Contrato de Gestão nº 003/2022 – GCONT 19238, realiza a gestão do CRE e todos os bens cedidos ou adquiridos com recursos do contrato, caso existam.

Pelo novo entendimento à regra contábil, esses bens deixaram de ser registrados no imobilizado e no intangível. Os bens adquiridos no decurso do exercício, caso existam, deverão ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam, apenas, sendo registrados pelo custo histórico de aquisição.

(b) Depreciação/Amortização

As depreciações/amortização, quando existentes, são calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens. Contudo, a depreciação, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil, não se aplica aos bens cedidos ou adquiridos com recursos do Contrato de Gestão, quando existentes, em virtude de estes não serem de propriedade do Instituto de Gestão Por Resultados-IGPR, mas, sim, do Estado de Mato Grosso do Sul.

3.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL ("IMPAIRMENT")

O valor contábil do ativo imobilizado, quando existente, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável.

Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Contudo, em virtude do novo entendimento à regra contábil, os bens adquiridos com recursos do Contrato de Gestão, não são registrados no imobilizado e no intangível do Instituto, conforme informado na nota 3.2 acima descrito.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Para o exercício de 2023, não foram identificados indícios de perdas para os valores registrados no ativo imobilizado.

3.4 ESTOQUES

Os estoques, quando existentes, são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio de aquisição e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação do Instituto (materiais de escritório, higiene, limpeza e materiais de consumo etc.), sendo que os mesmos, quando existentes, se apresentam livres de ônus ou gravames.

3.5 PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes, quando existentes, são provisionados em detrimento de normas contábeis e de acordo com entendimento do departamento jurídico. Quando as perdas forem avaliadas como prováveis e/ou possíveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Estes são divulgados em Nota explicativa específica, conforme avaliação por parte do corpo jurídico da entidade.

3.6 PROVISÕES

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação.

3.7 APURAÇÃO DO RESULTADO

No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento em resultado. O Instituto reverte integralmente, na forma da legislação aplicável, seus recursos na manutenção de seus objetivos.

3.8 TRIBUTAÇÃO

O IGPR, por ser uma entidade de interesse social e sem fins lucrativos, é isento do recolhimento de certos impostos e contribuições. A isenção tributária do Instituto inclui o Imposto de Renda (IR), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de atos próprios.
O Instituto também não está sujeito ao recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), exceto no caso das retenções efetuadas de acordo com o Código Tributário Municipal.
Os recolhimentos do INSS patronal, do FGTS e do PIS ocorrem normalmente sobre a folha de pagamento, sendo a alíquota do PIS determinada em 1% das verbas da folha sujeita à incidência.

3.9 GESTÃO DE RISCOS

As atividades do IGPR o expõem a diversos riscos, para tanto, estes são regularmente monitorados a fim de avaliar os impactos sobre os seus resultados. A administração do Instituto examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento dos riscos incluindo os procedimentos e práticas aplicadas no controle dos mesmos. A seguir a conceituação dos principais riscos inerentes às atividades do Instituto.

(a) RISCO DE LIQUIDEZ
Este tipo de risco assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função da ausência de ativos de liquidez imediata suficientes para a cobertura dos passivos imediatos.

(b) RISCO DE CRÉDITO
Refere-se à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissões de títulos.

(c) RISCO LEGAL
Está associado às perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de Ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA COM RESTRIÇÃO

DESCRIÇÃO	2023	2022
Bancos conta movimento com restrição	-	1.524.003,91
Aplicações Financeiras	1.514.096,88	-
TOTAL	**1.514.096,88**	**1.524.003,91**

Em 31 de dezembro de 2023, o total de caixa e equivalentes de caixa do Instituto, era composto da seguinte forma:
O caixa e equivalentes da caixa com restrição refere-se às disponibilidades financeiras geridas pelo Instituto e encontram-se aplicadas conforme preconiza o Contrato de Gestão 003/2022 GCONT 19238, que são utilizados exclusivamente para custear as despesas vinculadas a este, como segue:

DESCRIÇÃO	TIPO	TAXA a.a.(%)	2023	2022
APLICAÇÃO BB - CORE/MS-5783-19547-2	CDB	(*)	1.513.244,28	-
APLICAÇÃO BB - CORE/MS-5783-19547-2	RF	11,96	852,60	-
TOTAL			**1.514.096,88**	**-**

(*) Os rendimentos da Aplicação Rende Fácil têm como base um percentual do CDI com variação entre 10% e 100% , levando em consideração o prazo que o valor se mantem aplicado.

A Entidade ainda não constituiu em 2023 o “Fundo Especial”, por meio de aplicação financeira, destinado para provisões de 13º salário, reclamatórias trabalhistas e ações judicial.

5. OUTROS CRÉDITOS

DESCRIÇÃO	2023	2022
Outros Créditos	4,56	36,00
Adiantamento de Férias	24.674,35	
Partes Relacionadas IGPR - MATRIZ	-	152.305,49
TOTAL	**24.678,91**	**152.341,49**

6. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

DESCRIÇÃO	2023	2022
Seguros a Apropriar	1.421,19	-
TOTAL	**1.421,19**	**-**

7. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

O montante de subvenção a realizar proveniente do Contrato de Gestão nº 003/2022 – GCONT 19238, está composto da seguinte forma:

Ano	Subvenção Recebida (+)	Rendimento aplicação (+)	Custo Imob. Anterior (-)	Outras Receitas (+)	Reconh. Custo de Glosa e Ajustes (-)	Custos Realizados (-)	Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)	Subvenção Prevista Anual	Saldo Acum. Sub. a Receber Conforme Cronograma Anual	Valor do Contrato/Aditivo	Saldo Acumulado de Subvenção a Receber	Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)
2022	2.126.520,73	-	-	-	-	1.757.243,17	369.277,56	2.126.520,73	-	57.130.407,60	55.003.886,87	55.373.164,43
2023	11.426.081,51	53.338,08	500,00	1.397,45	0,02	11.784.564,92	65.029,66	11.426.081,52	0,01	-	43.577.805,36	43.642.835,02

A subvenção não deve ser reconhecida até que exista uma razoável segurança de que o Instituto cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à aplicação.

A subvenção aqui apresentada impõe determinada condição de desempenho futuro e/ou limitações em sua aplicação, sobre o Instituto (IGPR – CRE/MS), desta forma a mesma é controlada no passivo e somente após atendido os critérios de desempenho e/ou utilização do recurso é reconhecida como receita.

Conforme descrito na coluna “Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)” no valor de R$ 65.029,66 refere-se a valores a serem aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas – regime de competência), que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2024, conforme previsto no Contrato de Gestão.

Conforme descrito na coluna “Saldo Acumulado de Subvenção a Receber” e levando em consideração a previsão descrita no Contrato de Gestão, o valor global a ser repassado a título de Subvenções em 31/12/2023 é de R$ 43,5 milhões até a conclusão do contrato, previsto para 23 de outubro de 2027.

Conforme descrito na coluna “Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)” a Entidade possuí o saldo de R$ 43,6 milhões para o reconhecimento da receita, tendo como contrapartida os custo/despesas equivalentes, limitando-se ao valor do lastro contratual.

Os valores apresentados nesse demonstrativo referem-se às parcelas a serem executadas, previstas no Contrato de Gestão firmado entre a Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul – SES/MS e o Instituto, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações de Regulação do Acesso do Complexo Regulador Estadual da SES/MS.

8. *ATIVO E PASSIVO COMPENSADO - IMOBILIZADO - CRE - COM RECURSO DO CONTRATO DE GESTÃO*

DESCRIÇÃO	2023	2022
Imobilizado - CRE - com recurso do contrato de gestão	500,00	
TOTAL	500,00	

Os valores registrados a título de Imobilizado - CRE no Ativo e Passivo Compensado são bens adquiridos com recursos do Contrato de Gestão nº 003/2022 – GCONT 19238 que se encontram sob a guarda do Instituto de Gestão por Resultados - IGPR, e que ao final do contrato, caso não exista interesse pelo aditamento do contrato pelas partes, será devolvido ao Parceiro Público.

9. *FORNECEDORES*

DESCRIÇÃO	2023	2022
Fornecedores de Serviços	9.460,09	35.518,32
TOTAL	**9.460,09**	**35.518,32**

São decorrentes da contratação de prestadores de serviços externos para executar atividades operacionais e administrativas na gestão da unidade em atendimento ao Contrato de Gestão nº 003/2022 – GCONT 19238.

10. *OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS*

DESCRIÇÃO	2023	2022
IRRF	115.349,00	87.585,65
PIS/COFINS/CSLL Retido	19.756,49	1.243,89
ISS Retido	-	5.537,85
INSS Retido	2.607,94	2.879,30
TOTAL	**137.713,43**	**97.246,69**

11. *OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS*

DESCRIÇÃO	2023	2022
Salários e Ordenados	188.311,98	266.709,00
INSS s/ Folha	76.389,19	95.986,18
FGTS	28.624,55	12.235,26
PIS s/ Folha	4.676,92	1.592,21
TOTAL	**298.002,64**	**376.522,65**

12. *OUTRAS OBRIGAÇÕES*

DESCRIÇÃO	2023	2022

Contas a Pagar - CORE/MS	6.174,96	-
TOTAL	**6.174,96**	**-**

Refere-se a aluguel e energia elétrica a pagar.

13. *PROVISÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS*

DESCRIÇÃO	2023	2022
Provisões de Férias e Encargos	422.101,73	31.420,47
TOTAL	**422.101,73**	**31.420,47**

14. *CONTRATOS A FATURAR/EXECUTAR*

DESCRIÇÃO	2023	2022
Contratos a Faturar (a)	1.272.987,03	1.046.202,48
(-) Contratos a Executar (b)	(671.272,56)	(279.842,77)
TOTAL	**601.714,47**	**766.359,71**

(a) São decorrentes da contratação de serviços para atividades operacionais e administrativas na gestão da unidade em atendimento ao Contrato de Gestão nº 003/2022 – GCONT 19238, que foram prestados, porém a emissão da nota fiscal deve ocorrer somente a partir de 2024.

(b) São decorrentes do controle da contratação de serviços para atividades operacionais e administrativas na gestão da unidade em atendimento ao Contrato de Gestão nº 003/2022 – GCONT 19238, para os quais os serviços ainda não foram executados, estes deverão ser realizados somente a partir de 2024.

15. *RECEITAS PROGRAMA ATIVIDADE DE SAÚDE – COM RESTRIÇÃO*

DESCRIÇÃO	2023	2022
Programa Atividade de Saúde	11.730.329,39	1.757.243,17
TOTAL	**11.730.329,39**	**1.757.243,17**

Receita de Subvenção Realizada em razão da execução do Contrato de Gestão nº 003/2022 – GCONT 19238, firmado com a Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul – SES/MS, para gestão do CRE.

16. *CUSTOS PROGRAMA ATIVIDADE DE SAÚDE – COM RESTRIÇÃO*

16.1 *CUSTO COM PESSOAL*

DESCRIÇÃO	2023	2022
Custo com Salários e Ordenados	2.706.806,65	274.295,49
Custo com FGTS	220.684,38	21.881,44
Custo com INSS	923.252,55	153.145,10
Custo com Alimentação	102.442,88	29.127,26
Custo com PIS s/ Folha	27.201,73	2.742,96
Provisões de Férias, 13º salário e Encargos	740.328,06	51.781,89
TOTAL	**4.720.716,25**	**532.974,14**

16.2 *CUSTOS GERAIS*

DESCRIÇÃO	2023	2022
Custo com Locação de Máquinas e Equipamentos	15.747,27	3.611,46
Custo com Manutenção	73.656,79	14.485,09
Custo de Apoio a Gestão	240,00	0,00
Custo com Vigilância e Segurança	201.730,86	34.440,77
Custo Tec Gerenciamento de Informática	3.942.334,68	740.062,33

Custo Serviços de Medicina do Trabalho	975,00	715,00
Custo com Materiais de Expediente	152,40	0,00
Custo com Gestão de Tecnologia e Informação	69.739,50	0,00
Custo Serviços Terceiros (*)	2.360.591,34	415.999,01
Custo com Conservação e Limpeza	81.644,74	13.088,32
TOTAL	**6.746.812,58**	**1.222.401,98**

(*) Custo com Serviços de Terceiros refere-se aos gastos com prestadores de serviços (médicos reguladores) para operacionalização das demandas de regulação do contrato de Gestão n. 003/2022 – GCONT 19238.

17. DESPESAS OPERACIONAIS ATIVIDADE DE SAÚDE – COM RESTRIÇÃO

DESCRIÇÃO	2023	2022
Energia Elétrica	969,17	0,00
Associação de Classe	0,00	337,66
Aluguéis e Condomínios	106.850,43	0,00
Auditoria e Perícia	41.250,00	0,00
(-) Recuperação de Despesas	(4.972,07)	0,00
Despesas Administrativas Operacionais	2.500,00	0,00
Suporte e Manutenção de Software	22.151,22	0,00
Certificação Digital	1.750,00	130,00
Serviços de Informática	565,74	0,00
Despesas com Seguros	2.468,16	0,00
Aluguel de Máquinas e Equipamentos	1.600,00	0,00
Despesas Tributárias	21.655,50	0,00
Despesas com Glosas	103.906,26	0,00
TOTAL	**300.694,41**	**467,66**

18. BENS ADQUIRIDOS COM RECURSOS DO CONTRATO DE GESTÃO

DESCRIÇÃO	2023	2022
Bem Adquirido com Recurso do CG	500,00	-
TOTAL	**500,00**	**-**

19. RESULTADO FINANCEIRO ATIVIDADES DE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO

DESCRIÇÃO	2023	2022
Receitas Financeiras	54.735,53	0,00
Despesas Financeiras	(16.341,68)	(1.399,39)
TOTAL	**38.393,85**	**(1.399,39)**

20. CONTINGÊNCIAS

Em atendimento a NBC TG 25 (R2), a Entidade deve comunicar a existência de processos judiciais em trâmite, os quais são considerados, pelo departamento jurídico, como prováveis e possíveis perdas. Contudo, no exercício de 2023, a Entidade não possuía ações classificadas como provável ou possível perda, conforme o relatório de advogados.

21. EVOLUÇÃO DO PASSIVO TRABALHISTA

2023		2022		Variação
Valor	Variação em relação ao total do passivo	Valor	Variação em relação ao total do passivo	Variação 2023 em relação a 2022

Obrigações Trabalhistas	670.360,71	43,52%	191.407,85	0,34%	250,2%
Obrigações Previdenciárias	158.941,26	10,32%	101.943,23	0,18%	55,9%

22. *EVENTOS SUBSEQUENTES*

Até a presente data, não houve fatos relevantes que pudessem ser objeto de destaque nesta nota.
Era o que tínhamos a relatar e esclarecer, em adendo às Demonstrações Contábeis ora encerradas e apresentadas.

Campo Grande - MS, 29 de abril de 2024.

TALITA MARTINS ANDRADE DE MELO
PRESIDENTE EXECUTIVA
CPF: 006.578.621-18

CARLOS HENRIQUE DA SILVA BUENO
CPF: 270.852.298-10
CRC/SP: 237784/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos diretores e Conselheiros do

INSTITUTO DE GESTÃO POR RESULTADOS - IGPR
GESTOR DO COMPLEXO REGULADOR ESTADUAL – CRE – MATO GROSSO DO SUL
Campo Grande - MS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO DE GESTÃO POR RESULTADOS – IGPR - gestor do COMPLEXO REGULADOR ESTADUAL – CRE – MATO GROSSO DO SUL (Entidade) -** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO DE GESTÃO POR RESULTADOS – IGPR – gestor do COMPLEXO REGULADOR ESTADUAL – CRE – MATO GROSSO DO SUL**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria, das demonstrações contábeis, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- **Subvenções e Reconhecimento da Receita**

Os detalhes sobre a política contábil, relativos as Subvenções a realizar, proveniente da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul – SES/MS, estão informados na Nota "7. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS" e "15. RECEITAS PROGRAMA ATIVIDADE DE SAÚDE – COM RESTRIÇÃO", ambas relacionadas nas demonstrações contábeis da Entidade.

A avaliação realizada pela administração da Entidade, sobre os Créditos de Subvenções a realizar, no valor de R$ 65 mil, envolve o pressuposto de que o acordado no Contrato de Gestão nº 003/2022 – GCONT 19238, firmado entre a SECRETÁRIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL – **SES/MS** e o **INSTITUTO DE GESTÃO POR RESULTADOS – IGPR**, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Complexo Regulador Estadual – CRE – Mato Grosso Do Sul, será cumprido.
A decisão concretizada pela Administração da Entidade foi de honrar com os critérios do contrato de Gestão. Neste sentido, a Entidade realizou, custos/despesas, definidos em contrato, fato este que gerou um reconhecimento de receita com atividade de saúde na ordem de R$ 11,7 milhões, não ocasionando o reconhecimento do crédito de subvenção a favor da Entidade, em virtude de o custo/despesa ter sido menor que os valores repassados, para o período em análise. Por este motivo a Entidade possui subvenção a executar.

Resposta da auditoria ao assunto

Avaliamos a consistência entre a política contábil, relacionada com o registro das Subvenções Governamentais a Realizar/Executar, vinculado ao contrato de gestão junto a **SES/MS**, e se os procedimentos contábeis foram aplicados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade.

Realizamos testes para validar se o REGIME DE COMPETÊNCIA estava sendo observado, se a receita de subvenção governamental estava reconhecida ao longo do período necessário, e se esta foi confrontada com as despesas correspondentes, quando existentes. Também, verificamos que a receita não estava sendo reconhecida no momento de seu recebimento, uma vez que a Entidade necessita cumprir regras para realizar o reconhecimento dessa receita.

Contudo, realizamos uma análise da correlação entre o reconhecimento da receita de subvenção em confronto com as despesas correspondentes, uma vez que o contrato suporta o reconhecimento da receita em relação a tais custos/despesas, conforme relacionado na Nota ¨7. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

Ênfase(s)

Continuidade das operações

Os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pela Secretária de Estado da Saúde de Mato Grosso do Sul – **SES/MS**, conforme previsto no Contrato de Gestão. Contudo, indicamos a existência da incerteza quanto à continuidade/prorrogação do contrato de gestão, prevista para conclusão em outubro de 2027. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

Reconhecimento dos bens cedidos

Os bens cedidos pela SES/MS, conforme previsto no Contrato de Gestão nº 003/2022 – GCONT 19238, estão sob a guarda e responsabilidade do Instituto de Gestão por Resultados - IGPR, gestor do Complexo Regulador Estadual – CRE – Mato Grosso Do Sul. Contudo, evidenciamos que não houve reconhecimentos destes bens em contas de controle, Ativo e Passivo compensado. Todavia, conforme Ofícios COEX nº 007/2022 - MS, COEX nº 008/2023 - MS e COEX nº 034/2023 - MS, encaminhado a Coordenadoria Estadual de Regulação e Assistência - CERA, o Instituto aguarda posicionamento por parte da coordenadoria quanto a disponibilização do "Termo de Cessão de Uso de Bens Móveis" e "Termo de Permissão de Uso a Área Comum do Bem Imóvel", vinculados ao Contrato de Gestão. Nossa opinião não está ressalvada por estes assuntos.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, sem modificação, em 31 de maio de 2023.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, com o fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à

capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campo Grande – MS, 30 de abril de 2024.

Work7 Auditores Independentes LTDA

CRC GO 001891

José Ricardo Xavier

Contador CRC GO-013785/O-0
CVM 12.424

EDITAL

CLOVIS CORDEIRO RUDGE RAMOS, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Integrado – SEMADI, a **Licença de Instalação e Operação** para "CONFINAMENTO de animais de GRANDE porte (bovinos), de 2.000 até 15.000 cabeças", atividade Código 3.31.2, localizada na FAZ. GUARANI, Zona Rural, no município de Nova Andradina/MS. Não foi determinado Estudo de Impacto Ambiental.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MS
RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO n. 90004/2024
Processo Administrativo n. 2024/000113
Processo SEI nº 9079621110000930.000003/2024-61

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MS – CRCMS,** através de sua Comissão Permanente de Licitação, comunica aos interessados, depois de concluído pelo Agente de Contratação e homologado pela Autoridade Competente, o RESULTADO da licitação que tem por objeto a **aquisição de 10 Microcomputadores tipo Desktop: memória SDRAM 16 GB DDR4, 8 núcleos físicos por processador, armazenamento 1 Tb SSD, sistema operacional Windows 11 Professional 64 bits, garantia on-site de 60 meses; Aquisição de 20 Licenças de uso do Microsoft 365 E5; Aquisição de 12 Licenças de uso do Microsoft Exchange Online Plano 1 e a contratação de 80 horas Serviços de implantação e estabilização do ambiente Microsoft 365 e Exchange Online, em conformidade a LGPD, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital nº 04/2024 e anexos.**
Item 1 (um): Empresa Vencedora: **SISTEMA INFORMATICA COMERCIO IMPORTACAO E EXP LTDA – CNPJ 22.204.648/0005-46**, melhor lance: R$ 5.725,00 (cinco mil, setecentos e vinte e cinco reais), sendo R$ 57.250,00 (cinquenta e sete mil, duzentos e cinquenta reais) o preço global do item.
Item 2 (dois): Empresa Vencedora: **GHF TECNOLOGIA E COMUNICACAO LTDA - CNPJ 28.956.477/0001-64**, melhor lance: R$ 3.199,00 (três mil, cento e noventa e nove reais), sendo R$ 63.980,00 (sessenta e três mil, novecentos e oitenta reais) o preço global do item.
Item 3 (três) exclusivo ME/EPP: Empresa Vencedora: **ANTONIO KAYO MACIEL CORDEIRO – CNPJ 33.351.374/0001-00**, melhor lance: R$ 270,00 (duzentos e setenta reais), sendo R$ 3.240,00 (três mil, duzentos e quarenta reais) o preço global do item.
Item 4 (quatro) exclusivo ME/EPP: Empresa Vencedora: **GOT IT SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA – CNPJ 39.400.164/0001-41**, melhor lance: R$ 479,40 (quatrocentos e setenta e nove reais e quarenta centavos), sendo R$ 38.352,00 (trinta e oito mil, trezentos e cinquenta e dois reais) o preço global do item.
Ficam as empresas vencedoras convocadas a comparecerem à sede do CRCMS para a assinatura dos Contratos, no prazo de 05 (cinco) dias contados desta publicação.
Campo Grande/MS, 29 de maio de 2024.